Perfil de cores: Desativado
Composição Tela padrão

A *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) é composta por cinco Séries: *Seminários, Estudos Históricos, Clássicos da Educação Brasileira, Diálogos e Ensaios*. Seu objetivo é difundir e fazer circular estudos, debates, ideias e proposições que suscitem e fundamentem os debates sobre a educação pública brasileira nas suas mais variadas formas de expressão.

Esta Série – *Estudos Históricos* – publica trabalhos do campo da História da Educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história.

Coordenação das Séries:

Estudos Históricos

Profa. Dra. Juliana Cesário Hamdan (UFOP)

Prof. Dr. Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)

Seminários

Profa. Dra. Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Clássicos da Educação Brasileira

Profa. Dra. Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)

Profa. Dra. Maria do Carmo Xavier (PUC - Minas)

Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho (UFOP)

Profa. Dra. Rita Cristina Lima Lages (UFOP)

Diálogos

Profa. Dra. Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)

Profa. Dra. Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)

Ensaios

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)

Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)

Coordenação Geral da Coleção

Profa. Dra. Vera Lúcia Nogueira (UEMG)

Conheça todas as ações do Projeto em: http://www.pensaraeducacao.com.br/

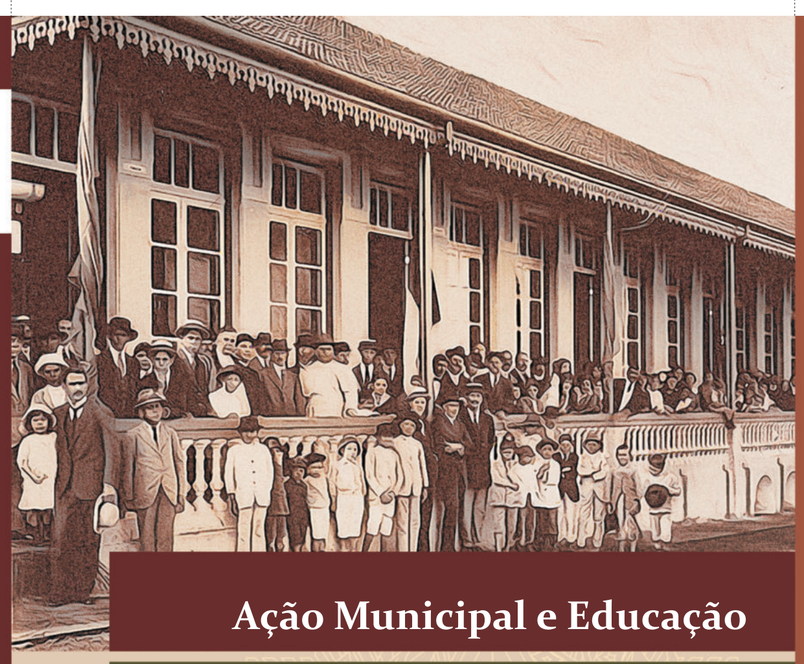
Este livro resulta de pesquisas realizadas por investigadores que atuam em variadas instituições de ensino no Brasil e em Portugal e tem como eixos a identificação, descrição e discussão das múltiplas iniciativas tomadas pelas Câmaras Municipais na esfera educacional nas primeiras décadas da República brasileira. Nos textos, os autores procuram explicitar, a partir de diferentes olhares, as diligências educacionais empreendidas pelos municípios, as preocupações explicitadas nos discursos políticos, as demandas colocadas pela população ou pelas elites, bem como as repercussões no âmbito local e as relações que vão sendo estabelecidas com o poder estadual. Os trabalhos confirmam a necessidade de se repensar a História da Educação nacional, principalmente na sua dimensão local, trazendo à cena o papel desempenhado pelos municípios no processo de organização da instrução pública no final do Império e ao longo da Primeira República.

ISBN 978-85-7160-664-7

Série Estudos Históricos

Wenceslau Gonçalves Neto
Carlos Henrique de Carvalho
(Organizadores)

Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil



Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil

Wenceslau Gonçalves Neto
Carlos Henrique de Carvalho
(Organizadores)

COLEÇÃO Pensar a Educação
PENSAR O BRASIL – 1822 – 2022
Série Estudos Históricos

MAZZA edições

O *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022) articula ações de extensão, pesquisa e ensino com o objetivo de propor alternativas para se pensar o Brasil a partir de uma reflexão sistemática sobre um dos grandes desafios do nosso tempo: a educação pública. Tomando a escola pública como tema de reflexão coletiva, constrói canais de aproximação entre pesquisadores e sociedade possibilitando a produção e a circulação de conhecimentos e ideias que possam fomentar um debate amplo e contínuo sobre os desafios da educação brasileira ao longo do processo de construção e consolidação do Brasil como nação.

Uma das maneiras de projetar alternativas viáveis para a construção de um país mais democrático e igualitário se encontra, de um lado, na capacidade de empreender esforços para pensar os problemas de maneira plural e diversificada, fugindo de lugares-comuns e das soluções fáceis e, de outro, na necessidade de difundir essa atitude reflexiva para o conjunto da sociedade brasileira.

É isso o que pretendemos com mais essa ação do Projeto: a *Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil* (1822-2022).

Coordenação Geral do Projeto:
Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Ação Municipal e Educação na Primeira República_Arte-Final_CMYK.ps
F:\Trabalhos\Mazza Edições\2015\Acertadas\Ação Municipal e Educação na Primeira República\Arte-Final\SAÍDA\Ação Municipal e Educação na Primeira República_Arte-Final_CMYK.cdr
segunda-feira, 3 de agosto de 2015 21:43:02

Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil

Wenceslau Gonçalves Neto
Carlos Henrique de Carvalho
(Organizadores)

MAZZA edições

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 1 11/8/2015 16:20:32

AÇÃO MUNICIPAL E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL
Copyright © 2015 by Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (Organizadores)
Todos os direitos reservados

COLEÇÃO PENSAR A EDUCAÇÃO PENSAR O BRASIL

Comitê Editorial
Vera Lúcia Nogueira (UEMG – Coordenadora)
Cleide Maria Maciel de Melo (GEPHE/UFMG)
Ilka Miglio de Mesquita (UNIT)
Juliana Cesário Hamdan (UFOP)
Luciano Mendes de Faria Filho (UFMG)
Marcus Aurélio Taborda de Oliveira (UFMG)
Marcus Vinícius Corrêa Carvalho (UFF)
Maria do Carmo Xavier (PUC Minas)
Marileide Lopes dos Santos (RME/PBH – GEPHE/UFMG)
Raylane Andreza Dias Navarro Barreto (UNIT)
Rosana Areal de Carvalho (UFOP)
Tarcísio Mauro Vago (UFMG)

Série Estudos Históricos
Coordenação
Juliana Cesário Hamdan (UFOP)
Marcus Vinicius Corrêa Carvalho (UFF)

Capa
Túlio Oliveira

Revisão
Lourdes Nascimento e Ricardo Neto

Projeto gráfico e diagramação
Casadecaba Design e Ilustração

A168 Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil / Wenceslau Gonçalves Neto ,Carlos Henrique de Carvalho (Organizadores). – Belo Horizonte : Mazza Edições, 2015.

312 p. ; 16x23 cm. (Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil. Série Estudos Históricos)

ISBN: 978-85-7160-664-7

1. Brasil-Educação-1889-1930. 2. Educação-Brasil-República Velha. I. Gonçalves Neto, Wenceslau . II. Carvalho, Carlos Henrique de.

CDD: 370.981
CDU: 37:981

Produção Gráfico-editorial
MAZZA EDIÇÕES LTDA.
Rua Bragança, 101 – Pompeia
30280-410 BELO HORIZONTE – MG
Telefax: + 55 (31) 3481-0591
edmazza@uai.com.br
www.mazzaedicoes.com.br

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), por viabilizar a publicação desta obra.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 3 11/8/2015 16:20:32

Sumário

Apresentação: A ação municipal nos assuntos da educação na Primeira República brasileira: algumas considerações 7
Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho

Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise.....19
Wenceslau Gonçalves Neto

O município liberal e a decisão política.....37
Justino Magalhães

Pelo progresso, por uma cidade ideal: ensino e gestão municipal em Araxá, nos primeiros anos da República.....47
Glaura Teixeira Nogueira Lima e Sandra Mara Dantas

"Um dever de ordem pública iniludível e inadiável": a administração municipal e as comunidades em prol da instrução pública (Região Colonial Italiana, RS, 1890-1928).....71
Terciane Ângela Luchese

A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910).....101
Rosa Fátima de Souza

Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XX 129
Cesar Romero Amaral Vieira, Ana Clara Bortoleto Nery e Thiago Borges de Aguiar

As propostas educacionais da Câmara Municipal de Patos de Minas, do Império à República (1868-1909) 153
Antoniette Camargo de Oliveira, Carlos Henrique de Carvalho e Osvaldo Freitas de Jesus

A Câmara Municipal de Patos de Minas e a promoção da instrução pública: grupo escolar, ensino secundário e educação no campo (1905-1908) 185
Antoniette Camargo de Oliveira, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, Eloy Alves Filho e Geraldo Inácio Filho

A educação escolar na segunda metade do século XIX no município de Rio Pomba: símbolo de progresso e de identidade local.....217
Rosana Vidigal Santiago Cappelle

Educação e progresso no âmbito das discussões da Câmara Municipal de Rio Pomba, Minas Gerais (1895 a 1902) 233
Eloy Alves Filho, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e Carlos Henrique de Carvalho

A escolarização em um momento de transição: a atuação da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro-MG (1880-1889).....255
Clarice Lisandra David e Luciano Mendes de Faria Filho

Os discursos e ações educacionais no município de Viçosa-MG (1892-1901).....275
Denilson Santos de Azevedo e Aline Rosane Costa

Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG.....295
Wenceslau Gonçalves Neto

Sobre os autores.....307

Apresentação

A AÇÃO MUNICIPAL NOS ASSUNTOS DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Wenceslau Gonçalves Neto
Carlos Henrique de Carvalho

Esta coletânea, *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*, resulta de pesquisas realizadas por investigadores que atuam em variadas instituições de ensino no Brasil e em Portugal e tem como eixo as iniciativas das Câmaras Municipais na esfera educacional nas primeiras décadas da República. Nos textos, os autores procuram explicitar, a partir de diferentes olhares, as iniciativas municipais na educação e as demandas, bem como as repercussões, nas sociedades locais e as relações estabelecidas com o poder estadual. Os textos confirmam a necessidade de se repensar a História da Educação brasileira, principalmente na sua dimensão local, colocando como objetivo do volume trazer à cena o papel desempenhado pelos municípios no processo de organização da instrução pública no final do Império e ao longo da Primeira República, em diferentes cidades brasileiras.

Nessa perspectiva, o livro reitera as preocupações com a organização e principalmente com o funcionamento da educação brasileira, pois fazem parte do nosso cotidiano como pesquisadores e/ou cidadãos. As famílias vivenciam esse problema por anos a fio, nas difíceis decisões que envolvem o futuro dos filhos, passando pela escolha do tipo de escola, do acompanhamento dos métodos, da luta para garantir o material necessário ao estudo ou ao pagamento de mensalidades, a orientação para os exames avaliativos do desempenho da educação, para a preparação para o vestibular etc. Esse é o núcleo mais visível dos que se angustiam com a educação nacional, pois

sofre ou usufrui diretamente dos retrocessos ou avanços desse sistema, uma vez que todos os seus sonhos enquanto pais ou cidadãos do futuro podem ser comprometidos se esse desafio não for bem encaminhado no interior da sociedade em que vivemos.

Esse grupo, entretanto, não está sozinho em suas preocupações. No outro lado, mal ou bem, o Estado brasileiro, compreendido em suas instâncias federal, estadual e municipal, implementa programas, mudanças, debates e outras iniciativas voltadas para alcançar o aprimoramento da escola, melhorar índices, superar entraves ou encontrar alternativas que permitam ao primeiro grupo, minimamente, concretizar os projetos que alimenta com relação à formação de seus filhos. Apesar de volumosos recursos aplicados pelos estados, pelos municípios e pela União, os resultados não têm sido favoráveis aos anelos dos brasileiros, e temos realimentado um debate para o qual não se vislumbra um termo, em torno do que se deve fazer para, enfim, oferecer-se à população uma educação digna e adequada às demandas tanto do cidadão quanto do mundo do trabalho, que também dela depende para avançar no processo de desenvolvimento econômico.

As razões para compreender-se o presente impasse têm sido buscadas nos mais diferentes campos, e não apenas no educacional. Discussões no âmbito político, nos segmentos empresariais ou no interior dos movimentos sociais, entre outros espaços, são frequentes e contribuem para a viabilização de alternativas que vêm sendo tentadas ao longo das últimas décadas. Infelizmente, esses esforços não têm redundado em intervenções significativas para a alteração qualitativa de nosso sistema educacional, embora devamos reconhecer que ele vem se tornando cada dia mais transparente e passível de compreensão pela maior parte da população, inclusive, pelo destaque que lhe é dado pelos meios de comunicação.

Além desses embates, devemos voltar nossos olhos para outro importante segmento da sociedade que se debruça incansavelmente sobre a questão: os pesquisadores. Sem querer estabelecer hierarquia nos diferentes níveis de estudo, discussão e intervenção, deve-se reconhecer, no entanto, que é sobre esse grupo que a maior parte das expectativas se concentra. Ainda que não detenha poder de decisão, seus resultados nunca são desconsiderados. E não sem razão, pois nossa sociedade aprendeu de longa data a importância da ciência para o processo de desenvolvimento, e esta tem oferecido aos homens cada vez mais perspectivas de superação de problemas e de abertura de horizontes, em todas as áreas do conhecimento, inclusive da educação. E como as ciências ligadas ao campo da educação caracterizam-se por uma produção que transcende as fronteiras – todo tipo de fronteira –, os estudos que

desenvolvem representam esperanças para milhões de pessoas em todo o mundo, em todas as culturas. E a comunidade científica brasileira tem se integrado ativamente nesses processos, investigando tanto a realidade nacional como produzindo estudos comparativos ou que possam também fundamentar ou dialogar com intervenções em outras plagas.

No interior dessa comunidade de pesquisadores, vários ramos desenvolvem-se, voltados para a análise das políticas públicas, para as questões do financiamento, para os aspectos didático-pedagógicos, para os processos avaliativos etc., e também para a dimensão histórica de nossa educação. É nesse último estrato que se incluem os textos do presente volume, preocupando-se com a compreensão da realidade educacional brasileira ao longo do tempo, para permitir um entendimento alargado do problema, no passado e no presente, que permita um dimensionamento mais seguro tanto dos desafios como das alternativas de superação destes. Pode ser lugar-comum a afirmação de que os problemas de nossa educação vêm de longe, que sempre existiram, ou até que o passado nos condena. Apesar de parcialmente aceitáveis e corretas, essas observações requerem análise detalhada, tanto no tempo quanto nos diferentes espaços, bem como nos diversos níveis de responsabilidade administrativa. E é esse o contributo que a História oferece e, no caso em particular, a História da Educação.

Como já alertamos, diversos são os espaços em que ocorrem os processos educacionais, federal, estaduais e municipais, para ficarmos no âmbito da instrução pública, embora essas divisões territoriais de alguma forma sempre interfiram também nos diferentes tipos de ensino privado, sejam eles de caráter religioso, leigo, comunitário etc. Os estudos que compõem esta coletânea têm seu foco no nível municipal e num período específico, a Primeira República brasileira, instaurada em 1889 e que tem seu final em 1930, apesar de trazerem também contribuições que retrocedem ao período imperial. Territorialmente, prioriza-se o estado de Minas Gerais, mas acrescentam-se estudos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O conjunto, enfim, contém diversificadas leituras do fenômeno da educação em múltiplos espaços do território brasileiro, tomando como referência a ação do poder municipal na sua condução, nas últimas décadas do Império e nas primeiras do regime republicano.

Os estudos sobre as iniciativas municipais envolvendo a educação na Primeira República, até cerca de uma década atrás, além de raros, estavam mais voltados para a apreciação da integração dessas iniciativas nos processos de organização da instrução conduzidos pelos diferentes estados, nas muitas reformas que foram tentadas nesse período. Costumeiramente, o processo era centrado no papel diretivo do

Estado, pouca luz sendo lançada sobre as iniciativas das Câmaras Municipais ou do tipo de esforço que era despendido nesse espaço. O município não aparecia numa dimensão pedagógica, sendo destacada mais sua atuação no conjunto de alianças que garantiam o sistema político oligárquico, que caracterizou a chamada República Velha. Ou chamava-se a atenção às disputas na área econômica, que se confundiam com as alianças políticas, na busca de melhoramentos que garantissem posição de relevo, como a luta na definição do trajeto das ferrovias, pela construção de obras públicas etc. No campo da educação, o que mais se destaca é o empenho pela abertura de escolas por parte do Estado, pela outorga de bolsas, pela criação de escolas normais etc. Mas dificilmente são encontradas manifestações que envolvam diretamente a ação do município na criação de suas próprias escolas, no estabelecimento de normativas para reger esse "sistema", da realização de concursos públicos, da contratação de um quadro de professores e do estabelecimento de um regime próprio de acompanhamento e avaliação do ensino que ocorria em seus domínios.

Esse viés de análise da realidade educacional começou a ser alterado no início do século XXI, quando, até talvez pela extensão e pela importância que foram tomando as investigações no campo da História da Educação, alguns estudos começaram a colocar em destaque certas especificidades municipais no tocante à educação. Sem querer requerer primazia nesse tipo de trabalho, por certo dependente de muitos outros que o precederam, gostaríamos de destacar os resultados obtidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE), da Universidade Federal de Uberlândia, que colocou em relevo o papel do Município de Uberlândia, à época ainda Uberabinha, nos primeiros anos de sua existência, que coincide com o início da República, ao explicitar, por meio da descrição das ações de sua Câmara Municipal, a relevância que a educação toma nas discussões empreendidas pela edilidade.

Em resumo, o que se constatou na análise da documentação da Câmara Municipal foi um protagonismo inesperado, beirando o extraordinário pelo que se conhecia naquele momento, dedicado ao debate sobre a educação. Os trabalhos da primeira legislatura republicana de Uberabinha – após o período marcada pela ação das Intendências, que substituíram as Câmaras depois de proclamada a República – foram iniciados em março de 1892 e já em 22 de abril foi aprovada a lei número um do município: "Que dispõe sobre instrucção publica"; nesse mesmo dia foi aprovada, como lei número 2, a "Que dispõe sobre o regulamento escolar"; a lei número três, de 22 de junho, foi a "Que dispõe sobre as aulas noturnas"; e a de número quatro, de 17 de

junho, foi a "Que dispõe sobre a divizão das zonas litterarias dos districtos da cidade de Uberabinha", definindo onde deveriam ser localizadas as escolas municipais. Esse processo frenético, que envolve cerca de dois meses de atividades legiferantes (abril a junho de 1892), levou à criação de todo um aparato jurídico para sustentação de um "sistema" municipal de ensino. E ainda se deve acrescentar que esse processo se adianta à própria iniciativa do governo estadual, pois a lei mineira para a instrução pública (Lei nº 41) será aprovada apenas em 3 de agosto de 1892 e seu regulamento escolar (Decreto nº 655 do governo mineiro) somente em 17 de outubro de 1893.

Essa descoberta sobre os procedimentos legislativos da educação de Uberabinha foi tratada inicialmente pelo grupo como uma "especificidade", uma "singularidade", como algo inusitado e que possivelmente não representaria a realidade estadual ou nacional. De qualquer forma, foi descrita em trabalhos científicos, alertando-se para essa especificidade que avançava, inclusive, para outras dimensões, como a existência no currículo programado pelo regulamento escolar de uma disciplina intitulada "Noções de religião adoptada pela Dioceze de Goyas" (à qual Uberabinha estava subordinada à época). Isso, a despeito de a Constituição Federal de 1891 (no que a segue a estadual de Minas Gerais) determinar, no parágrafo sexto do artigo 72, que "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos", acrescentando, no parágrafo sétimo, que "Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados".

No entanto, a continuidade das investigações sobre a dimensão municipal, por parte de alguns membros do NEPHE, levou à constatação de que esse protagonismo da educação encontrado em Uberabinha não era uma particularidade desse município, mas que o mesmo ocorrera em outras localidades do Estado de Minas Gerais. As pesquisas foram descortinando uma realidade ainda não devidamente aquilatada: vários foram os municípios que tiveram a educação entre seus debates no início do período republicano, gerando, inclusive, legislação específica para esse campo. Já foram identificadas, por exemplo, leis de instrução criadas nos anos de 1892 e 1893 em cidades de variadas e distantes localizações do estado, como Uberabinha, Paracatu, Mariana, Rio Pomba e Pitangui. E localizadas discussões intensas em outras, como Juiz de Fora e Ouro Preto, por exemplo. Com esses avanços, pode-se perceber que essas manifestações não eram uma excepcionalidade de Uberabinha, mas conformavam uma mobilização mais ampla no interior do Estado de Minas Gerais. Talvez pudesse ser caracterizado como um movimento de circulação de uma ideia, quase

um programa, de uma elite – republicana – de um determinado tempo, que apostava na educação como mecanismo de legitimação de seu domínio político.

Desde esse momento, começou a ser utilizada por esses pesquisadores uma categoria que havia sido desenvolvida pelo Prof. Justino Magalhães, da Universidade de Lisboa, para análise das relações da unidade municipal com a educação no século XVIII e que acabou sendo emprestada, com as necessárias adaptações, para a realidade brasileira do final do século XIX e início do XX. Essa categoria de análise permitia-nos compreender a realidade local para além de sua dimensão político-administrativa e pensá-la também como um espaço voltado para os aspectos educacionais, como um organismo também pedagógico, preocupado com a formação intelectual de seus munícipes e não apenas com as condições econômico-materiais que se sobressaem nas ações das administrações públicas.

Além da adoção da categoria município pedagógico, dados os riscos e a necessidade de cuidados na sua utilização, promoveu-se ainda um recorte cronológico para o qual a categoria poderia ser utilizada com mais segurança no Estado de Minas Gerais: os anos que vão da proclamação da República à implementação da reforma João Pinheiro em 1906, que cria os grupos escolares e promove uma profunda mudança no sistema escolar, estabelecendo um novo tempo para a educação mineira. Da mesma forma, foram estabelecidas categorias complementares de análise, que permitissem dimensionar com clareza as diversas faces dessa ação municipal, que passavam tanto pela configuração político-econômica do município e de suas elites, que respondiam pela administração local, quanto documentos específicos da Câmara Municipal, como leis e projetos de leis, correspondências diversas, moções populares, relatórios de inspetores municipais e do agente executivo (o prefeito à época), discussões do orçamento, correspondências de professores etc. Esse conjunto metodológico e documental, que se amplia a cada nova investigação, vem permitindo avançar na identificação de novos municípios com o perfil pedagógico, e a divulgação dos resultados tem angariado interesse em pesquisadores de outras regiões de Minas Gerais, bem como de outros estados, como demonstram três trabalhos inseridos no presente volume.

Nas últimas incursões e nos debates que têm sido implementados entre os membros do grupo de pesquisa e com outros investigadores, tem se percebido a possibilidade concreta da extensão da categoria município pedagógico tanto para além do período originalmente delimitado (1889-1906), como para fora dos limites do Estado de Minas Gerais. Entendemos – embora isso vá depender de muita pesquisa

pela frente – que essa categoria poderá gerar frutos interessantes se tomada como foco nos diferentes estados da federação e também no período completo da chamada Primeira República. Mais não ousamos propor, por enquanto.

Deve-se salientar, inclusive, que a análise dessa ação municipal nos domínios da educação nas décadas iniciais da República não pode ser posta em prática de forma isolada, mas diretamente interligada às discussões que ocorriam no âmbito nacional e às iniciativas que eram tomadas nos estados. Se há uma omissão do Estado nesse momento, com relação à instrução do povo, o mesmo não ocorre nos estados, embora com iniciativas as mais variadas, assim como os resultados obtidos. Em Minas Gerais, entende-se que exista uma espécie de complementaridade de esforços entre estado e municípios, aliás já prevista no Regulamento Escolar de 1893, que determinava que as cidades deveriam arcar com 50% dos custos de implantação de uma escola estadual em suas localidades. Dessa forma, para além da própria rede de ensino que os municípios criavam, deveriam também se responsabilizar por parte dos custos das escolas estaduais.

Essa situação pode ser mais bem compreendida se tomarmos em conta a omissão da União aventada acima, em função de não ser colocada na Constituição Federal de 1891 qualquer menção à instrução popular, para além da laicidade do ensino. Com essa normativa, a responsabilidade pela educação passa, tacitamente, para o âmbito dos estados e estes, quando possível, como em Minas Gerais, repassam parte dessa incumbência aos municípios. E isso estimula ou permite a concretização do que estamos chamando de município pedagógico, pois este, não tendo a quem repassar a obrigação e lidando diretamente com as demandas dos cidadãos, acaba por assumir a educação e a organizá-la dentro de seus limites. Portanto, não é apenas pela formulação de leis específicas de instrução propostas pela edilidade ou pela criação de escolas locais que o município ocupa esse protagonismo, mas também pela responsabilização a que está sujeito pela legislação estadual que, inclusive, também lhe cobrará mecanismos de acompanhamento e fiscalização do sistema. De qualquer forma, é importante notar que algumas cidades de Minas Gerais, como Uberabinha, na década de 1890, oferecem um número muito maior de escolas e atende a um contingente igualmente superior de alunos que o sistema estadual em seus domínios. O que amplifica a percepção do papel do município na condução dos assuntos da educação e a importância de se estudar essa instância para se compreender o processo de instrução pública nos âmbitos estaduais – bem como o debate e o impacto dessas iniciativas no conjunto da federação.

Não devemos nos esquecer, contudo, de que as discussões em torno da participação do município nas decisões políticas estiveram presentes em todo o período da Primeira República e nas décadas posteriores. A Constituição Federal de 1891 valoriza o município e estabelece seu espaço em relação ao poder dos estados ("Art. 68 – Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse"). A Constituição de Minas Gerais, também de 1891, amplia o espaço do município em seu texto – onde lhe é dedicado todo o Título II – e ainda estabelece como menor unidade política os distritos, subordinados aos municípios, mas com direito à eleição de vereadores para a Câmara Municipal, embora parte dessa autonomia acabe sendo revertida no estado ainda na primeira década republicana. Nas décadas de 1930 e 1940, o movimento municipalista é ampliado e persiste até os dias atuais. Inclusive, com reivindicações específicas no campo da educação, que resultaram na atual formulação prevista na LDB em vigor (Lei nº 9.394/96), transferindo ao município a responsabilidade pela condução do Ensino Fundamental, que é o espaço primeiro do que entendemos por educação para o povo. Embora importante para o acompanhamento das discussões, não enveredaremos pela análise do movimento municipalista, mas não poderíamos deixar de lembrar ao leitor sobre o significado de tal movimento para a compreensão da categoria município pedagógico.

Voltando ao conteúdo específico desta coletânea, chamamos a atenção para o significado e a abrangência dos textos que a compõem e que se interligam tanto em torno da categoria município pedagógico, como do período de estudo e da questão da organização da instrução pública no âmbito local. Além da correlação do que foi investigado com o que acontece na educação no além-fronteiras do estudo, e, ainda, as interligações sobre a importância da educação, tanto para o progresso econômico-social como para o aprimoramento moral e intelectual da população brasileira.

O trabalho de Wenceslau Gonçalves Neto, "Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise", foi a primeira tentativa de discussão dessa categoria, buscando ajustá-la à realidade brasileira, mais especificamente à de Minas Gerais, fazendo a contextualização do debate e estabelecendo limites e perspectivas para ela. Foi publicado originalmente em 2006, sendo aqui inserido para se orientar previamente o leitor sobre a compreensão desse instrumento de análise, que poderá aquilatar pelos textos seguintes os desdobramentos decorrentes dele.

O texto do Prof. Justino Magalhães, "O município liberal e a decisão política", apesar de não tratar da realidade brasileira, contém histórico e análise do envolvimento do município em Portugal no século XIX, tanto na defesa de sua autonomia na relação com o poder central, como na responsabilização pela oferta ou pela reivindicação de escolas ao Ministério do Reino. Também apresenta o movimento legislativo português, demonstrando como o poder local participa do processo de letramento da população, por exemplo, nas décadas de 1870 e 1880, quando é institucionalizada a municipalização da instrução pública em Portugal.

O artigo de Glaura Teixeira Nogueira Lima e de Sandra Mara Dantas, "Pelo progresso, por uma cidade ideal: ensino e gestão municipal em Araxá, nos primeiros anos da República", concentra-se na análise do município de Araxá-MG, tomando principalmente as atas da Câmara Municipal com fonte. Nota-se que nessa cidade a discussão sobre a preparação de lei de instrução ou de criação de escolas ocorre com um pequeno atraso, embora já em 1894 o debate se instaure na edilidade. De qualquer forma, as preocupações demonstradas com o processo de desenvolvimento municipal acabam por desaguar, necessariamente, na questão da instrução da população.

O trabalho de Terciane Ângela Luchese, "'Um dever de ordem pública iniludível e inadiável': a administração municipal e as comunidades em prol da instrução pública (Região Colonial Italiana, RS, 1890-1928), traz-nos importante contribuição que escapa ao Estado de Minas Gerais. Abordando a ação municipal no âmbito da educação, a autora percebe como esta "foi central para a constituição de uma rede de escolas de nível elementar que, por décadas, atuaram na disseminação do ensino da leitura e da escrita do português, das operações matemáticas fundamentais, do ensino cívico e mesmo do catecismo".

Outro texto fora do território mineiro é o produzido por Rosa Fátima de Souza, "A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910)", que nos mostra como o aprofundamento das investigações no âmbito estadual vai se firmando, ao nos dizer que a "historiografia da educação do Estado de São Paulo ressente-se de estudos aprofundados, abrangentes e sistemáticos sobre a atuação dos municípios no campo educacional", completando que existem, "no entanto, vários indícios de que algumas câmaras municipais do estado desenvolveram, ao longo do século XX, diversas ações de organização e manutenção de escolas primárias e de apoio à criação e subvenção de escolas secundárias, normais e técnicas".

Nessa mesma linha, segue o texto de Cesar Romero Amaral Vieira, Ana Clara Bortoleto Nery e Thiago Borges de Aguiar, "Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XX". Os autores, buscando compreender o processo de escolarização no município, no recorte temporal entre 1890 a 1910, procuram "responder qual teria sido a força do modelo escolar paulista no cenário local mais amplo e dar os primeiros passos no entendimento do que teria sido a escola em Piracicaba em um momento tão peculiar da História da Escola no Brasil".

O trabalho de Antoniette Camargo de Oliveira, Carlos Henrique de Carvalho e Osvaldo Freitas de Jesus, "As propostas educacionais da Câmara Municipal de Patos de Minas, do Império à República (1868-1909)", aborda algumas "iniciativas da Câmara Municipal de Patos de Minas, tendo sido analisadas as Atas da Câmara produzidas entre fevereiro de 1868, ou seja, a partir do primeiro livro de Atas produzido pela municipalidade, e maio de 1909, no sentido de coincidir com as últimas publicações do primeiro jornal de Patos de Minas: *O Trabalho*, até então o único da cidade, cujos artigos sobre educação datam de agosto de 1905 a fevereiro de 1909.

A extensão do papel da ação da Câmara Municipal de Patos de Minas pode ser aquilatada por outro texto, "A Câmara Municipal de Patos de Minas e a promoção da instrução pública: grupo escolar, ensino secundário e educação no campo (1905-1908)", de Antoniette Camargo de Oliveira, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho, Eloy Alves Filho e Geraldo Inácio Filho. Nele são analisados

> os esforços da Câmara Municipal de Patos de Minas-MG em prol da criação de um grupo escolar, isto é, como foram enfrentados os problemas relativos à instrução pública na cidade, ou melhor, de que forma o legislativo local conduziu os encaminhamentos para a instalação dessa modalidade de escola no município, pois havia várias dificuldades e demandas, tais como encontrar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar, mas também questões concernentes às longas distâncias entre as escolas isoladas, ou mesmo distritais, situações essas bastante debatidas pelos vereadores.

O artigo de Rosana Vidigal Santiago Cappelle, "A educação escolar na segunda metade do século XIX no município de Rio Pomba: símbolo de progresso e de identidade local", em que se parte de documentação encontrada no Museu Histórico de

Rio Pomba-MG, busca "perscrutar a atuação do poder público municipal e da elite local, bem como os ideários disseminados na localidade no que tange às questões educacionais, em particular, no que se refere à sua educação escolar, no final do século XIX".

No texto "Educação e progresso no âmbito das discussões da Câmara Municipal de Rio Pomba, Minas Gerais, 1895 a 1902", de Eloy Alves Filho, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho e Carlos Henrique de Carvalho, são tratadas as iniciativas da Câmara Municipal de Rio Pomba, por meio da imprensa local, pois

> não foram localizadas as atas da Câmara, no período delimitado para este artigo. Mas, nos artigos dos jornais, eram frequentes as discussões acerca da necessidade de instrução e a importância da ação municipal em prol da construção de escolas, contratação de professores, aprovação até mesmo de currículos. Além desses aspectos, nota-se ainda a preocupação em difundir, na escola primária, os princípios de patriotismo, trabalho, cidadania etc.

O trabalho de Clarice Lisandra David e Luciano Mendes de Faria Filho, "A escolarização em um momento de transição: a atuação da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro/MG (1880-1889)", voltado especificamente para os anos finais do Império, expõe a contribuição dos municípios para a expansão da escolarização, mostrando como a "cidade de Itabira do Matto Dentro, a partir do ano de 1881, passou a criar e subvencionar escolas rurais sob sua responsabilidade dividindo assim com a província mineira os encargos da instrução pública".

O artigo de Denilson Santos de Azevedo e Aline Rosane Costa, "Os discursos e ações educacionais no município de Viçosa-MG (1892-1901)", empreende a análise das ações educacionais promovidas na cidade de Viçosa "tomando por base as matérias publicadas nas páginas do jornal *A Cidade Viçosa*", uma vez que grande parte da documentação da Câmara Municipal desse município foi perdida em tempos passados.

O outro texto de Wenceslau Gonçalves Neto, "Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG", foi elaborado em 2004, anteriormente à utilização da categoria município pedagógico. O intuito na inclusão dele nesta coletânea é de sinalizar como a documentação resgatada nos arquivos da Câmara Municipal de Uberabinha, contendo rico debate sobre a

instrução, permitiu sua correlação posterior com a categoria município pedagógico e sua extensão para outras localidades. Ao fazer a análise do perfil da edilidade de Uberabinha, num estudo de caráter prosopográfico, o autor identificou elementos de modernidade que poderiam justificar em parte o protagonismo tomado pelo município naquele momento.

Pretende-se, com os estudos que compõem o presente livro, oferecer subsídios à compreensão do processo de organização da educação brasileira, bem como à reflexão sobre o atual momento histórico-educativo, no qual sobressaem questões envolvendo as relações dos municípios com os demais entes federados – estados e União –, ganhando relevo nas discussões os problemas da autonomia administrativa, financiamento, currículo, formação de professores, condições de trabalho, salário, práticas pedagógicas etc. Assim, o princípio que motivou os pesquisadores aqui reunidos foi compreender a História da Educação brasileira não como uma interpretação estanque no passado, mas em conexão direta com o tempo presente, buscando os pontos em comum entre as duas dimensões temporais e fazendo as aproximações possíveis entre espaços distintos.

Finalmente, cabe destacar que a parte referente a Minas Gerais nesta publicação surgiu de investigações que vêm sendo conduzidas nos últimos anos, buscando compreender o papel do município na educação brasileira, com ênfase na realidade mineira. Os resultados têm sido possíveis pelo auxílio continuado garantido pela FAPEMIG (Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), por meio do seu Programa Pesquisador Mineiro, e pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Vários outros trabalhos encontram-se em andamento e esperamos em breve poder divulgá-los.

Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise[1]

Wenceslau Gonçalves Neto

Na implementação do projeto "Organização do ensino público e representações de educação e civilização em Minas Gerais: Uberabinha, 1888-1930 – Análise documental e interpretação", em andamento e financiado pelo CNPq, trabalhamos, como fontes principais, com os livros de atas da Câmara e livros de leis e decretos do Agente Executivo do município. Ao fazermos a transcrição das Atas da Câmara Municipal de Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929), encontramos uma preocupação decisiva pela instrução pública, de tal forma que as quatro primeiras leis aprovadas pelos vereadores em 1892, primeiro ano de funcionamento do Legislativo municipal (Uberabinha consegue sua autonomia em 1888), referem-se todas à educação, incluindo Lei de Instrução e Regulamento Escolar, além de determinações com relação às aulas noturnas e à divisão do município em circunscrições literárias. Ou seja, encontramos um "plano municipal de educação", caracterizando o município como um território pedagógico e não apenas político-administrativo. A percepção desse fenômeno motivou-nos a avançar o estudo da formação do sistema de instrução

[1] Publicado originalmente em: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). *Navegando na História da Educação Brasileira*. Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006, p. 1-15. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_105.html>. Acesso em: 26 jan. 2015.

pública no Brasil para além da análise estadual, estendendo essa investigação aos municípios, no caso, tomando Uberabinha como referência.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO FINAL DO SÉCULO XIX

O período de que nos ocupamos especificamente refere-se à década de 1890, já no espaço republicano, mas não pode ser desvinculado da estrutura herdada dos tempos imperiais, entre outras razões, pela permanência (ou pela falta) das condições educacionais, que se estendem no pós-1889.

A discussão sobre a educação do povo coloca-se de forma mais efetiva a partir da década de 1870, quando se difundem no país diversas correntes de pensamento vindas principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Roque Spencer Maciel de Barros denomina esse movimento de "Ilustração brasileira", o qual, no seu entender, estende-se até por volta do início da primeira grande guerra no século XX. Segundo suas palavras, "os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a 'ilustrar' o país; a 'iluminá-lo' pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas 'focos de luz', donde haveria de sair uma nação transformada".[2]

Vanilda Paiva também observa o crescimento desse interesse ao anotar o incremento das discussões sobre a educação nacional no Segundo Império, indicando que a "multiplicação de projetos de reforma do ensino coincide com as duas últimas décadas do regime imperial",[3] o que reforça os apontamentos de Roque Spencer Maciel de Barros, demonstrando a importância do estudo desse período para a compreensão das origens do processo de formação do sistema brasileiro de ensino. No entanto, essas propostas, no período imperial, não atingem muitos resultados práticos, uma vez que a descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834 limitava a atuação do poder central, agravada pela falta de recursos e de vontade política de boa parte da elite. A esses entraves, para melhor compreender as limitações da instrução, devemos acrescentar a extensão geográfica do país, os problemas de comunicação, a pouca significância da vida urbana etc.

[2] *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*, p. 23.

[3] *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos, p. 81.

A multiplicação dos debates e a tentativa de reforma da educação imperial (no que os pareceres de Rui Barbosa tornam-se peças-chave), marcam os anos que precedem a República. Na análise da reforma do ensino primário, em 1882, Rui Barbosa identifica o grande problema nacional: "Ao nosso ver a chave misteriosa das desgraças que nos afligem, é esta, e só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria". E, mais à frente, indica a solução: "Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo".[4] Essas observações de Rui Barbosa servem como mostra do empenho pela educação que brotava nas mentes ilustradas do final do século XIX no Brasil.

Embora o período seja rico nessas discussões, não devemos nos esquecer que o fim último a ser alcançado nem sempre seria a inclusão da população na participação política, pois essa mesma constatação da deficiência instrucional significava, para diversas autoridades políticas, a insuficiência do povo para a prática política. A instrução deveria cumprir, portanto, antes da inclusão, o papel regenerador, preparador do povo para a cidadania.

Essa preocupação com a educação popular aparece principalmente como reflexo do movimento de organização dos sistemas de ensino que ocorrem, no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos. A disseminação da industrialização no século XIX pelo ambiente europeu gera a necessidade da formação de trabalhadores com uma base mínima de escolarização, necessários para uma forma de produzir mais complexa e que buscava insistentemente ganhos de produtividade. Nesse momento, o Estado percebe nessa demanda uma porta de entrada para se promover a difusão dos princípios ideológicos, a definição do caráter do cidadão que se queria construir e também a formação de uma mentalidade cívica, ou seja, a construção da nação e do sentimento de nacionalidade. Para dar conta dessa empreitada, o Estado propõe-se a estimular e controlar a expansão da instrução popular, até então dominada em boa parte pela Igreja católica em diversos países europeus, formando os sistemas nacionais de ensino:

> Paradoxalmente, por razões de reprodução econômica e ideológica, a revolução industrial em regime de *laisser-faire* implica um sistema de ensino

[4] *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*, p. 121, 143.

> estatal. A ascensão dos Estados-Nações e a tendência à secularização da vida social se constituem em duas outras condições favoráveis à designação do Estado como instância educativa.[5]

Evidentemente, essa educação não estava voltada especificamente para os interesses populares, pois "para as elites dirigentes a educação do povo não pode ser um assunto do povo".[6] De uma maneira ainda mais direta, sobre os reais objetivos do processo de escolarização que ocorre na Europa, Fritz Ringer assim se manifesta:

> Por consiguiente, podríamos afirmar que resulta acertado considerar las transformaciones ocurridas en el siglo XIX y principios del XX ante todo en términos de sus *efectos sociales*, en vez de hacerlo principalmente refiriéndonos a sus *causas económicas*. En nuestra opinión, los sistemas educativos que surgieron de los cambios estructurales de este período crucial terminaron por perpetuar y consolidar la organización jerárquica de sus sociedades...[7]

A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO

A República, em função de sua aproximação com as ideias liberais e com os novos interesses econômicos que se afirmavam na realidade brasileira, como os industriais-urbanos, colocava entre seus objetivos mais caros o desenvolvimento da instrução popular, considerada o fundamento necessário para a formação do povo e a prática da cidadania, que são o sustentáculo numa ordem que se pretenda democrática.

Daí que, se a percepção das condições cívico-políticas da população não era favorável, surge a crença de que, pela educação, seria possível remodelar o povo, regenerá-lo para a prática política e para o trabalho. Além disso, era crença, como

[5] PETITAT. *Produção da escola*: produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente, p. 146.

[6] PETITAT, *op. cit*., p. 152.

[7] Introduccion. *In*: MÜLLER; RINGER; SIMON. *El desarrollo del sistema educativo moderno*: cambio estructural y reproducción social, 1870-1920, p. 21.

observou Rui Barbosa acima, que a grande chaga nacional era a ignorância e que, portanto, o restante de nossos males daí derivava. Sendo excluído esse problema, pela educação, todos os outros também estariam encaminhados para a solução. Segundo Jorge Nagle, "A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país".[8]

No entanto, apesar de todo esse "entusiasmo", a República, em seu início, pouco fez pela instrução popular, em quase nada mudando a estrutura educacional em relação ao tão criticado ensino imperial. Entre outras coisas, porque não se enfrentou o problema central que estava colocado desde o Ato Adicional de 1834 que, ao descentralizar o controle sobre a educação elementar, abriu mão da possibilidade de formação de alguma forma de organização nacional de ensino. O poder transferido às províncias naquele momento e referendado em interpretações posteriores, garantia a estas autonomia, inclusive na condução dos negócios da educação primária.

Apesar dos já citados problemas de falta de vontade política e de recursos, diferenças culturais etc, ao final do Império firmava-se o diagnóstico nos projetos e discussões da necessidade de se imprimir uma uniformização da educação no país, o que só poderia ocorrer por ação do poder central. No entanto, o advento da República, em vez de dar continuidade a essa proposta, como seria de se esperar por causa de suas promessas regeneradoras e de formação da nacionalidade por intermédio da educação, acaba por estabelecer uma relação de continuidade, que se estenderá até o final da Primeira República.

Instaurado o novo regime, o projeto de Constituição elaborado pelo Governo Provisório previa a responsabilidade do Congresso Nacional na "animação" da educação nacional, o que já seria um ponto de partida para uma possível unificação. No entanto, os interesses oligárquicos, travestidos de federalismo, falaram mais alto e a descentralização que vigorara no Império avança pela República. A Constituição de 1891, ao se omitir sobre a questão da educação, remete, tacitamente, a responsabilidade desta para os estados. Dessa forma, bloqueia-se toda a rica discussão precedente e retoma-se o percurso tantas vezes criticado. Ao longo da Primeira República não faltaram críticos a essa situação. Sud Mennucci, por exemplo, escrevendo em 1922,

[8] A educação na Primeira República. *In*: FAUSTO (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930), v. 2, t. III, p. 261.

após criticar duramente a atuação imperial, que não teria tomado conhecimento das questões pedagógicas, verbera:

> Entretanto, o espírito de imprevidencia e despreoccupação pelo problema, peculiar aos estadistas da Monarchia, não desapparecera com a simples mudança de regimen. Os homens eram os mesmos. No anno de 1891, votada a Constituição, a Republica inicia o Governo legal e reconhecido com duas medidas que têm custado caro ao Brasil: 1.ª) ficamos sem o ministerio especial de Instrucção Publica, que era uma instituição victoriosa em todos os paizes cultos; 2.ª) delegamos á competência exclusiva dos Estados o encargo total de prover ao proprio ensino primario". E conclui, referindo-se à manutenção da descentralização: "Não se pode negar que somos um povo aferrado ás tradições, principalmente... ás prejudiciaes.[9]

Além de manter a descentralização na direção da instrução primária, a Constituição de 1891 reafirma o princípio legal estabelecido ao final do Império da negação do voto aos que não dominassem as primeiras letras, consagrando o preconceito contra o analfabeto, considerado incapaz, o que motivará diversas campanhas ao longo do tempo para a eliminação dessa chaga nacional. Segundo Vanilda Paiva, esse preconceito não existira até o final do Império, não se colocando em dúvida a capacidade do analfabeto: "Somente quando a instrução se converte em instrumento de identificação das classes dominantes (que a ela têm acesso) e quando se torna preciso justificar a medida de seleção [para o voto] é que o analfabetismo passa a ser associado à incompetência".[10]

O resultado dessa equação é uma escola primária altamente ineficiente, incapaz de conter o crescimento do analfabetismo e muito menos de superá-lo. A mesma Vanilda Paiva, utilizando-se de dados do parecer de Rui Barbosa, de 1882, e do Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, que indicava a existência no Brasil de pouco mais de 11 mil escolas elementares, 600 mil alunos matriculados e 400 mil frequentes, demonstra que esses dados correspondem a cerca de 100% de crescimento em relação a 1882. Considerando como sendo de 25 os últimos anos do Império e as duas primeiras décadas da República, teríamos um crescimento anual

[9] *Cem annos de instrucção publica (1822-1922)*, p. 48-49, 50.

[10] *História da educação popular no Brasil*, *op. cit.*, p. 93.

médio de 4%, o que realmente não permite presumir qualquer mudança significativa no quadro, permitindo afirmar que, no que concerne à educação popular, essas duas primeiras décadas da República não diferiram das duas últimas do Império.[11]

No entanto, apesar de todos esses problemas na República, é necessário reconhecer que é após a sua implantação que começaremos a perceber alguma preocupação efetiva com a instrução popular, notadamente nos estados mais avançados economicamente, como São Paulo, que promove sua reforma de ensino a partir de 1890, criando as escolas graduadas, que acabarão por se tornar o modelo que será seguido pelos outros estados brasileiros no correr do século XX. Segundo Dermeval Saviani,

> Foi somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população.[12]

O MUNICÍPIO E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO

As preocupações que nos tomam neste momento foram suscitadas a partir de troca de ideias e da leitura de um texto inédito de Justino Pereira de Magalhães, sobre o processo de formação do sistema educacional português na segunda metade do século XIX, época que, além de servir de palco para os debates sobre o papel da instrução no processo de desenvolvimento português, de consolidação da nacionalidade e criação de condições para a prática da cidadania, presenciará outros encaminhamentos.

Atrelada à discussão sobre a centralização ou descentralização do ensino, também presente no cenário luso, a municipalidade portuguesa será responsabilizada, gradativamente, segundo Justino Magalhães, pela implementação da instrução

[11] *História da educação popular no Brasil*, *op. cit*., p. 89-90.

[12] O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. *In*: SAVIANI *et al*. *O legado educacional do século XX no Brasil*, p. 17-18. Sobre a organização da escola graduada em São Paulo, cf. SOUZA. *Templos de Civilização*: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910).

pública em seus domínios. E isso ocorrerá principalmente após a Revolução Liberal, quando os antigos concelhos têm aumentadas suas prerrogativas:

> Erigidos a municípios, geridos por autoridades eleitas a que se associava um administrador, os concelhos constituíram-se como espaços integrados, e as câmaras municipais, directa ou indirectamente, passaram a interferir em todos os domínios da vida pública, com grande incidência no fomento da instrução pública.[13]

As atribuições do município eram divididas com as freguesias, quanto aos gastos com pagamento de professores, mobiliário e aluguel de prédio para a escola, o que gerava constantes atritos entre essas duas instâncias. Após a reforma descentralizadora de 1878, os municípios deveriam nomear uma Junta Escolar, responsável perante a Câmara Municipal e a inspeção escolar, para "elaboração de um Plano municipal para a criação das Escolas, o fomento da instrução, a organização do recenseamento escolar, a colocação e o pagamento dos vencimentos aos professores, ouvido, num e noutro caso, o inspector".[14]

Maria do Céu Alves, analisando o processo de escolarização português em Mafra, ao final do século XIX, dá-nos uma mostra de problemas advindos da convivência dessa Junta com a Câmara, ao registrar a ocorrência, no biênio 1881-1883, de denúncia por parte do Presidente da Junta Escolar, de nomeações irregulares de professores promovidas pela Câmara. Esse tipo de atitude é tomado, pela autora, como uma "necessidade de auto-afirmação" da Câmara, agindo até acima da lei. Segundo Maria do Céu Alves, "Assiste-se, assim, à tentativa de centralização do ensino no poder local, na razão directa da descentralização do ensino das competências do Estado".[15]

Deve-se chamar a atenção para o fato de que essa proximidade da administração com relação à criação, administração e manutenção das escolas não redundará em progresso significativo para o ensino primário português. Essa responsabilização

[13] MAGALHÃES. *A construção de um município pedagógico* – o caso de Vimioso, p. 4.

[14] MAGALHÃES. *A construção de um município pedagógico* – o caso de Vimioso, p. 4.

[15] *Um tempo sob outros tempos*: o processo de escolarização no Concelho de Mafra – anos de 1772 a 1896, p. 82. A reforma portuguesa de 1890, centralizando a gestão, deixará os municípios reduzidos a posição subalterna quanto à autonomia para decisões ante o poder central. Além disso, foram extintas as Juntas Escolares e outras autoridades nomeadas pela administração municipal.

do município, no entanto, não atende apenas aos interesses do poder central, no sentido de se desobrigar da administração direta e dos custos da instrução pública. Ao próprio município também se torna interessante ocupar esse espaço, na medida em que este pode auxiliar no processo de formação de sua identidade. Assim como se procurava, no nível macro, a formação da nacionalidade portuguesa pela via da educação, o município também a isto aspira e o poderá fazer pelo mesmo caminho. Na observação de Justino Magalhães:

> O município dispõe de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução pública. As autoridades do poder local dispõem de uma grande oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos e as elites locais não a desprezaram. A integração municipal encontra na instrução pública uma nova oportunidade e um factor de construção de identidade.[16]

No caso do Brasil, observamos que esta questão da municipalização também estará presente, como reflexo da transmissão aos estados da responsabilidade pela instrução pública popular. No entanto, a já citada falta de orientação nacional com relação aos procedimentos instrucionais, pela ausência de determinações especificamente educacionais na Constituição federal, disseminava insegurança quanto ao conteúdo das propostas estaduais de reforma, o que acarretou tanto a heterogeneidade de resultados quanto a prática da reprodução de modelos efetuados em estados mais privilegiados. A esse respeito, e chamando a atenção para o caráter local das mudanças, observa Heladio Cesar Gonçalves Antunha:

> De fato, nessa primeira fase [da república], os acontecimentos mais salientes, as realizações mais importantes no campo do ensino primário acontecem ao nível regional e local. O Distrito Federal, mercê de sua privilegiada situação, bem como dos recursos de que dispunha o Estado de São Paulo, que passava naquele momento à liderança econômica do país, encontravam-se em melhores condições para conduzir, de maneira mais satisfatória, seus respectivos sistemas de ensino. Assim, essa duas unidades federadas organizam, desde os dias iniciais do regime, sistemas que à

[16] MAGALHÃES. *A construção de um município pedagógico*: o caso de Vimioso, p. 5.

> falta de padrões oficiais, passariam a inspirar iniciativas e mesmo a servir de modelos para diversos Estados da União.[17]

Em Minas Gerais, essa influência será sentida quando da formulação de seu projeto de reforma da educação. Começando pela Constituição estadual, esta debruçar-se-á com um pouco mais de atenção do que a federal sobre a questão educacional, estabelecendo logo no parágrafo sexto do terceiro artigo que o "ensino primario será gratuito e o particular exercido livremente".[18] Ao Congresso estadual compete, entre outras coisas, "Promover no Estado o desenvolvimento da educação publica..." (item 27, art. 30) e "Legislar sobre instrucção primaria" (item 5, art. 31).

Voltando-se para o município, a Constituição mineira, praticamente reproduzindo o disposto no art. 68 da Constituição federal, estabelece em seu art. 8º: "O Estado institue o governo autônomo e livre dos municípios em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, nos termos prescriptos por esta Constituição". Com relação à educação, a Constituição estadual oferecerá às câmaras municipais a "livre deliberação" sobre a instrução primária, responsabilizando-as juntamente com o Estado pela implementação desse ensino. Isso pode ser visto no inciso IV do art. 75, que reserva aos municípios alguns direitos que, numa realidade marcada pela descentralização de responsabilidades, soam mais como deveres:

> O orçamento municipal, que será annuo e votado em época prefixada, a policia local, a divisão districtal, a creação de empregos municipaes, *a instrucção primaria e profissional*, a desapropriação por necessidade ou utilidade do municipio e a alienação de seus bens, nos casos e pela fórma determinada em lei, são *objecto de livre deliberação das camaras municipaes*, sem dependência de aprovação de qualquer outro poder, guardadas as restricções feitas nesta Constituição [grifos nossos].

Essas prescrições sucintas, mas bem mais extensas e esclarecedoras do que aquelas presentes na Constituição federal, aliadas ao conhecimento do conteúdo do decreto de reforma do ensino no Distrito Federal (Decreto nº 981, de 08/11/1890),

[17] *A instrução na Primeira República*: Primeira parte: a União e o ensino primario na Primeira República, p. 81.

[18] VIANNA. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*, p. 751. As próximas citações da Constituição mineira provêm desta mesma fonte.

nortearão os trabalhos do governo na preparação da lei estadual da instrução pública. Como resultado, será sancionada a Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, que "Dá nova organização á instrucção publica do Estado de Minas".[19]

Em termos de princípios e determinações para a educação mineira, é importante chamar a atenção para alguns aspectos contidos na lei, alguns advindos da Constituição estadual e outros refletindo o Decreto de Benjamin Constant e contribuições específicas do legislativo mineiro. Entre elas, vale destacar, antes de mais nada, a existência do Conselho superior, presidido pelo secretário de educação, responsável pelos métodos, programas de ensino, regimentos etc. Hierarquicamente, seguem-lhe os conselhos escolares municipais e os distritais. Para fiscalização do andamento das escolas no estado foram criados os inspetores ambulantes. O ensino primário é confirmado como gratuito, mas, quanto à obrigatoriedade, não se responsabiliza diretamente ao Estado, estendendo esta obrigação aos pais, tutores, patrões, protetores. As escolas foram classificadas em rurais, distritais e urbanas, cada tipo desenvolvendo um currículo específico, que vai se ampliando a partir da escola rural até se completar na escola urbana. Proibiam-se os castigos físicos e humilhantes, determinava-se a prática de exercícios físicos, as exigências arquitetônicas e higiênicas etc. Para o financiamento da instrução, além das verbas próprias do orçamento estadual, instituiu-se o fundo escolar. Ademais, convém destacar a liberdade de ensino assegurada aos particulares, inclusive com a possibilidade de subvenções públicas.

Com relação aos custos para implementação da instrução primária no estado, esta lei, em consonância com o princípio de transferir a responsabilidade ou, no mínimo, de dividi-la, estabelece, no parágrafo segundo do art. 331, a participação do município no provimento dos prédios escolares e no mobiliário necessários a esse nível educacional:

> "A" designação das cidades, villas e districtos onde tenham de se realizar essas construcções [prédios para escolas primárias] precederá accôrdo com a respectiva camara municipal, que deverá contribuir com a metade da despesa a fazer-se com esse serviço e acquisição da mobilia necessaria a cada escola, tudo de conformidade com as plantas, designação

[19] MINAS GERAIS. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892*, p. 43-99. As próximas referências à lei provêm desta mesma fonte.

> local, orçamento e instrucção da secretaria das obras publicas do Estado, podendo as municipalidades, quando queiram, ser encarregadas da execução das obras, uma vez que se obriguem a effectual-as nas condições determinadas e no prazo estipulado, que não deverá exceder de um anno.

Esta foi a base educacional estabelecida no estado de Minas Gerais a partir de 1892: uma lei ambiciosa nos propósitos, enciclopédica nas prescrições, reticente quanto à obrigatoriedade do ensino, insegura quanto aos recursos necessários ao financiamento, mas buscando conjugar o estabelecido na Lei Maior do país e a crença liberal no poder transformador e regenerador da educação.

O maior obstáculo à execução da lei, no entanto, não foi o enciclopedismo, mas a falta de recursos do Estado. O que levou, tanto na lei como na prática, à responsabilização não apenas dos estados, mas também dos municípios no que concerne à instrução pública, como vimos acima. E esta discussão não ocorre apenas em Minas Gerais e nem somente no início da República. Em discurso de 1907, o deputado Dunshee de Abranches, diz que

> entre as faculdades e serviços que devem ser concedidos e cometidos aos poderes regionais, sobreleva a difusão e desenvolvimento da instrução, que lhes incumbe ministrar conforme a maneira de ver que lhes é própria e segundo as condições especiais de sua vida local. Daí sustentarem liberalmente alguns constitucionalistas nossos que, pela Constituição republicana, o ensino primário pertence às municipalidades.[20]

A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE UBERABINHA

Não devemos estranhar, dadas as condições da época, o empenho dos vereadores das cidades do interior de prover suas municipalidades com a instrução fundamental que o Estado não conseguia ou não pretendia oferecer. Nesse sentido, Uberabinha, o município mineiro de que nos ocupamos, tem postura exemplar para a compreensão desse fenômeno no âmbito da história da educação: a lei de instrução pública que redige é anterior em alguns meses à Lei nº 41, do Estado de Minas Gerais.

[20] *Apud* ANTUNHA, *op. cit.*, p. 28.

A primeira legislatura da Câmara Municipal de Uberabinha, que se tornara município em 1888, é instalada em 07 de março de 1892, em substituição ao Conselho de Intendentes instalado no ano anterior, definindo-se o início dos trabalhos legislativos para o dia 07 de abril do mesmo ano. Nesta sessão de 07 de março, já temos um primeiro ato voltado para a educação, com a proposta e aprovação de "prover interinamente a aula primaria do sexo masculino desta cidade e ocorrer as despezas pela cobrança da Taxa escolar cobrada com a denominação imposto de capitação".[21]

Abertos oficialmente os trabalhos da primeira Câmara Municipal em 07 de abril, já no dia 08 foram tomadas decisões quanto à contratação do professor municipal e à reforma necessária no prédio que abrigaria a escola. No dia 09 de abril, foi criado o "imposto da taxa escolar". E em 12 de abril foi apresentado o projeto de lei da instrução pública do município. Discutida e emendada a proposta nas sessões seguintes, no dia 22 de abril a lei recebeu a aprovação final da Câmara Municipal, tornando-se a Lei nº 1 do ano de 1892, "Que dispõe sobre instrucção publica". Note-se que a Lei nº 41, que "Dá nova organização á instrucção publica do Estado de Minas", é de 03 de agosto de 1892, alguns meses, portanto, posterior à de Uberabinha.

Na sequência deste esforço legislador para a educação, a Câmara aprova em 16 de junho de 1892 a Lei nº 2, "Que dispõe sobre o regulamento escolar". Chama-se a atenção, novamente, para a anterioridade, superior a um ano, do regulamento escolar de Uberabinha em relação ao seu congênere mineiro, o Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893, do governo de Minas Gerais, que "Promulga o regulamento das escolas e instrucção primaria".[22] Para que se dimensione com mais propriedade a determinação dos legisladores municipais com relação à educação, é preciso acrescentar que, neste mesmo mês de junho de 1892, foram aprovadas pela Câmara Municipal: a Lei nº 3, "Que dispõe sobre as aulas noturnas"; e a Lei nº 4, que "Dispõe sobre a divisão das zonas literarias dos districtos da cidade de Uberabinha".[23]

Por essa exposição, podemos perceber que, ao final do século XIX, assim como em Portugal, também no Brasil boa parte da responsabilidade pelo encaminhamento

[21] CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1891-1894, v. 25 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG). As citações dos trabalhos da Câmara, a seguir, referem-se a este mesmo livro de Atas.

[22] MINAS GERAIS. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893*, p. 422-465.

[23] CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Uberabinha, 1892, Livro 1 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG). Todas as leis citadas, de número 1, 2, 3 e 4, aí se encontram.

da instrução primária encontrava-se destinada às administrações municipais, e isto decorre, no período estudado, exatamente, mas não automaticamente, da descentralização existente nos dois países. Apesar das legislações centrais, no caso de Portugal, e estaduais, no caso do Brasil, os municípios também têm de estabelecer o seu *corpus* legislativo, contendo os princípios e as regras de funcionamento do ensino primário.

Neste processo, vão estabelecendo uma identidade própria ao ensino em cada cidade, de acordo com as prescrições singulares de cada localidade. Usando as já citadas palavras de Justino Magalhães, as elites locais veem nesse processo a oportunidade de "construção de identidade". Portanto, se a tentativa de se compreender a História da Educação brasileira, por exemplo, por meio da legislação e das discussões educacionais aí realizadas é pertinente, não se pode esquecer que boa parte do perfil educacional dos estados não se encontra apenas nessas determinações legais, mas também na própria forma de encaminhar a educação adotada em cada município. E, nesse sentido, para se compreender a História da Educação em Minas Gerais e no Brasil (e também Portugal), um olhar atento aos processos de formulação das propostas instrucionais no interior dos municípios é fundamental, para que se possam aquilatar as proximidades e distanciamentos que ocorrem entre esses diferentes espaços.

Como já dissemos, o município de Uberabinha representa um exemplo significativo do esforço pela construção de um sistema municipal de ensino, numa realidade marcada pela descentralização no contexto nacional e pela divisão de responsabilidades no nível estadual. Estamos utilizando o conceito de sistema conscientes da dificuldade de trabalhar com essa categoria no contexto do final do século XIX. No entanto, entendemos que as preocupações municipais para a organização do ensino público em Uberabinha, dada a extensão dos aspectos tratados nas leis, os princípios contidos e a determinação da edilidade na busca desse fim, consolidam um esforço amplo de racionalização que nos permitimos chamar, ainda que num nível preliminar, de sistema municipal de ensino. Também o fazemos por entender que a situação local ajusta-se à definição estabelecida por Dermeval Saviani ao discutir sistema de ensino, com a qual concordamos: "*Sistema* é a unidade de vários elementos *intencionalmente* reunidos, de modo a formar um conjunto coerente e operante".[24] No caso de Uberabinha, identificamos intenção, coerência e operacionalidade na proposta municipal de instrução

[24] *Educação brasileira*: estrutura e sistema, p. 80.

pública. Em trabalho posterior, este mesmo autor acrescenta algumas observações que também contribuem para a compreensão da realidade uberabinhense: "Assim, sistema implica organização sob normas próprias (o que lhe confere um elevado grau de autonomia) e comuns (isto é, que obrigam a todos os seus integrantes)".[25]

Além disso, na década de 1890 o município de Uberabinha dedica-se não só à instalação da primeira Câmara Municipal da cidade e à confecção das leis básicas que passaram a reger a educação municipal, mas também à reformulação destas, por meio da discussão e alteração do regulamento escolar nos anos de 1896 e 1899. Depois dessa última reforma, a Câmara Municipal só irá retomar a questão da educação em seus trabalhos legislativos na década de 1920. Ademais, a reforma educacional que o estado de Minas Gerais procederá logo em seguida, no ano de 1906, visando à instalação dos grupos escolares como unidades modelares, gerará um maior controle por parte do Estado, inaugurando uma nova fase na educação mineira. Por esses motivos, não avançamos nossas observações para além de 1899.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município pedagógico, uma categoria em formação, está sendo entendida provisoriamente como uma entidade político-administrativa presente no Brasil, possibilitada na segunda metade do século XIX pela presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é possibilitado pela difusão da crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação.

Consideramos que, ao lado de outras categorias explicitadas pelas pesquisas histórico-educacionais, o estudo do município, na sua dimensão pedagógica e ins-

[25] A idéia de sistema nacional de ensino e as dificuldades para a sua realização no Brasil no séc. XIX. *In*: FERREIRA (Org.). *Escolas, culturas e identidades*, p. 252.

trucional, contribuirá não só para o alargamento da compreensão do processo de formação do sistema brasileiro de ensino, mas poderá demonstrar a necessidade da mudança do ângulo de interpretação, estabelecendo o espaço municipal como cenário privilegiado para a investigação da história da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria do Céu. *Um tempo sob outros tempos*: o processo de escolarização no Concelho de Mafra, anos de 1772 a 1896. Dissertação (Mestrado) – Braga, Universidade do Minho, 2003.

ANTUNHA, Heladio César Gonçalves. *A instrução na Primeira República*: Primeira parte: A União e o ensino primário na Primeira República. São Paulo: Faculdade de Educação/USP, 1975.

BARBOSA, Rui. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: FFCL/USP, 1959.

CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1891-1902. v. 25, 26 e 27 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).

CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Uberabinha, 1892. Livro 1 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).

CAMARA de Uberabinha. *Regulamento Escholar do Município de Uberabinha*. Uberabinha: 1896. Documento avulso (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG – Acervo Jerônimo Arantes).

CAMARA Municipal de S. Pedro de Uberabinha. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Uberaba: Typ. "Livraria Século XX" de Aredio de Souza, 1903.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *A construção de um município pedagógico*: o caso de Vimioso. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004. Mimeo.

MENNUCCI, Sud. *Cem annos de instrucção publica (1822-1922)*. São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia, 1932.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1892*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1893.

MINAS GERAIS. *Collecção das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1893*. Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1894.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. *In*: FAUSTO, Boris (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*: o Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. v. 2, t. III, p. 259-291.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil*: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003.

PETITAT, André. *Produção da escola*: produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

RINGER, Fritz. Introducción. *In*: MÜLLER, Detlef K.; RINGER, Fritz; SIMON, Brian. *El desarrollo del sistema educativo moderno*: cambio estructural y reproducción social, 1870-1920. Madrid: Ministerio de Trabajo y seguridad social, 1992. p. 19-34.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do "longo século XX" brasileiro. *In*: SAVIANI, Dermeval *et al*. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 9-57.

SAVIANI, Dermeval. A idéia de sistema nacional de ensino e as dificuldades para a sua realização no Brasil no séc. XIX. *In*: FERREIRA, António Gomes (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004. p. 251-256.

SAVIANI, Dermeval. *Educação Brasileira*: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização*: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

VIANNA, Paulo Domingues. *Constituição Federal e Constituições dos Estados*. Rio de Janeiro, 1911.

O município liberal e a decisão política

Justino Magalhães

Em Portugal, na transição do Antigo Regime, o município cumpriu um papel de representação, como instância de soberania local e na relação entre o poder local e o poder central. Nas reformas pombalinas para a instrução pública, os concelhos, quando sede de cadeiras de Estudos Menores e de Primeiras Letras, surgem devidamente referidos como tal. Na definição do Plano dos Estudos, a Real Mesa Censória tomou a vila urbanizada ou capital de concelho como centro. Com a implementação do *Subsídio Literário*, as populações recorreram às Câmaras Municipais como força de protesto e de reivindicação, ou como mediação junto do poder central. Os concelhos, que tinham vindo a constituir-se como poder público, legitimados por eleições e responsáveis pelo cumprimento dos *Usos e Costumes* e outras *Posturas* municipais, emergiam como representantes do público junto do poder central e junto de outras estruturas locais. No trânsito do Antigo Regime, os municípios eram a principal instância de representação e administração do público, estatuto que foi retomado pelas autoridades revolucionárias e reformadoras do Regime Liberal. Com a laicização e a emergência do civil, o formalismo religioso recuou, tendendo a ser substituído por hábitos de vida urbana, por regras e protocolos de denominação, deferência e comunicação, associados ao município. Este reformismo convergia para o núcleo urbano, e o município tornava-se representativo das várias instâncias, organismos e poderes no território concelhio.

Um dos aspectos mais característicos da transformação que conduziu ao declínio e à revolução política que assinala o fim do Antigo Regime é a vulgarização da comunicação escrita, como meio de mobilização e de criação de opinião. Com a

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 37 11/8/2015 16:20:34

implantação do Regime Liberal, as questões da instrução pública assumiram uma centralidade que as tornou prerrogativa do regime. Foi entendido que, para um exercício esclarecido da cidadania, era necessário, no mínimo, saber ler, escrever e contar. Assim, assiste-se, desde antes da Revolução de 1820, ao aumento da procura da alfabetização por parte de determinados sectores populacionais, económica e socialmente orientados.

A Revolução Liberal ficou associada a uma participação no exercício do poder e ao exercício de novas formas de representação com base na cultura escrita. Perspectivando estas ideias a partir da história portuguesa, constata-se um crescimento e uma aceleração da comunicação escrita, manifesta em abaixo-assinados e representações enviadas pelas autoridades locais ao poder central. Um dos assuntos mais estudados pela historiografia da educação respeita ao crescimento de representações públicas e de exposições escritas. Eram frequentes os pedidos de criação e abertura de escolas, muito particularmente de Escolas de Primeiras Letras. No caso português, é possível observar um recrudescimento destas solicitações, associado à implementação do já referido imposto do *Subsídio Literário*.

As autoridades municipais procuraram organizar e disciplinar tais manifestações, que, por vezes, tinham origem em conjuntos de moradores. As representações eram dirigidas, em regra, ao Monarca, mas também as houve dirigidas e a outros órgãos de soberania. A título de exemplo, refira-se o seguinte caso. Conhecedora, admita-se, do importante estatuto ocupado pela Junta da Directoria dos Estudos no quadro de uma modernização governativa centrada na escrita, a Câmara de Abrantes encabeçou uma representação escrita, assinada por dezenas de cidadãos, na qual solicitava à Junta da Directoria dos Estudos que intercedesse junto do Monarca pela manutenção do Provedor de Abrantes, recordando, entre outros aspectos, "que dos Provedores de Comarca depende a eficácia dos cuidados com a educação e Ensino da Mocidade". Em consequência, os apresentantes argumentavam que o referido Provedor tinha revelado prontidão na resposta aos inquéritos e no exame dos opositores. Datado de 26 de janeiro de 1821, o documento está assinado pela Câmara, Clero, Nobreza e Povo da vila de Abrantes.[1]

[1] ANTT, Fundo do Ministério do Reino, Secretarias de Estado, Cx. 1125.

A Constituição de 1822 consagrou o princípio da livre abertura de escolas. Sob a vigência da Carta Constitucional, a Regência da Ilha Terceira, pelo Decreto de 29 de Março de 1832, estabeleceu a liberdade de ensino público sob a livre protecção das Câmaras e das Juntas de Paróquia. Correlativamente, tinha sido criada uma Comissão para levantamento das necessidades e apresentação de um Plano, na sequência do qual foi publicado o Decreto de 24 de Abril de 1832. Este Decreto consignava a criação de cinco novas Escolas de Primeiras Letras, nas quais seria aplicado o Método de Ensino Mútuo e Aulas de Instrução Secundária. Destas últimas, haveria, na cidade de Angra, uma Aula de Latinidade e História Portuguesa, uma Aula de Retórica, Filosofia e História Universal Antiga e Moderna, uma Aula para o Estudo dos Elementos das Matemáticas e dos Princípios da Física Geral. Na vila da Praia seria estabelecida uma Aula de Latinidade e História Portuguesa. Era criada também uma Escola de Meninas, ensinando a ler, escrever e contar, a costura e outros trabalhos semelhantes. As Escolas seriam instaladas em edifícios do Estado e ficavam integradas em núcleos regionais.

O Decreto n.º 24 de 16 de Maio de 1832, relativo à Reforma da Administração Pública e Reforma Judiciária, estipulava que ler, escrever e contar era condição necessária para a participação na generalidade dos cargos públicos, assim Juízes de Paz, Juízes Ordinários e Juízes Pedâneos (Art.º 31), como também Jurados (Art.º 32). Pelo Decreto de 6 de Junho de 1832, foram criadas novas Aulas para as Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria. Nos termos desta legislação, a função de jurado passava a ser necessária para o regular funcionamento dos tribunais de Comarca e cabia à municipalidade, cabeça de julgado, proceder à constituição da Pauta de Jurados, que serviriam em cada quarto de ano. A função de Jurado era de cumprimento obrigatório. Integrado num quadro legislativo de atribuição, aos Cidadãos locais, da participação e da obtenção do bem comum, as autoridades municipais sentiam-se na obrigação de fomentarem a instrução. Em face das prerrogativas da lei e da inexistência de cidadãos alfabetizados que assegurassem a rotatividade dos jurados, mesmo com o alargamento do período de exercício para seis meses, alguns julgados tiveram de encerrar.

Para ser eleitor era, em regra, recomendado que o cidadão soubesse ler, escrever e contar, e para a função de jurado, tais capacidades tornavam-se imprescindíveis e condição necessária. A função de jurado envolvia a permanente articulação entre a legislação aplicável e a realidade local. Para tal, o jurado carecia não apenas do conhecimento e interpretação dos instrumentos legais, quanto da percepção crítica da realidade envolvente que lhe permitisse conhecer, conceptualizar e avaliar

as situações de conflito, nomeadamente em matéria criminal. Era, para todos os efeitos, uma função de compromisso e com repercussões na integração social e política.

Há congruência entre o município como instância de representação e soberania e o município com obrigações de justiça e mobilização dos cidadãos para a administração. No contexto da Revolução Liberal, a alfabetização era condição de participação e a escola assegurava a formação de pares e a congregação de vontades. A acção do município era instituinte, complementando o complexo concelhio de representação, administração, regulamentação. Com os Liberais no governo do País, foi criada, pelo Decreto de 2 de Março de 1833, uma Comissão para "propor um plano geral d'Estudos, Educação e Ensino Público, – a criação dos Estabelecimentos Literários, que julgar necessários, – e a competente reforma" dos existentes, incluindo a Universidade de Coimbra, Academias, Colégios, Escolas. Neste Plano, os municípios eram, uma vez mais, os principais centros de referência.

Ainda que de vigência efémera, a Reforma assinada em 1835 por Rodrigo da Fonseca Magalhães entregava o estabelecimento, a manutenção e a conservação das escolas às Municipalidades e Juntas de Paróquia respectivas. A orientação de regular e conferir aos municípios um estatuto de centro de desenvolvimento, com capacidade de decisão, foi prosseguida pela legislação assinada por Passos Manuel, que, no âmbito da promulgação do Código Administrativo de 1836 e da sequente Reforma Administrativa, fez reduzir o total de municípios, tendo sido extintos 466 dos 817 então existentes. Correlativamente, a legislação setembrista consignou que as Câmaras pagariam aos professores das Escolas do Ensino Primário o complemento de ordenado de vinte mil réis. Estabeleceu também que, em cada Concelho, fosse formada uma Comissão Inspectora da Instrução Primária, presidida pelo Administrador do Concelho e que contaria com um Vogal, nomeado pela Câmara, e com um Comissário da Universidade, que serviria de Secretário e seria um professor a residir no Concelho nomeado pela Direcção Geral (Decreto de 15 de Novembro de 1836, Art.º 37º).

Ao longo dos anos 40 do século XIX, por iniciativa própria ou pressionados pelos Governos Civis, os municípios passaram a decidir de forma sistemática em matéria de instrução: criação e transferência de escolas, fomento e reconhecimento de escolas paroquiais, elaboração da folha de pagamento aos professores. Em consequência, observou-se uma expansão da rede escolar.

Saber como, e a partir de que data, cada município passou efectivamente a cumprir as disposições do poder central, que chegavam através dos administradores concelhios e dos governadores civis, varia de concelho para concelho. A título de

exemplo, assinale-se que, em Dezembro de 1841, a Câmara Municipal de Lisboa deliberou que não pagaria aos Professores de Instrução Primária, sem que o Administrador legalizasse tais vencimentos.[2] No encerramento das contas de 1842, em face da dívida acumulada, a mesma Câmara Municipal deliberou que pagaria os meses mais antigos em dívida. Vejamos um outro caso. Na Sessão de 23 de Maio de 1843, a Câmara Municipal de Sintra pronunciava-se sobre o ofício do Mestre de primeiras letras da vila, que solicitava o pagamento da verba de 2.137$000 réis, devida pelo exercício de funções entre 21 de Fevereiro e 31 de Março desse ano; este Mestre solicitava também a verba de 2.400$000 referente à renda da Casa da Aula.[3]

Na sequência da implementação do Código Administrativo de 1842, o total de municípios portugueses era em número de 411. Parte desses municípios tinha organizado a folha de pagamento e integrado no orçamento camarário as verbas destinadas aos professores. A Reforma Costa Cabral (1844) tomou o município como território e centro ordenador da oferta escolar. De alçada paroquial, as Escolas de Primeiras letras faziam parte da rede municipal, como dela faziam parte as Cadeiras de Estudos Menores e as Escolas Municipais. A Reforma Costa Cabral para a Instrução Pública atribuiu aos municípios a manutenção das Cadeiras de Primeiras Letras (pagamento a professores, mestres e mestras, vigilância sobre as condições de acesso, segurança e habitabilidade das instalações escolares). Cada Câmara Municipal tinha a sua política para a instrução pública. A Câmara Municipal de Lisboa preservou a sua autonomia face à estatalização pombalina, e, na sequência das leis regeneradoras, criou, por deliberação de 4 de Abril de 1852, o Pelouro das Escolas.[4]

Convidado para aceitar concorrer a deputado pelo Círculo Eleitoral de Sintra, em 1858, Alexandre Herculano declinou, aproveitando o ensejo para escrever uma longa carta em que defendeu a conveniência de os representantes serem escolhidos e eleitos entre os membros da localidade, como condição para "a administração do país pelo país [...] [para o que] é necessário começar pelo princípio; é necessário que

[2] Sinopse dos *Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1839/1845*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846. p. 42.

[3] Livro de Actas da Câmara [de Sintra], n. 8, p. 39.

[4] Sinopse dos *Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1853*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854. p. 27-31.

a vida pública renasça".[5] Associava a instrução à modernização da administração, referindo-se a uma metapolítica que restaurasse a vida municipal e a eleição singular, focalizada em homens de bem, cujos interesses se cruzassem com os dos eleitores, independentemente do partido político a que pudessem pertencer. Opôs o país da realidade – o país dos casais, das aldeias, das vilas, das cidades, das províncias – ao país nominal, inventado nas secretarias, nos quartéis, nos clubes, nos jornais, e constituído pelas diversas camadas do funcionalismo. No livro publicado em 1856 sobre a Reforma dos Municípios, em que retomava os princípios fundamentais que tinham sido avançados por Almeida Garrett, Henriques Nogueira colocou o município no centro da regeneração e do progresso, como instância de formação e de cidadania: "O município é a melhor escola de educação pública. Nele os cidadãos aprendem a usar dos seus direitos e a cumprir os seus deveres políticos, tratando de objectos que imediatamente os interessam e que por isso facilmente compreendem".[6]

A legislação reguladora da década de 60 do século XIX, tendo a estatística como elemento de comparação e de racionalidade, e o município como célula básica, tornou possível a autonomização dos municípios. Na sequência da implementação do legado Conde Ferreira a partir de 1866, foi criada uma planta para o edifício escolar. Desde que cumpridos os condicionalismos legais, os municípios passaram a intervir na planificação da rede escolar. A título de exemplo, refira-se, uma vez mais, o caso da Câmara Municipal de Sintra, que, por deliberação de 17 de Junho de 1863, propôs a suspensão da Aula de Latim e a criação de duas Cadeiras de Ensino Primário. E em ofício ao Administrador do Conselho, remetido em 5 de Agosto de 1863, a mesma Câmara comprometeu-se a concorrer com o subsídio da lei e a oferecer casa para aquelas duas novas escolas.

As decisões sobre a criação de escolas ou mudanças das sedes de escola foram habituais na generalidade dos municípios. A soberania dos municípios incluiu, no entanto, outro tipo de decisões. Refira-se, de novo a título de exemplo, o seguinte caso ocorrido com a Câmara Municipal de Ponta Delgada, que vem reportado na Acta de Câmara de 10 de Janeiro de 1867:

[5] HERCULANO, Alexandre. *Carta aos Eleitores do Círculo Eleitoral de Cintra*. Lisboa: Typographia do Jornal do Commercio, 1858.

[6] NOGUEIRA, J. Félix Henriques. *O Município no Século XIX*. Lisboa: Typographia do Progresso, 1856. p. 205.

Recebeu-se um ofício do Sr. Administrador do Concelho, com data de 8 do corrente, participando as inconveniências que se tem dado na escola do sexo masculino da Fajam de Cima, que tornam impossível a continuação do professor Joaquim Pedro de Sousa calado; o que sendo tomado em consideração, e tendo-se em vista as informações que se apresentaram sobre a irregularidade do procedimento do dito Professor; resolveu a Camara demiti-lo, como de facto demite, anunciando-se vaga e a concurso a referida escola.[7]

Tomando por referência o Município de Ponta Delgada, nas várias componentes que compõem o governo municipal relativo ao ensino, observa-se uma acção concertada e de sentido autonómico – uma autarquia. Nos assuntos de Câmara são tratados de forma articulada a cobrança de impostos, a sanidade pública, a segurança. Igualmente se observa que o fomento da autonomia era articulado com os poderes central, municipal, paroquial. Pode mesmo admitir-se que, de uma forma geral, o municipalismo traduz uma dialéctica em que, não raro, estiveram em curso uma racionalidade escalar e uma concertação com o exterior, com vista a um exercício autonómico e sustentado da decisão e da projecção quanto ao futuro, mesmo que com prejuízo de uma estreita concentração autárcita. O município era uma instância intermédia e, em boa parte, a efectiva consolidação dos seus desígnios era incompatível com uma política de fechamento.

Nos diferentes contextos históricos sequentes à Revolução Francesa e Ocidental, os municípios foram sucessivamente tomados em consideração.

Em França, uma ordenação de 29 de Fevereiro de 1816 tinha criado um comité cantonal em cada comuna e admitia a existência de escolas fundadas ou sustentadas pelas comunas, e escolas mantidas por associações de benfeitores ou por particulares. Publicada em 1833, a lei Guizot prescrevia a obrigação de cada comuna, com mais de 500 habitantes, abrir uma escola primária e de em cada vila, com mais de 6000 habitantes, existir uma escola primária superior. Na sequência desta lei, deveria ser criado um comité comunal, presidido pelo prefeito ou sub-prefeito, e que incluía o juiz de paz, o procurador do rei, um ministro de cada um dos cultos reconhecidos, um membro do ensino secundário, público ou privado, um membro do ensino primário, três membros do conselho de circunscrição e os conselheiros gerais residentes

[7] *Livro de Acórdãos da Câmara Municipal de Ponta Delgada*, de Junho de 1866 a Setembro de 1868, p. 94.

na circunscrição.[8] Por uma ordenação de 26 de Fevereiro de 1835, foi instituído um inspector em cada departamento, que, deste modo, era a primeira entidade independente das autoridades locais. A lei de 10 de Abril de 1867 passou a contemplar também a escola local – "l'école de hameau", e não apenas a escola comunal, que assim formavam um sistema escolar comunal. A lei de 1 de Junho de 1878 sobre construções escolares prescrevia que as comunas assegurassem a instalação, aquisição, apropriação e construção das escolas locais, bem como do material escolar. Desde 1876 que o modelo de escolas a construir era enviado aos Prefeitos. Com a III República, a oferta municipalista de instrução foi estruturante e condição do cumprimento da obrigatoriedade escolar.

Em Espanha, o processo de modernização ficou assinalado por uma componente autárcita de base municipal e por uma tensão entre federalismo e provincialismo. Os poderes e instâncias locais tiveram um papel determinante na salvaguarda das línguas e das etnografias regionais, contrapondo-as a uniformização estatal.

Na Bélgica, o sistema escolar constituiu-se com expressões e estruturas distintas de cantão para cantão, tomando a matriz municipal como célula-base.

Tornado independente no contexto da Revolução Ocidental, o Estado brasileiro assenta na Constituição de 1824, cujo Artigo 167 consagra que "Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá câmaras, às quais compete o governo económico e municipal das cidades e vilas".[9] A Lei Orgânica do poder municipal, publicada em 1 de Outubro de 1828, estipulava no Artigo 70 que as Câmaras:

Terão inspeção sobre as escolas de primeiras letras, educação e destino dos órfãos pobres, em cujo número entrarão os expostos, e quando estes estabelecimentos, e os de caridade, de que trata o artigo 69, se achem por lei, ou de fato, encarregados em alguma cidade ou vila, a outras autoridades individuais ou coletivas, as câmaras auxiliarão sempre quanto estiver da sua parte para a prosperidade e aumento dos sobreditos estabelecimentos.[10]

---

[8] Cf. MAYEUR, Françoise. De la Révolution à l'Ecole républicaine. *In*: PARIAS, Louis-Henri (Dir.). *Histoire de l'Enseignement et de l'Éducation en France*. Paris: Nouvelle Librairie de France, 1981. t. III, p. 320.

[9] *Apud* Wenceslau Gonçalves Neto. O Município e a Educação em Minas Gerais. A implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. *In*: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). *O Município e a Educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012. p. 27.

[10] *Idem*.

Na sequência da publicação do Ato Adicional de 1834, o poder camarário exercido com margem de autonomia era regulado pelas Assembleias Legislativas Provinciais, designadamente no que respeitava à instrução pública.

Em Portugal, nas últimas décadas do século XIX, actuando no quadro de municipalização regulamentado pelas leis de 1878 e 1885, assinadas por Rodrigues Sampaio, as Câmaras Municipais, articulando educação, protecção e instrução, assumiram-se como territórios educativos, executando uma política de fomento da instrução pública, que se revestiu de uma centralidade e atracção urbanas. Com efeito, o conjunto de oficiais e de funções ligadas à administração pública (contabilidade, comércio, construção civil, indústria, transporte, comunicação, electrificação, correios, escritórios etc.) constituiu uma diversificação da estrutura social e da malha das relações e dos modos de produção, criando um lugar e uma oportunidade explícita e gratificante para aqueles que tinham acesso e oportunidade de instrução. O município passou a dispor de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução e da educação públicas. As autoridades locais dispuseram de oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos. A integração municipal encontrou na instrução pública uma construção de identidade. Na sequência das leis municipalistas, o total de escolas cresceu no todo nacional, ainda que o crescimento tenha sido mais notório nos distritos do interior do País.

No quadro da Modernidade, associado ao aumento demográfico e à humanização da paisagem, o urbano sobrepôs-se ao rural, conglomerando as populações, encurtando as distâncias, entretecendo novas sociabilidades. A cultura escrita tornou-se meio de comunicação por excelência nesse quadro de mudança. Através da memória municipal, urbana e rural, a educação escolar passou a fazer parte do núcleo transformativo. Neste contexto, a informação, a participação e as práticas de sociabilidade, bem assim como o exercício da cidadania encontraram na cultura escrita o principal meio, mas também os arquivos e os museus se converteram em instituições fundamentais da identidade e da integração municipalista.

Na autonomização, na integração local, no desenvolvimento e no progresso, o município tendeu a constituir-se como *município-pedagógico*. Dando consequência ao município administrativo e ao município social, as autarquias projectaram, idealizaram e puseram em marcha programas de educação e instrução, num quadro de complemento da acção estatal, mas frequentemente também levando a sua autonomia até à criação de uma oferta educativa própria que incluía a rede escolar, os professores, os cursos profissionais. Beneficiando de território e economia próprios,

o município fomentou a manutenção e a ampliação de um horizonte evolutivo e de uma autarcia, dispondo de soberania e de poder de decisão. A história do municipalismo revela uma participação cívica, uma memória e uma mobilização colectivas, que tornaram o poder concelhio uma instância fundamental para a história da educação.

Procurando sintetizar, pode concluir-se que, beneficiando de território e economia próprios, o município fomentou a manutenção e a ampliação de um horizonte evolutivo e de uma autarcia, dispondo de soberania, poder de decisão e representando um factor de identidade e garantia de futuro para os autóctones e para as populações em trânsito. A historicidade do município educativo, muito particularmente na versão projectiva de *município pedagógico*, desafia a uma teorização do local como instância de decisão, ideação e realização e à sistematização de uma historiografia do municipalismo no quadro da modernização política e social, por paralelo com as histórias nacionais e como instância de transversalização dos ciclos histórico-pedagógicos, seja na Europa, seja no Novo Mundo, particularmente o Brasil. Implica igualmente a reconstituição histórica, a partir da revisitação das memórias, da salvaguarda, preservação e informação dos diferentes patrimónios educativos, da cidadania educativa como móbil da consciência histórica.

Com as transformações políticas que assinalam a transição do Antigo Regime, os municípios, denominados em função da topologia e do estatuto, assumiram a função de representação, formalizando e dando sequência às reivindicações das populações locais junto do poder central. Com a difusão dos ideários liberais, favoreceram e tornaram realidade o exercício da cidadania, e assumiram obrigações de fomentar a alfabetização associada à modernização da administração. Esta função/ obrigação evoluiu para uma polarização de soberanias e poderes de decisão, consolidando estratégias e ideários autonómicos.

Pelo progresso, por uma cidade ideal: ensino e gestão municipal em Araxá, nos primeiros anos da República[1]

Glaura Teixeira Nogueira Lima
Sandra Mara Dantas

Ensinou-nos Marc Bloch que a "história é a ciência dos homens no tempo" (BLOCH, 2001, p. 55), o que implica afirmar que interessam ao historiador as diferentes experiências humanas construídas ao longo da trajetória, não se prendendo ao passado e/ou a uma categorização. Permeado de subjetividade, o historiador seleciona documentos, indagando-os continuamente para compreender como o homem constrói a si mesmo e o mundo social. E, nessa metodologia, destacamos as questões relacionadas ao processo de escolarização tanto no tocante à organização de instituições responsáveis pelo ensino, quanto pelo processo de (re)produção de referências sociais, a partir da escola. Assim como as práticas educativas possuem caráter histórico, a criação dos mecanismos e órgãos que as regulamentam também. Em suma, a escola é uma instituição histórica.

[1] Na elaboração deste artigo, a colaboração de Suely Fátima da Silva Ferreira foi assaz valiosa. A professora de História, encantada pela pesquisa histórica, auxiliou no processo de levantamento, pesquisa e transcrição de fontes na Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá. Nesta Fundação, também foi possível contar com a presteza de Maria Trindade Resende Goulart e Keyla Machado Barbosa no suporte institucional à pesquisa arquivística.

Em perspectiva interdisciplinar, as pesquisas em história da educação têm crescido expressivamente no Brasil, e, segundo Vidal e Faria Filho, "isto tem significado uma forma de marcar o pertencimento dos historiadores da educação, à comunidade dos historiadores, e uma maneira de reafirmar a identificação de suas pesquisas com procedimentos próprios ao fazer historiográfico" (VIDAL; FARIA FILHO, 2003, p. 60). Sob diferentes perspectivas teórico-metodológicas, os trabalhos indicam que há diversas maneiras de fazer história da educação.[2] E, na oficina do historiador, dialogando continuamente com suas fontes e seu aparato científico, é possível desvelar *nuances* dos sujeitos e objetos.

Nos estudos de história da educação há uma perspectiva denominada História da Educação Brasileira, com ênfase no regional (CARVALHO, 2007), que entende ser necessário estudar a especificidade regional de uma dada temática, porém sem desvinculá-la de uma dimensão mais ampla (MARTINS, 2009). O presente artigo vincula-se a esta perspectiva por compreender que o processo de instauração das escolas pelo Poder Executivo no município de Araxá, no oeste de Minas Gerais, constitui um importante exercício que nos permite vislumbrar como os modos dos sujeitos da localidade apropriaram-se do ideário educacional da jovem República brasileira, no final do século XIX e início do XX.

NUANCES DE UM PROJETO CIVILIZADOR: A EDUCAÇÃO REPUBLICANA

A partir da segunda metade do século XIX, as inúmeras transformações que impactavam os países europeus (*Belle Époque*, Segunda Revolução Industrial, expansão imperialista, movimentos de contestação social e outros) ressoaram nos países latino-americanos, inclusive o Brasil. A intensificação do imigrantismo, o movimento abolicionista, o fortalecimento do ideal republicano, a valorização da ciência e a crença no progresso, e o anseio por inserção na dita modernidade, são algumas das expressões dos ecos de transformações em terras brasileiras.

[2] Em interessante artigo, Vidal e Faria Filho abordam a constituição do campo da História da Educação no Brasil, destacando o histórico da disciplina e um balanço dos temas e abordagens correntes nos trabalhos acadêmicos das últimas décadas (VIDAL; FARIA FILHO. História da Educação no Brasil: a constituição do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 3 7-70, 2003).

Para parcelas dos grupos sociais dominantes era fundamental promover o progresso e a modernidade para que o país deixasse as feições arcaicas, como as marcas da escravidão que perpassavam (de alto a baixo) todas as relações, a predominância de hábitos rurais, os níveis educacionais da população. E, nesse contexto de ânsia de transformação do país conforme os ideais modernos, despontou um grupo de intelectuais chamados Geração de 1870 ou "intelectuais-mosqueteiros", constituído por uma elite europeizada de abolicionistas, liberais e republicanos, que se portou como uma espécie de vanguarda para superar a condição de atraso em prol da modernização (SEVCENKO, 2003). Os "intelectuais-mosqueteiros" arrazoavam serem insubstituíveis na tarefa de indicar os rumos para modernização das estruturas social e política da nação.

Concomitantemente ao ânimo dos intelectuais, a instauração da República trouxe esperanças de construção de uma nação coadunada com os novos tempos. No entanto, as esperanças foram malogradas com a eclosão de inúmeras crises, como o Encilhamento que aniquilou fortunas tradicionais e investimentos estatais; movimentos sociais (no campo e na cidade), como a Revolta da Vacina, que acentuou questões não resolvidas (como a exclusão social e política da população pobre, os problemas de desemprego e moradia, a saúde pública) (CARVALHO, 1987, 1990; FOOTHARDMAN, 2005).

A despeito das contradições, para os grupos sociais dominantes, a República constituía a via segura para um país moderno. Na verdade, no processo de construção da República é possível identificar pelo menos três projetos específicos. O primeiro deles, denominado militar, defendia a liderança insubstituível de Deodoro da Fonseca, todavia não possuía uma visão elaborada de República. Constituía, pois, uma defesa de salvação para o exército, garantindo-lhe prestígio e poder e era representado por oficiais militares e seus parentes com fortes, motivações corporativistas. A República Sociocrática, o segundo projeto, era a expressão dos positivistas ortodoxos que aspiravam à construção de uma ditadura republicana, a fim de garantir as liberdades e incorporar o proletariado à sociedade. Teve Benjamin Constant como principal nome e reprovava o modo de condução da proclamação da República, pois, "se a república dos deodoristas resumia-se à salvação do Exército, a república da vertente Benjamin Constant queria a salvação da pátria" (CARVALHO, 1990, p. 42).

Por fim, a vertente liberal de Quintino Bocaiúva abrigava os republicanos históricos, adeptos de uma república representativa à moda dos norte-americanos e acreditavam ser imprescindível o fim da monarquia para modernizar o país. Dos

três projetos em tela, o modelo republicano construído no Brasil incorporou determinados elementos, dando origem a uma especificidade um tanto híbrida em que o Estado foi enfatizado, mesmo sob premissas liberais e marcado por certo sentimento de desencanto com o regime. O elemento comum pode ser identificado na busca pela inserção nos termos ditos modernos e civilizados vigentes no período.

Era urgente que a população brasileira, tanto no espaço privado, quanto no público, soubesse comporta-se e expressar-se de acordo com os modos civilizados, geralmente, importados das nações europeias. Tratando da visão construída pelas elites a respeito do país, argumenta Naxara, "a maior parte do Brasil estava identificada ao campo e ao atraso e somente uma minoria vivia nos centros urbanos e, ainda assim, apenas uma parcela dessa minoria poderia ser identificada à luz e ao progresso, como gente capaz de caminhar ao lado do mundo, de ser cidadão do mundo" (NAXARA, 1998, p. 42).

O desafio de inserir um contingente populacional no mundo civilizado de então era considerável, todavia era vital para o projeto híbrido de República em consolidação. A educação foi tomada, então, como valor mestre para a formação de cidadãos republicanos, modernos e civilizados. Ressalte-se que os "intelectuais-mosqueteiros" defendiam a democratização da educação a fim de elevar o nível cultural e material da população e sua inserção em meios modernos com a crescente urbanização, modernização, industrialização e expansão do mundo do trabalho.

A civilização, também, aparece como valor inelutável. Opondo-se ao rústico, é forma de polir os indivíduos, assim como faz o cuteleiro, para suavizar o espírito. No processo de suavização, obtida pela educação, os indivíduos são instruídos segundo princípios, normas, regras de modo a obterem fins utilitários e, concomitantemente, ao incorporá-los, "a palavra civilização não designará apenas um processo complexo de refinamento dos costumes, de organização social, de equipamento técnico, de aumento dos conhecimentos, mas se carregará de uma aura sagrada" (STAROBINSKI, 2001, p. 32). O projeto político em desenvolvimento no país, então, adquire feições legítimas, pois a nação tornar-se-ia referência entre as demais nações civilizadase, a "escola republicana foi a instituição adequada para civilizar o povo, uma fonte de progresso e para o progresso" (BARROS, 2013, p. 71).

Meses após a proclamação, foram adotadas inúmeras medidas para ilustrar a população, como os decretos para a implantação do ensino técnico-profissionalizante (Decreto nº 46) e para preparação para a vida cívica (Decreto nº 226), e a Reforma Benjamin Constant estabelecendo princípios de liberdade, laicidade e gratuidade do

ensino básico (CARVALHO, 2004). A Carta Constitucional de 1891, que adotou o princípio da descentralização administrativa, transferiu para os estados e municípios, a responsabilidade com o ensino e, nestes, as reformas educacionais não tardaram a ocorrer. "Essa responsabilidade foi assumida das mais diferentes formas, sendo os resultados também os mais variados e, na maioria dos casos, pouco significativos para a alteração da situação de analfabetismo e ignorância vigorantes à época" (GONÇALVES NETO, 2009, p. 162).

Em Minas Gerais, "parece que o interesse foi de institucionalizar o profissional para a educação escolar de primeiras letras, bem como unificar esse nível de ensino por todo o Estado, garantindo-se a aplicação dos métodos e das disciplinas recomendadas pelo governo" (BORGES, s.d., p. 12). Para tanto, a legislação escolar possuiu duas principais tendências. A primeira delas, vigente no início do governo republicano (1891 a 1894), pode ser caracterizada pela implementação do ensino técnico profissionalizante, a uniformização do ensino, a aprendizagem de destrezas e da moral cristã e o ensino público e gratuito sob marcante fiscalização. A segunda tendência, entre os anos de 1895 e 1898, diz respeito à organização do ensino profissional primário por meio da criação da Escola Primária Profissionalizante.

A legislação educacional do período (Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892; Decreto nº 611, de 6 de março de 1893; Decreto nº 655, de 17 de outubro de 1893; Lei nº 77, de 19 de dezembro de 1893; Lei nº 203, de 18 de setembro de 1896; Decreto nº 917, de 21 de março de 1896; Lei nº 221, de 14 de setembro de 1897; Decreto nº 1.127, de 14 de abril de 1898)[3] é marcada por um caráter liberal e utilitário, de modo a garantir que os ideais de modernização, ordem e progresso fossem tomados como válidos e diretamente vinculados ao ideário republicano. A legislação era minuciosa ao designar os graus, categorias e organização do ensino, as formas de fiscalização e os mecanismos com vistas à uniformização e à sistematização bem como à formação do aluno-cidadão e trabalhador, coadunado com os princípios político-ideológicos em voga.

Por essas palavras, vê-se que, no período estudado, à escola é atribuído importante papel, qual seja de preservação da ordem social, inculcação de regras morais, transmissão dos saberes construídos e preparação para o trabalho. A legislação

[3] Estudo pormenorizado dessa legislação pode ser conferido em: BORGES. *A instrução pública primária na fala da elite mineira*: 1892 a 1898.

educacional, então, pode ser compreendida como conjunto de práticas sociais e políticas que expressam um determinado projeto que se arvora universal.

Até a década de 1920, Minas Gerais era um dos estados mais populosos do país e a preocupação dos governos com a educação integrava o projeto de acesso à modernidade. Alcançar esse contingente populacional era desafiador, visto que faltavam sistemas de comunicação e transporte que pudessem acessar os distantes municípios, distritos, zonas rurais e "parochias" das diferentes regiões mineiras. A solução foi a descentralização com a permissão de as câmaras municipais criarem escolas, contratarem e pagarem professores e outras atribuições. De acordo com Barros, a escola tornou-se um sustentáculo para as forças políticas, conquanto os recursos disponíveis fossem parcos, a educação foi sempre deixada à mercê de vontades, às vezes, escusas (BARROS, 2013).

Pela Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, de fundo liberal, ficaram estabelecidas as bases da instrução pública em Minas Gerais, que possuía propósitos amplos mas discretos no tocante ao provimento dos recursos necessários. Para aimplementação da legislação, os municípios foram responsabilizados em sua efetivação pelos edis das câmaras municipais, sujeitos que definiriam os destinos do sistema de ensino público em suas localidades.

ENSINANDO AS PRIMEIRAS LETRAS NOS RINCÕES DE MINAS GERAIS

Na região oeste do estado, os arraiais e vilas foram emancipados ao longo do século XIX e, na aurora da República, alguns municípios destacavam-se. É o caso de Araxá que, observando a Constituição mineira, notadamente o aspecto relacionado à autonomia municipal, preocupou-se em incorporar os valores e preceitos republicanos e civilizados. A partir do final do século XIX, as possibilidades histórica e culturalmente produzidas conduziram a cidade à promissora condição de estância balneária.

Em torno das suas fontes de águas minerais e a partir delas definiram-se territórios e práticas sociais, sinalizando para a formação e o crescimento urbanos. À medida que as novas técnicas incorporavam-se ao urbano, os planos da "cidade moderna" incluíam a fluidez na circulação de pessoas, de opiniões e de mercadorias, todos articulados entre si pela instalação de melhoramentos. A transfiguração de Araxá após 1889, portanto, pode ser também observada a partir dos temas em debate na Câmara. Ali se discutiam questões acerca da delimitação da área urbana, sua

composição e seu "aformoseamento", utilizando uma expressão da época (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araxá – 1886-1894. 18 jan. 1894. p. 108v-109v.* Arquivo Fundação Cultural Calmon Barreto – FCCB).

Com o futuro exigindo posturas inovadoras e ditando regras inéditas de comportamento, tanto a cidade quanto o Barreiro – o local das fontes de águas minerais – e os trajetos disponíveis que interligavam os dois pontos estavam inseridos nesse processo transformador. Os novos sentidos de ver e interpretar a cidade concentraram-se, essencialmente, na dupla estruturação desses lugares e do caminho entre eles.

No intuito de promover obrigatoriamente uma transformação, os representantes legais dos cidadãos junto à Câmara Municipal (um agente executivo esteve à frente da administração pública até 1915, quando seria criada a prefeitura) empreenderam as intervenções nos espaços públicos e no cotidiano da população, fazendo-se interpenetrarem as esferas pública e privada. Progressivamente, a reurbanização, o traçado da estrada de ferro e o aparelhamento da estância ajustaram-se como elementos catalisadores dentro de um quadro mais amplo que se tentava revelar e, acima de tudo, modernizar.

Nessa tentativa de efetivar mudanças, o poder público municipal encontrou inúmeras barreiras nos parcos recursos disponíveis, advindos principalmente da arrecadação tributária. Recorrer ao governo estadual como parceiro foi, muitas vezes, o meio encontrado para driblar a deficiência dos cofres municipais. Todavia, grande parte das melhorias públicas foi viabilizada por intermédio de financiamentos realizados junto aos "argentários", expressão comumente usada na linguagem jornalística quando se queria referir aos grandes proprietários urbanos e rurais. Os empréstimos em dinheiro e as doações de terrenos para a construção de empreendimentos tornaram-se práticas comuns que acabaram consolidando a existência de finalidades privadas dentro do espaço público.

Durante o período entre 1890 a 1892, temas como educação, escola, ensino ou professores não são mencionados em nenhuma sessão da Câmara local. As discussões são variadas, todavia giravam em torno daquelas citadas quanto à transformação da paisagem urbana e da necessidade de ligá-la às áreas rurais do extenso território que, então, formava o município de Araxá (LIMA, 1999, p. 40). Entre as mais recorrentes, incluem-se a criação de porcos nas ruas, necessidade de fiscalização de posturas, cadeia e presos, construção e manutenção de pontes (unindo a cidade aos distritos e às fazendas), de ruas, limpeza do rego da servidão pública, proibição da circulação de cães sob pena de multa, cortes de madeira e de árvores.

Curiosamente, a sessão extraordinária da Câmara Municipal que comunicou a proclamação da República e fez a adesão ao novo regime deu-se no dia 19 de dezembro daquele ano de 1889, os mesmos dia e mês em que Araxá deixara de ser vila, em 1865, para efetivar sua condição de cidade (LIMA, 1999, p. 44). Depois dessa, as sessões foram retomadas em princípio de janeiro de 1890, sendo que, durante alguns meses (geralmente o primeiro trimestre), elas aconteciam quase diariamente. No entanto, são perceptíveis alguns espaços temporais em que não há registros de reuniões.

O panorama do ensino e da sua relação com a gestão municipal mostrava-se de maneira a correlacionar a ausência de escolas à carência de recursos. Até 1892, a Câmara não dispunha de regulamento e de estatuto de leis que definissem a questão como dever do poder público. Naquele ano seria aprovado o primeiro estatuto e a primeira resolução que definira pela criação de duas escolas municipais: uma no Córrego do Sal (hoje, área rural do município de Araxá) e outra no distrito de Crioulos (hoje, cidade de Pedrinópolis). O texto do documento justificava a necessidade de implantar tal medida também em outros lugares, no entanto alegava que os cofres municipais já tão sobrecarregados "não comportão novas despesas" (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Decretos emitidos*. 22 jul. 1892. Pasta 196. Arquivo FCCB).

Somente em 1894 é possível identificar as primeiras iniciativas legais com vistas a suprir a cidade de um "estabelecimento de instrucção" pública, para além daqueles anteriores, na zona rural e em um dos distritos que formavam o extenso município. Sob a inspiração das ideias de progresso e de civilidade e, ainda, afirmando preparo para implantar uma instituição de ensino nos chamados níveis primário e secundário, a Resolução nº 34 definiu a criação de um externado municipal destinado ao ensino dos chamados cursos primário e secundário.

A mesma resolução estabeleceu ainda que cabia ao agente executivo a responsabilidade pelas funções de contratar, pagar e demitir professores, de elaborar o estatuto e a regulação do funcionamento tanto administrativo quanto pedagógico do estabelecimento de ensino. Observa-se que o município detém autonomia para definir os rumos do ensino em seus limites. O pressuposto da resolução menciona o valor da instrução como elemento civilizador e também cumpre a obrigatoriedade da lei de possuir elementos para constituir a cadeira escolar. Em outras palavras, a pequena Araxá estava coadunada aos valores republicanos de construção de uma nação moderna e civilizada e ansiava para isto contribuir.

Seis meses depois, esse projeto ainda tramitava pela Câmara. Estava criado o Externato Municipal de Araxá, mas faltava a sua aprovação com todas as implicações necessárias, como se vê a seguir:

> Creamos nesta cidade um externato com a denominação de Externato Municipal de Araxá que poderá tornar-se simultaneamente internato quando as exigências do ensino reclamarem. Ensinando-se neste externato não só as matérias do curso primario como todas aquellasnecessarias ao curso secundario para matricula nos cursos superiores. Autorisando ao Agente Executivo a confeccionar por si ou por uma comissão externa, o respectivo Estatuto, nellecrean as cadeiras de ensino, nomear os respectivos professores com um director e vice director, regular as horas do ensino e matérias de cada cadeira, marcando os respectivos ordenados, sujeitando depois todos estes actos a aprovação da Camara para o que se for preciso, será extraordinariamente convocada. Sendo os professores demissiveis a juizo da Camara. Autorisando mais ao Agente Executivo Municipal a despender annualmentea quantia de seis contos de reis para custeio e manutenção do Estatuto Municipal de Araxá. Finalmente no estatuto que se confeccionar se regulará o modo e o quanto da matricula de cada alunno, sobre os dias feriados e mais exigências do ensino. Sendo approvados todos estes projectos em uma só discussão pela Camara que assignam os presentes depois de passados a limpo. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro Ata das Sessões da Câmara Municipal de Araxá – 1886-1894*. 19 jun. 1894. p. 113-114. Arquivo FCCB)

Registra-se, aqui, a primeira menção à educação escolar nas atas da Câmara desde o início do período republicano, em 1889. Nessa mesma sessão, de 19 de junho de 1894, ampliou-se o número de vereadores da cidade de 6 (seis) para 11 (onze), sendo também realizada a eleição para as novas vagas. Embora não fosse mencionado, o aludido Externato localizava-se provavelmente na chamada "zona urbana do distrito da sede" do município de Araxá, tendo em vista o pioneirismo e a estrutura organizacional deste. Mas a maioria dos projetos envolvendo o poder público, à época, destinou-se às áreas urbanas e rurais dos distritos que pertenciam a Araxá.

À semelhança de outras regiões do estado, o processo de criação dessas escolas, consideradas escolas isoladas, era simplificado: bastava um professor, titulado ou não, reunir um número de cerca de quarenta possíveis alunos (de diferentes níveis de alfabetização e letramento) para pleitear a abertura de uma sala de aula

(BARROS, 2013). Ao obter a autorização da Câmara Municipal, iniciava-se o funcionamento sob a supervisão do agente executivo.

A partir do ano de 1894, os sinais vinculados à educação começam a integrar as ações camaristas. Para além dos estabelecimentos educacionais estão presentes temas como professores, conteúdos (alfabetização, gramática, matemática, geografia e religião), remuneração, capacitação, administração e formas de equipar as escolas criadas. Observa-se a separação das categorias externato e internato, sendo que, em princípio, estabelecia-se a primeira, apenas. À segunda, prevendo a aceitação de alunos internos, reservava-se um momento posterior.

Nas situações de vacância de uma ou outra cadeira, "pessoas idôneas" poderiam preenchê-las. Para isso, receberiam o mesmo ordenado dos professores e seriam inspecionadas pelo agente executivo e pelo vereador do distrito. Há também o caso de recursos, inclusive para pagamento dos professores, serem disponibilizados da "verba-obras publicas". Vejamos esse decreto de 28 de setembro de 1894:

> RESOLUÇÃO N. 39
> A Câmara Municipal da Cidade do Araxá. Decreta:
> Art. 1º - Ficam creadas duas cadeiras ou escolas de instrucçãoprimaria nos lugares denominados – Córrego do Sal – districto desta cidade, e – Crioulos districto da Conceição.
> Art. 2º - Nestas escolas se ensinaram, não so a ler e a escrever, e noções de grammatica portuguesa, como ainda a todas as operações de contas, geografia, especialmente do Brazil, e a doutrina Christã.
> Art. 4º - Se estas cadeiras não encontram oppositores poderão ser providas internamente com pessoas idoneas e teram o mesmo ordenado, e serão inspeccionadas pelo Agente Executiro e o vereador do districto.
> Art. 5º - Para utencilios destas escolas, o Agente Executivo fica authorisado a dispender até a quantia de 400:000.
> Art. 6º - Tanto esta quantia como o ordenado dos professores serao tirados do actual orçamento da verba – obras publicas.
> Art. 7º - Revogam-se as disposição em contrario.
> Araxá, 28 de setembro de 1894. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Decretos Emitidos*. Pasta 196. Arquivo FCCB)

Assim como a zona urbana carecia ser civilizada, também a zona rural. Ao longo de quase uma década são votados oito projetos de lei para criação de escolas

rurais e distritais nos núcleos circunscritos a Araxá. Barros sustenta que a escola, nesses meios, era uma estratégia de fixar e estreitar os laços dos habitantes desse espaço e, para tanto, "a educação deveria ser um dos focos de investimentos significativos" (BARROS, 2013, p. 101). A mão de obra estaria assegurada e, concomitantemente, seria especializada, dominando os princípios da civilização. Dos projetos votados para a criação das escolas rurais, foi possível aferir, na documentação, o funcionamento de todas elas, sob a forma de escolas isoladas, embora não tenha sido detectado o tempo de funcionamento. As escolas rurais eram: Córrego do Sal, Crioulos e Córrego das Pedras (1894); Perdizes (1896); Fazenda da Antinha; Santa Teresa (1898). As escolas distritais concentraram-se nos distritos de Conceição – uma de cada sexo – masculino e feminino (1902 e 1904) e de São Pedro de Alcântara (1901) (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Leis da Câmara*. Arquivo FCCB).

Outras duas escolas haviam sido criadas, com aprovação unânime, em 1896: a que se refere ao lugar denominado "Córrego das Pedras" no distrito da sede e, outra, no distrito da Conceição (hoje, cidade de Perdizes) (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 16 set. 1896. p. 135v-136. Arquivo FCCB). Recorrentes, as determinações legais definiam a criação de novos estabelecimentos antes mesmo de disponibilizarem-se os chamados edifícios em que iriam funcionar. Mas, uma vez em funcionamento, as escolas viam ingressar e ausentar-se professores num movimento sempre contínuo, haja vista os consideráveis registros de posse, licença e demissão de professores (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de posses dos vereadores*. 1894 a 1906. Arquivo FCCB). Esses registros nas atas davam conta, sessão a sessão, do ritmo de admissão e demissão nas salas de aula, geralmente assinalando as alterações por meio de notas feitas à parte do texto principal contido nos livros de atas.

Há uma particularidade das construções físicas destinadas ao ensino que merece atenção. Na seara da educação, ou, melhor dizendo, da "instrucção", as escolas tinham seus nomes associados à "casa" e, assim, chamavam-nas de "Casa da Escola". Dessa maneira, a edificação ganhava nome de prestígio pela função social que representava, mas não deixava de exibir o nome que remetia à estrutura material que abrigava, ou seja, a de uma casa. Não raramente, essas construções acabavam por adquirir outras funções simultaneamente à do espaço destinado à sala de aula (LIMA, 2009).

A pesquisa desenvolvida documento a documento, arquivo a arquivo, por vezes mostra algumas lacunas que nem sempre o cruzamento de fontes permite que

sejam elucidadas. Em contrapartida, deixam aflorar outros sinais. Não fora um caso isolado, aquele citado anteriormente, no que se refere às anotações registradas nas atas em forma de adendo. A cada nova posse, seguiam-se notas que atualizavam a trajetória do professor. Tratando-se da situação dos profissionais, emergiam nomes de escolas já em funcionamento sem que se pudesse ter acompanhado seu processo de criação. Assim se deu com professores que passaram, entre outras, pela escola da "fazenda da Antinha", outro antigo distrito pertencente ao município de Araxá.

Situações diferentes geravam outras referências ao tema educacional, como a que ocorreu em 2 de julho de 1898, quando compareceu à Câmara Municipal de Araxá o cidadão Americo José Cardoso, como procurador de D. Rita Mafalda, professora-adjunta da escola municipal mista da fazenda Crioulos. A referida professora tem seu nome no restrito conjunto de profissionais do sexo feminino atuante nas escolas sob a tutela do poder público. De modo contínuo, outro professor, dessa vez, Marcolino Vinaud, nomeado para a escola do Arraial da Pratinha, teve seu termo de posse assinado também por seu procurador Belmiro França, em 26 de outubro de 1900.

Neste período pesquisado, somente duas mulheres foram empossadas. A primeira, acima citada, e outra, a segunda, Maria Magdalena de Ávila, como "professora municipal do sexo feminino", no distrito de Nossa Senhora da Conceição (atual cidade de Perdizes). Ambas as professoras, designadas para atuarem em escola da zona rural e em um distrito, respectivamente, estiveram representadas nos atos das posses por seus procuradores. Em um período em que a educação de mulheres era tema bastante controverso, a presença dessas mulheres em sala de aula ratifica a afirmação de Louro, de que, nos primeiros anos da república brasileira, "a educação da mulher seria feita para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ouna função de formadora dos futuros cidadãos" (LOURO, 2002, p. 447).

Assinado o termo de compromisso entre a Câmara Municipal de Araxá e o cidadão Getúlio França, como professor Municipal do Córrego do Sal, em 11 de julho de 1900, uma nota esclareceu que ele "entrou em exercício no mesmo dia". Talvez seja este um fator denunciante de uma espécie de provisoriedade das funções dos regentes de sala de aula. Contudo, no citado ano, uma série de novas nomeações efetivava-se para dotar de professores os estabelecimentos educacionais de antigos distritos e povoados: São Pedro de Alcântara (hoje Ibiá), Santo Antônio da Pratinha (Pratinha, na atualidade) e São José da Antinha (povoado pertencente ao atual município de Perdizes).

Uma vez mais, nota-se a intensa relação entre a criação de escolas e as transformações dos espaços físicos, urbanos e rurais, cujas melhorias se constituíam em mecanismos de favorecimento ao ensino. No seu escopo, os projetos escolares eram deliberados depois de uma discussão apenas, levando-se em consideração a necessidade deles (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 7 nov. 1898. p. 19. Arquivo FCCB).

Ao final de 1898, quando já se aprovava a proposta de orçamento para 1899, assinaram-se resoluções criando uma escola na fazenda Santa Thereza, no distrito da Pratinha. Outra escola, desta feita no primeiro semestre de 1901, tem registro de "aula de instrucção primária no Districto de São Pedro de Alcântara". Dois anos depois, aquela escola da fazenda de Santa Thereza seria transferida do distrito da Pratinha para o Arraial. O argumento seria o não preenchimento dela e que no novo local seria de mais "utilidade". Situações como essas não seriam exceções. Em 1904, foi solicitado, discutido e aprovado em sessão camarista que se suprimisse a "Cadeira Municipal da fazenda de Crioullos" (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 1898 e 1904. Arquivo FCCB).

Novos tempos conduziram a outras formas de reivindicar investimentos na educação. A imprensa seria uma delas. No início do século XX, Araxá assistiu à circulação de jornais como uma inovação própria de ideias progressistas. Certamente esses veículos tinham duração efêmera. De todo modo, acabavam por cumprir seus objetivos no tempo em que conseguiam se manter. Vale frisar a atitude dos redatores (neste caso, Cassiano Raphael D'Affonseca Silva) em enaltecer os sentidos da formação escolar e de chamar o poder público àquela que seria uma de suas responsabilidades, neste caso um colégio secundário (LUCA, 2005). Vejamos:

> Collegio - Corre entre os intellecutaes da nossa Cidade ao que nos consta, a idéa de se fundar um estabelecimento de instrucção secundaria, onde a nossa mocidade possa adquirir uma somma de conmhecimentos que melhor a preparem á lucta pela vida.
>
> Não podemos deixar de saudar este desideratum com todas as forças com que se saúdam todos os impulsos, todas as energias tendentes ao bem da sociedade.
>
> Um collegio, embora modesto e com programma de ensino limitado ás materias mais indispensaveis á vida pratica, é uma das mais palpitantes necessidades do nosso meio.

> Temos por ahi tantos moços de talento e de boa vontade que, entretanto, são forçados a ver estioladas as suas aptidões por não poderem ir buscar alhures o alimento intellectual porque anceiam.
> Dar-lhes, pois, aqui mesmo opportunidade de cultivarem o espírito, de exercerem sua actividade em alguns ramos da cultura humana, seria fazer-lhes um bem sem preço e remover lhes do caminho do futuro um estorvo, um tropeço que elles por si sòs não poderiam arredar.
> O pessoal docente de que podemos dispor é sufficiente para sustentar um Collegio e manter o ensino na altura do ideal da moderna pedagogia.
> Felizmente para nós, há aqui um lisongeiro numero de pessôas cultas, que não são avaras do que sabem e de bom grado transmitiriam á mocidade o fructo de suas locubrações.
> É de esperar-se que os Paes de famillia não deixarão de secundar as esperanças daquelles que se abalançarem a tão alto emprehendimento.
> A nossa Camara Municipal, por sua vez, virá com certeza em auxilio do estabelecimento, solicita como tem-se mostrado em promover o progresso do Municipio em todas as suas modalidades.
> Que não esmoreçam, portanto, os patriotas que acariciam e alentam o bem inspirado projecto que aqui narramos. (O MUNICÍPIO. Araxá, n. 28, p. 1, 10 nov. 1901. Arquivo FCCB)

Afora as opiniões dos redatores e editores, os jornais divulgavam as questões da educação por meio de outro eficaz e inovador recurso, também nascido das propaladas mudanças pretendidas: as propagandas. Por meio de uma delas, vê-se o professor divulgando seu ofício, adjetivado como "publico" (mas também era particular), além das questões de custo e de disponibilidade para ir às fazendas.

> Professor Publico- O abaixo assignado, com alguma pratica de magistério publico e particular, se offerece a leccionar particularmente nas fazendas deste ou de outros municipios circunvizinhos. Preço rasoavel. Quem precisar dirija-se a esta cidade onde o mesmo reside provisoriamente. Getúlio França. (O MUNICÍPIO. Araxá, n.32, p. 3, 15 dez. 1901. Arquivo FCCB)

Projetos e requerimentos sucediam-se na tribuna da Câmara. Como no requerimento a seguir, solicitando auxílio pecuniário para criação e manutenção de um externato de instrução secundária na cidade. A solicitação partia de Marcolino Vinaud, cidadão que fora, então, atendido pela Comissão de Instrução com um

valor de 1:000$000 réis para o estabelecimento que pretendia fundar (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 11 set. 1903. p. 84v-86v. Arquivo FCCB). Vinaud fazia parte de um reduzido segmento que migrou para a cidade, tanto no quesito estrangeiro, uma vez que a imigração ocorria ainda lentamente naquele momento, quanto na origem. De nacionalidade francesa, professor por ofício, ele chegara a Araxá depois de uma passagem por São Pedro de Alcântara, atual Ibiá (O TREM DA HISTÓRIA. Araxá, n.9, p.6-7, abr./jun. 1993. Arquivo FCCB). O fato é que Marcolino Vinaud inovou na sua atuação docente e tem registrada sua inserção na esfera educacional da cidade onde possui descendência familiar.

O requerimento apresentado pelo professor Vinaud traz no conteúdo informações acerca do seu currículo (que reunia o título de farmacêutico), do programa de ensino, da rotina escolar, da existência do estatuto e da proposta de atender "certo numero de alumnos pobres, mantido pela respectiva verba". A saber:

> Exmo. Sr. Presidente e Agente Executivo Municipal
> O supplicanteinfra firmado, professor formado pela Escola de Lyonn, em França, e titulado pela Escola Normal de Ouro Preto, neste Estado de Minas Geraes, pretendendo firmar nesta cidade de Araxá, em janeiro f. f. de 1904, num Externato de ensino superior, e contando para estes com o auxilio de idonea e douta corporação de professores, vemos perante V. Excia. apresentar o respectivo programma e Estatuto e solicitar o auxilio da creação de uma verba municipal annuaes a fim de poder-se admittir-se, a juízo de V. Excia. certo numero de alumnos pobres, mantido pela respectiva verba.
> Nestes termos o supplicante pede-vos deferimento e receberá mercê.
> Marcolino Vinaud
> Programma do Externato
> Estabelecimento Secundário para o sexo masculino
> O ensino, conforme o programma de exames de preparatórios exigidos para matricula nos cursos de estudos superiores, será distribuído como se segue:
> Educação Moral.Instrucção religiosa e cívica.
> Educação Intellectual
> Línguas: Portugueza, Franceza e Latim
> Sciencias: Matemáticas, Geographia e Cosmographia, Historia Geral, Chorographia e Historia do Brazil, Historia Natural e Philosophia.
> Artes: Retórica e Poética, Desenho linear e EscripturaçãoMercantil

> O estudo será feito a fundo, theorica e praticamente. É condição indispensável de admissão saber todas as matérias do Curso Primário, no acto de admissão o alumno será rigorosamente examinado pelo Director, em presença de um dos professores e do pai do alumno ou de quem o representar.
> Os alumnos deverão entrar às 7 horas da manhã e numa retirar-se antes das 3 horas da tarde, tendo um intervallo para irem almoçar.
> Estará o Externato prompto a visita e fiscalisação do Sr. Presidente e Agente Executivo Municipal e dos Srs. Vereadores.
> Professores
> Revmo. Padre Pedro Pezzuti
> Sr. Maximiniano Lopes Chaves
> Marcolino Vinaud. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Sessões da Câmara*. Pasta 19. Arquivo FCCB)

Logo em seguida, demonstrando bastante agilidade, a comissão de instrução pública apresentou-se favorável à concessão do auxílio solicitado, desde que "verifique que se guarde a disciplina a mais seria, as condições de hygiene, idoneidade do pessoal docente, regularidade no ensino que essa applicação seja necessária para sua manutenção" (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 11 set. 1903. Arquivo FCCB).

Nos primeiros anos do século XX, o poder público prosseguiu, por meio da Câmara Municipal de Araxá, no circuito das iniciativas de implantar instituições de ensino na cidade. Autorizou transferência de verba (2:000$000 réis) "em lei ordinário" e incluída em orçamento para servir de subsídio ao Colégio Marista. De acordo com o projeto que ali tramitava, o colégio estava em fase de fundação. Destinava-se a um "externato ou internato de instrucção secundaria e superior" que funcionaria em prédio que seria de posse e domínio da Câmara. Outras exigências, similares às demais iniciativas do gênero, faziam-se ao educandário: contar com corpo docente completo e ter frequência superior a trinta alunos (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Sessões da Câmara*. Pasta 19. Arquivo FCCB).

A documentação pesquisada sinalizou para a acolhida calorosa, por parte dos vereadores, ao colégio acima citado. O projeto da congregação marista chegou a ser aprovado pela comissão de finanças da Câmara em única sessão e, sem a existência de debate, recebeu parecer favorável. O fato é que o referido colégio dos irmãos maristas não chegou a funcionar em Araxá e novas solicitações passavam pelas sessões ordinárias; algumas apontando para avanços no ensino, outras

representando significativos retrocessos (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 15 set. 1904. Arquivo FCCB).

Em 1904, projetou-se uma escola para o sexo feminino no distrito da Conceição. Paralelamente, fora discutido e aprovado o "pedido para que fosse suprimida a Cadeira Municipal da fazenda de 'Crioullos', o que posto em discução e a votos foi unanimementeapprovado" (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 19 jan. 1904. Arquivo FCCB). Desativar escolas não fora algo raro. E, ao que parece, os motivos para tal procedimento variavam de acordo com o ritmo dos interesses dos personagens atuantes na trama urbana. A transcrição seguinte revela a excepcionalidade da situação:

> Foi lido um officio do Vereador do Distrito de Dores de S. Juliana, João Evangelista de Castro, communicando ter fechado a aula de instrucção primaria da fazenda dos Crioulos, do districto de Dores, no dia 30 de Abril ultimo, por ter optado, como professor, d´aquela aula, ao Cargo de Vereador para o qual fora eleito. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Araxá*. 15 set. 1904. Arquivo FCCB)

À Câmara competia lidar com todas as questões de interesse da municipalidade, especialmente sobre o que definiam como "instrucção primaria e profissional". Nesse rol reunia a criação de escolas (provendo-as por meio de concursos realizados perante comissões de avaliação), a criação do fundo escolar, a fundação e regulação de "estabelecimentos profissionais". Para isso contava, além dos vereadores, com auxiliares da administração, como secretário, coletor, fiscal para a cidade e para os distritos, contínuo ou porteiro e também professores encarregados de gerenciar as cadeiras de instrução que se criavam.

Sobre essas últimas, a legislação municipal firmava a obrigatoriedade de aprendizado em condições eminentes, a preferência por admitir ao magistério os diplomados pelas escolas normais do Estado e, por fim, a fiscalização do ensino quanto aos estabelecimentos particulares, porém somente no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. *Consolidação das leis municipaes da Câmara Municipal do Araxá – Decretos Emitidos.* Pasta 196. Arquivo FCCB).

Entre as comissões especiais eleitas constava a de "instrucção publica". Nela direcionavam-se as funções dos eventuais professores municipais. Aos mestres competia observar em suas escolas os quesitos moralidade, respeito e disciplina. Deviam

ainda seguir os regulamentos, leis e decretos estaduais que regiam as cadeiras de instrução primária, criadas e mantidas pelo Estado, tanto no seu método de ensino, dia e horas de trabalho, quanto na distribuição do ensino e do "systhema". O corolário da educação republicana primava por defendê-la como fundamental para o desenvolvimento da nação, e para tanto os professores deveriam aprimorar a docência como prática científica e moral, que transmitisse valores que corroborassem o anseio de nação civilizada, formando cidadãos laboriosos e ordeiros. Nesse sentido, acreditamos que a "comissão de instrucção publica" de Araxá desempenhava importante papel para a consecução dos objetivos educacionais compartilhados entre os edis e, ao mesmo tempo, permitia ao município exercitar seu princípio de autonomia na gestão do ensino local, estabelecendo diretrizes e normas.

Ao iniciar o ano de 1904, os habitantes de Araxá já podiam ler nas páginas do jornal local, de nome *O Araxá*, informações acerca do recém-criado "Externato Araxaense", por iniciativa de Marcolino Vianaud. Noticiando a abertura do curso de "instrucção primária complementar" e do "curso completo de preparatorios", oferecia aos pais de família os prospectos alusivos às propostas do "Externato" (O ARAXÁ. Araxá, n. 1, p. 1, 1º jan. 1904. Arquivo FCCB). A imprensa fazia circular também os informativos oficiais da municipalidade. Observa-se, no mesmo jornal *O Araxá*, autorização por lei para que o agente executivo despendesse, no distrito de Conceição (Perdizes), a quantia de 600.000 réis com subvenção à "escola do sexo feminino" (O ARAXÁ. Araxá, n. 31, p. 2, 9 out. 1904. Arquivo FCCB). Em outra edição, lê-se nota a respeito de medida da Secretaria do Interior, que "officiou aos inspectores escolares do Estado cassando-lhes a faculdade de nomear professores substitutos em casos de licença dos effectivos" (O ARAXÁ. Araxá, n. 35, 20 nov. 1904. Arquivo FCCB).

As ações praticadas na esfera do ensino moviam-se ora no âmbito do poder público, ora no da iniciativa particular. Ainda assim, as ações de caráter privado recorriam à gestão municipal como forma de arrebanhar recursos financeiros, quando não, de garantir apoio político e institucional. Em fins de 1903, a família do Capitão Antônio Chaves de Magalhães já havia se mudado para Araxá com o objetivo de fundar na cidade o Colégio Nossa Senhora do Carmo (para meninas), localizado na atual praça Praça Coronel Adolfo. O colégio seria dirigido pela filha mais velha do capitão, Maria de Magalhães (D. Iaiá) e nele suas outras filhas lecionavam (O TREM DA HISTÓRIA. Araxá, n. 9, p. 6-7, abr./jun. 1993. Arquivo FCCB).

No jornal *O Araxá*, a inciativa ganhou respaldo com "delirantes congratulações". Sob a gerência de Francisco Silvério Vinaud, o semanário divulgou a seguinte nota:

> Recebemos e agradecemos a honrosa offerta que nos fez a Exma. Snra. D. Maria de Magalhães de um folheto contendo os estatutos do collegio – Nossa Senhora do Carmo – que em breve abrir-se-á nesta cidade, sob a direcção da mesma exma. snra. d. Magalhães. É uma necessidade que de há muito resentia o nosso meio social e um progresso incontestavel para o bello sexo (O ARAXÁ. Araxá, n. 37, p. 1, 11 dez. 1904. Arquivo FCCB).

Destinado ao "bello sexo", o "Collegio N.S. do Carmo" iniciou suas atividades em janeiro de 1905 com o objetivo de oferecer "instrucção primaria e secundaria" (*O Araxá*, Araxá, n. 157, p. 1, 8 jan. 1905. Arquivo FCCB). Inovador na sua proposta, em se tratando de uma cidade como Araxá, a notícia do novo colégio abria perspectivas às mulheres e aos seus papéis a serem futuramente desempenhados na sociedade, quer fossem no país ou fora dele, em dimensão mais ampla.

> Um estabelecimento desta ordem não era para esperar-se jamais que fosse fundado nesta cidade onde nunca houve-o. Entretanto agora que se acham abertas suas aulas para a instrucção primaria e secundaria do bello sexo é muito para extranhar-se que os Paes de familia deixem de aproveitar a opportunidade de instruir e educar suas filhas para ornamentar a sociedade vindoura de nossa esperançosa cidade. [...] A mulher tem direito de exigir que lhe seja permitido ajudar o Progresso da humanidade em todos os ramos da actividade humana, e que todas as estradas para chegar a instrucção lhe sejam franqueadas, como o são á metade masculina da especie.
>
> Dizemos que nunca Araxá teve eguaes vantagens, visto como todos estamos informados, que este collegio competirá com os melhores centros de educação desta ordem, em nosso futuroso Estado de Minas.
>
> Sabemos que o corpo docente deste internato e externato é idoneo e efficaz em sua habilitação para dirigil-o: não só por parte da sua excellentedirectoracomo de suas irmãs professoras as quaes receberam a mais vasta instrucção e a mais esmerada educação, e, segundo consta já têm-se dedicado alhures com notavelproficiencia ao ensino primário e secundário.
>
> Mais uma vez damos os nossos sinceros parabens aos araxaenses por esta acquisição e concluimos estas nossas asserções animados pela esperança de vermos o nosso bello sexo marchar na vanguarda da mais elevada civilização. (O ARAXÁ. Araxá, n. 159, p. 2, 29 jan. 1905. Arquivo FCCB)

Herança do Império e influência da religião católica, era usual a separação de gênero nas salas de aula. Segundo Louro, era corrente o ideário de que o "lugar natural" da mulher é o lar, sendo desnecessário o ensino conjunto entre meninos e meninas. Desse modo, nas escolas concentrava-se todo o cuidado possível para formação de mulheres educadas, afáveis e modelares ao ideal corrente. Quer fosse na estruturação do espaço, "afirmando ou ocultando saberes, apontando valores e exemplos, sugerindo destinos" (LOURO, 2002, p. 455), quer na estruturação do currículo ou na austeridade das regras de ingresso e permanência como visto a seguir:

> A Directora velará sobre as suas alumnas com carinho para impedir infracção de deveres escolares e applicação de castigos, ainda mesmo dos mais leves, quando possivel; tendo muito em vista as obrigações devidas á Religião Catholica.
> INSTRUCÇÃO PRIMARIA
> Leitura, Calligraphia, Italiano, Historia do Brasil e Universal, Arithmetica, Geometria, Noções de scienciasnaturaes, Geographia, Composições litterarias, Comosgraphia, Desenho, Musica e Piano.
> Ensino pratico de trabalhos, Bordados, Flores e Costuras.
> A pensão é de 150$000 por trimestre.
> Musica e Piano 30$000 por trimestre e Dezenho 15$000 Joia 20$000.
> Allumnas externas, por trimestre curso primario 20$000, secundário 30$000.
> Materiaes de escripta, por trimestre 6$000.
> Lavagem de roupa, por trimestre 18$000.
> Os trimestres terminam em 31 de Março, 30 de Junmho, 30 Setembro e 31 de Dezembro.
> O pae ou tutor, que matricular duas ou mais alumnas terá o desconto de 10% nas pensões.
> Começado o trimestre considera-se vencido.
> O Collegio não desconta ferias e ausencias de alumnas.
> O anno letivo começa em 16 de Agosto e finda em 30 de Junho.
> Nesta cidade deverão as alumnas ter correspondentes.
> Os pagamentos são adiantados e trimestraes.
> Correrá por conta dos Paes a despeza com livros, medico e pharmacia.
> Além da roupa de uso as alumnas devem trazer:
> 1 vestido preto de lã.
> 1 vestido branco com fitas azues.

2 colchas brancas.
6 lençoes.
2 ditos para banho.
8 fronhas.
1 cobertor.
8 toalhas de rosto.
1 par de pentes, escovas de unhas e pentes.
1 thesourinha.
A roupa será marcada com os nomes das alumnas.
Devem as alumnas trazer jarro e bacia, travesseiro, colchão com l,^{m}75 de comprimento e 0,^{m}80 de largura e doussaccos para roupa servida.
Com consentimento dos Paes, as alumnas poderão sahir duas vezes por mez.
Maria de Magalhães
Directora. (O ARAXÁ. Araxá, n. 159, p. 2, 29 jan. 1905. Arquivo FCCB)

Afora as especificidades das iniciativas particulares, o município obrigava-se a manter, por meio da Câmara, tantos estabelecimentos quantos fossem necessários ao ensino. Tramitou pela sala das sessões da Câmara, em 30 de setembro de 1906, a legislação tendente a normatizar as escolas no seu escopo:

Art. 342 – Para o provimento das escolas serão nomeadas pessoas idôneas e competentes tendo preferência:
A – as normalistas pelas escolas normais do Estado;
B – os que, em concurso apresentarem melhor prova de capacidade, competência, tendo mensalidade.
Art. 343 – As escolas serão regidas pelos regulamentos estadoais tanto na distribuição das materias, como no methodo de ensino, oras de trabalho, mobília escolar.
Art. 344 – A escola que não levar a matrícula mínima de 25 alumnos e a frequencia mínima mensal de 15 alumnos será supprimida.
Art. 345 – Os ordenados dos professores serão pagos mensalmente pelo Estatuto Municipal, em vista do attestado de exercício provão pelo Fiscal, em vista do Chefe do poder executivo.
Art. 346 – A guarda dos respectivos professores fica com os edifícios municipais das escolas e sua mobília que empreenderão pelos extravios, rasuras e estragos.
Sala das sessões da Câmara em 30 de setembro de 1906. (CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ. Estatutos e Pareceres. Pasta 201. Arquivo FCCB)

Até então, a duração efêmera de muitos estabelecimentos de ensino e os obstáculos por eles enfrentados impossibilitavam a formação educacional da população de forma regular. Certo é que, em outro sentido, havia ainda a participação dos professores particulares, responsáveis pela alfabetização de inúmeras crianças. Entretanto, diante da necessidade de se criar uma escola pública, ou melhor, um grupo escolar, a Câmara Municipal de Araxá cedeu um terreno para nele ser construída uma edificação própria.

A família Chaves de Magalhães, a mesma que fundara o colégio particular Nossa Senhora do Carmo, esteve à frente desse novo projeto, respaldada pelo grupo político liderado pelo Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar. O Grupo Escolar chegaria à cidade em 1911[4] (O TREM DA HISTÓRIA. Araxá, n. 9, p. 6-7, abr./jun. 1993). Instalou-se no lugar onde hoje é o Colégio São Domingos, isto é, na praça São Domingos, a segunda praça da cidade, conforme ditava o planejamento das cidades no Brasil: a primeira, a da matriz; a segunda, a do Grupo Escolar, a terceira, a da estação ferroviária (DANTAS, 2010).

A criação dos grupos escolares em Minas Gerais aconteceu em 1906, quando o presidente do estado, João Pinheiro, promulgou a Lei nº 439, concentrando esforços no ensino elementar com vistas à educação para o progresso. As escolas isoladas, formadas por uma só classe com alunos de diferentes estágios de escolarização, foram agregadas, marcando nos tempos novos espaços como exemplar da escola moderna. De acordo com Gaspar, a criação do grupo escolar em Araxá, mais tarde denominado Delfim Moreira, representou, para parcelas de segmentos locais, para além de um espaço físico imponente, a busca pelo progresso, pela modernidade e por uma cidade ideal:

> Em localidades como Araxá, eminentemente agropastoril, de economia baseada nas relações do homem com a terra, os grupos escolares vêm cumprir, em parte, seu papel de espaço modernizador das relações de trabalho baseadas na forma capitalista de compreender e organizar o trabalho, objetivando a superação do atraso na instituição do progresso, conforme os relatórios do governo atestavam. (GASPAR, 2006, p. 55)

[4] O Grupo Escolar de Araxá (posteriormente denominado Grupo Escolar Delfim Moreira) funcionou nesse local até 1931, quando se transferiu para um novo prédio à avenida Getúlio Vargas. No seu antigo lugar, instalou-se em 1931, pela congregação dominicana, o Colégio São Domingos.

Passados cinco anos da fundação do Grupo Escolar de Araxá, a publicacão *Minas Geraes e seus Municípios*, de 1916, traz dados referentes à cidade. Sobre a instrução pública, informa que cada um dos seus distritos possuía duas escolas (uma para cada sexo). Ainda segundo o chamado "Álbum Informativo", no município havia cinco escolas municipais e, na cidade, funcionava o Grupo Escolar Delfim Moreira, cuja equipe de professores estava integrada por Sylvia de Magalhães, Luiza de Oliveira Faria, Alice Moura, Ignez Ferreira, Minervina Amorim, Zoraide Porfírio, Paulina Amorim, Rita Augusta dos Santos. Como porteiro trabalhava, nessa época, João Cecílio Damasceno. Esses nomes integram as memórias locais, as mais diversas, nos quesitos ensino e educação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Josemir Almeida. *Organização do ensino rural em Minas Gerais*: suas muitas faces em fins do XIX e início do XX. (1899-1911). 2013. Tese. (Doutorado em Educação) –Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vera Lucia A. *As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em Minas Gerais*: 1892 a 1898. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Vera_Lucia_Abrao_Borges_artigo.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

CAPRI, Roberto. *Minas Geraes e seus municipios*. São Paulo: Tocai Weiss & Comp., 1916.

CARVALHO, Carlos Henrique. A história local e regional: dimensões possíveis para os estudos histórico-educacionais. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, n. 6, p. 51-69, jan./dez. 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DANTAS, Sandra Mara. Do feitio de aldeia aos ares de cidade: a constituição do urbano no extremo oeste de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, "HISTÓRIA E LIBERDADE". 20., 2010, Franca. *Anais*... Franca: Unesp, 2010. 1CD-ROM.

FOOTHARDMAN, Francisco. *Trem fantasma*: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GASPAR, Maria de Lourdes Ribeiro. *Ecos do progresso*: práticas e representações sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira. (1908-1931). Araxá-MG.2006. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. *Revista História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 28, p. 159-185, maio/ago. 2009.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. *Das águas passadas à terra do sol*: ensaio sobre a história de Araxá. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1999.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. O natural e o construído: a estação balneária de Araxá nos anos 1920-1940. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, p. 227-250, 2006.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. O vivido e o eternizado: a construção física e imaginária de uma cidade balneária. *Revista Eletrônica Emblemas*, Catalão, v. 9, n. 1, p. 161-171, 2012.

LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. *Viver no Mourão Rachado*: história e memória de uma comunidade rural de Araxá. Araxá: Serviço Social da Indústria SESI-DR/MG, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002.

LUCA, Tania. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. *In*: PINSKY, Carla Bassanezzi (Org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2009.

NAXARA, Márcia Regina C. *Estrangeiro em sua própria terra*: representações do brasileiro (1870-1920). São Paulo: Fapesp; Annablume, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. Ensaios. (1989) Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. História da Educação no Brasil: a constituição do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 37-70, 2003.

"Um dever de ordem pública iniludível e inadiável": a administração municipal e as comunidades em prol da instrução pública (Região Colonial Italiana, RS, 1890-1928)

Terciane Ângela Luchese

> *Elevar o nível intelectual destas populações, dando-lhes não só os conhecimentos indispensáveis da língua vernácula como o ensino cívico de que todo cidadão não pode prescindir, se me afigura um dever de ordem pública iniludível e inadiável*. (Intendente José Penna de Moraes, Caxias, 1924)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A atuação da administração municipal na promoção da instrução pública na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (RCI) foi central para a constituição de uma rede de escolas de nível elementar que, por décadas, atuaram na disseminação do ensino da leitura e da escrita do português, das operações matemáticas fundamentais, do ensino cívico e mesmo do catecismo. A epígrafe de abertura do texto ilustra muitos dos discursos de autoridades municipais que, reiteradamente, emergem de relatórios, correspondências, atas e, mesmo, de textos jornalísticos publicados entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, a favor da instrução pública.

Como já apresentado em estudos anteriores de Luchese (2007, 2012), a escola pública foi requisitada e buscada pelas famílias que se organizavam para a obtenção

de tal benefício, e as administrações municipais foram providenciais na concretização de tal condição. Analisar esse processo de atuação das autoridades municipais e sua relação com as comunidades na viabilização de uma rede de escolas públicas municipais ou subvencionadas, na Região, é o objetivo do presente texto. Tal estudo é resultado parcial da pesquisa "História das Escolas Étnico-Comunitárias Italianas no Brasil (1875-1945)",[1] que tem como objetivo investigar as escolas étnico-comunitárias italianas existentes no Brasil, buscando compreender as iniciativas de escolarização, as culturas escolares e a dinâmica escolar vivenciada pelos imigrantes e seus descendentes, nos diferentes contextos espaciais, em dimensão comparativa.

A análise, neste texto, restringe-se aos municípios da Região Colonial Italiana (RCI) do Rio Grande do Sul, que correspondem às três primeiras colônias ocupadas predominantemente por imigrantes italianos: Conde d'Eu, Dona Isabel e Colônia Caxias. Dessas três colônias, foram criados dois municípios em 1890 (Caxias e Bento Gonçalves) e um em 1900 (Garibaldi), como veremos posteriormente. O recorte temporal da análise equivale ao ano de criação dos municípios e finda-se no ano de 1928, quando se encerram as administrações de três importantes intendentes: Celeste Gobatto (Caxias), João Baptista Pianca (Bento Gonçalves) e Jacob Nicolau Ely (Garibaldi).

Tomando como base teórica os pressupostos da História Cultural, o *corpus* empírico inclui correspondências recebidas e enviadas pelas Intendências, fotografias, relatórios de Intendentes, legislações, livros de atas dos Conselhos Municipais, jornais, documentos escolares, entre outros que subsidiaram a análise.

O texto foi organizado em dois momentos: no primeiro, atenta para o contexto da colonização e a criação dos municípios da RCI e, no segundo, analisa a ação dos administradores municipais em prol da instalação, organização, provimento e normatização de escolas.

PERSCRUTANDO A HISTÓRIA LOCAL: CONTEXTO DA COLONIZAÇÃO E CRIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA RCI

Na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do XX, a migração de europeus em direção à América intensificou-se, na procura de condições de vida

[1] Pesquisa com apoio financeiro do CNPq.

mais satisfatórias. Transformações derivadas da expansão capitalista, com novas formas de produção e de trabalho, constituíram possibilidade para acentuar o processo migratório. As guerras de Unificação, no caso italiano, não podem ser esquecidas. No Brasil, os imigrantes foram considerados necessários para substituir a mão de obra escrava, ocupar terras devolutas, trabalhar no comércio e nas emergentes indústrias.[2]

A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu quantidade considerável de imigrantes saídos da península itálica, entre os anos de 1875 e 1914. Além dos que se estabeleceram em núcleos urbanos como Pelotas, Rio Grande e na própria capital, muitos foram direcionados para as colônias. Em 1870, por ato de 24 de maio, o Presidente da Província, João Sertório, criou as colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, numa área de 32 léguas cedidas pelo Governo Imperial. No mesmo ano, determinou que o Major Palmeiro discriminasse, medisse e demarcasse lotes naquelas colônias. Em 1875, foi criada a colônia Fundos de Nova Palmira, posteriormente denominada Caxias. Nos anos seguintes, outros núcleos foram criados pelo Governo Provincial e, dentre aqueles que receberam imigrantes, italianos citam-se: Silveira Martins (1877), Alfredo Chaves (1884), Antônio Prado (1887), Barão do Triunfo (1888), Mariana Pimentel (1888), Jaguari (1889), Guarani (1889), Ijuí (1890), Marquês do Herval (1891), Guaporé (1892), além de diversos outros. Manfrói (1987) ressalta que a colonização italiana foi direcionada, inicialmente, para as quatro primeiras colônias: Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Silveira Martins.[3]

Numerosas levas de imigrantes vindos da península itálica colonizaram as colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias a partir de 1875. Até 1884, elas permaneceram na condição de colônias, regidas pelo Regulamento de 1867 (Decreto nº 3.784, de 19/01/1867) e sob administração do Diretor da Colônia e da Comissão de Terras (LUCHESE, 2009).

As administrações coloniais foram responsabilizadas pela escolarização pública. Ajudantes e guarda-livros da Comissão de Terras acumularam o cargo de

[2] Vejam-se, entre outros, em Franzina (2006, 2009); De Boni (1987, 1990, 1996); Cenni (2003); Trento (1989) e Seyferth (1990).

[3] As políticas de imigração e colonização do Rio Grande do Sul, mormente a italiana, têm sido intensamente pesquisadas. Vejam-se, por exemplo, as obras de De Boni e Costa (1984), Azevedo (1975), Costa (1986), Manfrói (1975), Possamai (2005) e Giron (1980).

professor, criando escolas nas sedes dos núcleos coloniais. Muitas delas, porém, foram passageiras, pois os próprios funcionários estiveram em constante rodízio; eram instáveis, permanecendo meses nas colônias.[4] Ou, então, o cargo de professor foi assumido pelo Capelão. Foi o caso do padre Domenico Munari,[5] nomeado pelo Presidente da Província para exercer o cargo de Capelão em Dona Isabel, com a gratificação anual de 1:300$000 réis. O sacerdote assumia também a obrigação de ensinar as primeiras letras aos filhos de colonos estabelecidos perto do centro administrativo, enquanto ali não houvesse outras escolas.[6]

As aulas particulares das colônias eram da alçada da Inspetoria Geral de Terras e Colonização[7] e, como tal, localmente, a Comissão de Terras ficava encarregada de determinar espaços (lotes) destinados para construções públicas, como a igreja, a escola e a sede administrativa. Ao diretor de cada colônia cabia prover para que, na sede, houvesse uma aula particular, conforme estabelecido no Regulamento das Colônias de 1867. Vale acrescentar que, junto à ação dos diretores de colônia, somam-se as iniciativas particulares de colonos e/ou professores primários de formação, os quais se estabeleceram e abriram escolas particulares.

Em 1884, as colônias passaram à condição de povoações comuns e seu território a ser administrado pelos municípios de São Sebastião do Caí (Caxias) e São João de Montenegro (Dona Isabel e Conde d'Eu). Os contratos celebrados pelas diretorias das colônias foram todos suspensos e os empregados dispensados, inclusive os professores.

[4] Para exemplificar, no ano de 1876, a colônia Dona Isabel teve três diretores, e Caxias, em 1877, cinco diretores, entre interinos e efetivos (cf. LUCHESE, 2009).

[5] No ano de 1877, aos 28 de maio, recebia uso das ordens para atender a Linha Palmeiro o Padre Domenico Antonio Munari. Natural de Gálio, Vicenza, nasceu a 13 de julho de 1839 e era filho de Pietro Antonio e Giovana Pértile Munari. "[...] Em 1865 foi nomeado pároco da localidade de Fastro, Belluno e ali permaneceu até 1876 quando na companhia da família de Ângelo Tagliari, partiu para o Brasil. Embarcaram no navio francês a vela, L'Auregeida a 27 de dezembro de 1876, em Bordeaux. Naufragaram, por conta de um temporal, pouco tempo depois, em La Rochelle. Todos se salvaram e foram acolhidos pela população. Novamente embarcados, veio para o Rio Grande do Sul. Em março de 1878 percorrendo a cavalo uma picada, próximo ao lote 82 da Linha Palmeiro, caiu e foi arrastado pelo cavalo. Socorrido e cuidado pelos moradores, veio a falecer em 27/03/1878, aos 39 anos e depois de 10 meses de permanência no Brasil" (CAPRARA; LUCHESE, 2005, p. 341 e 343).

[6] Minutas de ofícios da Inspetoria Especial de Terras para a diretoria das colônias Conde d'Eu e Dona Isabel – 1877. Lata 280, maço 08, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

[7] Conforme diversos ofícios da Inspetoria Especial de Terras e Colonização. Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A informação foi passada ao Presidente da Província pelo Diretor de Dona Isabel e Conde d'Eu "[...] em data de 7 de maio último, o médico, o farmacêutico, capelães, professores e o desenhista [...] foram dispensados".[8] A instrução pública das ex-colônias ficou sob a tutela da Província e dos municípios aos quais pertenciam.

Aos 13 de junho de 1884, a Diretoria Geral da Instrução Pública expediu ordens para que a Câmara Municipal de São João de Montenegro providenciasse "no sentido de serem providas com a maior brevidade, as cadeiras de ensino primário, ultimamente criadas nas ex-colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, nesse município" (CORRESPONDÊNCIAS recebidas pela Câmara Municipal de Montenegro, 1884). Eram quatro escolas mistas, sendo uma na sede de Conde d'Eu e outra na sede de Dona Isabel, uma na linha mais populosa de Conde d'Eu e outra na linha mais populosa de Dona Isabel. Não encontrando pessoal habilitado com o diploma de alunomestre da Escola Normal e sendo de interesse imediato que aquelas escolas funcionassem, a Diretoria determinava que a Câmara contratasse provisoriamente pessoas que pudessem assumir as escolas. Conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1881, a Câmara Municipal deveria chamar os candidatos para, perante uma comissão composta de três pessoas idôneas, nomeadas pela própria Câmara, prestar um exame incluindo leitura, escrita, regras de caligrafia, princípios elementares de aritmética e suas operações fundamentais em números inteiros e fracionários, noções práticas do sistema métrico e de gramática nacional. No ofício enviado à Diretoria, sugeria ainda que "[...] sendo mistas as quatro cadeiras [...] será conveniente que V. S. prefira senhoras para regê-las, de acordo com as práticas seguidas nesta Repartição, podendo fazer o contrato com algum cidadão na falta de senhoras que queiram regê-las".[9] Não foi possível localizar indícios sobre como a Câmara de Montenegro procedeu para a escolha dos professores, quais os candidatos que se apresentaram ou mesmo os nomeados para a banca de seleção. Mas, em 11 de novembro de 1884, a Diretoria Geral da Instrução Pública aprovava os contratos celebrados com os seguintes professores: Emílio Barni (sede de Conde d'Eu), Anna Maria Serpa (sede de Dona Isabel) e João Baptista Ennes (Linha Leopoldina, Dona Isabel). A outra aula, prevista para uma das linhas mais populosas de Conde d'Eu, permaneceu vaga. O professor Barni já atuava, desde 1878, como professor.

[8] Lata 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

[9] Correspondências recebidas e enviadas. Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.

Após a Proclamação da República, considerando as pressões e insatisfações de comerciantes e industrialistas da RCI, o General Candido José da Costa, Presidente da Província, elevou pelo Ato nº 257, de 20 de junho de 1890, a freguesia de Santa Tereza de Caxias a município, com a denominação de Caxias.[10] As freguesias de Santo Antônio de Dona Isabel e São Pedro de Conde d'Eu também foram elevadas à condição de municípios no mesmo ano de 1890, aos 11 de outubro, pelo Ato nº 474, com a denominação de Bento Gonçalves, permanecendo a administração na antiga sede de Dona Isabel. A condição de distrito em que permaneceu Conde d'Eu fez com que houvesse movimentos políticos, no sentido de buscarem a emancipação que veio em 1900, pelo Decreto nº 327, de 31 de outubro, assinado por Antônio Augusto Borges de Medeiros. O novo município recebeu a denominação de Garibaldi.[11]

As administrações municipais ficaram a cargo de um Intendente, eleito a cada quatriênio e responsável pela direção dos serviços. Além dele, havia um Conselho Municipal, respondendo pela elaboração e aprovação de leis e pela homologação de orçamentos. Era composto por sete conselheiros. Cada distrito contava também com um subintendente. Além desses, organizou-se toda a estrutura administrativa necessária com a nomeação de inspetores, fiscais, zeladores de estradas e cemitérios, auxiliares de obras públicas e administrativas, entre outros.

Os primeiros intendentes foram indicados pelo Governo do Estado. Caxias teve diversos intendentes no período de 1890 a 1928, tendo tido certa inconstância e interrupção de mandatos. Os intendentes de Caxias que mais se destacaram nessa época foram José Penna de Moraes[12] (1912-1914, 1916-1918 e 1919-1924) e Celeste Gobatto[13] (1924-1928). O primeiro intendente de Bento Gonçalves, indicado e

[10] O acréscimo da posição geográfica "do Sul" foi determinado pelo Decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944, ficando denominada Caxias do Sul.

[11] Hoje, no território das antigas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, temos os municípios de Bento Gonçalves, Monte Belo do Sul, Santa Tereza, Pinto Bandeira, Garibaldi, Carlos Barbosa, Coronel Pillar, Farroupilha, São Marcos, Flores da Cunha e Caxias do Sul.

12 José Penna de Moraes era natural de Santa Maria. Foi jornalista, inspetor do ensino, intendente em Caxias e funcionário público estadual. Faleceu em 1937.

[13] "Celeste Gobbato tinha 22 anos de idade quando deixou a Itália rumo ao Brasil, em 1912, para ser professor da Escola de Engenharia de Porto Alegre. Ele trouxe consigo, além do conhecimento adquirido na Universidade de Pisa, a experiência familiar com as questões da terra, já que era filho de proprietários de terra em Volpago del Montello. [...] Gobbato fora contratado pela Escola de Engenharia para servir ao Instituto de Agronomia e Veterinária, criado em 1910, situado no hoje município de Viamão. Anexos ao Instituto

sucessivamente reeleito posteriormente, foi Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior[14] (1892-1924) e seu sucessor João Baptista Pianca[15] (1924-1928). Em Garibaldi, os principais intendentes foram Jacob Nicolau Ely[16] (1900-1908 e 1924-1928), Afonso Aurélio Porto[17] (1910-1917) e Manuel Marques da Silva Acauan[18] (1917-1924).

estavam a recém-criada Estação Experimental que ele chefiou de 1917 a 1924, e o curso de Capatazes Rurais, onde lecionou diversas disciplinas. [...] Chefiou o Ensino Ambulante de Agricultura do Instituto Borges de Medeiros a partir de 1921. [...] Outra faceta da atuação de Gobbato inclui a produção de inúmeros artigos e livros técnicos. [...]". Celeste Gobbato foi Intendente de Caxias de 1924 a 1928 por indicação do PRR estadual (MONTEIRO, 2003, p. 162-164).

[14] Foi funcionário da Diretoria de Terras e Colonização em Garibaldi, depois agente postal e escrivão judicial. Foi o intendente gaúcho que permaneceu mais longo período, sem interrupção no poder, totalizando 32 anos.

[15] "O engenheiro Dr. João Baptista Pianca, DD. Intendente Municipal de Bento Gonçalves no quatriênio 1924 - 1928, nasceu em Porto Alegre a 14 de julho de 1893, filho de José Pianca (oriundo de Treviso - Itália) e de D. Stella Facco de Padova. Muito menino ainda iniciou os seus estudos. Durante nove anos foi aluno da Escola Alemã do falecido prof. Apelles, onde completou, em 1908, o curso de preparação. Em 1909 frequentou o Colégio Riograndense, onde, ao fim do curso, realizou brilhantemente os exames de admissão à Escola de Engenharia, onde ingressou em 1910. Em 1915 obteve o título de engenheiro civil e em 1916 apresentou o projeto final, que lhe valeu o título de engenheiro. [...] Em 1918, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul abriu um concurso para o cargo de condutor das Obras Públicas. Nove foram os concorrentes que compareceram competentemente munidos dos documentos, entre os quais o Dr. Pianca, que logrou alcançar o primeiro lugar, no qual foi classificado e que lhe abriu de par em par, as portas da vida pública. Ao mesmo passo que entrava a trabalhar na Diretoria de Obras, projetou e dirigiu importantes trabalhos, tendo feito parte de importantes missões oficiais. Em 1919 foi nomeado professor de Arquitetura (4º ano) na Escola de Engenharia; e em 1920 coube-lhe a cadeira de "construções metálicas", lecionando além disso "estática gráfica" e "construções em alvenaria e madeira." Até 1923, o Dr. Pianca fez parte do Conselho Universitário da Escola de Engenharia, para o qual foi reeleito em 1925 e que até hoje ocupa. Quando se ofereceu ao Governo oportunidade de substituir, na Intendência de Bento Gonçalves o coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, o qual, em face do pacto de Pedras Altas não podia ser reeleito, foi designado o Dr. João Baptista Pianca. Com brilhante e mais do que lisonjeira votação foi ele eleito Intendente Municipal de Bento Gonçalves a 20 de setembro de 1924, assumindo o poder a 15 de novembro seguinte. Em consequência das suas novas funções, foi licenciado nas Obras Públicas e nas cadeiras da Escola de Engenharia. Uma vez empossado do cargo, o Dr. Pianca se inteirou, com um cuidadoso e exato exame das mais urgentes necessidades do município, organizado um vasto, complexo e ousado plano de reformas e obras novas, a cuja execução se votou [...]." (In: I Municipi della colonia italiana nello stato di Rio Grande do Sul (Brasile) - Bento Gonçalves - 1924 a 1928).

[16] Foi delegado de polícia, juiz distrital, coronel da Guarda Nacional e proprietário de casa de comércio em Montenegro e em Porto Alegre.

[17] Nascido em 25 de janeiro de 1879, em Cachoeira do Sul (RS), foi funcionário público, jornalista, escritor (genealogista, teatrólogo, ensaísta) e político. Foi intendente em Montenegro e em Garibaldi. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1945.

[18] Acauan atuou como advogado, jornalista e funcionário público.

A criação dos municípios foi fato propulsor na crescente urbanização e industrialização da RCI. Foram progressivamente sendo feitas legislações e promovidas melhorias nas estradas, construção de pontes, abertura de estradas, macadamização, construção de praças, além da prescrição legal sobre a organização do perímetro urbano, a cobrança de impostos e os códigos de postura. Outros temas até então pouco mencionados, como o abastecimento de água potável na vila, o recolhimento de lixo e dos cabungos, os matadouros municipais e outros de interesse local, foram sendo encaminhados. Higiene e salubridade local, educação, segurança, iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e novos projetos encaminhados.

Em 08 de julho de 1901, foi fundada a Associação Comercial de Caxias do Sul. Ela desempenhou importante papel na busca de melhores condições de transporte dos produtos, na exigência de melhorias de comunicação, como a instalação de um bom serviço de correios, telégrafo e telefones – serviços que viabilizavam o crescimento econômico local. Em Bento Gonçalves, a Associação Comercial foi fundada em 1910. Na promoção dos produtos coloniais, foram organizadas exposições, como a Exposição Agropecuária de Caxias (1912) e a Exposição Agrícola e Industrial de Caxias (1913), com amostras de produtos de todos os municípios vizinhos. Era o germe da Festa da Uva, da Fenavinho e de outras festas típicas atuais desses municípios.

Em Bento Gonçalves, em 1906, foi criado o Sindicato Agrícola, com a finalidade de incentivar, aprimorar e promover a agricultura. Anos depois foi fundada a Estação de Sericicultura.

A instalação do telégrafo foi em 1895, em Caxias. A rede telefônica em 1906 e, em 1910, em Bento Gonçalves e Garibaldi. A energia elétrica chegou no ano de 1913 em Caxias, em 1918 em Garibaldi e em 1923 em Bento Gonçalves. O apito do trem, anunciando a diminuição do isolamento regional e o desenvolvimento local, soou em 1910 no município de Caxias, em 1917 em Garibaldi e, dois anos depois, em Bento Gonçalves. Os espaços urbanos cresciam, modernizavam-se com a instalação de agências bancárias, casas de pasto, de secos e molhados, com a fundação de clubes, cinemas, jornais e outros. Práticos e profissionais liberais instalavam-se. O crescimento industrial na RCI, no período de 1913 a 1920, somado com as condições decorrentes da Primeira Grande Guerra, mudaram em definitivo a paisagem de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi.

Nesse contexto de emergência e organização das nascentes administrações municipais da RCI, a instrução não deixou de ser considerada. Pelo contrário, como afirma Magalhães, é possível entrever nos documentos que

> O município passa então a dispor de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução e da educação públicas. As autoridades do poder local dispunham de uma grande oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos, e as elites locais não a desprezaram. A integração municipal encontrou na instrução pública uma nova oportunidade e um factor de construção de identidade. (MAGALHÃES, 2006, p. 612)

E, no caso das administrações municipais da RCI, tão logo as estruturas administrativas permitiram, a inspeção, a regulamentação e a organização, em interface com as comunidades, expandiram a escola pública primária, tema do próximo tópico.

AS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS E AS COMUNIDADES DA RCI A FAVOR DA ESCOLA

As iniciativas para o desenvolvimento da instituição escolar precisam ser compreendidas dentro do contexto histórico e cultural em que se processou a ocupação da RCI: a educação dos indivíduos era concebida como responsabilidade e ação dos princípios familiares, religiosos e escolares. A família era tomada como referência para os ensinamentos considerados mais necessários para a vida, por meio do exemplo e da atribuição de responsabilidades para as crianças, que, desde cedo, executavam diversas tarefas. A aprendizagem do catecismo e de ensinamentos religiosos pelas crianças era outro ponto relevante para as famílias. A escola congregou diferentes interesses na inserção dos italianos e seus descendentes na sociedade gaúcha; houve tensionamentos e negociações entre as iniciativas e modalidades de organização escolar, mas a escola pública foi a mais desejada e requisitada (cf. LUCHESE, 2007, 2012). Portanto, no universo cultural de imigrantes e seus descendentes, ela tinha importância no processo de negociação e construção dos processos identitários, na afirmação e constituição de significados culturais, bem como uma utilidade prática – a de conhecerem o idioma nacional, podendo assim comercializar seus produtos e não ser enganados. Portanto, para a maioria das famílias, a escola tinha um sentido prático e básico – aprendizagem da leitura, escrita e quatro operações.

Cabe ressaltar que na RCI foram diversas as iniciativas para a promoção da instrução, além das públicas: escolas confessionais, escolas étnico-comunitárias italianas rurais e aquelas mantidas pelas associações de mútuo socorro.

Diversas congregações religiosas instalaram-se e abriram escolas na RCI, além de seminários, juvenatos e noviciados. Elas foram responsáveis, inclusive, pelas primeiras escolas de ensino secundário. Encontraram espaço para a obtenção de novas vocações, pois famílias numerosas faziam questão que um, dois ou mais filhos seguissem vida religiosa (LUCHESE, 2007; GIOLO, 1997).

As escolas étnico-comunitárias mantidas pelas associações de mútuo socorro foram, com maior frequência, apoiadas pelo governo italiano, por meio do envio de livros e outros materiais didáticos. Foram em número menor, de modo geral tinham currículo amplo, com ensino em italiano e que, além de atender às exigências nacionais, era marcado por aspectos culturais do grupo étnico. Eram inspecionadas por cônsules e agentes consulares da Itália (LUCHESE, 2014).

As escolas étnicas foram iniciativas de grupos de famílias que, mediante as distâncias e a ausência de escolas públicas, mantinham uma aula com professor, geralmente da própria comunidade, com mais conhecimento e que ensinasse os rudimentos do ler, escrever, contar e até rezar, ministrados em dialeto. O pagamento era feito pelos pais e o local variou entre a sala da casa de uma das famílias ou um espaço especificamente construído para tal fim pelas próprias famílias (LUCHESE, 2014). A maioria dessas escolas étnico-comunitárias rurais teve vida efêmera, já que, com a criação dos municípios, a busca pela subvenção ou por torná-las escolas públicas municipais foi uma constante. Aqui reside a estratégia mais significativa para a expansão da escolarização em áreas rurais dos municípios da RCI.

A subvenção como estratégia de difusão da instrução pública

Uma das primeiras funções assumidas pelas administrações municipais foi o acompanhamento e a inspeção das escolas que em seu território recebiam subvenção do Governo Provincial. A subvenção era um valor pago aos professores particulares que ensinassem em português. Segundo Werle (2005), as subvenções concedidas pela instância estadual aos municípios com o intuito de difundir o ensino público, eram pagas trimestralmente a partir da apresentação de atestados de exercício (efetividades), com o ciente do subintendente ou inspetor de ensino e, após a criação do Conselho Escolar, as efetividades eram visadas também pelo Presidente. Novas normatizações aprovadas posteriormente estabeleciam algumas exigências, caso do Decreto nº 1.480, de 27 de maio de 1909. Textualmente:

Decreto nº 1480, de 27 de maio de 1909. Regula a concessão de subvenção às escolas particulares. O Presidente do Estado do Rio Grande do Sul considerando a necessidade de prover sobre a justa *aplicação da verba orçamentária destinada à subvenção de escolas particulares e no intuito de difundir mais o ensino cívico e da língua nacional entre as populações rurais de procedência estrangeira*, resolve no uso das atribuições que lhe conferem nos nº 3 e 4 do artigo 20 da Constituição Política, decretar: Art. 1º. O Estado poderá conceder subvenção pecuniária às escolas primárias que *tiverem, durante seis meses, a frequência mínima de trinta alunos, que hajam obtido aproveitamento prático em geografia, história do Brasil e do Estado e falem, todos, a língua nacional*. Art. 2º O pedido de subvenção será dirigido ao Presidente do Estado e instruído com prova de idoneidade moral e profissional do professor ou professora. Art. 3º O Secretário do Estado dos Negócios do Interior e Exterior, à vista do pedido de subvenção, mandará fiscalizar a escola pelo prazo referido ao artigo 1º, por pessoa competente, que em informações mensais exporá o que observar sobre: estabilidade, necessidade e frequência da escola, aproveitamento dos alunos, método de ensino, idoneidade moral do pessoal diretor e docente, e o que mais possa interessar. Art. 4º Findo o prazo estabelecido no artigo anterior, o Presidente do Estado, tendo em vista as informações do fiscal, resolverá sobre a concessão da subvenção, continuando a escola sob a fiscalização do Governo do Estado. Art. 5º Será cassada a subvenção desde que a escola deixe de cumprir qualquer das condições estabelecidas, quando se tornem desnecessárias, ou quando sua frequência descer a menos de vinte e cinco alunos, durante seis meses consecutivos. Art. 6º O Estado empenhar-se-á junto a Assembleia dos Representantes e Intendências Municipais, no sentido de ficarem as escolas subvencionadas isentas de pagamento de impostos estaduais e municipais por indústrias e profissões. Art. 7º Poderá o Estado independentemente de subvenção, conseguir a isenção de pagamento de impostos de indústrias e profissões estaduais e municipais para as escolas particulares primárias que satisfizerem as condições estatuídas no art. 1º, verificadas pela forma determinada no art. 3º. Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo, em Porto Alegre, 27 de maio de 1909. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves. Protásio Alves. (LEIS, DECRETOS..., 1910, grifos meus)

A distribuição de certo número de subvenções estaduais[19] para cada município, incumbia as autoridades locais de inspecionarem frequência, localização, regularidade e qualidade das aulas ministradas pelos professores subvencionados, elaborando os pareceres e enviando-os à repartição estadual. Essa prática empoderava as administrações municipais, conforme Tambara, pois era "[...] fator de dominação política do intendente municipal, que detinha poder de designar outro professor, na medida em que algum manifestasse posição política ou pessoal contrária às suas" (1995, p. 283). As relações de poder que entraram em jogo para estabelecer a localização das escolas que atenderiam e beneficiariam mais uma comunidade em detrimento de outra foram muitas. O critério da quantidade de crianças que frequentariam a nova escola a ser criada, pouco, na prática, foi considerado. Fossem os redutos eleitorais do Intendente, a presença naquela comunidade/capela de algum fabriqueiro[20] ou negociante mais influente (econômica ou politicamente), a interferência do padre ou a rogativa assinada por algum funcionário público: eram inúmeras as razões consideradas para a localização das escolas. Como afirma Werle (2005), foi muito mais um ato arbitrário do que planejado. A não participação no processo eleitoral ocasionava retaliações às comunidades, e uma delas poderia ser o fechamento da escola. Correspondências arquivadas nos municípios apontam para tal situação, que pode ser evidenciada na carta transcrita a seguir:

> Ilmo Sr Cel. José Penna de Moraes, Intendente de Caxias. Nós abaixo assinados fabriqueiros e membros e pais de família da Nossa Senhora da Graça, 1º Distrito deste município vem muito respeitosamente pedir que

[19] Borges de Medeiros justificava a política de subvenção escolar a partir dos seguintes argumentos: "[...] a) dificuldade financeira de criar-se nas colônias o número de aulas necessárias, se elas tiverem de ser providas por professores efetivos; b) dificuldade de conseguir professores habilitados, em regiões afastadas, percebendo pequenos vencimentos; c) facilidade de obter as próprias colônias pessoas suficientemente habilitadas a auxiliarem aquela aprendizagem elementar, sem prejuízo de outras ocupações e, contentando-se desde então com um módico subsídio por parte do Estado; d) consideração de que com essa aprendizagem inicial, qualquer um pode fazer em seguida, por si, a aquisição de outros muitos conhecimentos, e sendo raro ao mesmo tempo, em tais regiões, encontrar-se quem deseje receber mais do que essas luzes fundamentais; e) ainda a consideração de que, para auxiliar tal aprendizagem, mais vale a dedicação do professor do que a sua ilustração" (Relatório apresentado... *apud* TAMBARA, 1995, p. 283).

[20] Fabriqueiro ou fabricário era o encarregado de receber os rendimentos da fábrica de uma igreja ou capela, de cuidar dos móveis e paramentos, além de administrar internamente o templo e o entorno a ele pertencente (caso do cemitério, salão etc.).

> se digne a conceder ainda a nossa distinta professora D. Vicentina Baptista que é querida de todos nós aqui, pedindo mil desculpas que *foi pelo tempo de chuva que não pudemos ir votar mas se formos atendidos se obrigamos a acompanhar o nosso Inspetor Ernesto Casara por qualquer outra eleição de dar nosso voto confiando na Vossa digna pessoa*, esperamos ser atendidos. Nossa Senhora da Graça, Caxias, 3 de março de 1917. (CORRESPONDÊNCIAS recebidas, Assinam 23 pessoas grifos meus)

As rogativas pela abertura de escolas ou seu provimento, encaminhado para as autoridades municipais, avolumam-se quando analisamos as correspondências das Intendências. Sob as mais diferentes justificativas, as comunidades solicitavam ao Intendente a presença da escola elementar pública. Mas o número de subvenções recebidas do Governo do Estado não era suficiente para atender a todos os pedidos. Então, novas estratégias foram sendo instituídas pelos administradores municipais.

Caxias do Sul foi, entre os municípios em estudo, um dos primeiros a iniciar a destinação de uma verba específica para ser investida na instrução pública, seja criando escolas municipais, seja subvencionando escolas particulares já existentes e que, recebendo uma pequena subvenção municipal, comprometiam-se com o ensino do português. É o que revela o ato de 1898:

> Ato nº 11 de 1º de fevereiro de 1898. Considerando que o Conselho Municipal decretou a verba de 3:750$000 réis para ser aplicada na instrução pública do município. Considerando que existem 15 aulas públicas de ambos os sexos no município sustentadas pelo Estado mas; Considerando que esse número de aulas é insuficiente em face da população que é calculada em 30 mil alunos; Considerando que na 2ª Secção da colônia Sertorina, na Oitava Légua, no lugar denominado Borghetto, no Segundo Distrito, existem grande número de crianças de ambos os sexos que precisam de instrução. O intendente usando das atribuições que lhe confere o art. 24 nº 2 da Lei Orgânica. Decreta:
>
> Art. 1º.: Ficam criadas as seguintes aulas municipais – uma de sexo masculino na 2ª. Seção da colônia Sertorina, uma mista na Oitava Légua e ambas no primeiro distrito; e outra também mista no lugar denominado Borghetto no Segundo distrito.
>
> Art. 2º. – A nomeação dos professores compete ao Intendente que escolherá pessoal idôneo independente de exame e serão conservados enquanto bem servirem.

> Art. 3º. – Os vencimentos dos professores bem como o fornecimento dos móveis, livros e mais utensílios necessários ao ensino correrão por conta da Intendência servindo de base a tabela que com esta baixa.
> Art. 4º. – Enquanto não for regulamentado este ramo do serviço municipal ficará adotado o regulamento da Instrução Pública do Estado nos pontos que tiverem aplicação ao mesmo serviço.
> Registre-se e publique-se. Intendência Municipal de Caxias, 1º de fevereiro de 1898. (CORRESPONDÊNCIA recebida...).

Pela documentação localizada, esse foi o primeiro Ato do Conselho Municipal de Caxias que instituiu três escolas. O investimento do município seria crescente a partir de então – para a criação, instalação e provimento de escolas municipais. Cabe ressaltar que as subvenções não se restringiram às escolas isoladas rurais. Nos anos subsequentes, as municipalidades auxiliaram os colégios confessionais que comprovaram matrículas de crianças pobres e desvalidas e, também, as escolas paroquiais[21] receberam subsídios públicos municipais. A seguir, a solicitação, que foi atendida com a concessão igual à do ano anterior, no valor de 2:500$000 por decisão do Intendente Gobbato, aos 29 de dezembro de 1925. Ou seja, a municipalidade caxiense subsidiava também as escolas paroquiais.

> Ilmo Sr. Dr. Celeste Gobbato. Ilmos Srs. Conselheiros Municipais. O Cônego João Meneguzzi e a fabriqueria da Igreja Matriz desta cidade vem pedir a V. Excias um subsídio possivelmente de três contos de réis para as sete escolas paroquiais que estão funcionando nesta cidade para instrução dos pobres. [...] Caxias, 28 de dezembro de 1925. Cônego João Meneguzzi e João Paternoster. (CORRESPONDÊNCIA recebida...)

[21] "As escolas paroquiais eram iniciativas lideradas pelo vigário que, juntamente com o fabriqueiro da comunidade, empenhavam-se em constituir um espaço educativo para atender as crianças da comunidade. [...] Localizadas junto às capelas, o ensino do catecismo, da história sagrada, a exigência da frequência à missa e a participação ativa nos rituais religiosos, por parte dos alunos e do professor, eram base para tais escolas. Elas ensinavam ainda as noções elementares de aritmética, língua italiana e portuguesa. A instituição de tais escolas está ligada ao referencial cristão-romanizador, pois a escolarização e a catequização garantiriam o controle de corpos e mentes, consolidando o poder da Igreja" (LUCHESE, 2007, p. 243).

Considerada uma necessidade, a expansão da rede escolar, com o ensino do português aos imigrantes e seus descentes, foi justificativa recorrente dos Intendentes junto ao governo estadual, com vistas a conseguir ampliação das subvenções. No caso de Bento Gonçalves, o apelo foi constante, inclusive nos relatórios anuais apresentados ao Conselho Municipal. Correligionário republicano e positivista, Carvalho Júnior referiu-se, ano após ano – com elogios ao governo estadual – à subvenção como política fundamental para a expansão da instrução pública. A nacionalização das populações de imigrantes por meio da escolarização foi argumento central para a obtenção da ampliação das subvenções concedidas pelo governo estadual. Em relatório de 1909, Carvalho Júnior registrou:

> [...] cônscio de que a intenção do benemérito Governo do Estado é difundir o ensino nessa região, composta de elemento estrangeiro, dotando-as de escolas, onde a instrução de seus filhos seja uma realidade, e que o torna merecedor de aplausos, para tão nobre e abrandado intuito. (RELATÓRIO apresentado, 1909)

Em 1911, o mesmo Intendente considerou que o "[...] Governo do Estado, que com melhor solicitude, sempre se tem mostrado zeloso, nunca descansando do bem da instrução pública, fator grandioso do progresso e civilização de um povo" (RELATÓRIO apresentado, 1911). Os registros das administrações municipais reconheciam a atuação relevante do governo do Estado, mas de modo recorrente solicitavam a ampliação do número de subvenções,[22] pressionados pelas diversas correspondências e abaixo-assinados recebidos das comunidades. Em 1912, o Intendente de Bento Gonçalves, Carvalho Júnior, apontava que:

[22] Em Caxias, por exemplo, uma das solicitações encaminhadas pelo Intendente José Penna de Moraes afirmava: "Nº 8, em 22 de dezembro de 1913. Porto Alegre. Exmo Sr. Dr. Protásio Alves, M. D. Secretário dos Negócios do Interior. [...] Conforme verificou também o inspetor escolar Sr. Henrique Jaeger em sua última e recente viagem aos *nossos distritos rurais há lugares onde se torna necessário e urgente a criação de escolas primarias, devido a grande quantidade de crianças neles existentes* não obstante a administração municipal já manter as suas expensas próprias e com grande ônus para os seus cofres nos lugares mais povoados dez aulas mistas além do auxílio que *concede a oito professores particulares para o ensino da língua vernácula.* Saúde e fraternidade. J. Penna de Moraes – Presidente do Conselho Escolar e Intendente de Caxias" (LIVRO de registro, 1913, grifos meus).

> [...] a instrução no nosso município vai dando os mais salutares benefícios pela disseminação do saber a um crescido número de crianças. [...] Governo do Estado, o qual jamais regateou sacrifícios e esforços para bem *difundir no Rio Grande o ensino primário consubstanciado toda essa boa vontade no seguinte conceito que o progresso de um povo está na razão direta do seu grau de instrução*. [...] Posso ainda afirmar-vos que no próximo ano será e*ste município contemplado com maior subvenção a fim de ocorrer a criação de outras escolas rurais*, satisfazendo por essa maneira, os desejos e aspirações de grande parte da população que não cessa de solicitar com insistência e empenho esse bem para seus filhos. (RELATÓRIO apresentado, 1912, grifos meus)

A possibilidade de ampliar as subvenções estaduais era uma estratégia que viabilizava melhorar a prestação do serviço local sem, necessariamente, o município investir, como foram os primeiros anos, em Bento Gonçalves. Foi em 1912 que a administração municipal de Bento Gonçalves criou as primeiras quatro escolas isoladas rurais, com professores contratados e pagos com verbas municipais. Carvalho Júnior reiterava que esse era o setor que mais recebia atenção:

> Instrução pública - é este departamento da administração estadual e municipal que tem destacado o meu maior empenho, pautadas na filha da "moral" e da "razão", empregando com dedicação todo o carinho, em *dotar o nosso caro município com o possível número de aulas rurais isoladas, que lecionem a língua vernácula, provendo-as de um corpo docente, senão apto de vastos conhecimentos pedagógicos, ao menos só possível e que venham preencher os fins a que se destinam*. Alentado pelo esforço material de nosso benemérito Governo Estadual tem contribuído tanto quanto possível, para a disseminação ampla desses estabelecimentos em centros de nossas linhas coloniais e com professores subvencionados, os quais foram submetidos a um precedente exame de habilitação. Releva ponderar-vos que, na esfera da limitada competência desses modestos servidores públicos que com parcos vencimentos, vem empregando sua atividade em proveito da infância proletária de grande parte da zona agrícola deste município, os progressos desenvolvidos, que a nossa "Estatística Escolar" acusa, em seus dados e algarismos até aqui observados. [...] (RELATÓRIO apresentado..., 1914)

Ponderou que limitadas eram as condições de muitos dos professores, mas o aumento de escolas isoladas já "preenchiam os fins a que se destinavam" (RELATÓRIO

apresentado, 1914). No entanto, em 1914, em questionário remetido à Secretaria de Estado, a Intendência de Bento informou que cerca de 3.500 crianças em idade escolar eram analfabetas e estavam privadas do acesso à escola (LIVRO DE ESTATÍSTICAS..., 1890 – 1922). A abertura de novas escolas e seu provimento, a melhoria das que já existiam, os avanços pedagógicos e o investimento nas condições de trabalho docente foram preocupações mencionadas pelos intendentes mediante as dificuldades para expandir a instrução. Por mais que os intendentes afirmassem seu esforço e empenho, as limitações orçamentárias e materiais impediam que se resolvessem, de modo mais rápido, os problemas enfrentados. O enfrentamento era motivado pela visão regeneradora da educação, tão mais destacada nos municípios em que as questões de nacionalização eram também importantes. Carvalho Júnior, em 1918, argumentava que

> A instrução pública deve ser a preocupação constante das administrações, pela difusão de ensino à juventude, sobretudo nos núcleos coloniais, onde a língua vernácula é pouco assimilada, trazendo dificuldades insanáveis nos filhos dos estrangeiros nascidos no país, visto que só falam a língua de seus pais, não sendo possível a sua rápida nacionalização; assim é, que todo o incremento torna-se necessário para um tão almejado desideratum. Criando-se aulas em grande número é um rigoroso dever de altruísmo e de patriotismo. (RELATÓRIO apresentado..., 1918)

Em Garibaldi, da mesma forma, número significativo de pedidos de aumento de subvenção escolar foi enviado, bem como solicitações para que o Governo Estadual criasse um Colégio Elementar e um Grupo Escolar. Em dezembro de 1921, o Intendente de Garibaldi informou Protásio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, que "[...] quanto às aulas subvencionadas seria de grande conveniência, como é de indiscutível necessidade, o seu aumento em virtude do pequeno número de aulas públicas estaduais no município que não conta com Colégio Elementar ou Grupo Escolar, nem tampouco com aulas federais. Solicitando a V. Ex. um aumento de oito subvenções, interpreto o pensamento e o desejo de um grande número de linhas, aonde não foi possível criar aulas por falta de verbas [...]" (DOCUMENTAÇÃO avulsa, 1921). E, em 1922, novamente, "[...] caso V.S. se digne aumentar o número de subvenções, inalterado há muitos anos, prestando um inestimável serviço ao município, no qual não existe grupo escolar [...]. O Intendente" (DOCUMENTAÇÃO avulsa, 1922).

Além dos pedidos por aumento de subvenção encaminhados pelas autoridades municipais, os próprios professores desejavam garantir o recebimento do benefício, sendo possível localizar evidências nas correspondências encaminhadas aos intendentes. Por exemplo, o professor João Preussler Sobrinho, em 1912, afirmava:

> Ilmo Sr. Intendente de Garibaldi. Levo ao conhecimento de V. S. que em data de 6 de fevereiro do corrente ano assumi as funções de minha aula particular na Segunda Seção da Linha Azevedo Castro. Outrossim lecionando sempre a língua vernácula em minha aula como no ano passado venho requerer-Vos mandeis continuar a dar uma gratificação igual à que tenho recebido no ano passado para o corrente ano, responsabilizando-me pelo ensino da língua vernácula em minha dita escola mediante a fiscalização da Intendência. Nestes termos pede deferimento. Garibaldi, 7 de maio de 1912. O professor João Preussler Sobrinho.

Ao analisar a documentação da administração municipal de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, evidencia-se que a subvenção e o provimento de escolas com professores pagos pela municipalidade foram práticas comuns dos intendentes, para a ampliação da rede de escolas municipais e das comunidades, que se dispunham a construir a casa, doar o terreno, prover a aula com os móveis necessários a fim de receber o benefício da escola. Veja-se um dos documentos de 1890, encaminhado logo após a criação do município:

> Cidadão Presidente da Intendência Municipal desta Vila de Caxias. Dizem os abaixo assinados, moradores da 6ª Légua desta Vila de Caxias, que eles no Travessão Umberto I, tem no lote agrícola nº 09 *edificado uma escola à própria custa, com tudo o necessário para funcionar*. O mestre da escola é Donato Ângelo que é mais de três anos que ele se dedica a instrução dos meninos e meninas desempenhando o seu cargo com amor e com toda a diligência, com grande proveito dos escolares a ele confiados; *mas os moradores não são em grau de continuar a sustentar a escola e a diária do mestre, pelo que humildemente rogam a V. S. que se digne obter desta Intendência Municipal uma gratificação pelo mestre e fornecimento de objetos escolares para a escola*. Pede a V.S. se digne deferir. Vila de Caxias, 4 de setembro de 1890. (CORRESPONDÊNCIAS recebidas, grifos meus)

As comunidades propunham que a municipalidade pagasse o professor e mantivesse a escola provida com os materiais necessários, já que eles doavam o terreno e tinham construído a escola. Mas, se atendidos, é preciso que se compreenda que as comunidades da RCI não deixavam de interferir na gestão da escola – caso o professor pago pela Intendência não atendesse ao que esperavam, enviavam correspondência reclamando ou protestavam retirando os filhos da escola. O intendente Celeste Gobatto deixou registrado que essas interferências geravam dificuldades:

> Vários tem sido os inconvenientes resultantes da circunstância de serem as casas onde funcionam as escolas, de propriedade da sociedade local. Nesse regime, a conservação das escolas torna-se difícil, bem como as reformas necessárias, atendendo que nem sempre os seus proprietários compreendem essas necessidades, além de não apresentarem a necessária uniformidade. Essa situação embaraça, muitas vezes a nomeação de professores que passam a ser impostos pelos proprietários sob a ameaça de não permitirem o funcionamento da escola. [...] Ainda, como consequência, o mobiliário escolar, deficiente e não muito próprio, pertence também as referidas sociedades não sendo possível a reforma deles ou aumento por parte da municipalidade desde em edifícios particulares. (RELATÓRIO DO MUNICÍPIO, 1925)

Mas a situação relatada por Gobbato tinha sido estimulada pelo seu antecessor, Penna de Moraes, que, em 10 de janeiro de 1913, utilizando-se de dispositivo legal, reorganizou a distribuição das escolas e, no artigo 5º, prescreveu que "[...] os moradores do local em que funcionar a escola porão a casa em condições à disposição do município para que seja instalada. No caso que tenham de construí-la, obedecerá a instrução o requisito de ventilação e acesso de luz, a juízo do intendente" (RELATÓRIO apresentado..., 1914). Ou seja, incumbia à comunidade que quisesse ver a escola pública instalada a obrigatoriedade de providenciar para que o local existisse e fosse adequado. Para além disso, Penna de Moraes solicitou que a Secretaria de Obras Públicas do Estado confeccionasse uma planta que servia de orientação para as novas construções. Algumas casas já haviam sido construídas seguindo aquele padrão, conforme os recursos 'modestos' que os colonos podiam destinar a tal empreendimento, citava ele em 1914. Em seu relatório, o próprio Penna de Moraes comentava:

> Mandei confeccionar na Inspetoria de Obras Públicas da Intendência, uma planta para as modestas edificações que nas várias circunscrições rurais,

> destinam-se à instalação das escolas. Nelas estão tanto quanto possível, conciliadas as condições de higiene e estética indispensáveis nas casas onde funcionam quaisquer institutos de ensino. E, a despeito das dificuldades financeiras com que, no decorrer do ano, tem lutado os agricultores, já algumas delas estão prontificadas, segundo a planta referida. A todas as escolas fiz distribuir escudos com as armas nacionais. E o restante do material do ensino a que aludi no relatório do ano passado, como sejam os mapas, murais para ensino de geografia e rudimento das ciências naturais, ainda não me foi possível adquiri-lo, visto o não terem permitido os escassos recursos a esse fim destinados. (RELATÓRIO apresentado..., 1915)

Quando as rogatórias não eram atendidas, muitas comunidades investiam na construção da escola, proviam-na com móveis e objetos e voltavam a insistir, junto à Intendência, para que recebessem a subvenção escolar, necessária para o pagamento da professora e investimento em materiais escolares. Veja-se a rogativa a seguir:

> Os abaixo-assinados moradores no travessão D. Pedro II da Terceira Légua deste município vem com todo o respeito à presença de V. S. *repetir o pedido já outrora feito de dotar a localidade acima dita com uma aula pública estadual ou municipal*, regida por uma professora, para que o *grande número de crianças existentes, no referido travessão não cresçam como brutos sem instrução alguma*. Os suplicantes em cumprimento do desejo expresso por V. S. *construirão casa e cozinha para este fim e a benefício da instrução já sem realidade naquele travessão* [...] pedir a V. S. se digne a criar, se já não tiver sido criada, e prover a dita aula e, para a regência da mesma, ousam com a devida vênia, indicar a *professora Dona Giuseppina Corsetti*. [...] Caxias, 16 de novembro de 1901. *Assinam 35 chefes de famílias.* (ADAMI, 1981, p. 89, grifos meus)

Os benefícios da escolarização ou os saberes que a escola proporcionaria aos filhos são lembrados em diversas das solicitações. Paulatinamente, as escolas étnico-comunitárias italianas foram sendo absorvidas pelos ensinos municipal e estadual. O ensino municipal ganhou importância progressiva no Rio Grande do Sul, como informa Tambara:

> [...] em 1929, 51,10% das escolas estavam sob a administração da esfera municipal. A rede estadual respondia apenas com 14,57% das escolas. A

> rigor, é preciso ter em mente ao analisar estes números que constitucionalmente cabia às municipalidades o dever de prover a educação primária às comunidades. (TAMBARA, 2000, p. 314)

Desse modo, na RCI, a expansão da escola pública foi possível pela atuação das administrações municipais, conjugadas com o trabalho das comunidades. Como concluiu Correa, em estudo sobre a escola entre imigrantes italianos em Campinas, São Paulo, é "[...] inconteste que os imigrantes italianos criaram escolas ao mesmo tempo em que as reivindicaram do Estado e, de ambos os modos, agiram organizadamente e até mesmo o fizeram individualmente [criando escolas particulares]" (CORRÊA, 2000, p. 212). A política de subvenção criada pelo governo provincial e ampliada pelas municipalidades respaldou esse processo de expansão.

Políticas e ações das administrações municipais da RCI para a escola

A difusão da instrução nos municípios da RCI foi assumida como prática política de relevância para muitos dos intendentes e dos conselheiros municipais. Em 1916, o Intendente municipal de Garibaldi, Affonso Aurélio Porto, tinha como lema "não devemos ter vergonha de sermos brasileiros" e expôs os fundamentos básicos de seu governo: "1 - Nacionalização do meio - escolas; 2 - Desdobramento da viação; 3 - Reforma do sistema tributário" (MENSAGEM do intendente, 1916, s/p). Além disso, a abertura de escolas foi motivo para promessas em campanhas eleitorais, como percebido em documentos diversos. Para exemplificar:

> Ilmo Sr. Coronel José Penna de Moraes, Digno Intendente do Município de Caxias, nós abaixo assinados, residentes nos travessões Perau e Pedro Guedes do Núcleo Forqueta, no 3º. Distrito deste município, *segundo promessa feita por V. Exa.* viemos pedir a *criação de uma escola municipal* cujo edifício foi construído pelos abaixo assinados e apresentamos como professor o cidadão João Perini, moço que goza de geral estima dos pais dos alunos. Nestes termos pede deferimento. Forqueta, 07 de outubro de 1920. *Assinam 22 pessoas.* (CORRESPONDÊNCIA recebida..., grifos meus)

A crescente preocupação com a expansão da rede de escolas pelas autoridades locais fez com que, em 1921, o presidente da Província, Borges de Medeiros, reconhecesse que "[...] as escolas municipais já constituem também fatores apreciáveis de

difusão do ensino" (MENSAGEM enviada, 1921, p. 07). No ano seguinte, destacou os municípios gaúchos que apresentavam os mais elevados índices de matrículas com relação à população. Os três municípios em estudo foram mencionados:

> Os municípios de *Garibaldi,* Ijuí, *Caxias,* Antônio Prado, Estrela, Montenegro, Alfredo Chaves, São Leopoldo, Lajeado, Jaguarão, Santa Cruz, *Bento Gonçalves* e Pelotas são os que apresentam mais elevado coeficiente de matrículas relativamente à população geral, com mais de 100 até 150 alunos por mil habitantes. (MENSAGEM enviada, 1922, p. 05, grifos meus)

Em 1923, o município com o mais alto coeficiente de alunos matriculados por cada mil habitantes era São Leopoldo (com 189), e o que investia maior verba era o de Caxias, "[...] a verba para esse serviço representa 17,5% da sua arrecadação geral. É esse o município que da sua receita retira para a instrução mais alta percentagem" (MENSAGEM apresentada, 1923, p. 18), reconhecia o presidente da Província, Borges de Medeiros.

As políticas locais, emanadas pelos administradores municipais, para além da preocupação com a abertura e provimento das escolas primárias, ocuparam-se com a constituição de órgãos específicos, a inspeção, a frequência, a regulação do tempo de duração das aulas, o calendário, normatizando datas para início e fim do período letivo, as datas comemorativas que deveriam ser comemoradas e mesmo prescrevendo como os professores deveriam ministrar esses momentos.

Entre as diversas medidas tomadas para aumentar a assiduidade escolar, uma estratégia utilizada em Caxias foi interessante e, talvez, antecipe algumas das políticas sociais recentes de incentivo à frequência escolar. Em 1926, o Intendente Gobbato, pela Lei nº 61, artigo 3º, parágrafo 20, instituiu uma gratificação para cada chefe de família, na razão de 5$000 réis por filho que fosse mantido matriculado nas escolas municipais, dentro das condições regulamentares. Avaliou Gobbato que "esse estímulo louvável ocasionou aumento considerável na frequência" (RELATÓRIO correspondente, 1926, p. 47). Teriam sido beneficiadas 589 famílias, com um total de 1.174 alunos. Por parte dos professores, a iniciativa foi considerada válida, conforme relatou o professor João Simon:

> Forqueta, 12 de novembro de 1926. Ilmo Sr. Inspetor Escolar. Conforme as ordens recebidas na inspetoria escolar apresento a V. S. o resumo das faltas havidas em minha aula durante o ano corrente. *Neste mês não houve faltas*

> *ainda e como os alunos me afirmaram hoje não querem faltar nenhuma vez até o dia do exame. As medidas tomadas pela administração municipal têm dado bons resultados, pois aumentou a frequência consideravelmente,* assim, tenho alunos que não faltaram nenhuma vez, e outros, que moram 4 quilômetros longe, tiveram somente 26 faltas; são estes que figuram geralmente ano por ano com 80 – 100 faltas. Queira V. S. aceitar a segurança que continuo a ser de V. S. atento e humilde servidor. João Simon, professor. (CORRESPONDÊNCIAS, 1926, grifos meus)

A solução de estimular a frequência escolar por meio de subsídio pago pela Intendência foi uma estratégia que resultou na ampliação dos percentuais. O trabalho infantil, compreendido pelas famílias como parte do processo educativo, por vezes impedia as crianças de irem à escola. A própria continuidade na escolarização era dificultada, já que três anos, em média, era o tempo de permanência na escola da maioria dos alunos. Poucos eram aqueles que a frequentavam com idade superior a 13, 14 anos. As listas de chamadas e as próprias estatísticas apresentadas nos relatórios dos Intendentes denotam a situação. De toda forma, em 1926, Celeste Gobbato comemorava em seu relatório anual a cifra de 80% de frequência estudantil e registrava que

> O interesse que os chefes de família tomam pelas escolas onde educam os filhos, as contínuas notícias que nos fornecem respectivamente a essas escolas, não esquecendo os menores detalhes, além do inestimável benefício que trazem à inspetoria escolar, revelam o índice de compreensão, a que chegaram os pais, respectivamente à necessidade de instrução, sem o apregoado ensino obrigatório, compressor da liberdade e atentatórios do pátrio poder. (RELATÓRIO correspondente, 1926, p. 46)

Celeste Gobbato posicionava-se contra a obrigatoriedade escolar, afinado com a posição dos republicanos positivistas gaúchos. Em 1927, na mesma perspectiva, registrou:

> Conquanto a matrícula não tenha aumentado, pois como nos referimos em relatórios anteriores, 80% da população escolar frequenta as escolas o que é difícil de superar, ainda assim foi preciso criar novas escolas. Antes, as escolas se localizavam onde se fizessem indispensáveis; agora *as novas escolas estão apenas reduzindo as distâncias e trazendo comodidade para os educandos*. Dessa forma, o aumento da frequência é corolário além das

> vantagens que decorrem para o ensino com a diminuição da matrícula exagerada em algumas escolas. (RELATÓRIO correspondente, 1927, p. 103)[23]

Outra preocupação, amplamente negociada pelas administrações municipais, foi a prática do bilinguismo nas escolas municipais e subvencionadas, por parte dos professores. As crianças aprendiam na escola o português e com professores, muitas vezes, que também tinham dificuldade na pronúncia e, que, na prática pedagógica, recorriam ao uso do dialeto para fazer-se entender pela classe. Em 14 de dezembro de 1912, o Intendente Penna de Moraes, também presidente do Conselho Escolar de Caxias, descreveu a problemática dos docentes e ensino em português, afirmando:

> [...] É claro, porém, que para lecionar nas circunscrições rurais nem sempre se encontram pessoas com a competência que seria de desejar. Assim é que mesmo o ensino da língua vernácula não pode ser dado com mais proficuidade por quanto, sendo os pais o principal senão o único compêndio das crianças no aprendizado da língua, a tarefa do mestre se torna mais dificultosa como é bem de ver. A luta contra o meio é sempre difícil. É preciso porquanto ir modificando-o aos poucos à medida que se conhecem as dificuldades que ele nos oferece. [...] *Não é verdade que nas escolas só se fale o italiano. Os professores Luiza Morelli, Deboni e Marco Martini não tem boa pronúncia do português. Mas o lecionam na medida de sua competência relativa. Parece-me ser isso preferível a não ministrar-se ensino de espécie alguma.* A professora Luiza Morelli encaneceu lecionando aqui e o professor Marco Martini é um preceptor zeloso. [...][24]

Os três professores nomeados no ofício eram italianos. Certamente eles e muitos outros não pronunciavam corretamente o português. Portanto, o bilinguismo foi uma presença efetiva na vida dos que ensinavam e dos que aprendiam. E, apesar de essa situação não ser bem vista por muitos brasileiros que, imbuídos do espírito nacionalizador, entendiam ser um perigo para a unidade nacional, as autoridades municipais foram tolerantes e buscaram alternativas para o aperfeiçoamento dos docentes. Uma

[23] Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Caxias: livraria Mendes, 1928.

[24] Códice 06.02.02, Livro de registro da correspondência da 5ª Região Escolar de Caxias. AHMSA.

das alternativas comuns aos três municípios foi o oferecimento de cursos de aperfeiçoamento no período de férias (janeiro e fevereiro) e a frequência com aproveitamento dos professores era compensada com um acréscimo salarial. A medida foi efetiva, e em Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias a maioria dos professores municipais participava anualmente desses cursos. Novas normas para a seleção e nomeação de docentes, "exames de competência" e outras regulamentações referentes ao corpo de professores foram sendo estabelecidas pelas administrações municipais.

Ademais, aos poucos foram estabelecidos os programas de ensino, adquiridos e distribuídos materiais escolares como livros, mapas, cartazes de higiene, bandeiras, entre outros. As administrações municipais participaram ativamente das comissões de aplicação dos exames finais, e os subintendentes foram, com certa frequência, cobrados para que inspecionassem as escolas. Registros dessas visitas são recorrentes nos livros de atas das escolas.

As administrações municipais da RCI também apostaram na elaboração de regimentos educacionais municipais e em alternativas como a abertura de aulas noturnas para a alfabetização de adultos, a criação e a organização do Patronato Agrícola e Escola Industrial (Caxias), investimentos para a educação profissional, entre outras realizações no campo educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inserindo-se e sobrevivendo na nova Pátria, os imigrantes não tiveram um tipo único de escola. A política educacional em âmbito municipal, com o apoio estadual, empreendeu uma progressiva absorção das escolas étnico-comunitárias italianas, transformando-as em públicas e com ensino em português. A crescente organização da escola pública no Rio Grande do Sul, mas especialmente nos municípios da RCI, é resultado dessa negociação entre comunidades e administrações municipais. Como visto, as comunidades doavam o terreno, construíam a escola e por vezes a mobiliavam, e as municipalidades as proviam com o pagamento do professor e o fornecimento de materiais. Caso as famílias de imigrantes e descendentes pudessem/tivessem que pagar e escolher, a opção foi a escola confessional. Desse modo, da diversidade de iniciativas, ao final dos anos de 1920, afirmavam-se, no campo educacional da RCI, as escolas confessionais e as escolas públicas municipais e estaduais.

Percebe-se que as famílias colocaram em jogo estratégias em um movimento duplo, ambíguo: o de manutenção de traços culturais trazidos da Itália, quais sejam os religiosos e familiares, e a procura da cultura nacional, especialmente pelo domínio do português. As famílias preocuparam-se com o preparo de seus filhos, desenvolvendo estratégias coletivas e associativas em sua busca pela concretização de projetos de vida e pela escola – pública, gratuita e com ensino em português. Nas autoridades locais, encontraram respaldo e parceria, o que permitiu melhorias crescentes na instrução, especialmente no que tange às áreas rurais, mas não exclusivamente. As séries documentais apontam que esses municípios criaram órgãos e estruturas específicas para gerir a educação.

Nos microcosmos sociais de cada um dos municípios, buscaram-se alternativas para a promoção da escola elementar, tendo sido prática recorrente a subvenção. Bento Gonçalves, Caxias e Garibaldi denotam, pelas evidências históricas, terem se constituído, para além de territórios administrativos-financeiros-políticos, em territórios pedagógicos (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009) que atuaram em prol da educação, instituindo políticas e ações diferenciadas, dentro daquele contexto sociocultural.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CORRESPONDÊNCIAS recebidas e enviadas. Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.

CORRESPONDÊNCIAS recebidas pela Câmara Municipal de Montenegro. Códice 0011. Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro.

CORRESPONDÊNCIAS recebidas e enviadas. Fundo Educação. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

CORRESPONDÊNCIAS. Fundo Educação e Cultura. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

DOCUMENTAÇÃO avulsa – ano de 1921. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

DOCUMENTAÇÃO avulsa – ano de 1922. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

I MUNICIPI DELLA COLONIA italiana nello stato di Rio Grande do Sul (Brasile) - Bento Gonçalves - 1924 a 1928.

LATA 280, maço 08, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

LATA 280, maço 09, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

LEIS, DECRETOS e atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1909. Porto Alegre: Officina da Livraria de Carlos Echenique, 1910.

LIVRO DE ESTATÍSTICAS da Intendência Municipal de Bento Gonçalves, 1890 - 1922. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

LIVRO de registro da correspondência da 5ª Região Escolar de Caxias. Códice 06.02.02. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

MENSAGEM do intendente municipal Affonso Aurélio Porto, em 12 de outubro de 1916. Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 1ª. Sessão Ordinária da 9ª. Legislatura em 20 de setembro de 1921.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 2ª. Sessão Ordinária da 9ª. Legislatura em 20 de setembro de 1922.

MENSAGEM enviada à Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª. Sessão Ordinária da 9ª. Legislatura em 29 de novembro de 1923.

RELATÓRIO APRESENTADO ao Conselho Municipal de Caxias a 15 de novembro de 1914 pelo Intendente Cel. José Penna de Moraes. Caxias: Typographia Popular, 1915. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1909. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1911. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1912. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1914. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1916. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1918. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente de Bento Gonçalves, Joaquim Marques de Carvalho Junior em 1913. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

RELATÓRIO apresentado ao Sr. Presidente do Estado, Sr. Borges de Medeiros, pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Protásio Alves, em 1913. Apud: TAMBARA, 1995, p. 283.

RELATÓRIO correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Dr. Celeste Gobbato. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

RELATÓRIO correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Dr. Celeste Gobbato. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

RELATÓRIO DO MUNICÍPIO de Caxias correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925 apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente Dr. Celeste Gobbato. Fundo Correspondências das Intendências Municipais do RS, AM.3 – 026, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul*: 1877 a 1967. Porto Alegre: EST, 1981.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação/Instituto Estadual do Livro, 1975.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. *Da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves* - 1875 a 1930. Bento Gonçalves: Visograf; Porto Alegre: Corag, 2005.

CENNI, Franco. *Italianos no Brasil.* 3. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

CORRÊA. Rosa Lydia Teixeira. *Conviver e sobreviver*: estratégias educativas de imigrantes italianos (1880 a 1920). Tese em História, USP, São Paulo, 2000.

CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo*: a Escola Pública no Rio Grande do Sul. Tese em Educação, UFSM, Santa Maria, 1998.

COSTA, Rovílio. *Imigração Italiana no Rio Grande do Sul*: vida, costumes e tradições. 2. ed. rev. Porto Alegre: EST, 1986.

DE BONI, Luís A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. v. 1.

DE BONI, Luís A. (Org.). *A presença italiana no Brasil.* Porto Alegre; Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.

DE BONI, Luís A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre; Torino: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. v. 3.

DE BONI, Luís A.; COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Correio Riograndense, 1984.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Emigração*: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

FRANZINA, Emilio. *Storia dell`emigrazzione italiana:* Arrivi. Roma: Donzelli, 2009. v. 1.

GIOLO, Jaime. *Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República*. Tese em Educação, São Paulo, FEUSP, 1997.

GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In*: DACANAL, José H. *RS*: imigração e colonização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. *In*: ARAÚJO, Marta Maria de (Org.). *História(s) Comparada(s) da Educação.* Brasília: Liber Livro, 2009. p. 161-198.

LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: EDUCS, 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. Em busca da escola pública: tensionamentos, iniciativas e processo de escolarização na Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cadernos de História da Educação*, v. 11, n. 2, p. 667-679, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/21718/11927>. Acesso em: 08 nov. 2014.

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, 1875 a 1930*: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita. São Leopoldo: Unisinos, 2007. 495 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Relações de poder:* autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves-1875 a 1889. Curitiba: CRV, 2009.

MAGALHÃES, Justino. O Local e a Educação: para a História do Município Pedagógico. *Revista de Administração Local*, n. 215, p. 607-614, set./out. 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/5045>. Acesso em: 09 nov. 2014.

MANFRÓI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul*: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: Grafosul, 1975.

MANFRÓI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. *In*: DE BONI, Luís A. (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. v. 1, p. 169-186.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). *Métis: História & Cultura – Revista de História da Universidade de Caxias do Sul*, Caxias do Sul, v. 2, n. 3, p. 161-171, jan./jun. 2003.

POSSAMAI, Paulo César. *"Dall'Italia siamo partiti"*: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875- 1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UnB, 1990.

TAMBARA, Elomar. *Introdução à História da Educação no Rio Grande do Sul*. Pelotas: Seiva, 2000.

TAMBARA, Elomar. *Positivismo e educação*: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: UFPel, 1995.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico:* um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. *O nacional e o local*: ingerência e permeabilidade na educação brasileira. Bragança Paulista: Ed. Universidade São Francisco, 2005.

A atuação dos municípios na difusão da instrução primária no Estado de São Paulo (Campinas, 1889-1910)

Rosa Fátima de Souza

A municipalização do ensino fundamental em curso no Brasil a partir da década de 1990, com uma extraordinária transferência de matrículas da esfera estadual para a esfera municipal, pode ser vista como um fato inédito na história da educação brasileira, cujas políticas para a escolarização da infância estiveram marcadas pela estadualização das matrículas no ensino primário. Isso quer dizer que, no processo de expansão da escola pública de nível elementar no país, os municípios não estiveram ausentes, pelo contrário, eles tiveram uma atuação significativa, como vêm demonstrando os estudos de Gonçalves Neto e Carvalho (2012). Como mostra o estudo de Araújo (2005, p. 30), na década de 1930, os estados brasileiros eram responsáveis por 60,29% das matrículas no ensino primário, os municípios por 21, 04%, a rede particular por 18,51% e o governo federal por 0,16%. Em meados do século XX, na década de 50, as matrículas desse nível de ensino na esfera estadual representavam cerca de 60% do total de matrículas, enquanto os municípios contribuíam com cerca de 29%, isto é, um percentual expressivo.

No Estado de São Paulo, a estadualização das matrículas foi ainda mais acentuada que a média nacional. Em 1930, o Estado mantinha 3.362 estabelecimentos de ensino primário (309 grupos escolares, 205 escolas reunidas, 630 escolas isoladas urbanas e 2.218 escolas isoladas rurais) contando com 356.292 alunos matriculados. No ensino particular havia 125.183 alunos matriculados, e no ensino municipal,

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 101 11/8/2015 16:20:37

apenas 16.413. Essa matrícula representava 3,17% sobre a matrícula geral de todas as escolas que funcionavam no estado (SÃO PAULO, 1931). Nas décadas posteriores, ampliou-se a matrícula nas escolas municipais. Em 1954, havia 1.209.590 alunos matriculados no ensino fundamental comum no Estado de São Paulo. Os alunos matriculados na rede estadual somavam 1.034.980 (85,6%), nas escolas municipais compreendiam 94.271 alunos (7,8%), e nas escolas particulares era igual a 80.339 (6, 64%) (IBGE, 2006).

A historiografia da educação do Estado de São Paulo ressente-se de estudos aprofundados, abrangentes e sistemáticos sobre a atuação dos municípios no campo educacional. Há, no entanto, vários indícios de que algumas câmaras municipais do estado desenvolveram, ao longo do século XX, diversas ações de organização e manutenção de escolas primárias e de apoio à criação e subvenção de escolas secundárias, normais e técnicas. (DINIZ, 2012; SOUZA; VALDEMARIN; ZANCUL, 2014). No que diz respeito ao início do período republicano, a temática é de grande interesse histórico, uma vez que a autonomia municipal foi um princípio importante defendido pelos republicanos na luta contra a centralização monárquica, especialmente pelos fazendeiros do Oeste Paulista, constituindo a cidade de Campinas um dos "mais dinâmicos centros de propaganda republicana", como assevera Gebara (1990, p. 186).

Embora a Constituição Estadual paulista promulgada em 14 de julho de 1891 tenha ratificado os princípios liberais assegurando a máxima autonomia dos municípios, cabe interrogar o alcance e a efetividade da autonomia municipal no Estado de São Paulo. Por que a municipalização do ensino prevista na lei dos municípios de 1891 não se concretizou? Como se configuraram as relações políticas Estado-municípios na Primeira República? Como o Congresso Legislativo atuou na distribuição orçamentária para diferentes localidades? Quais foram as forças políticas que atuaram na definição da organização do ensino e no direcionamento das políticas dos governos do Estado para a educação? Essas e outras questões, envolvidas na intrincada relação Estado-municípios, no âmbito da educação, requerem maiores esforços investigativos.

O objetivo deste texto é contribuir com a historiografia da educação paulista problematizando a ação dos municípios na difusão da instrução pública primária no Estado de São Paulo, no início do regime republicano. O estudo toma como referência a cidade de Campinas, segunda maior cidade de São Paulo no início do século XX, com enraizada tradição republicana, com o maior número de escolas municipais. A primeira parte do texto examina como a legislação estadual normatizou a atuação

dos municípios em relação à educação, a forma como os governos do estado buscaram repassar para as câmaras a responsabilidade pelas escolas rurais e como os governos do estado e os administradores do ensino conceberam o papel das câmaras no desenvolvimento da instrução pública. Na sequência do texto, a análise incide sobre as iniciativas educacionais levadas a termo pela Câmara Municipal de Campinas, entre 1889 e 1910, destacando três âmbitos de atuação identificados: a) a organização de um sistema municipal de ensino; b) a reivindicação junto ao governo do estado para a difusão do ensino público na cidade e a colaboração para criação e instalação de escolas estaduais; c) auxílio e subvenção às instituições escolares mantidas por associações beneficentes e por particulares.

ESTADO E MUNICÍPIOS EM PROL DA EDUCAÇÃO POPULAR

Desde o início da República, políticos e educadores paulistas debateram e reclamaram a participação das câmaras municipais no desenvolvimento da instrução pública. A questão do financiamento, porém, constituiu-se em um dos principais entraves para uma ampla intervenção dos municípios na promoção da educação. Em 1890, ao repassar a administração do estado para o seu sucessor, Prudente de Morais Barros assinalou a lastimável situação da instrução pública estadual no estado de São Paulo, considerando-a "muito aquém do progresso material e industrial, apezar das diversas reformas que têm sido decretadas" (SÃO PAULO. Exposição..., 1890, p. 36).

De fato, a situação educacional herdada do Império longe estava das grandes finalidades atribuídas à escola primária pelos republicanos paulistas. Em 1888, existiam na província de São Paulo 1.030 escolas de primeiras letras, das quais se encontravam providas 805, com 26.939 alunos matriculados e 20.596 frequentes (SÃO PAULO. Mensagem..., 1888). Entende-se a posição do presidente Prudente de Morais, republicano histórico, cuja coerência com os princípios liberais defendia a descentralização da educação e reconhecia a necessária descentralização de rendas para a sua execução: "O serviço da instrucção primaria deve ser descentralizado e organizado de modo a despertar e attrahir a attenção e o concurso dos pais de família, os mais directamente interessados; mas, isso depende das novas instituições locaes e essencialmente da descentralização de rendas" (SÃO PAULO. Exposição..., 1890, p. 36).

A Constituição do Estado de São Paulo de 1891 foi evasiva no tocante à instrução pública, assegurando o ensino leigo e fixando a competência de o Congresso

Estadual legislar sobre: "ensino primário, secundário, superior e profissional, que será em todos os graus, podendo o ensino secundário, superior e profissional ser ministrado por indivíduos ou associações, subvencionados ou não pelo Estado" (art. 20, SÃO PAULO, 1891).

Em conformidade com a Constituição Federal, foi promulgada a lei ordinária de organização dos municípios do Estado de São Paulo (Lei nº 16, de 13 de novembro de 1891). Essa legislação previa para os municípios máxima autonomia governamental, independência econômica e eleições para os representantes da Câmara. Tais preceitos autonomistas estavam ancorados nas teses da descentralização tão cara aos republicanos paulistas. No que diz respeito à educação, ela garantia às municipalidades ampla autonomia para criação de escolas, nomeação de professores e subvenção às escolas particulares. Além disso, previa o auxílio das municipalidades na inspeção das escolas mantidas pelo Estado e a possibilidade da municipalização do ensino se a Câmara Municipal optasse pela criação de um sistema regular de instrução cujo financiamento seria garantido pelo repasse de verba do Estado:

> Artigo 57. - Os municipios que tiverem organizado um systema regular de ensino primario, poderão dispensar as escolas do Estado representando nesse sentido ao Congresso, que neste caso podera conceder aos municipios uma subvenção proporcional ás despesas, que o Estado faria si tivesse as suas escolas então existentes; mantida em todo o caso a fiscalização por parte do Governo. (SÃO PAULO, 1891)

Prevalecia, dessa maneira, o princípio da autonomia municipal em relação à educação. Os municípios poderiam organizar seus sistemas de ensino, cabendo ao Estado zelar pela fiscalização e transferir recursos necessários. Mas a questão da municipalização do ensino era controversa, não havendo consenso entre os deputados do Partido Republicano Paulista. Isso pode ser visto, por exemplo, na primeira reforma da instrução pública de 1892 (Lei nº 88, de 8 de setembro), cujo projeto foi influenciado pelas posições do deputado Gabriel Prestes, claramente contrário à municipalização do ensino. Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, em 28 de maio de 1892, Prestes afirmou: "A municipalização do ensino supõe um grau de adiantamento que nós não temos, de modo que devemos afastar das municipalidades toda a intervenção técnica" (*apud* REIS FILHO, 1981, p. 86). Gabriel Prestes era favorável à cooperação dos municípios no auxílio ao governo em relação à construção

de edifícios escolares ou aluguel de casas para escolas e, ainda, no recenseamento escolar. Dessa maneira, a reforma de 1892 ratificou tal posicionamento, atribuindo às câmaras municipais a obrigatoriedade de prestarem auxílio ao estado na realização do recenseamento escolar e no cumprimento da obrigatoriedade do ensino.

Somente um estudo detalhado sobre os debates sobre a educação realizados no Congresso Legislativo Estadual poderá explicitar com maior profundidade as diferentes posições em debate sobre a municipalização do ensino. Nos limites deste texto, cabe assinalar a incongruência entre a ampla intervenção dos municípios na educação prevista na legislação estadual e a impossibilidade de as municipalidades promoverem a instrução pública.

Em 1893, a Lei nº 169, de 7 de agosto, alterou disposições da reforma de 1892 incluindo a autorização para reunião das escolas em um só prédio, criando, assim, os grupos escolares. Além dessa medida, a lei estabeleceu a colaboração das câmaras municipais na inspeção das escolas estaduais mediante a fiscalização da assiduidade dos professores. Caberia às câmaras atestarem o exercício dos professores e adjuntos depois de verificada a exatidão dos mapas mensais apresentados e nomearem comissões examinadoras para escolha dos pretendentes às cadeiras vagas em escolas provisórias.[1] O regulamento dessa lei (Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893) ressaltou a responsabilidade dos municípios pela educação, ratificando como atribuição das câmaras "velar pela execução da lei do ensino publico, prestando o seu auxilio ás auctoridades escolares e concorrendo por si para tornar uma realidade a instrucção popular" (SÃO PAULO, 1893), e reafirmou novamente a possibilidade da municipalização do ensino, mantendo o art. 50 disposto na lei dos municípios de 1891.

Em relação à criação e instalação dos grupos escolares, desde o início, o governo do estado requereu a colaboração dos municípios, dando preferência para a instalação dessas escolas modelares onde as municipalidades contribuíssem com a doação do terreno e /ou do edifício para abrigar a escola.

Em consonância com o disposto na legislação estadual, em 1893, a Câmara Municipal de Campinas encaminhou ao governo do estado proposta de criação de um sistema municipal de ensino requerendo o repasse de verbas para a manutenção das

[1] Desde o período Imperial cabia aos Conselhos Municipais fiscalizarem a frequência média das escolas públicas e fornecerem aos professores atestado de frequência, habilitando-os a receber seus vencimentos. Sobre a inspeção do ensino no Estado de São Paulo, ver Paulo e Warde, 2013.

escolas públicas do município. No entanto, essa proposição não foi levada adiante, o que permite depreender que, apesar do disposto na lei dos municípios e na legislação educacional, a transferência da responsabilidade pela instrução pública para as municipalidades era questão polêmica no Congresso paulista. Ela significava deslocamento de recursos e descentralização administrativa compatível com o ideário liberal, porém inconciliável, em certa medida, com a feição estadualista prevalecente no federalismo brasileiro e com o jogo político regional mantido pela oligarquia paulista.

Nos anos seguintes, a posição dos governos do estado foi a tentativa de responsabilização dos municípios pelas escolas rurais, que constituíam o maior problema na política de expansão do ensino primário pelas dificuldades de localização e identificação dos núcleos de analfabetos, provimento de professores e inspeção técnica. Tratava-se, sobretudo, de uma transferência de responsabilidade visando a onerar o Estado o menos possível.

Em 1897, o Presidente Campos Salles, em mensagem apresentada ao Congresso Estadual, buscou explicar o baixo número de escolas providas atribuindo o problema à falta de professores diplomados nas escolas normais. Não obstante, o presidente reconhecia a necessidade de políticas de atração de professores para o interior do estado: "cumpre reflectir na necessidade de estimular por melhores vantagens o pessoal que concorre para a regência das escolas provisórias" (SÃO PAULO. Mensagem..., 1897, p. 100).

De fato, a reforma de 1892 (Lei nº 88, de 8 de setembro) estabelecera que o ensino primário seria ministrado nas escolas preliminares e suas auxiliares, isto é, as intermédias e as provisórias. As primeiras eram regidas por professores normalistas obrigados a cumprir o programa amplo e enciclopédico estatuído pela nova lei. As segundas (intermédias) ficavam a cargo de professores habilitados segundo as antigas, leis não sendo obrigadas ao ensino das mesmas matérias. As escolas provisórias eram aquelas providas interinamente, por professores leigos, examinados nos distritos e com a aprovação do Conselho Superior. Nessas escolas, o curso primário compreendia um programa elementar e provisório, pois os professores podiam ensinar apenas as noções básicas de leitura, escrita e cálculo. Em 1897, existiam em São Paulo 2.246 escolas criadas (1.290 preliminares, 400 intermédias e 556 provisórias). Dessas, encontravam-se providas apenas 1.013. As escolas com o maior número de vagas eram justamente as provisórias localizadas nas zonas rurais. Por isso, no entendimento dos administradores do ensino público paulista, a melhor forma de solucionar o problema

seria incumbir as municipalidades de assumirem as escolas provisórias. Tal expediente foi adotado legalmente em 1899, pela Lei estadual nº 686, de 16 de setembro:

> Artigo 32. - Ficam a cargo das camaras municipaes, a contar do futuro exercicio em deante, a manutenção e o custeio das actuaes escholas provisorias em seus municipios e a dispensa dos professores das mesmas, bem como sobre creação e provimento de novas escholas municipaes de egual categoria.
> § 1.º - O Governo do Estado auxiliará annualmente, para esse fim, as camaras municipaes com a verba que for consignadas no orçamento, a qual será distribuida proporcionalmente á população de cada municipio.
> § 2.º - O auxilio será prestado, em vista da representação da respectiva municipalidade, na qual demostre a existencia do numero de alumnos matriculaveis, na fórma do artigo 2.º da lei n. 88, de 8 de Setembro de 1892. (SÃO PAULO, 1899)

Teria o Estado cumprido efetivamente com o disposto no parágrafo primeiro da lei, isto é, repassando anualmente às câmaras municipais verbas para manutenção das escolas provisórias? O pequeno aumento das escolas municipais nos anos seguintes atesta a ineficácia da medida adotada em 1899. A desresponsabilização do Estado pelas escolas provisórias pode ter agravado ainda mais a precariedade da educação nas zonas rurais de São Paulo, onde vivia a maior parte da população paulista. Enquanto alguns municípios assumiram a manutenção das escolas provisórias, outros não puderam arcar com a medida. Assim, em 1901, o Presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves insistiu na importância de as câmaras municipais auxiliarem o governo na difusão do ensino primário, especialmente nas cidades do interior paulista.

> O ensino primário tem tido nesta Capital e em numerosas cidades do interior um magnifico impulso. [...] Fóra das cidades e grandes povoados, o ensino desenvolve-se com lentidão. Enquanto as camaras municipaes não dedicarem uma boa parte de seus esforços a este mister não é de esperar que as escolas tenham frequência desejada e que os professores se mostrem dedicados ao serviço. É este, entretanto, um dos mais uteis emprehendimentos para attestar o zelo e interesse das municipalidades pelo bem de seus munícipes e do Estado; e este desideratum ellas conseguirão localizando bem as escolas, fiscalizando os professores e afastando do serviço as pequenas preoccupações da política. (SÃO PAULO. Mensagem..., 1901, p. 16)

Nas representações do presidente do estado de São Paulo, não se tratava de um problema político de financiamento da educação, mas de uma questão de interesse das municipalidades pela instrução pública.

A mudança da classificação das escolas primárias de acordo com a localização foi ratificada em 1904, pela Lei nº 930, de 13 de agosto. O ensino preliminar no estado de São Paulo passou então a ser ministrado em escolas ambulantes, escolas isoladas situadas em bairros ou distritos de paz, e na sede do município, nos grupos escolares e na escola modelo anexa à Escola Normal da Capital. Ainda visando à solução do problema do provimento das escolas no interior, essa lei estabeleceu a obrigatoriedade do início da carreira docente na zona rural.

Porém, o problema do provimento das escolas isoladas continuou persistindo no estado de São Paulo por longo tempo, em decorrência da ausência de políticas efetivas para a manutenção das escolas localizadas nas localidades longínquas do estado, nas pequenas cidades, distritos de paz e zonas rurais. Nessas regiões, os professores enfrentavam inúmeras dificuldades para o exercício do magistério. Por exemplo, havia a dificuldade de meios de transporte para se chegar até à localidade e à escola. As condições de moradia para os professores eram precárias, a maioria das escolas funcionava em local improvisado e na zona rural em casas ou salas cedidas pelos fazendeiros. Além disso, o salário dos professores das escolas isoladas era menor do que o dos professores dos grupos escolares localizados nas sedes dos municípios. Consequentemente, apesar de o Estado criar legalmente escolas no interior, faltavam professores para assumir os cargos e manter as escolas em funcionamento. Em face desses obstáculos, os governos paulistas direcionaram as políticas de expansão do ensino primário para as áreas urbanas de concentração populacional em detrimento das zonas rurais. Para as populações residentes no campo, o discurso da responsabilidade cívica dos municípios pela educação ocultava o direcionamento de uma política discriminatória e desigual praticada pelos governos do estado.

Para o Estado, abrir mão das escolas rurais não era apenas desincumbir-se de um difícil problema, significava, igualmente, desobrigar-se de promover a educação para um grande número de crianças em idade escolar, posto que a maioria da população vivia nas zonas rurais do estado. Compreende-se, dessa maneira, a insistência dos governadores em ressaltar, argumentar, proclamar a necessidade de as municipalidades assumirem as escolas rurais, como o fez Jorge Tibiriçá, em 1907: "É de toda a conveniência, para o plano de desenvolvimento do

ensino, que as escolas situadas nos bairros sejam transferidas às Municipalidades, continuando a cargo do Estado as dos districtos de paz e as das sedes de município" (SÃO PAULO. Mensagem..., 1907, p. 334).

Em 1910, o diretor geral da instrução pública, Oscar Thompson, em relatório apresentado ao Secretário do Interior, considerou pequeníssima a proporção de alunos que recebiam instrução no estado por conta das municipalidades. Os dados estatísticos evidenciavam a predominância da iniciativa estadual nas zonas urbanas. Em 1909, o governo mantinha 92 grupos escolares, com 933 classes e 41.275 alunos, e 1.333 escolas isoladas, com 39.194 alunos matriculados, totalizando 80.469 alunos nas escolas primárias estaduais. Cerca de metade dos municípios do estado (51,5%) mantinha escolas municipais, que totalizavam 395, com 13.561 alunos. Em face desses números, concluía Oscar Thompson: "Vê-se que ainda é deficientíssima entre nós a iniciativa das municipalidades em matéria de instrucção publica" (SÃO PAULO [1910], p. 115). O diretor ressaltava, ainda, os problemas pedagógicos verificados pelos inspetores nas escolas municipais, especialmente os programas de ensino. Além disso, queixava-se da concorrência entre as escolas municipais e estaduais na mesma localidade:

> Não se tem estabelecido uma acção conjuncta entre o Governo e as Municipalidades no sentido de approximar o ensino dado pelas escolas municipaes ao que ministram as escolas estadoaes.
> Municipios há em que a frequência das escolas estadoaes baixa consideravelmente, devido à concorrência das escolas municipaes.
> Sem querer discutir os motivos da preferência, que algumas vezes provêm da intervenção das próprias camaras em favor da prosperidade crescente das escolas que á sua custa são mantidas – é preferível que em tal hypothese subsistam estas, suspendendo-se o funccionamento das escolas estadoaes de diminuta frequência. (SÃO PAULO, [1910], p. 113)

Pode-se dizer, portanto, que, em São Paulo, a relação entre o Estado e os municípios, no tocante à educação, permaneceu ambígua e conflituosa nas primeiras décadas do período republicano. Por um lado, o governo estadual demandou a colaboração das municipalidades em vários aspectos: na manutenção das escolas rurais, na doação de terrenos e construção de prédios para instalação de grupos escolares, no auxílio na inspeção das escolas estaduais, na participação no recenseamento escolar. Contudo, pleiteou essa ação subsidiária às expensas dos municípios, não abrindo

mão dos recursos do Estado e não se responsabilizando pelo repasse de verbas às câmaras municipais. Por outro lado, somente parte dos municípios paulistas manteve escolas primárias municipais na transição do século XIX para o XX. Por qual razão? A consequência desse embate duradouro foi o agravamento da diferenciação e da desigualdade da escolarização da infância no Estado de São Paulo. Nesses confrontos, certamente, a população rural foi a mais prejudicada.

INICIATIVAS EDUCACIONAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

O notável desenvolvimento econômico e sociocultural de Campinas nas décadas finais do século XIX foi decorrência da pujante economia cafeeira estabelecida no Oeste Paulista. No final do Império, a cidade era considerada a "capital da lavoura" da província de São Paulo e contava com inúmeros melhoramentos urbanos, como correio, telégrafo, iluminação a gás, teatro, clubes, escolas, um comércio efervescente e um núcleo manufatureiro significativo. Em 1900, a população de Campinas foi estimada em 67.694 habitantes, entre os quais um contingente considerável de imigrantes italianos (SEMEGHINI, 1988). A prosperidade do município era tributária também da rede ferroviária, uma vez que a cidade tornou-se o entroncamento das mais importantes ferrovias de São Paulo, como a Paulista, a Mogiana e a Sorocabana.

No âmbito político, a cidade foi palco da propaganda republicana radical, destacando-se a atuação do jornal *Gazeta de Campinas*, que começou a circular em 1869.

No que diz respeito à educação, o *Almanaque de Campinas* para 1871 registrou a existência de cinco escolas públicas primárias, sendo duas do sexo feminino e três do masculino. Não obstante, a cidade contava, nas décadas finais do Império, com um significativo número de escolas particulares, destacando-se o Colégio Culto à Ciência para meninos, o Colégio Internacional para alunos de ambos os sexos e os colégios Cesarino ou Perseverança e o Florence para meninas.[2]

Vale também assinalar as iniciativas dos republicanos em relação à instrução popular. A historiadora Carmem Sylvia Vidigal Moraes (2006) afirma que em 1889 foram inauguradas três escolas com o propósito de promoção da educação popular

[2] A respeito dessas escolas, cf. entre outros, Moraes (2006), Ribeiro (1996), Albino (1996).

em Campinas, organizadas por importantes fazendeiros de café, todos eles membros da Sociedade Culto à Ciência: a escola Ferreira de Camargo, a Ferreira Filho e a Ferreira Penteado. A escola Corrêa de Mello foi outra realização na área da instrução popular. Criada em 1880, pelo botânico que lhe deu o nome, funcionou desde o início em edifício próprio construído para essa finalidade. Na mesma direção, a partir do final da década de 1860, a Loja Maçônica Independência manteve aulas noturnas para adultos, direcionadas para trabalhadores livres e escravos.

No período a que se refere este estudo, 1889 a 1910, a atuação da Câmara Municipal de Campinas no campo da educação foi intensa. Os vereadores debateram propostas, formularam pareceres e indicações, elaboraram leis, organizaram o sistema de ensino municipal na cidade e asseguraram que o poder público local mantivesse escolas, despendendo recursos com o pagamento de aluguéis e manutenção de prédios escolares, salários para os professores e compra e distribuição de materiais escolares. Essa significativa atuação da Câmara pode ser analisada considerando-se três instâncias: a) a organização do ensino municipal, b) a colaboração com o governo estadual e c) o auxílio às instituições de assistência e aos particulares.[3]

Na sessão ordinária da Câmara realizada em 20 de novembro de 1890, o intendente pôs em discussão o uso dos recursos municipais para subvenção de escolas ressaltando a necessidade de regulamentar essa provisão, mantendo-a somente para as associações que comprovadamente contribuíssem com a educação popular:

> [...] as subvenções serão dadas somente às associações que provarem com certificado da Comissão Municipal que a escola funcciona com regularidade e com frequência média de mais de vinte alumnos. A quota que não for recebida por falta de documentos, será distribuída às escolas que funccionarem regularmente e na proporção da media dos alumnos que a frequentarem. A subvenção será paga mensalmente ate o dia cinco de cada mês. Sejam comunicadas as associações que receberam as subvenções relativas ao semestre de Dezembro a prestarem suas contas. (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1890, p. 144-14

[3] Essa notável atuação da Câmara de Campinas não ocorreu apenas no período republicano. No final do Império, a Câmara debateu várias questões sobre instrução pública, incluindo o estabelecimento do ensino primário obrigatório. Cf, por exemplo, Campinas (CÂMARA MUNICIPAL..., 1888).

A partir de 1891, a reabertura da Escola Corrêa de Mello sob a responsabilidade do poder público municipal marca a decisão dos vereadores de ampliarem a ação da Câmara em relação à instrução pública. Em maio de 1891, o presidente da Câmara, Manoel F. Mendes, apresentou uma indicação para reabertura de uma escola mista para crianças pobres no edifício "Corrêa de Mello". A justificativa foi registrada na ata da Câmara da seguinte forma: "[...] pois que tratava de um magno assumpto, como seja o de procurar fornecer às creanças pobres, facilmente, as luzes da instrucção – uma escola mixta -, onde, gratuitamente essas creanças recebam os primeiros conhecimentos, base do futuro do cidadão ou da mãe de família" (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1891, p. 50).

Para o estudo da melhor forma de levar a termo a reabertura da escola, foi criada uma comissão formada pelo Dr. Paula Cunha, Christiano Volkart, Carlos Kaysel, Tenente Francisco Abreu e Paulino Moniz. A comissão foi favorável à reabertura da escola, propondo a utilização do imposto literário e os recursos usados com a subvenção das escolas particulares (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1891, p. 75).

No parecer da Comissão de Justiça, transcrito a seguir, é perceptível a mudança da direção da política educacional da nova intendência priorizando a instrução pública:

> A Comissão de Justiça, depois de estudar escrupulosamente a indicação apresentada na sessão de 1º do corrente mês, considerando que o Collegio Culto à Sciencia nunca publicou balancete da receita e despesa, para mostrar a necessidade que tem de subvenção municipal; Considerando que existem nesta cidade, estabelecimentos particulares de ensino, nas condições do Collegio Culto à Sciencia e não recebem auxilio da municipalidade para o seu custeio; Considerando que a Intendencia deve de preferência auxiliar as escolas onde existe o ensino gratuito; Considerando que é de grande necessidade a reabertura e a manutenção da escola Corrêa de Mello, confiada e entregue à municipalidade exclusivamente para esse fim; Considerando que o funcionamento da escola Corrêa de Mello é uma justa homenagem prestada à memória do illustre cidadão que teve aquelle nome, e é também pôr em execução os louváveis intuitos de seus fundadores, a Comissão de justiça é de parecer que cesse a subvenção que a Intendência da ao Collegio Culto à Sciencia para o seu producto ser applicado na manutenção da escola Corrêa de Mello. Também é de parecer a mesma comissão que continuem a ser auxiliadas as escolas desta cidade que só ministram o ensino gratuitamente. (CAMPINAS. Câmara Municipal ... 1891, p. 81)

O cancelamento da subvenção ao Colégio Culto à Ciência compreendia medida de inequívoco significado político, uma vez que esse estabelecimento de ensino havia sido criado, no auge do movimento republicano, por importantes fazendeiros e políticos da cidade, alguns deles fundadores do Partido Republicano Paulista.

A escola Corrêa de Mello foi reaberta no dia 20 de julho de 1891. Para a solenidade, o edifício foi adornado interna e externamente, como consta na Ata da Sessão Extraordinária da Câmara dessa data. O evento contou com a presença de alunos de ambos os sexos matriculados, professores, munícipes e a banda de música. O Presidente da Intendência leu um discurso no qual exaltou as virtudes de Corrêa de Mello e concluiu afirmando o compromisso dos republicanos com a educação do povo:

> A municipalidade deste abençoado torrão cumprindo o maior sagrado dos seus deveres, qual esse de preparar para as classes populares a escola, em condições de lhes ser absolutamente útil, sauda a população de Campinas e felicita-se por ver que as preocupações politicas mais ou menos apaixonadas, fundem-se em uma só preocupação: - a de instruir o povo, que é disto que pode advir a firmeza dos sagrados princípios da democracia! Senhores, está reaberta a "Escola Corrêa de Mello" este atesttado inconcusso da gratidão e do patriotismo do operoso povo campineiro. (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1891)

Ainda no ano de 1891, a Câmara recebeu um abaixo-assinado dos moradores do bairro do Descampado pedindo a abertura de uma aula pública do sexo masculino, uma vez que a escola encontrava-se sem professor há mais de um ano e meio. Por se tratar de uma escola estadual, a Comissão de Instrução apresentou parecer na sessão de 11 de agosto de 1891, sugerindo que os peticionários se dirigissem ao governo do Estado (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1891).

Outra ação da Câmara, nos anos iniciais da República, foi assumir a escola Ferreira Penteado após a doação do edifício para a Intendência (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1893, p. 133).

Em 1893, tendo em vista a lei de organização das municipalidades, José Bueno propôs que a Comissão de Instrução Pública organizasse um projeto de lei sobre escolas municipais, para que a Câmara pudesse pedir ao Congresso do Estado a verba para custeio das escolas. A Lei municipal nº 27, de 15 de dezembro de 1893, previa, assim, a municipalização do ensino: "Ficam consideradas escolas municipaes todas as escolas publicas existentes no município, de conformidade

com o art. 57 da lei n. 16 de 13 de novembro de 1891 e 13 do Reg. 86 de 29 de julho de 1892 letra d" (CAMPINAS, 1893). Para viabilizar a manutenção das escolas, a Câmara Municipal representaria anualmente ao Congresso solicitação de subvenção proporcional às despesas que o Estado faria com as escolas existentes e as que de futuro fossem criadas. A manutenção dessas escolas, bem como todas as necessidades em matéria de instrução pública, correria por conta da municipalidade. A direção e a fiscalização do ensino pertenceriam à Câmara Municipal e seriam confiadas a uma comissão escolar eleita entre os membros da mesma Câmara Municipal. Faria parte dessa comissão o inspetor do distrito nomeado pelo governo. A lei determinava ainda que escolas públicas funcionariam em edifícios próprios e adequados, mandados construir pela municipalidade, em terrenos fornecidos por ela. Enquanto não houvesse edifícios próprios, a municipalidade se encarregaria de alugar casas para o funcionamento das escolas, "uma vez que não resolva centralisar as escolas em um edifício."

Em consonância com a lei estadual de reforma da instrução pública (Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892), o município mantinha a obrigatoriedade escolar, estabelecendo multas para os pais que não cumprissem com esta. A obrigatoriedade não compreendia os alunos que recebiam instrução em casa ou em escolas particulares. A lei contemplava também o problema do trabalho infantil, determinando que todo patrão ou chefe industrial que tivesse crianças a seu serviço deveria dispensá-las do trabalho durante o tempo necessário ao ensino. Previa ainda a criação de cursos noturnos gratuitos para adultos. A nomeação de professores das escolas preliminares seria feita pelo governo municipal, mediante concurso e entre professores diplomados pelas Escolas Normais, ou pessoas de notória aptidão para o ensino. O cargo de professor era incompatível com qualquer outra profissão, exceto o ensino particular.

Na sessão da Câmara de 7 de maio de 1894, por indicação de vários vereadores, foi decidido o envio, ao Congresso do Estado, da lei que organizou o ensino municipal, pedindo-lhe verba respectiva para custear tais serviços, conforme o disposto na Lei nº 16, de 13 de novembro de 1891 (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1894, p. 4).

Como foi assinalado anteriormente, a solicitação da Câmara não foi acatada pelo Congresso Legislativo do Estado de São Paulo e a Lei municipal nº 27, de 1893, ficou sem efeito. Nos anos seguintes, o Poder Público local continuou investindo na manutenção de algumas escolas isoladas municipais e prestando auxílio ao Estado na criação dos grupos escolares.

Em 1900, em conformidade com a Lei estadual nº 686, de 16 de setembro de 1899, que repassou as escolas provisórias para as municipalidades, a Câmara de Campinas promulgou a Lei nº 70, de 12 de março, mantendo todas as escolas provisórias do município que estivessem providas, suprimindo as do perímetro urbano, exceto as dos bairros Fundão e Taquaral. Além disso, criou uma escola feminina no bairro Cabreúva e uma mista no bairro Rebouças e estabeleceu que o ordenado dos professores das escolas provisórias seria de 150$000 mensais, sendo um terço por gratificação. Em 1901, o Poder Municipal de Campinas mantinha 12 escolas municipais: 10 escolas provisórias e as escolas Corrêa de Mello e Ferreira Penteado (CAMPINAS, 1901).[4]

Uma nova lei para a organização da educação no município foi promulgada pela Câmara de Campinas em 1905. O Regulamento da instrução pública municipal (Lei nº 107, de 6 de setembro) foi estabelecido em conformidade com a legislação educacional em vigor em âmbito estadual. O Regulamento manteve o princípio do ensino municipal leigo e obrigatório para crianças de 7 a 12 anos e facultativo dos 12 aos 16 anos. A obrigatoriedade não atingia as crianças que recebessem instrução em escolas particulares, ou em suas próprias casas, e as que residissem a 2 km de escola pública para meninos e 1,5 km de escola para meninas. Os pais e tutores que deixassem de matricular os filhos ou tutelados, sem motivo justo, ficavam sujeitos à multa de 10$000, duplicada nas reincidências (art. 7º). Caberia ao representante do Poder Executivo da Câmara a fiscalização das escolas, nomeação e demissão de professores e concessão de licenças, zelando para a boa execução do ensino público municipal. A lei mantinha a situação especial das duas escolas que funcionavam na sede do município em prédio próprio, conservando-lhes a denominação – "Corrêa de Mello" e "Ferreira Penteado" –, em homenagem à memória desses dois cidadãos. As demais escolas teriam a denominação dos distritos ou bairros em que se encontrassem instaladas. A Câmara continuaria mantendo

[4] De acordo com a lei orçamentária para o ano de 1902 (Lei nº 86, de 12 de novembro de 1901), a municipalidade previa um gasto de 34:280$000 com a instrução pública. O gasto previsto com o pagamento de professores das escolas provisórias era de 18:000$000, com o pessoal das escolas Corrêa de Mello (um professor, um adjunto, um professor da aula noturna e um porteiro) e da escola "Ferreira Penteado" (uma professora, uma adjunta e uma zeladora) o gasto de 11:280$000. Além disso, o orçamento previa 3:000$000 com o aluguel do prédio onde funcionava o 2º grupo escolar e mais 2:000$000 de despesas com materiais escolares.

o curso noturno para adultos e menores empregados na escola Corrêa de Mello e poderia criar outros cursos. O programa para esses cursos noturnos da cidade e os diurnos nos bairros teria três anos de duração, com duas séries cada ano.

Para evitar a concorrência com as escolas estaduais, o regulamento previa: "Toda vez que o Governo do Estado installar escola num bairro onde haja escola ou escolas municipaes, desde logo cessará o funccionamento destas, a menos que no numero de creanças aí existentes seja excessivo e dê para as matriculas exigidas por lei em mais de uma casa de ensino" (art. 14).

Em relação ao provimento das escolas municipais, foi estabelecido que seriam nomeados professores normalistas, os complementaristas, os bacharéis formados pelos ginásios, os que fossem aprovados em concurso, sendo preferidos os professores ou professoras que, anteriormente à lei, se encontrassem em exercício. A matrícula nas escolas municipais não deveria exceder 45 alunos, em igualdade de condições, e nem ser menos de 25, com frequência média de 18 alunos, exigindo-se dos professores o mapa de frequência. A lei normatizou a disciplina escolar e os exames e fixou o horário de funcionamento dos estabelecimentos de ensino municipal para cinco horas de duração, de onze da manhã às quatro da tarde, com descanso de 30 minutos.

Entre 1905 e 1910, a Câmara criou mais duas escolas primárias: uma mista no bairro Bonfim e outra no bairro Capivari. Em 1909, Campinas possuía 16 escolas municipais, com 751 alunos matriculados (SÃO PAULO [1910], p. 116). A maioria dessas escolas estava localizada nas zonas rurais. No entanto, a Câmara Municipal tinha restrições orçamentárias, não dispondo de recursos suficientes para atender a demanda da população pela escola, fosse no campo ou na cidade.

Em 1914, segundo o *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, a população de Campinas era estimada em 96.000 habitantes. A população em idade escolar correspondia a 13.714 crianças. Dessa população, apenas 57,3% frequentavam escolas. Nas escolas públicas estaduais, estavam matriculados 5.414 alunos, e nas escolas municipais da cidade, 834. Para atender as necessidades da população, era necessária a criação de mais 129 escolas (SÃO PAULO, [1915], p. 206).

A colaboração da Câmara de Campinas com o governo estadual em prol da instrução pública esteve direcionada na primeira década do século XX para a criação e a instalação de grupos escolares e da escola normal na cidade, considerados instituições escolares modelares desejadas pelos municípios e prestigiadas pela sociedade.

Em 1894, o Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Antônio Lobo, apresentou na sessão ordinária, em 7 de maio, uma indicação para a criação de uma escola modelo na cidade nos moldes das escolas em funcionamento na Capital:

> Possuindo a Camara Municipal um edifício que se adapta admiravelmente para uma **Escola Modelo**, tal como se acha instituída na capital, qual é o edifício denominado **Escola Corrêa de Mello**, proponho que se apresente ao Governo do Estado, pela Secretaria do Interior, pedindo para ser installada em Campinas uma das Escolas Modelo, concedendo a municipalidade o edifício supra referido para aquelle fim. (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1894, p. 4, grifos do original)

Na sessão da Câmara de 7 de junho de 1894, foi lida a resposta encaminhada pelo governo do Estado referente à criação da escola modelo em Campinas. O Secretário do Interior agradeceu o oferecimento da edilidade, porém se comprometeu a envidar esforços para que logo fosse instalada na cidade uma instituição nos mesmos moldes da Escola Modelo da Capital (Campinas, 1894, p. 5).

Na sessão da Câmara de 1º de outubro de 1894, o Presidente voltou a insistir na conveniência da solicitação ao governo do estado da criação de uma escola modelo na cidade, propondo dessa vez a doação de um terreno e de uma contribuição em dinheiro (Rs 20:000$000) para a construção do prédio (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1894, p. 16).

Considerada urgente, a indicação foi aprovada pelos vereadores. Logo, a criação do 1º grupo escolar de Campinas foi autorizada pelo governo estadual, tornando-se Campinas uma das primeiras cidades a serem beneficiadas com a criação desse tipo de escola primária no estado de São Paulo. Em 1895, foi lançada a pedra fundamental no terreno onde seria construído o prédio, cujo projeto arquitetônico foi elaborado por Ramos de Azevedo (SOUZA, 1998).

Antes mesmo da construção do prédio, o Secretário do Interior, por intermédio do inspetor escolar do 13º distrito, Antônio Vilela Junior, enviou ofício à Câmara pedindo para a municipalidade obter prédio para a reunião das escolas públicas, até que se concluísse o prédio para o grupo escolar. A solicitação foi comunicada na sessão ordinária da Câmara em 5 de agosto de 1895 (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1895, p. 53).

Os vereadores, na sessão de 14 de setembro de 1895, propuseram que à escola modelo a ser instalada na cidade fosse dado o nome de Jorge Tibiriçá: "a quem o Estado e especialmente esta cidade devem serviços importantíssimos" (CAMPINAS. Câmara Municipal...,, 1895, p. 60).

A indicação não foi acatada pelo governo do estado. O 1º grupo escolar de Campinas foi inaugurado em 7 de fevereiro de 1897, em um prédio especialmente construído para a escola, descrito na época como um palacete.[5] Somente em 1917 foi atribuída a essa escola a denominação de "Francisco Glicério" (SOUZA, 1999).

Na sessão extraordinária da Câmara Municipal de Campinas, em 27 de fevereiro de 1897, voltou a ser discutido o oferecimento do prédio da escola Corrêa de Melo para instalação de um segundo grupo escolar na cidade, mantendo-se a denominação (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1897, p. 12).

O 2º Grupo Escolar de Campinas foi instalado em 1900, em prédio particular alugado pela Câmara Municipal. Conforme analisamos em estudo anterior (SOUZA, 1999), na primeira década do século XX, vários artigos foram publicados na imprensa de Campinas, especialmente no jornal *Cidade de Campinas*, denunciando a falta de vagas e as dificuldades dos pais e tutores em encontrarem vagas para matricularem os filhos nas escolas primárias da cidade. A demanda pela educação mostrava-se muito acima da oferta, e tanto o Estado quanto o município não conseguiram atender as necessidades educacionais da população campineira. Para além da manutenção de algumas escolas municipais na zona rural e nos distritos, o poder local buscou auxiliar o estado na difusão da educação pública na cidade.

Em 1901, como afirma Nascimento (1999), o vereador Carlos Kaysel apresentou à Câmara Municipal indicação propondo que se encaminhasse ao governo estadual solicitação de instalação de uma escola complementar para formação de professor e de um 3º grupo escolar em Campinas. Disputas políticas em âmbito local e estadual marcaram a criação dessa escola, uma vez que o curso complementar (segunda etapa do ensino primário) fora destinado desde 1895 à formação de professores, tendo sido instalado em poucas cidades paulistas.[6]

Em 1902, a Câmara aprovou recursos na ordem de 5:000$000 para pagamento da locação e obras de adaptação do prédio onde funcionaria a Escola

[5] O 1º Grupo Escolar de Campinas começou a funcionar com 401 alunos matriculados – 216 na seção masculina e 185 na feminina. O projeto arquitetônico elaborado por Ramos de Azevedo para essa escola serviu de protótipo para vários outros grupos escolares construídos no estado de São Paulo no final do século XIX e início do XX (SOUZA, 1999).

[6] Segundo Nascimento (1999), no final do século XIX, havia apenas quatro escolas complementares no Estado de São Paulo: uma anexa à Escola Normal da Capital, uma em Piracicaba, outra em Itapetininga e uma segunda na capital.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 118 11/8/2015 16:20:38

Complementar (Resolução nº 139, de 12 de novembro de 1901). Três anos depois, a Câmara autorizou o aluguel do prédio anexo à Escola Complementar, para aumento dessa escola no prazo de 5 anos, despendendo 200$00 mensais (Resolução nº 202, de 22 de setembro de 1905).

A mobilização para a criação de um terceiro grupo escolar foi intensa na cidade de Campinas, tendo em vista as disputas por vagas nas escolas públicas existentes, mas a criação dessa escola ocorreu somente em 1910. Os debates realizados na Câmara revelam as iniciativas levadas a termo pelos vereadores em relação à ampliação do ensino público preliminar na cidade. Por exemplo, em 18 de fevereiro de 1907, a Câmara Municipal voltou a discutir o oferecimento ao governo do estado do prédio da Escola Corrêa de Mello para a instalação do terceiro grupo escolar em Campinas, dessa vez, a indicação partiu do Dr. Ralpho Pacheco, que assim se pronunciou:

> Considerando a necessidade urgente da creação de um terceiro grupo escolar em Campinas, ficando isso provado pelos sorteios havidos nos dois grupos existentes em que deixaram de ser incluídos à matricula duzentos e tantos alumnos por falta de lugares; considerando que é dever da Camara auxiliar quanto possível o governo do Estado na disseminação da instrucção publica, indico que a Camara officie o governo do Estado, offerecendo a escola Corrêa de Mello para nella ser installado o terceiro grupo escolar, com a condição de ser conservado o nome do nosso illustre conterrâneo, homenagem essa que será assim mais ampliada e offerecendo-se também um auxilio para as modificações que devem ser feitas no referido prédio. Quanto aos professores actuaes da escola serão aproveitados para as novas escolas que a Camara creará. (CAMPINAS. Câmara Municipal..., 1907, p. 25)[7]

Mais uma vez o governo do estado declinou a oferta. Somente em 1910 foi autorizada a instalação do 3º grupo escolar. Os debates na Câmara em relação a este assunto revelam embates entre os vereadores. Na sessão da Câmara Municipal de 11 de março de 1910, o prefeito comunicou o acordo que havia estabelecido com o

[7] A Câmara aprovou a Resolução nº 248, de 23 de setembro de 1907, autorizando o Poder Executivo a oferecer ao governo do Estado o edifício da Escola Corrêa de Mello para instalação do 3º grupo escolar.

governo do Estado para instalação dessa escola. A intendência havia indicado para arrendamento um prédio localizado no centro da cidade, à Rua Barreto Leme, nº 14, esquina com a rua dr. Quirino. A Câmara assumiria o compromisso de pagar a metade das despesas com as obras de adaptação do prédio, e o governo estadual assumiria as despesas de aluguel deste. Sales Pupo lamentou a escolha do prédio, argumentando a sua inconveniência em vista do contínuo rumor nas ruas, que, em sua opinião, perturbaria o ensino. Para esse vereador, o grupo escolar deveria ficar no bairro Botafogo, e votou contra a contribuição que a Câmara deveria dar para a instalação das aulas no mencionado prédio.[8] Ainda nessa sessão, a Comissão de Higiene e Instrução Pública apresentou o parecer autorizando a Câmara a contribuir com recursos para instalação do 3º grupo escolar:

> [...] julgando a grande conveniência para a população a creação prompta, imediata de um novo grupo escolar, entendeu que deve ser autorizada a prefeitura a entrar em accôrdo, pelos meios legaes, com o governo do Estado para essa installação em termos seguintes: A) ficar a cargo do govern o pagamento dos aluguéis; B) o governo pagará também metade das necessárias obras de adaptação; C) o funccionamento do grupo será iniciado dentro de sessenta dias, conforme informações verbaes da prefeitura. Para tornar effetiva esta resolução, fica a prefeitura autorisada a despender até a quantia de 7:000$000, correndo três contos pela verba "Locação de prédios" consignada no orçamento vigente e quatro contos por meio de uma apresentação de credito, desde que não haja recurso no exercício actual. (CAMPINAS. Câmara Municipal ..., 1910, p. 111-112)

Ainda em 1910, a Câmara Municipal de Campinas aprovou a Resolução nº 369, de 14 de dezembro, autorizando a Prefeitura Municipal a oferecer ao governo do estado a área de terreno necessária à construção de um edifício destinado à

[8] Em 6 de abril de 1910, a Câmara aprovou a Resolução nº 344, que autorizou a prefeitura municipal a entrar em acordo com o governo do Estado para instalação do 3º grupo escolar, nas seguintes condições: a) "Correrão por conta da Fazenda do Estado os alugueis do prédio que for designado para esse fim; b) A camara pagará metade do custo das obras de adaptação; c) As aulas desse estabelecimento de instrucção primaria principiarão a funccionar dentro do praso de sessenta dias. Para execução desta resolução fica autorisada a prefeitura a despender a quantia de sete contos de réis (7.000$000), pela verba Locação de prédios, do orçamento vigente e quatro contos de réis por meio de uma operação de credito, se não houver recurso no exercício corrente".

criação e ao funcionamento de um grupo escolar em qualquer ponto da cidade que fosse julgado mais conveniente. A prefeitura ficava autorizada a promover a desapropriação, se o terreno fosse de particular, e a despender a quantia de vinte contos (20:000$000) para essa finalidade.

Assim, como vinha ocorrendo no estado, percebe-se um privilegiamento do poder local com a educação urbana em detrimento da zona rural. Na sede do município, a demanda da população pressionava o poder público e assegurava maior visibilidade de suas ações. A expressão dessa demanda e a representação simbólica do prestígio de algumas instituições públicas, como o ginásio e a escola normal, pode ser vista na atuação da Câmara, que, a partir de 1908, passou a conceder anualmente recursos para as festas escolares dos bacharelandos do ginásio Culto às Ciências e professorandos da Escola Complementar.

Por último, cabe assinalar a atuação da Câmara Municipal de Campinas no que diz respeito à educação, tendo em vista o auxílio às instituições de assistência e aos particulares. Em 1891, quando os vereadores decidiram cessar a subvenção às escolas particulares, foi assegurado o auxílio de 3.000 réis à escola mantida pelo Asilo de Órfãos e Hospital de Misericórdia (Resolução nº 46, de 11 de agosto de 1891). Na década seguinte, a Câmara passou a colaborar com diversas instituições, isentando-as de impostos: pela Resolução nº 145, de 25 de setembro de 1902, isentou de imposto predial e de viação a Escola Alemã mantida pela Sociedade Alemã de Instrução e Leitura; pela Resolução nº 193, de 24 de março de 1905, concedeu isenção dos impostos predial e de metros corridos ao prédio onde funcionava a escola mantida pela Irmandade de São Benedito; pela Resolução nº 201, de 22 de setembro de 1905, isentou de impostos o Colégio Internacional. Em 1909, a Câmara concedeu isenção de impostos ao prédio do colégio "Calvário", dirigido pelas Irmãs do Calvário (Resolução nº 314, de 17 de julho de 1909), ao prédio do Jardim de Infância e Escola Modelo, dirigidos por D. Maria Isabel Simões Magro (Resolução nº 314, de 17 de julho de 1909), ao prédio do externato do Liceu de Artes e Ofícios de Nossa Senhora Auxiliadora (Resolução nº 318, de 17 de julho de 1909) e, novamente, aos prédios de propriedade da Irmandade de São Benedito, situados no fundo da igreja e ocupados pelo Externato S. Benedito e Colégio Santo Antônio (Resolução nº 315, de 17 de julho de 1909). Em reconhecimento ao trabalho da professora Mercedes da Costa Martini, em 1910, a Câmara concedeu sepultura perpétua a essa professora municipal no cemitério de Arraial de Souza (Resolução nº 366, de 30 de novembro de 1910).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pôs em destaque a centralidade ocupada pela educação na atuação política do poder público de Campinas. A Câmara Municipal dessa cidade implementou inúmeras iniciativas no início do período republicano, fazendo jus à autonomia municipal garantida na Constituição. Além da organização do sistema de ensino municipal mediante a criação de escolas, manutenção de prédios, pagamento de professores e distribuição de material didático, a Câmara promoveu injunções ao governo estadual reivindicando escolas estaduais para suprir a demanda da sociedade pela educação popular, arcando com custos de construção, adaptação e aluguel de edifícios escolares. Nesse sentido, a Câmara atendeu também as demandas das associações beneficentes e solicitações de escolas particulares.

O estudo indicou também que a municipalização do ensino foi prevista na legislação estadual, porém não se concretizou. No caso de Campinas, a Câmara propôs ao estado municipalizar as escolas da cidade requerendo a transferência de recursos. Todavia, essa iniciativa não se efetivou, permitindo apreender o conflituoso jogo político em torno do financiamento da instrução pública. Outro aspecto relevante identificado no estudo foi a problemática da escola rural, secundarizada nas políticas do governo, que constantemente buscou desobrigar-se de sua expansão atribuindo a responsabilidade aos municípios sem condições de arcarem com o ônus da difusão da instrução pública primária no campo.

Não obstante, a investigação apontou a necessidade de ampliação da pesquisa histórica sobre a temática para o alargamento da compreensão sobre a relação Estado-municípios no âmbito educacional. Nesse sentido, vale ressaltar alguns aspectos a serem pesquisados. O primeiro deles é o exame dos debates levados a termo pelos deputados no Congresso Estadual em torno do papel dos municípios no desenvolvimento da educação pública e sobre a municipalização do ensino. Nessa direção, seria muito útil a análise dos debates em torno do orçamento para a educação. A problemática da autonomia municipal no plano discursivo e prático também constitui temática importante. A esse respeito, um número significativo de estudos regionais sobre o tema, envolvendo municípios de diferentes regiões do estado, de distintas dimensões e condições econômicas e políticas, muito contribuiria para o entendimento do alcance da autonomia municipal.

Em síntese, tão importante quanto considerar a significativa atuação dos governos do estado de São Paulo na difusão da educação na Primeira República é

interrogar sobre as condições políticas e financeiras dos municípios para o desenvolvimento da escola pública. Tal questionamento não deve perder de vista a questão fundamental da diferenciação social e da desigualdade inscrita nas possibilidades de acesso à escola pública por distintos grupos sociais residentes nas zonas rurais e urbanas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso. *Município, federação e educação*: história das instituições e das ideias políticas no Brasil. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALBINO, Marcus. "*Ide por todo mundo*": a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana (1869-1892). Campinas: Centro de Memória Unicamp, 1996 (Coleção Campiniana).

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 25 de junho de 1888, livro 156.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 20 de novembro de 1890, livro 157.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 04 de maio de 1891, livro 158.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 1ª de junho de 1891, livro 158.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 15 de junho de 1891, livro 158.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão especial para reabertura da Escola Corrêa de Mello realizada em 20 de julho de 1891, livro 158.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 07 de maio de 1894, livro 160.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 07 de junho de 1894, livro 160.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 1º de outubro de 1894, livro 160.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 05 de agosto de 1895, livro 160.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 14 de setembro de 1895, livro 160.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão ordinária realizada em 27 de fevereiro de 1897, livro 161.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão extraordinária de 18 de fevereiro de 1907, livro 164.

CAMPINAS. Câmara Municipal. Acta da sessão especial realizada em 11 de março de 1910, livro 165.

CAMPINAS. Resolução nº 46, de 11 de agosto de 1891. Resoluções relativas aos annos de 1890 a 1892. Intendencia Municipal de Campinas. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul – Castro Mendes, 1900.

CAMPINAS. Lei nº 27, de 15 de dezembro de 1893. Leis e Resoluções da Camara Municipal de Campinas. 2º semestre de 1893. Campinas: Typographia Livro Azul. Castro Mende & Irmão, 1893.

CAMPINAS. Lei nº 70, de 12 de março de 1900. Leis e resoluções da Camara Municipal de Campinas promulgadas em 1900. Campinas: Typ. A vapor. Livro Azul, Castro Mendes & Irmão, 1901.

CAMPINAS. Lei nº 86, de 12 de novembro de 1901. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados pela Camara Municipal de Campinas durante o anno de 1901. Campinas: Typ. A vapor, Castro Mendes & Irmão, 1902.

CAMPINAS. Resolução nº 145, de 25 de setembro de 1902. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados durante o anno de 1902. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul, Castro Mender & Irmão, 1903.

CAMPINAS. Resolução nº 193, de 24 de março de 1905. Camara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados durante o anno de 1905. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul, A. B. de Castro Mendes, 1906.

CAMPINAS. Resolução nº 201, de 22 de setembro de 1905. Isenta de impostos o Colégio Internacional. Camara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados durante o anno de 1905. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul, A. B. de Castro Mendes, 1906.

CAMPINAS. Resolução nº 202, de 22 de setembro de 1905. Autoriza o aluguel do prédio da Escola Complementar. Camara Municipal de Campinas. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados durante o anno de 1905. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul, A. B. de Castro Mendes, 1906.

CAMPINAS. Lei nº 107, de 6 de setembro de 1905. Regula a instrucção publica municipal de Campinas. Campinas: Typ. Do "Commercio de Campinas", 1905.

CAMPINAS. Resolução nº 139. Autorisa o serviço de adaptação do prédio para Escola Complementar e approva o contracto do respectivo arrendamento. Leis, Resoluções e Provimentos promulgados durante o anno de 1902. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, Castro Mendes & Irmão, 1903.

CAMPINAS. Resolução nº 248, de 23 de setembro de 1907. Leis, Resoluções e mais Actos promulgados durante o anno de 1907. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. A vapor "Livro Azul", A. B. de Castro Mendes, 1908.

CAMPINAS. Resolução nº 314, de 17 de julho de 1909. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1909. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1910.

CAMPINAS. Resolução nº 315, de 17 de julho de 1909. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1909. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1910.

CAMPINAS. Resolução nº 318, de 17 de julho de 1909. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1909. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. A vapor Livro Azul – A. B. de Castro Mendes, 1910.

CAMPINAS. Resolução n. 344 de 6 de abril de 1910. Sobre a installação do 3º grupo escolar. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1910. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. Da Casa Genoud, 1910.

CAMPINAS. Resolução nº 366, de 30 de novembro de 1910. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1910. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. Da Casa Genoud, 1910.

CAMPINAS. Resolução nº 369, de 14 de dezembro de 1910. Prédio para o 4º grupo escolar. Leis, Resoluções e mais actos promulgados durante o anno de 1910. Camara Municipal de Campinas. Campinas: Typ. Da Casa Genoud, 1910.

DINIZ, Carlos A. *A educação secundária no interior paulista*: estudo histórico sobre o Ginásio Estadual de Matão (1940-1965). Araraquara, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Ciências e Letras, Unesp. Araraquara, 2012.

GEBARA, Ademir. Republicanismo e reformismo (Campinas 1870/1984). *In*: LAPA, José Roberto Amaral (Org.). *História política da República*. Campinas: Papirus, 1990. p. 185-193.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (Org.). *O município e a educação no Brasil*. Campinas: Alínea, 2012.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti R. A formação do professor primário no estado de São Paulo: a Escola Normal de Campinas. *In*: NEGRÃO, Ana Mara Melo *et al*. *Memórias da educação*. Campinas (1850-1960). Campinas: Ed. Unicamp; Centro de Memória, 1999. p. 57-101.

NEGRÃO, Ana Mara Melo *et al*. *Memórias da educação*. Campinas (1850-1960). Campinas: Ed. Unicamp; Centro de Memória, 1999.

PAULO, Marco Antonio Rodrigues; WARDE, Mirian Jorge. A instalação do serviço de inspeção escolar na Província de São Paulo (1835-1887). *Cadernos de História da Educação* (Online), v. 12, p. 253-275, 2013.

REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1981. (Coleção Educação Contemporânea: Série Memória da Educação).

RIBEIRO, Arilda I. Miranda. *A educação feminina durante o século XIX*: o Colégio Florence de Campinas, 1863-1889. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SÃO PAULO. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província, Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia 10 de janeiro de 1888. Cf. São Paulo, 1888. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & Comp., 1888. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/1032/>. Acesso em: 26 ago. 2014.

SÃO PAULO. Exposição apresentada ao Dr. Jorge Tibiriçá pelo Dr. Prudente J. de Moraes Barros, 1º governador do estado de São Paulo ao passar-lhe a administração no dia 18 de outubro de 1890. São Paulo: Typ. Vanorden & Comp., 1890. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1145/000002.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo, 14 de julho de 1891. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/leis/constituicoes/constituicoes-anteriores/constituicao-estadual-1891/>. Acesso em: 21 set. 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 16, de 13 de novembro de 1891. *Organiza os municipios do Estado.* Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-16-13.11.1891.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 88, de 8 de setembro de1892. *Reforma a instrucção publica do Estado.* Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 22 set. 2014.

SÃO PAULO. Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893. Rgulamento da Instrucção Publica para execução das leis n. 88, de 8 de setembro de 1892 e n. 169, de 7 de agosto de 1893. Collecção de Leis e Decretos do Estado de S. Paulo de 1893. Tomo III. São Paulo: Typographia do "Diario Official", 1913.

SÃO PAULO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, em 7 de abril de 1897 pelo Presidente do Estado Campos Salles. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1152/>. Acesso em: 10 out. 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 686, de 16 de setembro de 1899. Fixa a despessa e orça a receita para o anno financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1900. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1899/lei-686-16.09.1899.html>. Acesso em: 22 set. 2014.

SÃO PAULO. Mensagem enviada ao Congresso do Estado a 7 de abril de 1901 pelo Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente do estado. São Paulo: Typographia do "Diario Official", 1901. Disponível em: <razil.crl.edu/bsd/bsd/u1156/000002.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

SÃO PAULO. Lei nº 930, de 13 de agosto de 1904. *Modifica varias disposições das leis em vigor sobre instrucção publica do Estado.* Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1904/lei-930-13.08.1904.html>. Acesso em: 15 set. 2014.

SÃO PAULO. Mensagem enviada ao Congresso Legislativo, a 14 de julho de 1907, pelo dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1163/000002.html>. Acesso em: 21 set. 2014.

SÃO PAULO. Annuario do ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria da Instrucção Publica com autorização do Governo do Estado, 1909-1910. São Paulo: Typographia do "Diario Official", [1910].

SÃO PAULO. Annuario do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Directoria Geral da Instrucção Pública com autorização do governo do Estado, 1914. São Paulo: Typ. Siqueira. [1915].

SÃO PAULO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de junho de 1930, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Vice-Presidente em exercício do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1187/000002.html>. Acesso em: 15 set. 2014.

SÃO PAULO. *Estatística Escolar de 1930*. Directoria Geral do Ensino do Estado de São Paulo. Secção de Estatística e Archivo. Publicação nº 1, junho de 1931.

SÃO PAULO. Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892. Reforma a instrucção pública do Estado. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>. Acesso em: 27 dez. 2013.

SÃO PAULO. Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893. *Addita diversas disposições á lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.* Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-169-07.08.1893.html>. Acesso em: 21 dez. 2013.

SÃO PAULO. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1930, pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, vice-presidente em exercício do estado de São Paulo. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1187/000002.html>. Acesso em: 24 set. 2014.

SEMEGHINI, Ulysses. *Campinas (1860 a 1980):* agricultura, industrialização, urbanização. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, 1988.

SOUZA, Rosa Fátima. A difusão da escola primária em Campinas. *In*: NEGRÃO, Ana Mara Melo *et al*. *Memórias da educação*. Campinas (1850-1960). Campinas: Ed. Unicamp/Centro de Memória, 1999. p. 103-144.

SOUZA, Rosa Fátima. *O direito à educação*: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Ed. Unicamp/Área de Publicações CMU-Unicamp, 1998. (Coleção Campiniana, 18).

SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; ZANCUL, Maria Cristina (Org.). *O Ginásio da Morada do Sol*: história e memória da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

Cultura e escolarização: um panorama do município de Piracicaba na virada do século XX

Cesar Romero Amaral Vieira
Ana Clara Bortoleto Nery
Thiago Borges de Aguiar

> Quando aqui cheguei [...] trazia, entre os meus projetos mais acalentados, o sonho de fazer de Piracicaba o primeiro município brasileiro a respeito da instrução pública. Reparei bem, meus amigos, primeiro município.[1]

Sud Mennucci, em 1921, manifestou a intenção de tornar Piracicaba o município brasileiro mais importante em matéria de instrução pública do estado de São Paulo. Contudo, não foi propriamente o primeiro a pensar sobre essa questão. É possível encontrar nos discursos dos principais líderes republicanos, ligados ao PRP[2] piracicabano, ainda no alvorecer da República, um forte compromisso com as questões atinentes à educação entendida como a principal alavanca que removeria o atraso e "impulsionaria a história em direção ao progresso e à liberdade" (MONARCHA, 1999, p. 172). Ao final da segunda década do período republicano, o município de Piracicaba, situado no interior paulista, já despontava entre os mais representativos do Estado, alcançando o expressivo número de 40 unidades escolares aproximadamente. Nesse período, Piracicaba já apresentava um quadro sociopolítico bastante

[1] MENNUCCI, 1934, p. 13.

[2] Partido Republicano Paulista.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 129 11/8/2015 16:20:39

complexo, em medida justificado pelo crescente processo de urbanização iniciado em fins do século XIX e que se fortaleceu principalmente com a supressão do sistema escravista de produção,[3] a intensificação da imigração de origem europeia para a região, a expansão da indústria cafeeira e sucroalcooleira e com o recrudescimento do movimento republicano no interior paulista, motor das principais propostas de mudanças. Foi nesse contexto que o ideal de instrução fortaleceu-se no estado de São Paulo orientado por concepções de mundo que buscavam definir novas condutas e hábitos em um discurso que articulava escolarização e civilização. O processo de escolarização, então entendido como medida para propagar a instrução, uniu-se aos projetos de modernização das cidades e passou a ser empreendido em escala significativa.

Para compreender a inserção e a presença do município de Piracicaba nesse contexto, ao mesmo tempo em que contribui com a compreensão desse fenômeno em maior escala, este capítulo objetiva mapear o panorama educacional do município de Piracicaba, no período da transição e consolidação do regime republicano, em suas duas primeiras décadas de existência.

Partindo da análise de dados apresentados por memorialistas, de dados oficiais da Instrução Pública Paulista, dos *Relatórios dos Presidentes da Câmara Municipal* e dos jornais locais, a *Gazeta de Piracicaba* e o *Jornal de Piracicaba*, além de documentos encontrados nos arquivos de escolas públicas e de iniciativas particulares instaladas no município, elaboramos um quadro de referência para pensarmos o processo de escolarização em Piracicaba.

Tomando como parâmetro a força do modelo escolar paulista (CARVALHO, 2011) que organizou a instrução pública de forma exemplar, analisamos esse processo no município que se efetivou a partir de um conjunto de escolas públicas e privadas, estaduais e municipais, primárias e secundárias. Procuramos responder qual teria sido a força do modelo escolar paulista no cenário local mais amplo e dar os primeiros passos no entendimento do que teria sido a escola em Piracicaba em um momento tão peculiar da História da Escola no Brasil. O recorte temporal proposto justifica-se por compreender neste período a reforma Caetano de Campos de 12 de

[3] Piracicaba o último município do Oeste paulista a se desvincular efetivamente do sistema escravagista de produção. A tão desejada libertação espontânea do município teve de esperar pela lei de 13 de maio de 1882 (Cf. PERECIN, 2004, p. 61).

março de 1890, que reorganizou a Escola Normal da Capital e converteu em escolas-modelos as antigas escolas anexas, e a Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, de reforma da instrução pública, geradoras do modelo escolar paulista, chegando até o momento da criação da *Universidade Popular de Piracicaba*, em 1910.

Uma importante ferramenta analítica aqui utilizada é a categoria "município pedagógico", proposta por Gonçalves Neto, entendida como "ação educativa do poder local" destacada em função do "caráter de centralidade que as elites locais dão a questão da educação e aos dividendos políticos, e também econômicos, que podem advir de iniciativas voltadas para a aproximação entre o povo e as letras" (2009, p. 163). Tomamos os devidos cuidados para não afirmarmos inadvertidamente a existência de uma autonomia municipal em termos de instrução na primeira república, particularmente no estado de São Paulo, quer seja em relação ao panorama político, quer seja em relação às limitações orçamentárias dos municípios, conforme nos adverte o autor. Além de procurar levar em consideração a possível "presença de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade local dessa obrigação", esta categoria inclui, segundo o autor mencionado, a "apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal" (GONÇALVES NETO, 2006, p. 14).

Entretanto, aos nos aproximarmos desse instrumental analítico, o fazemos mais pelas vias da proximidade que o município de Piracicaba mantinha com o poder estadual e federal no período analisado do que propriamente pela constituição de uma legislação descentralizadora que garantia ao município autonomia organizacional na gestão do ensino local. É prudente salientar que se trata do levantamento de algumas hipóteses que devem ser melhor verificadas ao longo da pesquisa que pretendemos desenvolver nos próximos anos, mas para as quais já encontramos evidências cabíveis para uma primeira abordagem.

Olhar para Piracicaba sob essa perspectiva é levantar questionamentos a respeito do papel de suas elites locais no processo de expansão escolar nos primeiros anos da República, analisando de que maneira suas ações no âmbito municipal ocupam um espaço vazio deixado pelos governos estadual e federal e permitem capitalizar ganhos econômicos e políticos para os que as realizam. Essa ação, no caso piracicabano, não se restringiu apenas às escolas públicas, mas também se espraiou pela esfera privada, como podemos observar. Trazer esta categoria para o âmbito do estado de São Paulo, considerando que ela foi gestada em pesquisa referente ao

estado de Minas Gerais, consiste não em "transportar" uma realidade para outra, mas em utilizar uma lente que permita direcionar nosso foco para as especificidades das ações de republicanos piracicabanos no âmbito do município, bem como observar de que maneira esse espaço geográfico permitiu a confluência de sujeitos e interesses comuns que favoreceram a expansão escolar acima apontada. Além disso, no âmbito da História da Educação, o uso dessa categoria permite uma valorização da dimensão local nos estudos da área.

Considerando a forte atuação do governo estadual de São Paulo na educação desse período, o olhar a partir do ponto de vista local torna-se um espaço de investigação da responsabilidade assumida pela municipalidade, conteúdo histórico ainda pouco investigado pelos historiadores da educação nesse estado, conforme apontado por Souza (2012, p. 43). Torna-se ainda desafio maior, visto que a atuação do Estado, se tomarmos, por exemplo, os números das matrículas na educação primária em 1910, era forte o suficiente para ter nosso olhar de historiador exclusivamente direcionado para ela. Souza (2012, p. 51), a partir da pesquisa de Ana Maria Costa, traz números como 99.203 alunos matriculados em escolas estaduais, 10.178 em escolas municipais e 36.786 em escolas particulares.

No entanto, se, no ano que tomamos por data final do recorte proposto neste texto, cerca de dois terços dos alunos frequentavam escolas estaduais, é justamente para o outro terço que voltamos nossos olhos, em busca de indícios de uma atuação municipal em Piracicaba não só para a construção de espaços de ensino públicos e privados de âmbito local, mas para trazer as escolas estaduais para o município.

Umas das peculiaridades do estado de São Paulo em relação ao de Minas Gerais é a existência do Conselho Municipal de Instrução, criado em 1874 pela legislação provincial,[4] que colocava representantes da Câmara Municipal na responsabilidade pela instrução primária no município. Partimos da hipótese de que esse Conselho teria levado a municipalidade à atuação direta quanto à criação, manutenção e provimento das escolas primárias.

[4] Art. 3.º - Fica creado em cada Municipio, onde fôr obrigatoria a instrucção primaria, um Conselho de Instrucção composto do inspector do Districto, Presidente da Camara Municipal e um cidadão nomeado pelo Presidente da Provincia, que tambem designara seu substituto.
Art. 4.º - Ao Conselho de Instrucção incumbe: [...]
§ 8.º - Promover. por todos os modos, o desenvolvimento da instruccão primaria. (SÃO PAULO: ALP Lei n° 9, de 22 mar. 1874).

PIRACICABA, O ATENEU PAULISTA

No início da década de 1880, Piracicaba era descrita, a partir do olhar da educadora estrangeira Martha Hite Watts,[5] como sendo uma cidade agradável formada por "algo entre cinco e oito mil pessoas", com "duas escolas públicas – uma para garotos e outra para garotas, e um grande número de escolas privadas" (MESQUITA, 2001, p. 33). Na virada para o século XX, com uma população de 25.374[6] pessoas, o município já apresentava um expressivo número de escolas que o elevaria à condição dos principais municípios do estado em matéria de educação. De acordo com os Relatórios apresentados pelo presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo de Moraes Barros, relativos ao triênio de 1899-1901, Piracicaba contava à época com 2.092 casas para uma população urbana estimada em 11.060 habitantes. Nesse período os relatórios apontavam para a presença de um contingente de 3.006 estrangeiros de várias nacionalidades que se somavam aos 8.054 brasileiros. Os relatórios apontam ainda para um contingente na faixa etária de 1 a 20 anos, representado por 4.835 pessoas. Piracicaba era então descrita como uma cidade com um potencial jovem bastante expressivo e com o predomínio de uma crescente classe média urbana (PIRACICABA, 1902, p. 31-32).

Uma série de quatro editoriais que circularam na *Gazeta de Piracicaba*[7] no mês de março de 1912, de autoria de M. J. Ribeiro Magalhães, indica que Piracicaba destinava um sexto de suas rendas públicas à manutenção de seu aparato escolar, sendo o segundo município paulista, em relação a uma população de 52.214,[8] em números de escolas (40) ficando atrás somente da capital, ultrapassando outras importantes matrizes culturais, tais como Santos, Campinas e Sorocaba.

De acordo com a historiadora piracicabana Marly Therezinha Germano Perecin, o sucesso do trabalho educacional em Piracicaba, no início do século XX, projetou-lhe o apelido de "Ateneu Paulista", referência feita pelo intelectual italiano Roberto Capri, autor de obras de divulgação sobre municípios do Estado de São Paulo, que assim qualificou a cidade: "Piracicaba puó inorgogliarsi di essere una delle città

[5] Impressão registrada em uma das primeiras cartas enviada aos Estados Unidos da América em setembro de 1881, por Martha H. Watts, fundadora do Colégio Piracicabano.

[6] Recenseamento federal de 1900.

[7] Piracicaba na Ponta, 28.03.1912; 29.03.1912; 30.03.1912; 31.03.1912.

[8] *Annuário Estatistico do Brasil*, anno I, 1908-1912.

paoliste, ove l'instruzione è tenuta in altissimo conto: si puó considerare L'Ateneu pauliste"[9] (CAPRI *apud* PERECIN, 2005, p. 14).

Os Relatórios do presidente da Câmara Municipal para o triênio de 1899-1901 descrevem neste período um fato bastante curioso. De acordo com esse documento, aproximadamente 5.555 pessoas sabiam ler, ou seja, para uma população urbana estimada em 11.060 habitantes, esse número representava algo próximo à metade da população, o que, mesmo para o mais otimista propagandista republicano, era um número bastante elevado para as expectativas da época. É necessário comparar essa informação com outros Relatórios e/ou considerar esses dados como uma construção e procurar compreender o que o conceito de leitura e de leitor significava para as pessoas daquela época. O que temos no momento são dados que podem até, no futuro, vir a confirmar esses números. Dispomos de informações que, já no período imperial, mais precisamente no ano de 1836, Piracicaba "abrigava o maior número de pessoas que sabiam ler e escrever de todos os núcleos do interior da Província" (NEME, 1974, p. 184). Com uma população estimada em 10.291 habitantes, as pessoas que sabiam ler e escrever eram contadas em 395. Para ficarmos apenas nas comparações com outros núcleos, transcrevemos aqui o restante da informação: "Itu e Porto Feliz, velhos centros de colonização, acusavam, respectivamente 11.146 e 11.293 habitantes e 166 e 214 pessoas que sabiam ler e escrever. Curitiba, ainda da Província de São Paulo, apresentava 16.157 habitantes e 152 pessoas alfabetizadas" (NEME, 1974, p. 184).

No que diz respeito às práticas de leitura no município, sabe-se que, em 28 de fevereiro de 1892, menos de uma década antes dos Relatórios da Câmara citados, inaugurava-se o Gabinete de Leitura, a segunda biblioteca pública da cidade, localizada na rua Prudente de Morais, na casa de seu presidente, o senhor José Miguel de Andrade.[10]

Os Relatórios consideram para o período "bastante animador o estado atual da instrução no município, quer na parte devida à acção do Estado, quer na parte devida à acção da Câmara Municipal, quer na parte devida à acção particular" (PIRACICABA, 1902, p. 6) e assinala que todas as casas de ensino interessam direta ou indiretamente

[9] Piracicaba pode se orgulhar de ser uma das cidades paulistas em que a instrução é tida em altíssimo nível; ela pode ser considerada o Ateneu Paulista. (tradução nossa)

[10] A primeira biblioteca pública foi erigida em 1873.

à administração municipal. A partir dos Relatórios e das pesquisas já realizadas sobre a escolarização em Piracicaba, temos informações sobre a existência nos primeiros anos da República de estabelecimentos mantidos por diferentes instâncias (Estado, Município e particulares) e de diferentes modalidades (Grupos Escolares, Escola Complementar e Escolas Isoladas).

No campo cultural, Piracicaba contava com um Gabinete de Leitura, dois Grupos Escolares, uma Escola Complementar, o Colégio Piracicabano (Metodista), o Colégio Nossa Senhora Assunção (Católico), Escolas Isoladas estaduais, municipais e particulares, duas Escolas Noturnas (ELIAS NETTO, 2000, p. 65). Além da Sociedade Propagadora da Instrução,[11] há registros da inauguração, em 13 de maio de 1898, da Escola mantida pela Sociedade Egualitaria Instructiva, formada por negros para atender aos negros. Tal instituição recebia apoio da Diretoria Geral de Instrução Pública, por força da Lei nº 1.117, de 27 de dezembro de 1907, para a manutenção de uma escola privada. A Egualitaria funcionava, em 1908, na Rua do Comércio, número 175, e tinha tamanha expressão que foi mencionada em artigos da revista *O Solo*.[12] Ainda em 1901, a cidade ganhou sua primeira Orquestra Sinfônica, pela iniciativa do maestro Lázaro Lozano, percussor do Canto Orfeônico nas Escolas Normais Paulistas. Piracicaba contava ainda com algumas livrarias e um grande espaço cultural: o Teatro Santo Estevão. Em 1901 foi criada, por Luiz de Souza Queiroz, a Escola Prática Agrícola, de início uma escola secundária que logo após passou a ser superior, sendo a primeira do gênero no país. Para atuar nessas instituições, homens e mulheres dos Estados Unidos e de países europeus foram chamados.

No início da década de 1900, no quadro apresentado pelos Relatórios da Câmara, verificava-se que Piracicaba tinha 22 estabelecimentos de instrução distribuídos entre a zona urbana e a zona rural, com um total de 1.881 alunos matriculados. Sobre esses números assim expressava-se o presidente da Câmara:

> Pelo recenseamento realizado na cidade feito em 1900 verificou-se ser 2.372 o número da população escolar urbana, de sorte que existem ainda em Piracicaba 585 crianças que não receberam instrucção alguma, e destes

[11] Iniciativa da Maçonaria Republicana que tinha por objetivo disseminar a instrução pública pelos municípios paulistas.

[12] Iniciativa dos alunos do Centro Acadêmico da Escola Agrícola (atual Esalq/USP).

> mais de 300 que não recebem porque não encontram logar nas escolas. Si, das cidades do interior do Estado é Piracicaba a que conta maior número de estabelecimento de instrucção, é certo que, para conseguir esse resultado, a sua Camara Municipal não tem poupado sacrifícios e esforços, devendo ser citada, entre outros, a lei que izenta de impostos os diretores e professores de collegios e escolas. O orçamento vigente consigna á verba de 8.000$ para a instrucção pública. Esta verba excede de muito as necessidades das despezas com as escolas existentes, portanto, facilita o provimento de novas. (PIRACICABA, 1902, p. 13)

Em 1910, atores ligados a boa parte dessas instituições criaram a *Universidade Popular de Piracicaba* (UPP), que tinha como propósito levar à população aquilo que se ensinava nos colégios e nas faculdades, possuía forte traço positivista e via na organização social o melhor caminho para o desenvolvimento completo do gênero humano. A função desta instituição era levar formação àqueles que não tiveram acesso à escolarização em idade própria. Daí sua importância no contexto deste trabalho. Mais do que alfabetização, a preocupação era com a formação para o trabalho e para a vida prática e cultural.[13]

A UPP fora idealizada por Jacques Arié,[14] professor da antiga Escola Agrícola de Piracicaba, que foi seu primeiro Presidente. Foi ao lado de Sebastião Nogueira de Lima,[15] delegado de polícia da cidade, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, que Arié concretizou a ideia. As universidades populares já eram uma realidade na França e na Bélgica quando Arié veio ao Brasil, o que pode explicar sua ligação direta com a experiência no país de origem. A Universidade Popular

[13] Parte do texto aqui exposto sobre a UPP pertence originariamente ao trabalho intitulado "Universidade Popular de Piracicaba: a vulgarização do ensino", apresentado no VII Congresso Brasileiro de História da Educação por Ana Clara Bortoleto Nery e Cesar Romero Amaral Vieira (2013).

[14] Engenheiro agrônomo francês, contratado para a cadeira de Química da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (atual Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP) entre 1905 e 1909, organizou o laboratório de Química da instituição. Posteriormente, foi pesquisador do Instituto Biológico de São Paulo.

[15] O Desembargador Sebastião Nogueira de Lima formou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em 1904. Foi delegado de polícia em Piracicaba, entre 1907 e 1913. Em 1945, foi Interventor Federal do Estado de São Paulo.

chegou a constituir uma biblioteca[16] aberta ao público, e esse acervo continuou a existir após a sua extinção.

Ao contrário de outras experiências congêneres criadas em território nacional, a UPP permaneceu ativa por 4 anos. Teve sede própria, com estatuto registrado em cartório, o que demonstra a aposta de seus fundadores no êxito da instituição. A UPP recebia recursos do município, conforme expresso no trecho seguinte.

> A esphera, porem, em que a brilhante orientação, que rege os destinos desta terra privilegiada, mais tem feito sentir a sua benefica influencia, é a que toca á instrucção publica. Ora pondo em acção o seu prestigio para a obtenção, da parte do governo estadual, de estabelecimentos de ensino secundario que enriquecem a cidade e de escolas primarias que se disseminem pelos bairros mais distantes do municipio; ora animando e auxiliando pecuniariamente a iniciativa particular, por meio de subvenções mensaes como as que paga á Beneficente Operaria, á Egualitaria Instructiva, ao Externato S. Coração de Jesus e a Universidade Popular; ora auxiliando a construção de verdadeiros palacios escolares, ou adquirindo-os por conta propria para offerecel-os ao Estado, como nos casos do grupo escolar "Barão do Rio Branco", da Escola Normal, e do grupo modelo "Moraes Barros", ora finalmente, creando e mantendo escolas primarias destinadas a suprir os bairros em que ainda não se puderam installar escolas estaduaes – a Camara não tem neste particular medido esforço algum. E facto é que de nada se esquece: ao lado das escolas, que vão minorando os males do espirito, acoroçoa com egual empenho, prestigiando-os e subvencionando-os, os hospitais que suavisam os males do corpo. (CAPRI, 1914, p. 156)

Olhando para esses dados, a partir da categoria "município pedagógico", vemos que Piracicaba iniciou o século XX de forma peculiar, num cenário nacional marcado por altos índices de analfabetismo. Um dos berços do movimento republicano, esta foi a cidade escolhida por Prudente de Moraes Barros para viver desde que

[16] Posteriormente, parte desse acervo foi incorporada à biblioteca da Escola Normal de Piracicaba. É bem provável que alguns de seus livros tenham chegado ao acervo da biblioteca da Escola Normal pelas mãos de um de seus membros ligado à Universidade Popular. Parte dos membros da UPP eram professores da Escola Normal de Piracicaba, entre eles Lázaro Lozano, Honorato Faustino e Antonio Firmino de Proença.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 137 11/8/2015 16:20:39

se formou em Direito, em 1864.[17] Sua base política foi plenamente alicerçada nesta cidade. Podemos apontar para um contingente de ações na área de instrução apoiadas por uma confluência de sujeitos e forças políticas que, há várias décadas, vinham atuando de modo a fazer de Piracicaba um município com tão grande número de letrados. Além disso, se retomarmos a citação que fizemos dos Relatórios da Câmara, o fato de ter sido criado um instrumento legal de isenção de impostos para diretores e professores é um forte indício da atuação municipal para trazer esses profissionais para Piracicaba. Lembremos, que, conforme Souza (2012, p. 40-41), em 1904, o presidente Bernardino de Campos viria a apontar para a escassez de professores no interior do estado. Diante desses fatos, é possível conjecturar que a Câmara Municipal de Piracicaba já estivesse atuando diante dessa necessidade que já estava premente nos municípios do interior, mas que só viria a ser reconhecida pelo governo estadual alguns anos depois.

A PRESENÇA DO PODER PÚBLICO NA INSTRUÇÃO PIRACICABANA

Não podemos, no entanto, dizer de uma ausência do Estado na educação piracicabana. Como município paulista, Piracicaba estava sob o âmbito legal de um conjunto de reformas na instrução pública estadual. O estado de São Paulo instituiu de imediato um modelo de escolarização primária após a proclamação da República. A reforma da Escola Normal e a criação do Grupo Escolar e das Escolas Modelo constituíram-se no modelo escolar paulista. Marta Carvalho ampliou esse conceito, utilizando-o como ferramenta de descrição e análise. Para a autora, o modelo escolar paulista constitui-se a partir de três elementos: uma pedagogia, uma política e uma estratégia de formação docente articuladas segundo uma lógica regida pelo "primado da visibilidade" (CARVALHO, 2011, p. 185). Geradas a partir de ideias republicanas de escolarização, tendo por eixo a prática exemplar de bons modelos e a reprodução destes, a escola paulista foi erigida a partir de uma Escola Normal da Capital, cuja pedagogia apoiava-se no método intuitivo, no qual a formação pedagógica do aluno ocorria a partir de observações de boas práticas, nas Escolas Modelo. Tais práticas

[17] Primeiro governador do estado de São Paulo (1890), em sua administração foi feita a nomeação de Caetano de Campos na direção da Escola Normal da Capital e solicitada uma reforma da Instrução Pública. Tornou-se o primeiro presidente civil do Brasil, eleito em 1894. Foi membro do Partido Republicano Paulista e da maçonaria.

deveriam ser disseminadas pelas escolas primárias. Essa lógica de constituição deu sustentação às reformas da instrução pública que se sucederam à Reforma Caetano de Campos (1890).

As primeiras escolas públicas instaladas em Piracicaba foram as escolas isoladas, ainda no período imperial. Em 1894, por meio do Decreto nº 248, de 26 de julho, foi criada a Escola Primária Graduada no estado de São Paulo e, em 1897, Piracicaba recebe o Primeiro Grupo Escolar. Este possuía prédio próprio que foi construído com os auspícios da Câmara Municipal. A Câmara também adquiriu o prédio para a construção do Segundo Grupo Escolar e outro para a Escola Complementar.[18]

O Primeiro Grupo Escolar – Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a partir de 1907 – foi instalado a 13 de maio de 1897, num prédio projetado pelo arquiteto Victor Dubugras.[19] A escola funcionava em 1908 com nove classes e havia formado uma média anual de 37 alunos até 1907. Atendia meninos e meninas, num prédio simétrico, que possuía entradas para cada um dos sexos, nos polos opostos da fachada principal. Já o Segundo Grupo Escolar foi criado por decreto de 5 de março de 1900 e no mesmo ano foi alterado para Grupo Escolar Moraes Barros. Segundo o *Annuário do Ensino* de 1907, o

> grupo começou a funcionar em 4 de agosto de 1900, na rua Piracicaba, em prédio particular alugado e adaptado pela Câmara Municipal. Em outubro de 1903, a Câmara Municipal empreendeu a construção de um novo prédio, que foi oferecido ao Governo com a condição de nele instalar o grupo. Em 24 de fevereiro de 1905, foi inaugurado esse edifício, com capacidade para 450 alunos, situado na Praça Tibiriçá. (p. 223)

Quanto às escolas municipais, em 1907, segundo dados do *Annuário do Ensino* de 1907, Piracicaba possuía sete escolas primárias masculinas e duas escolas primárias mistas. Frequentavam tais escolas 278 alunos, sendo 231 meninos e 47 meninas (p. 74). Tudo indica que tais escolas eram mantidas pelo poder municipal.

[18] A Câmara Municipal será responsável a partir de 1913 pela construção do prédio da Escola Normal Primária de Piracicaba. Como a construção ocorreu durante a 1ª Guerra Mundial, os cofres públicos ficaram zerados durante a construção.

[19] Professor da Escola Politécnica de São Paulo, atuou ao lado de Ramos de Azevedo, no Banco União.

O relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, João Lourenço Rodrigues, publicado no mesmo *Annuário*, ao propor a suspensão das escolas estaduais onde havia concorrência de escolas municipais, justifica tal ato ao informar que a

> suspensão parece-me preferível á deslocação das escolas municipais, em cuja conservação há vantagem, pois ellas constituem uma preparação para o regimen de municipalidade do ensino, cuja adopção se impõe, dado o crescimento rapido da população escolar, para a qual serão sempre insuficientes as escolas do Estado. (p. 38)

Há nesse trecho a indicação de que a municipalização do ensino era cogitada enquanto possibilidade de atendimento da população em idade escolar. Há ainda, em outro trecho desse Relatório (p. 41), a indicação de que Piracicaba era um dos poucos municípios onde o Inspetor Escolar Municipal – professor de escola primária estadual, que exercia o trabalho de inspeção municipal nas escolas públicas estaduais, sob ação do poder público municipal – agia segundo os ditames da lei, cuidando para o êxito das escolas públicas.

Ainda sob os auspícios das reformas empreendidas no início da República em São Paulo, foi criada a Escola Complementar de Piracicaba. Como a segunda, dessa modalidade, a ser instalada no interior de São Paulo, representou os passos iniciais de um processo de modernização pelo qual a cidade se tornaria referência nacional. Tendo Paulo de Moraes Barros – filho do senador Manoel de Moraes Barros e sobrinho de Prudente de Moraes – como um dos responsáveis pela vinda desse tipo escolar, temos aí uma representação das ideias do PRP que tinha como mote a difusão dos princípios de modernização, urbanização e nacionalização da sociedade derivados do republicanismo. O ambiente que preside esse momento inicial da República no Brasil

> torna as cidades o *lócus* privilegiado desse fazer histórico, institucionalizando então a luta republicana. Piracicaba figura entre as cidades que protagonizaram essa transição. Seguramente a "administração modelo" do PRP nos primeiros decênios e o bairrismo piracicabano, versão local da onda nacionalista dos anos 20, são ilustrativos da estruturação do poder dos republicanos: a construção do monolitismo político e o "aburguesamento" da sociedade, reordenando o espaço urbano, definindo suas funções, segregando a população. (TERCI, 2009, p. 4)

A Escola Complementar foi instalada num prédio construído pela Sociedade Propagadora da Instrucção – onde inicialmente funcionou uma escola dirigida pela Sociedade – e adquirido pelo poder público municipal para abrigá-la. Parte da compra foi efetuada pelo então senador Manoel de Moraes Barros, com cinco contos de réis. Era aberta a meninos e meninas que ocupavam espaços distintos no prédio, uma vez que a coeducação dos sexos não existia até então.

A primeira turma formou-se em 1900. Na organização pedagógica havia o mesmo número de professores e professoras, ao lado do diretor. Os alunos eram provenientes de várias cidades do interior, como Araraquara, Capivari, Itu, além de Piracicaba. Foram professores desta escola, entre outros, Antonio Firmino de Proença, Juvenal Penteado, Honorato Faustino, Antonio Alves Aranha e Escolástica do Couto Aranha, todos egressos da Escola Normal da Capital. Dentre seus alunos que mais se destacaram no cenário paulista, Sud Mennucci, Fabiano Lozano, Thales Castanho de Andrade, Brenno Ferraz do Amaral e Leo Vaz[20] (estes dois últimos, articulistas do jornal *O Estado de S.Paulo*). Na cidade de Piracicaba, os professores de destaque formados pela Escola Complementar foram Olívia Bianco e Pedro Crem.

A Escola Complementar de Piracicaba ficou marcada na memória da cidade. Ela já deve ter nascido como instituto de formação de professores e não como prolongamento do ensino elementar, ao contrário do que desejava parte da sociedade local que, de início, solicitava a instalação de um ginásio. Apesar de a Escola Normal Primária representar um novo tipo de formação, a Escola Complementar marca o início dessa formação.

O fato é que a Escola Complementar ofertava o corpo docente dos dois Grupos Escolares da cidade em 1910. No Grupo Escolar Barão do Rio Branco, incluindo o diretor, havia sete adjuntos complementaristas e apenas um adjunto normalista. Já no Grupo Modelo Moraes Barros, eram 17 adjuntos complementaristas contra um adjunto normalista e o diretor também normalista.

Piracicaba chega a 1910 com uma população total de cerca de 48.800 pessoas. De acordo com o *Annuário de Ensino* de 1909/1910 (p. XXIV), 44% da população em idade escolar estavam matriculados na escola. Destes, havia 2.115 alunos matriculados

[20] Em sua juventude piracicabana, foi companheiro, também, de Sud Mennucci, Thales de Andrade, Lourenço Filho, formando o poderoso grupo intelectual que, de Piracicaba, chamou a atenção do Brasil, aquele que, muito tempo depois, J. M. Ferreira chamaria de o "*Bloomsbury* Caipira".

em escolas estaduais, distribuídos em 28 classes em Grupos Escolares e 16 Escolas Isoladas. 309 alunos estavam matriculados em escolas municipais e 671 em escolas particulares.

São números que ressaltam a participação do Estado na instrução piracicabana. A princípio, essa presença poderia inviabilizar a utilização da denominação "município pedagógico" para essa cidade. No entanto, utilizá-la como categoria permite que direcionemos nossa atenção para as forças locais. Mesmo nas iniciativas estaduais, vimos a ação de sujeitos que capitalizaram politicamente o espaço oferecido pelo modelo educacional paulista, trazendo para Piracicaba os Grupos Escolares e a Escola Complementar.

Entretanto, podemos direcionar nossa lente para fora do âmbito público, observando as iniciativas particulares. Como projetos missionários, elas também são iniciativas locais. Elas são ações que articulam grupos religiosos internacionais com interesses piracicabanos e receberam apoio da Câmara Municipal para funcionarem.

ESCOLAS MANTIDAS PELAS INICIATIVAS DE PARTICULARES

Quanto aos "colégios e escolas particulares", Piracicaba contava nas duas primeiras décadas republicanas com algo em torno de dez instituições. Algumas particulares, com pouco tempo de instalação, deixaram de existir, como nos certifica Guerrini (2009), ao retratar que o *Colégio Ipiranga* fecharia sua portas, na década de 1890, após cinco anos de existência.

Ao lado das escolas estaduais e municipais com ensino gratuito, figurava ainda a *Escola Egualitária Instructiva*, com instrução primária e secundária voltada para o sexo masculino. Funcionava em período noturno e era em geral constituída por negros operários e menores. Possuía também uma classe de música, mista, regida pelo sr. Hermogenes Conceição. Havia também a *Escola Cooperativa da Fábrica de Tecidos*, fundada por ex-proprietários da fábrica, que se destinava aos funcionários, sendo, portanto noturna; e a *Universidade Popular*, que mantinha "aulas diversas de línguas, sciencias e litteratura" (CAPRI, 1914, p. 160).

A *Escola dos Capuchinhos* também era gratuita, dirigida por frades capuchinhos e atendia a um expressivo número de alunos, o que levou o presidente da Câmara a expressar em seu relatório a necessidade da construção de mais um grupo escolar e novas escolas públicas para atender a demanda existente "onde seja ministrada a salutar instrucção leiga" (PIRACICABA, 1902, p. 12).

Entre os estabelecimentos gestados pela iniciativa particular são registradas duas escolas de alto padrão – o *Colégio Piracicabano* (1881), de origem protestante, e o *Colégio Assunção* (1893), católico, fundado pelas irmãs de São José de Chambery –, ambas fundadas nas duas últimas décadas do século XIX e que se estabeleciam como modelos de organização escolar e pedagógico.

Segundo pesquisa realizada por Vieira (2011, p. 283),

> as sementes do Colégio Piracicabano foram plantadas em 1879, através da iniciativa das irmãs Newman, filhas do imigrante norte-americano rev. Junius Eastham Newman, morador na região de Piracicaba desde 1869, que com apoio dos irmãos Manoel e Prudente de Moraes recebeu convite para transferir-se para Piracicaba, a fim de abrir uma escola que se dirigisse à instrução da mocidade daquela localidade.

Prudente de Moraes era Deputado Estadual à época e já havia exercido os cargos de vereador e de chefe do Legislativo na antiga Vila da Constituição (denominação de Piracicaba até 1865). A sugestão desse convite está impressa na carta que o rev. John James Ransom enviou a *Board of mission*, reproduzida anos mais tarde na *Gazeta de Piracicaba*:

> Um advogado de renome dessa cidade escreveu ao irmão Newman estimulando-o a abrir um Colégio lá [Piracicaba]. O meu plano é ir a Piracicaba conseguir pensão em casa de alguma família brasileira educada e logo que for possível, abrir uma escola para brasileiros. [...] O nosso advogado promete exercer sua influência e tem certeza de nosso sucesso. [...] Logo que for aberta nossa escola o irmão Newman virá para Piracicaba e teremos a senhorita Annie Newman na escola [...]. (GAZETA DE PIRACICABA, 13 set. 1959)

Conforme indicado anteriormente neste texto, o Conselho Municipal de Instrução, criado em 1874, tinha como membro o presidente da Câmara Municipal. É provável que Prudente de Moraes tenha exercido sua influência como ex-presidente e, sabedor da situação escolar do município, agiu em conformidade com suas convicções republicanas.

Em junho de 1879, foi inaugurada a primeira escola metodista com dez alunas, com o nome de Colégio Newman. Apesar do otimismo inerente a essa empreitada,

a escola permaneceu em atividade por menos de um ano. Annie Newman,[21] filha do reverendo Newman e principal responsável pelas iniciativas pedagógicas, morreu de febre amarela na capital do império no mês de julho de 1880. Apesar da curta duração, essa escola lançou as bases que propiciariam a escolha de Piracicaba para a fundação do Colégio Piracicabano, um ano depois do fechamento da primeira iniciativa, em 13 de setembro de 1881.

A importância desse colégio costuma ser lembrada por quem se volta para a História da Educação na região, sobretudo no que se refere ao currículo escolar que incorporará uma série de conteúdos inéditos na reforma da instrução pública do estado de São Paulo (Cf. BARBANTI, 1977; MESQUIDA, 1994; VIEIRA, 2011).

Segundo Vieira (2011), um indício da influência direta que o Colégio Piracicabano exerceu na reforma da instrução pública no estado de São Paulo encontra-se registrado na declaração do inspetor de instrução pública, João Sampaio. Para ele, o Colégio Piracicabano:

> foi, por assim dizer, a cellula mater da reforma da instrução pública em S. Paulo. Foi alli que o Dr. Prudente de Moraes poude ver e apreciar as applicações da moderna pedagogia, importada dos Estados Unidos, preparando o seu espírito para a grande obra que teve ocasião de iniciar, como governador do Estado, auxiliado por Caetano de Campos. (SAMPAIO *apud* PROSPECTO DO CP., 1913, p. 4)

Palavras reafirmadas anos mais tarde em seu discurso, como ex-aluno, em comemoração ao 77º aniversário desse educandário, em 1958. Nessa ocasião, João Sampaio, mais uma vez, ao falar da Reforma da Instrução Pública paulista, enfatizou que o "embrião dessa Reforma foi o Colégio Piracicabano". De acordo com suas declarações, o então governador "Prudente de Moraes, inspirado pelo exemplo vivo do sistema norte-americano, idealizou o plano da Reforma, cujo desenvolvimento foi uma das bases da grandeza de São Paulo" e estendeu essa influência alegando que "a organização educacional de São Paulo, no decorrer do tempo, serviu de padrão a todas as outras unidades da Federação. E assim se tornou uma obra nacional" (SAMPAIO, 1958, p. 13-14).

[21] Annie Ayres Newman foi professora do Colégio Pestana, na cidade de São Paulo, no período de 1876 a 1878, período este em que Francisco Rangel Pestana era diretor daquele estabelecimento.

Vinte dias após o lançamento da pedra fundamental para a construção do prédio do Colégio Piracicabano, foi divulgada a notícia da bênção do marco inicial para a construção de um Colégio católico. Assim como o protestante, esse colégio seria destinado a meninas. De acordo com os estudos dirigidos por Soares (2014, p. 74), o jornal *Gazeta de Piracicaba* trouxe, em 1883, uma nota a este respeito: "Collegio para meninas – ante-hontem à tarde teve lugar a bençam e lançamento da primeira pedra para a construcção do collegio para meninas, junto à Igreja da Boa Morte, d'esta cidade" (GAZETA DE PIRACICABA, 28 fev.1883, p. 2). Segundo Soares (2014), fica evidente a preocupação das lideranças católicas de Piracicaba com a crescente presença protestante na cidade, e o estabelecimento do Colégio Piracicabano era a porta de entrada.

Não obstante o ato de lançamento da pedra fundamental e as manifestações de apoio à obra educativa, a construção definitiva demoraria ainda muitos anos para se concretizar, devido aos recorrentes problemas financeiros enfrentados que obstaram sua continuidade. Em novembro de 1886, foi cogitada a intenção de se entregar a administração do colégio à congregação das Irmãs de São José de Chambery (GAZETA DE PIRACICABA, 30 nov., p. 3). As irmãs de São José eram as mantenedoras do colégio de Nossa Senhora do Patrocínio, localizado em Itu, cidade da região marcada pela grande presença do ensino católico (Cf. SOARES, 2014, p. 82).

Como o Colégio Assumpção só viria a estar pronto sete anos após sua transferência para a congregação, a *Gazeta de Piracicaba* não se furtou a reclamar sobre a demora na conclusão da obra, em notas escritas nos anos de 1887 e 1888, referindo-se à construção como um edifício abandonado, acumulando "mato", "letreiros" e alvo de imoralidades (GAZETA DE PIRACICABA, 17 e 19 jul.1887; 06 jan. 1889).

Soares, ao fazer o levantamento que subsidia nossa discussão sobre esse colégio, chama a atenção para a completa inexistência de notícias sobre o início de seu funcionamento na *Gazeta de Piracicaba*. Destaca que a primeira notícia veiculada em suas páginas só é feita no ano de 1894, quando o colégio já estava em funcionamento, em um artigo sobre a possibilidade de criação de Escolas Normais[22] na região (SOARES, 2014, p. 83):

[22] Conforme anteriormente citado, Piracicaba não recebeu uma Escola Normal, mas sim uma Escola Complementar, em 1896.

> Não ha negar que os alumnos da Propagadora da Instrucção e as alumnas do Collegio Piracicabano sem fallar no Collegio Assumpção, ainda noviço – tem preparo egual, se não melhor do que proporcionam as escolas annexas ás normaes. (GAZETA DE PIRACICABA, 1º ago.1894, p. 1)

Ambos os colégios, o Piracicabano e o Assunção, continuam ainda hoje na mesma rua onde foram instalados no final do século XIX.

Havia ainda outros colégios, um pouco menores, a respeito dos quais poucas informações foram encontradas. É o caso do *Colégio Tristão Mariano*, para ambos os sexos; da *Escola Luiz de Queiroz*, destinada exclusivamente aos funcionários da fábrica de tecido Santa Francisca; *Escola Fluminense*, só para adultos do sexo masculino; *Escola Italiana Humberto I*, da rua da Direita; *Escola Instrução da Sociedade de Mutuo Socorso*, que também atendia exclusivamente a meninos; *Escola Particular*, mista*; Escola da Dona Eulalia Pinto*, externato misto; *Aula Mixta Particular*, escola de instrução primária; *Escola de Dona Guilhermina Huffen Becher*, que se dedicava à educação de meninas; *Externato Huffenbaecher*, de instrução primária e secundária, destinado ao sexo feminino, mas que admitia meninos de bom comportamento menores de 10 anos; *Colégio Ypiranga*, antigo Colégio Rosa; e *Colégio Perseverança*, feminino, com ensino dividido em infantil, preliminar, secundário e especial (CAMARGO, 1899, p. 149-155), entre outras iniciativas que não ainda não foram localizadas.

O poder público local participou direta ou indiretamente da implantação desses colégios e escolas no município. Conforme exposto anteriormente, a Câmara Municipal subsidiou, ainda que por pouco tempo, algumas dessas escolas.

Retomando os dados apresentados no *Annuário do Ensino* de 1910, vemos que naquele ano Piracicaba tinha uma população de 48.800 pessoas. Havia 2.115 alunos matriculados em escolas estaduais, sendo 28 classes em Grupos Escolares e 16 Escolas Isoladas, 309 alunos matriculados em escolas municipais, 671 matriculados em escolas particulares, com uma porcentagem de 44,4% da população em idade escolar matriculados na escola (SÃO PAULO, [191?], p. XXIV). Tais dados indicam que, mesmo após a implantação dos Grupos Escolares – que passaram a atender a maior parte da população –, o município só conseguia atingir menos de 50% da população em idade escolar. Assim, podemos supor que apenas com as escolas que possuía na primeira década republicana não teria sido possível atingir os índices oficiais divulgados pela municipalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O "MUNICÍPIO PEDAGÓGICO" DE PIRACICABA

Desde o alvorecer da República, a municipalidade toma a frente no processo de fazer de Piracicaba uma cidade escolarizada. Seja pela ação da Câmara Municipal, dos políticos locais na Assembleia Estadual, ou pela iniciativa particular, por meio de missões confessionais, Sociedade Propagadora da Instrução Pública ou da Egualitária Instructiva, o fato é que a cidade é uma das primeiras do estado de São Paulo a receber o Grupo Escolar e a Escola Complementar, além do número significativo de escolas particulares e de abrigar, no final do período deste estudo, uma iniciativa peculiar no país: a Universidade Popular de Piracicaba. Os Grupos Escolares e a Escola Complementar foram reinvindicações da Câmara Municipal que também adquiriu os três prédios. Não é só pelo número de escolas que Piracicaba se destaca. Há que se considerar ainda que as escolas primárias (isoladas e grupos escolares) eram providas por professores normalistas e complementaristas, pelo menos a partir de 1907. Não encontramos dados sobre presença de professores leigos, mas sim de escolas não providas. A Escola Complementar parece ter um importante papel nesse quadro, fazendo jus ao modelo escolar paulista.

Sud Mennucci, ao propor que Piracicaba seja o primeiro município em instrução primária do Brasil, em 1921, o fará preocupado com a zona rural. Segundo Mennucci, a cidade já estava provida de muitas escolas primárias, mas não o município, uma vez que a zona rural ainda tinha um número pequeno de escolas. A crítica de Mennucci recai no fato de que, se a "zona rural permanecia ainda semi-esquecida e bem que se contassem ás dezenas as escolas rurais, pertenciam elas ao tipo de escolas isoladas" (MENNUCCI, 1934, p. 16). O problema não era o número de escolas rurais, e sim o modelo de escola.

Sob a ótica da categoria "município pedagógico", questionamos a relevância que a ação do município teve no processo de expansão escolar em Piracicaba num período em que, "apesar do municipalismo ter sido encampado como um dos princípios republicanos, a sua real implementação acaba por não ocorrer na República, caminhando-se para um processo de centralização que resulta num poder quase absoluto em suas fronteiras, que será a base da 'política dos governadores'" (GONÇALVES NETO, 2009, p. 170). Ou será que se pode pensar que, por possuir uma expressiva representação republicana no período, conduzida pelos irmãos Prudente e Manuel de Moraes Barros e Paulo de Moraes Barros, filho de Manuel Moraes Barros, entre outras lideranças, o

Município de Piracicaba manteve um poder local "com capacidade de tomar iniciativas políticas, discutir e editar leis, em complemento ou para além das atribuições concedidas pelo estado" (GONÇALVES NETO, 2009, p. 171). Cremos que esta é uma hipótese a ser considerada e que requer ainda uma investigação mais apurada.

Se o município pedagógico em Minas Gerais surge na ocupação de um vazio legal e a ausência de um modelo educacional entre o início da República e a primeira reforma da instrução pública do estado em 1906, o mesmo não ocorreu em Piracicaba. Além de São Paulo ter, logo no alvorecer republicano, organizado um sistema escolar modelar, a província de São Paulo, a partir da lei que cria o Conselho Municipal de Instrução, acaba por delegar aos municípios a responsabilidade sobre a escolarização elementar. No entanto, com essa categoria, vemos a força da elite local capitalizando especialmente ganhos políticos com uma ação municipal que construiu uma imagem de cidade dedicada à instrução e à cultura. Não podemos desconsiderar o papel dos Moraes de Barros que, de algum modo, atuaram localmente para obterem frutos em âmbito nacional. Piracicaba, como nicho republicano, poderia ser um trampolim para ascensão nas esferas estadual e nacional. Não obstante, há uma confluência de forças locais de diversas matrizes reunidas sob o ideal republicano, inseridas num movimento missionário protestante e católico, associadas a um poderio econômico agrícola e organização de sociedades civis laicas. Tudo isso construído sob a égide do "Ateneu Paulista", abrindo espaço para um alto índice de alfabetização.

Não foi uma resposta a uma omissão do Estado[23] na educação. No entanto, Piracicaba foi um município pedagógico na medida em que ajudou a construir o republicanismo e aproveitou o espaço criado pelo modelo educacional paulista para dar corpo às iniciativas dos entusiastas pela educação.

[23] Não trouxemos para o texto a questão eleitoral. A Constituição de 1891 torna os alfabetizados eleitores, o que pode ter motivado as forças políticas locais a ampliação do número de alfabetizados em seus redutos eleitorais.

REFERÊNCIAS

BARBANTI, Maria Lúcia. *Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo*: um estudo de suas origens. 1977. 228 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FEUSP, São Paulo, 1977.

CAMARGO, Manoel de Arruda. *Almanak de Piracicaba 1900*. São Paulo: Tipografia Hermes & Irmãos, 1899.

CAPRI, Roberto. *Piracicaba, São Paulo, Brasil.* Roma: Poliglota "Mundus", 1914.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista. *In*: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (Org.). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: EDUSP, 2011. p. 187-216.

ELIAS NETTO, Cecílio. *Memorial de Piracicaba*. Século XX. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba; Jornal de Piracicaba; Universidade Metodista de Piracicaba, 2000.

GAZETA DE PIRACICABA. 1883-1910.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano. *História da Educação*, Pelotas, v. 13, n. 28, p. 159-185, maio/ago. 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a história da educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. *In*: LOMBARDI, José Claudinei. *Navegando na história da educação brasileira.* Campinas: Faculdade de Educação-UNICAMP, 2006. (CD-ROM).

MANOEL, Ivan Aparecido. *Igreja e educação feminina (1859-1919)*: uma face do conservadorismo. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1996.

MENNUCCI, Sud. *Aspetos piracicabanos do ensino rural.* São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1934. p. 13.

MESQUITA, Zuleica. *Evangelizar e civilizar:* Carta de Martha Watts, 1881-1908. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2001. Versão bilíngue.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça:* o lado noturno das luzes. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

MORAES BARROS, Manuel. Piracicaba Estado Presente. *Almanak de Piracicaba para o ano de 1900*. São Paulo, 1899.

NEME, Mario (Org.). *Piracicaba* – Documentário 1936. Para propaganda da cidade e do município. Editado por João M. Fonseca, 1936.

NEME, Mario. *História da Fundação de Piracicaba*. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Em busca do elo perdido*: a ação reformadora de Oscar Thompson e a formação de professores. Tese (Livre Docência) - UNESP, Marília, 2009.

NERY, Ana Clara Bortoleto; VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Universidade Popular de Piracicaba: a vulgarização do ensino. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7. *Circuitos e fronteiras da história da educação no Brasil*. Cuiabá, 2013.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. A educação pública no interior do estado de São Paulo: Piracicaba como modelo de experiência pedagógica no estado de São Paulo, durante a 1ª República. *Revista Anual Histórias Piracicabanas Passado Sem Poeira*, Piracicaba, ano 12, n. 12, 2005.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. *A síntese urbana.* Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1989.

PIRACICABA. *Relatórios do presidente da Câmara Municipal para o triênio de 1889-1901*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1902.

PROSPECTO DO COLÉGIO PIRACICABANO. Nashville, Tenn.: Publishing House of the M. E. Church, South Smith 7Lamar, Agents, 1913.

SAMPAIO, João. *Colégio Piracicabano.* Discurso pronunciado no Salão Nobre desse educandário, na comemoração do seu 77º. Aniversário. São Paulo: Assumpção, Teixeira - Ind. Gráfica S/A, 1958.

SÃO PAULO. *Annuário do Ensino do Estado de São Paulo:* 1907-1908. Publicação organizada pela Inspetoria Geral do ensino por ordem do Governo do Estado. São Paulo: Augusto Siqueira & C., [190?].

SÃO PAULO. *Annuário do Ensino do Estado de São Paulo:* 1909-1910. Publicação organizada pela Inspetoria Geral do ensino por ordem do Governo do Estado, São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, [191?].

SOARES, Thais Gonsales. *Representação de uma escola protestante na imprensa:* Colégio Piracicabano (1881-1886). 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIMEP, São Paulo, 2014.

SOUZA, Rosa Fátima de. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. *In*: ARAUJO, José Carlos Souza;

SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar Nunes (Org.). *Escola primária (1889-1930)*: subsídios para uma história comparada. Araraquara: Junqueira&Marin, 2012. p. 23-77.

TERCI, Eliane Tadeu. *Elites e espaço público*: a cidade desejada. Disponível em: <http://www.sitemason.vanderbilt.edu/files/dupwuA/Terci.doc>. Acesso em: 17 jun. 2009.

VEIGA, Jair de Toledo. Antigos alunos do Colégio Piracicabano. *Jornal de Piracicaba*, 24 maio 1981.

VIEIRA, Cesar Romero Amaral. Colégio Piracicabano: trajetória histórica e representação social (1881-1935). *Caderno de Pesquisa em Educação*, v. 17, n. 33, p. 275-297, jun./dez. 2011.

As propostas educacionais da Câmara Municipal de Patos de Minas, do Império à República (1868-1909)

Antoniette Camargo de Oliveira
Carlos Henrique de Carvalho
Osvaldo Freitas de Jesus

INTRODUÇÃO

O presente capítulo trata de algumas iniciativas da Câmara Municipal de Patos de Minas, onde analisamos as Atas da Câmara produzidas entre fevereiro de 1868, ou seja, a partir do primeiro livro de Atas produzido pela municipalidade, e maio de 1909, no sentido de coincidir com as últimas publicações do primeiro jornal de Patos de Minas: *O Trabalho*, até então o único da cidade, cujos artigos sobre educação datam de agosto de 1905 a fevereiro de 1909.

O período imperial constitui-se como um momento de intensos debates sobre a necessidade de escolarização da população livre. O Brasil do século XIX é marcado pela busca do ordenamento legal e pelos investimentos financeiros no campo educativo, movimentando dirigentes provinciais e imperiais.

Minas Gerais no século XIX tinha diversas especificidades em relação a outras partes do Brasil. No entanto, as mudanças que deveriam ocorrer aqui eram defendidas e discutidas, de certa forma, em todo o país. Assim como o movimento ocorrido no restante das províncias que compunham o reino, os governantes mineiros interessados na escolarização da população livre foram produzindo o lugar da escola na sociedade por meio dos discursos e medidas legislativas. A escola assumiu gradativamente o

encargo de ensinar a ler, escrever, contar, regras de civilidade, moralidade e religião. Os princípios políticos e morais eram ensinados durante as lições de leitura e escrita, sendo os escritos religiosos e a Constituição Política do Brasil os textos privilegiados na escola. No século XIX, a consolidação dos Estados Nacionais e a substituição da Igreja como entidade responsável pelo ensino fortaleceram o papel da educação e o da escola. Ela passa a ser vista como uma das instituições não só de um conteúdo padronizado, mas também de valores morais e cívicos que buscavam garantir coesão social e um sentimento de pertencimento.

Dessa forma, nossa pesquisa busca demonstrar que o processo de escolarização no século XIX está relacionado com a formação e o fortalecimento do Estado Nacional brasileiro. Sobretudo nas primeiras décadas após a Independência, as discussões realizadas sobre a importância da instrução estavam relacionadas com a necessidade de se estabelecer no Império brasileiro todo um arcabouço político, administrativo e jurídico. Isso significava, por um lado, instituir uma estrutura de sustentação legal do Estado brasileiro em suas diversas funções e manifestações, e, por outro, fazer com que as pessoas que aqui viviam reconhecessem e obedecessem às determinações legais.

A organização da vida escolar, a produção de um corpo de funcionários – professores, inspetores, delegados – são reflexos das ações políticas que expressam o desenvolvimento burocrático do Estado imperial.

Já com a proclamação da República, em 1889, o país viu-se diante da necessidade de criar outro modelo de educação pública. Os republicanos viam a instauração da escola primária como ação extremamente urgente — urgência justificada, talvez, pela taxa de analfabetismo, que chegou a 80% da população em 1900. Além disso, fortalecer e consolidar a instrução pública poderia ser uma forma de integrar o povo à nação republicana e, assim, continuar uma tendência — patente na primeira metade do século XIX — à "[...] unidade nacional do ponto de vista político" (ARAUJO, 2006, p. 235).

Criar tal modelo escolar supunha considerar as dimensões quantitativa e qualitativa da educação, assim como formar recursos humanos para "socorrê-la", sobretudo para agrupar escolas dispersas e com *lócus* variado em um todo coeso com edifícios próprios.

Para cumprir tal propósito (combater o analfabetismo e consolidar uma instrução escolar uniforme), o governo republicano, como afirma Nagle (2001, p. 149), formulou políticas públicas inovadoras: coerentes com os interesses do projeto educacional da *nova* ordem político-administrativa e respaldadas nas concepções educacionais da escola *nova*. O movimento de organização escolar definido entre a segunda

metade do século XIX e o início do século XX incidiu na difusão e circulação de *novos* modelos pedagógicos constituídos por métodos de ensino e modelos de escolas, entre outras instâncias da educação. Conforme Faria Filho, tal movimento previa ações como "[...] organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos: formar, controlar e fiscalizar a professora: adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria sociedade" (FARIA FILHO, 2000, p. 31).

Essa investida na educação alinhava-se ao processo de "[...] escolarização primária [que] veio se efetivando em diferentes compassos nos diferentes países [ocidentais]" (ARAUJO, 2006, p. 235); um processo que traduzia a busca da "[...] consciência que o Ocidente tem de si mesmo [...]. [E que] Resume tudo em que a sociedade ocidental nos últimos dois ou três séculos se julga superior às sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas 'mais primitivas'" (ELIAS, 1994, p. 23). Tais países eram, então, tidos como modelo de civilização, que o sociólogo alemão Norbert Elias concebe como "[...] grande variedade de fatos, e, um processo, como algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para frente" (ELIAS, 1994, p. 24).

Assim, o processo de composição do modelo de escola pública foi problematizado no âmbito de um projeto civilizador — o republicano —, compreendido como tática de intervenção estatal para civilizar camadas populares país afora. Entre outras ações, a organização da instrução pública objetivou difundir a educação em meio a um povo tido como inculto para sincronizar os ritmos distintos do processo civilizatório.

A nação ponderava ideias, projetos e propostas para organizar o ensino público primário, cuja institucionalização era tida como fundamental e como parte de uma política pró-educação que se efetivou com mais visibilidade no estado de São Paulo, onde surgiram os grupos escolares, que se disseminaram como modelo a que a organização pedagógica da escola de primeiras letras teve de se adaptar. Empregar a noção de modelo escolar paulista com fins de "[...] ferramenta analítica implica compreendê-lo como uma articulação possível de elementos no âmbito da pluralidade de dispositivos científicos, religiosos, políticos, pedagógicos que definiram a modernidade como sociedade da escolarização" (CARVALHO, 2003, p. 316).

A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO

No ano de 1832, mediante edital baixado pela Câmara de Paracatu, é criado o distrito. Dessa maneira, a antiga povoação denominada "Os Patos", passa a denominar-se Santo Antônio da Beira do Paranaíba. O pedido de elevação do distrito à categoria de

vila foi formalizado em 25 de dezembro 1856. Entretanto, a espera durou dez anos, pois somente em 30 de outubro 1866 seria promulgada a carta emancipatória por meio da Lei nº 1.291. E somente em 29 de fevereiro de 1868 deu-se a efetiva instalação do Município do Santo Antônio dos Patos. É importante ressaltar que a instalação da vila consubstanciou grande luta da população:

> O Arraial de Santo Antônio dos Patos, banhado por um grande rego de excelente água, mais de cento e noventa casas habitadas, cuja Freguesia tem perto de 4.000 almas, é situada em alta e aprazível planície, entre a Mata da Corda e o Rio Paranaíba, na estrada que se dirige para o Sertão dos Alegres, Santo Antônio do Garimpo, Paredão, Arraial da Catinga, Ouro-Cuia, e para a cidade do Paracatu, cujos lugares são abastecidos pelos víveres e tabaco, que superabunda a agricultura de que trata o crescido número de fazendeiros desta Freguesia, e que além dos precitados atributos, também a importação aproximada é de 120:000$000 rs... e a exportação de 200:000$000 rs.. anualmente. [...] Os representantes esperam das mãos benéficas da Digníssima Assembléia a deliberação pretensa, como epítema eficaz dos males que sofrem, não só acerca do expendido, como até da falta de polícia, que será reparada logo que haja uma casa de custódia, ao passo que prospera a educação pública. Deus vos guarde. Freguesia de Santo Antônio dos Patos, 25 de dezembro de 1856. (FONSECA, 1974, p. 77-78)

Na documentação ainda publicada por Fonseca temos: em 24 de maio de 1892, o governo eleva, a "toque de caixa", à categoria de cidade todas as vilas-sedes de comarcas. Dessa maneira, a vila de Santo Antônio de Patos foi uma das elevadas, pois encontrava-se na condição de sede de comarca.

Desse modo, estava concebida a cidade de Patos de Minas, que começava a encorpar-se, dando sinais de sua emancipação. Entretanto, podemos observar que todo o ato de "emancipação" emanava do poder central; logo, a autonomia das regiões estava condicionada às elites dirigentes do país, que, a despeito dos interesses dos habitantes, exerciam um forte controle social e determinavam as diretrizes a serem seguidas. Nesse sentido, a direção política da cidade de Patos encontrava-se nas mãos dos "homens bons" que, almejando o progresso da cidade, conduziam o povo rumo à urbanização. E, sob o julgo daqueles que concentravam em torno de si maior poder econômico e, consequentemente, maior poder político, configurou-se, juntamente com o crescimento da cidade, a hierarquia do poder.

Simultaneamente à urbanização, surgem necessidades urgentes de desenvolvimento em todos os setores da sociedade. E o discurso progressista, conclamado pelas elites, apelava para a ampliação do transporte, comunicação, saúde e educação, objetivando, assim, a criação de uma infraestrutura que desse sustentáculo ao desenvolvimento e ao progresso. Surge então, em 1825, a escola de primeiras letras. Entretanto, existem aí elementos que, segundo Fonseca, caracterizavam-se como dificultadores do processo educacional:

> A vastidão da Província, escassos meios de comunicação, as distâncias que medeavam entre os habitantes constituíam alguns dos fatores, pelos quais o governo dava maior atenção ao ensino nas regiões de formação populacional mais compacta. Outro fator, o maior, era mesmo a falta de mestres, capazes de preencher as exigências do ensino. Ainda, a pouca disposição que os mais capacitados tinham de arredar pé das cidades ou vilas mais importantes: Ouro Preto, Sabará, Barbacena, São João Del Rei e outras. (FONSECA, 1974, p. 123)

A oficialização do ensino em Patos de Minas data de 1853, ocasião em que é criada a primeira "cadeira de instrução primária", tendo como primeiro professor Francisco de Paula e Souza Bretas, nomeado em 13 de maio de 1853, permanecendo no cargo até 1857, ano em que, devido a interesses políticos locais pede demissão.

O governo enfrentou sérios problemas no que se refere à instrução, pois era muito difícil encontrar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar em lugares distantes e em vilas de maior importância. Além disso, constituiu problema de maior dimensão a falta das cadeiras do sexo feminino. Apesar das dificuldades, a nomeação da primeira mestra, Maria Madalena de Negreiros Maciel, ocorreu em 1868. A partir de dados levantados por Fonseca (1974, p. 134), observamos que:

> O presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista,36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24 alunas. [...] O recenseamento de 1920 apurou, 1.088 mulheres sabendo ler e escrever na sede do município.

O Grupo Escolar Marcolino de Barros representa um grande avanço no campo educacional e, apresentando-se como imponente elemento do progresso em Patos de Minas, é instalado em 4 de junho de 1917, tendo como diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro.

Dessa maneira, paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se como palco de manifestações culturais que anunciavam paradigma de conduta e posturas individuais em nome da harmonia coletiva, tão almejada pelos benfeitores de Patos; incansáveis "guardiões do progresso" que tomam para si a missão de guiar o povo para a edificação da cidade civilizada.

PROFESSORES, CADEIRAS E SUAS DECORRÊNCIAS

No 1º livro de Atas da Câmara Municipal de Santo Antônio dos Patos, com registros de fevereiro de 1868 a fevereiro de 1879, neste aparece o nome do professor público, Zeferino Americano de Faria, indicado pelo vereador Fonseca para ser o vacinador municipal.[1] A possível explicação é que eram poucas as pessoas preparadas para exercer certos cargos, daí que muitos se desdobravam em várias funções, conforme a demanda e geralmente por possuírem certa escolaridade. Outro exemplo de professor exercendo outra função também foi encontrado em Ata: "Pelo Senhor Presidente foi proposto a Camara – que achando-se o 1º e 4º Juis de Pas deste Districtos impididos a exercer estes cargos, o 1º atualmente 1º Supplente do Juis Municipal, e o 4º por ser Professor Publico."[2]

Também foram encontrados nomes de alguns professores na documentação a que se teve acesso, alguns coincidentes aos citados por Fonseca (1974), bem como outros não mencionados. Para facilitar a compreensão desse processo e tendo em vista apresentar a referida frequência dos nomes nas Atas e nos jornais, consideramos mais indicado construir um quadro, que pudesse fornecer uma visão panorâmica sobre a presença dos(as) professores(as), ou melhor, a quantidade de vezes que apareciam nos documentos da Câmara Municipal e na imprensa local.

[1] Ata da Sessão ordinária do dia 19 de abril de 1869.

[2] Ata da 4ª Sessão ordinária do dia 05 de maio de 1880.

Professores(as)	Datas em que foram citados(as) nas Atas da Câmara Municipal	Datas em que foram citados no jornal *O Trabalho*
Zeferino Americano de Faria	19/04/1869	
Valeriano Rodrigues Souto	12/11/1880; 28/04/1881; 30/04/1881; 04/08/1884; 09/08/1884; 18/12/1884; 09/06/1886; 05/01/1886; 05/01/1887; 09/02/1887; 22/04/1887; 14/10/1887; 07/01/1889; 08/01/1889	03/03/1907; 04/08/1907
Joaquina Jesuina da Costa	20/04/1887; 21/04/1887	
José Rodrigues Souto	20/09/1904; 21/09/1904; 22/09/1904	
Hassam Vanturelle Vander	19/09/1904; 20/09/1904; 21/09/1904	10/02/1907
Izabel Alves Moreira Sobrinho	13/02/1906; 14/02/1906	25/11/1906; 30/11/1907; 31/01/1909
Modesto de Mello Ribeiro	08/01/1907; 10/01/1907; 17/09/1907	25/11/1906; 20/1/1907; 27/1/1907; 17/2/1907; 30/9/1907; 30/11/1907; 20/1/1908; 30/8/1908; 15/11/1908; 31/1/1909
Anna Carolina	16/02/1909	30/10/1907
Geraldino Luiz de Amorim		20/12/1905; 17/03/1907
Felipe Rodrigues Corrêa		25/11/1906; 30/11/1907; 31/01/1909
Leonides de Mello Ribeiro		25/11/1906; 27/01/1906; 03/02/1907; 20/01/1908; 31/01/1908; 09/02/1908
Maria Carolina Andrade Soares		23/12/1906; 03/03/1907
Braz Valentim Dias		1º/01/1907; 06/01/1907; 27/01/1907
Laura Dejanira da Fonseca		27/01/1907
Julio Gramont		24/02/1907
Mário Ribeiro Álvares da Silva		03/03/1907

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir das informações levantadas nas Atas da Câmara Municipal e nos jornais, entre os anos de 1869 e 1907.

Após a menção ao primeiro professor da atual Patos de Minas no ano de 1853, uma necessidade se fazia premente 22 anos depois: a criação de uma Cadeira de Latim e Francês.

> [...]. Pelo vereador Andrade, depois de obter a palavra foi indicado que esta Camara representasse aos poderes competentes a necessidade de crear-se nesta Villa uma Cadeira de Latim e Francês, devendo primeiramente se dirigir ao Vigario, Delegado e Juis Municipal sobre a idéa e com quantos alumnos se pode contar para conservar activa frequência. [...][3]

Supõe-se que a necessidade de criação da dita cadeira era sentida pelas elites locais, representadas por Andrade, visto que o aprendizado de outras línguas de nada serviria aos trabalhadores daquela incipiente Vila, no interior das Minas Gerais. Interessante que primeiro surge a ideia – a "necessidade" partiu praticamente de um ou de poucos indivíduos, não se tratava de uma demanda que tivesse realmente força, por ter partido da população em geral –, depois então é que se verificaria quantos seriam os alunos interessados pelas aulas, responsáveis, por meio de sua frequencia, por manter funcionando a referida cadeira de Latim e Francês, pois "[...]. Leo-se tres officios do Vigario, do Delegado e do Juis Municipal em resposta aos que hontem lhes forão dirigidos, opinando todos elles pela creação da aula de Latim e que existe numero sufficiente."[4]

As autoridades às quais se enviavam ofícios sugerindo ou indicando certas necessidades – como a criação de escolas, por exemplo –, no sentido de obter sua anuência, eram então o Vigário, o Delegado e o Juiz Municipal. O que possibilita supor tanto qual devia ser a concepção de educação que prevalecia, quanto quais eram as formas de controle, sutis ou escancaradas, implícitas ou explícitas, com participação especialmente da Igreja e da Polícia. Além desta Cadeira por cuja criação se votou favoravelmente em Assembleia,[5] ao que tudo indica existiam no município outras duas escolas.

[3] Ata da 3ª Sessão ordinária do dia 10 de abril de 1875.

[4] Ata da 5ª Sessão ordinária do dia 13 de abril de 1875.

[5] Ata da 6ª Sessão ordinária do dia 14 de abril de 1875.

> Pela commissão de fasenda foi apresentado o parecer sobre as informações exigidas pela Exmª Presidencia, a qual é de parecer que se informe que há duas escolas de primeira enfância, uma do sexo feminino e outra do sexo masculino, a primeira contendo desenove alumnas e dez alumnas e a segunda sete e seis alumnos, e que eventuaes exames eram feitos em Desembro. [...].[6]

Em 1878, portanto, já existia uma escola para cada sexo, funcionando possivelmente há no máximo dois anos, supondo que 19 alunas estariam cursando o 1º ano e 10 o 2º ano, assim como sete alunos estariam no 1º ano e seis no 2º ano. Ou seja, ainda não havia alunos(as) aprovados(as) nos exames para cursarem o 3º ano, e assim por diante. Da mesma maneira, a quantidade de alunos(as) era pequena, considerando que, pela legislação da época, seriam necessários 24 alunos frequentes para a criação e a manutenção pelo governo de cada escola. Na do sexo feminino, 29 eram frequentes, mas na do sexo masculino, apenas 13, o que não justificaria continuar sendo subsidiada. É notório igualmente o quanto diminui a quantidade de alunos(as) matriculados(as) de um ano para o outro ou de uma série para a outra. Na escola do sexo feminino, nove desistiram do 2º ano, enquanto na do sexo masculino, apenas um aluno desistiu.

No ano de 1879 – a exemplo da Cadeira de Francês e Latim que foi criada em 1875 –, o pedido gira em torno não da "criação" de nova Cadeira, mas da "instalação" de uma já criada por lei no ano anterior; o que de qualquer maneira evidencia uma situação contraditória, pois

> O Veriador Oliveira pedindo a palavra, e sendo-lhe concedida fez a seguinte indicação. Tendo a lei nº 2.478 de 9 de Novembro de 1878, artigo 6º, creado uma cadeira de Francês e Mathematica elementares para esta Villa, indico que esta Camara represente a Presidencia a necessidade de ser Ella installada e provida como a mocidade muito precisa d'instrucção [...].[7]

Ou seja, se não há alunos suficientes e/ou frequentes nas escolas públicas de primeira infância, especialmente na do sexo masculino, justificava-se então criar,

[6] Ata da Sessão do dia 17 de janeiro de 1878.

[7] Ata da 6ª Sessão ordinária do dia 14 de abril de 1875.

instalar e manter Cadeiras de Francês, Latim e Matemática? Se a quantidade de trabalhadores e filhos destes em qualquer tempo e localidade sempre foi maior em detrimento da quantidade das elites e seus filhos, seria então a população patense um caso à parte? Anacrônica ou não, a percepção que se tem é que em vez de os governantes lutarem para convencer os trabalhadores a respeito da importância da educação (primária que fosse), no sentido de que se matriculassem e permanecessem nas escolas existentes, faziam "vista grossa" para a situação de infrequência e desistência comumente ocorridas e ainda aprovavam a criação de cadeiras específicas, de nível secundário, visando a dar condições para que seus filhos (das elites governantes) alcançassem o ensino superior fora do país.

Supõe-se que os governantes da cidade tenham indeferido pedidos de funcionamento de escolas ou mesmo de licença para se ministrarem aulas, pelo motivo já apontado: abrir muitas escolas faria diminuir ainda mais a quantidade mínima de alunos necessários ao funcionamento e à manutenção das duas escolas públicas municipais, que atendiam aos sexos masculino e feminino em Patos de Minas. A demanda era pouca e os motivos de infrequência e desistência muitos.

Apenas a partir de 1892, após a Proclamação da República, é que os distritos e povoados da atual Patos de Minas também começam a reivindicar tanto a criação de escolas para si, quanto transferências ou permanência delas, o que se justificava sempre pelo aumento ou diminuição da demanda ou das matrículas.

> [...]. Achando-se sobre a mesa a proposta do Snr Vereador Mendonça relativa a creação de uma Cadeira do ensino elementar no Povoado S. Pedro, Districto de Santa Rita, é approvada em primeira discussão [...].[8]
> [...]. Lido um abaixo assignado de varios habitantes das Alagôas pedindo a revogação da Lei que transferio para o Arraial de Santa Rita da Cadeira mysta de instrucção primaria existente n'aquelle logar e fazendo ver a necessidade da permanência da mesma. A Commissão de Petições.
> Foi lido outro abaixo assignado de varios habitantes do Districto de Sant'Anna, pedindo a creação de uma escola primaria do sexo feminino n'aquelle Arraial, visto não se achar provida á mais de cinco

[8] Ata da 2ª Sessão ordinária do dia 13 de setembro de 1892.

> annos a Cadeira Municipal digo Estadoal e haver grande necessidade da referida escola. [...][9]

Neste momento, percebeu-se a necessidade de outro quadro, pois, assim como os professores eram citados muitas vezes, as Cadeiras ou Escolas também. Seja para informar que se transformavam de Mistas para do Sexo Masculino, seja para informar que eram suprimidas ou transferidas de uma outra localidade, enfim, caberia uma análise pontual sobre cada uma.

Em Patos de Minas, com a República também começam a surgir denúncias e reivindicações (como as reformas e os reparos) mais escancaradas no que dizia respeito a tudo que fosse ligado à educação, no caso.

> [...] Expediente: Foi lido um officio do Delegado litterario da Lagôa Formosa, communicando haver d'ali se retirado o professor publico; e que este funccionario, vive constantemente embriagado. Ao Inspector Municipal para providenciar. [...][10]
>
> [...] Foi lida ainda outra (petição) de Francisca Alves de Sousa, Viuva de Hassam Venturele Vander falando que não tendo seo finado marido parentes até o décimo grau e ella como meeira, pertence o expolio do mesmo; e havendo o ex Conselho districtal da Lagoa Formosa votado um auxilio de 300$000 reis annuaes ao seo finado marido como Professor Municipal, vem pedir lhe seja entregue o ordenado relativo ao tempo em que sérvio. [...][11]
>
> [...] Expediente: Foi lido um abaixo assignado do T. Cel Christiano José da Fonseca e outros pedindo a Camara que, em vista do elevado numero de alumnos existentes na aula Municipal da Lagoa Formosa, regida pelo Professor José Rodrigues Souto, se augmentasse seus vencimentos, porque os 500$000 reis, que ora percebe, não compensão seus árduos trabalhos. [...][12]

[9] Ata da Sessão ordinária do dia 18 de setembro de 1905.

[10] Ata da 6ª sessão ordinária do dia 28 de janeiro de 1893.

[11] Ata da Sessão ordinária do dia 19 de setembro de 1904.

[12] Ata da Sessão ordinária do dia 20 de setembro de 1904.

Como não havia ainda leis trabalhistas, a situação de qualquer profissional, não apenas a dos professores era incerta. Suas famílias ficavam realmente desamparadas se acaso lhes acontecesse algo que os impedisse de trabalhar. Da mesma maneira, os salários dessa categoria deixavam a desejar já naquela época; talvez fosse este um dos motivos para se embriagar ou até para abandonar o local de trabalho.

INVESTIMENTOS NA EDUCAÇÃO: AS CASAS ESCOLARES

Sobre os investimentos no setor educativo, para além da criação de escolas ou Cadeiras, também se encontraram alguns indícios nas Atas de reuniões da Câmara:

> [...]. Pelo Vereador Marra foi lido o seguinte: Estando as escolas publicas do sexo masculino e feminino desta Villa desprevinidas de mobilhas necessárias, para o ensino publico, e, havendo verba no orçamento Provincial para curar destas faltas, indico que esta Camara solicite do Excellentissimo Presidente da Provincia a quantia de 336$000 réis, para serem distribuídos como as mobílias declaradas na mesma indicação. [...][13]

Tais mobílias foram encomendadas a Francisco Amâncio da Silva, o qual não as entregou no prazo estipulado, fato que quase o levou a ser multado pela Câmara.[14] E, pela data das duas Atas, as escolas devem ter ficado sem as mobílias necessárias por mais de dois anos. Noutra Ata, constata-se que o valor solicitado e o fornecido ou liberado para a compra das mobílias não coincidem.

> Leo-se uma carta do Procurador [...] – Juvencio Perigueto Sousa Rodrigues, de 31 d'Outubro ultimo, mandando a esta Camara a quantia de 93:200 reis seguido da de 100$000 que gastou-se com mobílias para as escolas publicas desta Villa e que havia cobrado em exercicio findo. Inteirada. [...][15]

[13] Ata da 4ª Sessão ordinária do dia 14 de dezembro de 1882.

[14] Ata da 7ª Sessão ordinária do dia 20 de fevereiro de 1884.

[15] Ata da 2ª Sessão ordinária do dia 15 de dezembro de 1884.

As mobílias demoraram mais de 02 anos para ficarem prontas e o repasse por parte da Província para que o trabalho de confecção delas fosse pago demorou de fevereiro a dezembro de 1884. Sem contar que foram solicitados 336$000 réis, mas foram enviados apenas 193$200 réis. Mais, ao final do Império, a situação da educação em Patos de Minas apresenta-se ainda mais crítica.

> Leo-se uma petição do Coronel Antonio Dias Maciel offerecendo a Cammara uma Casa com as acommodações necessárias para uma aula de Instrucção [provisória], cita na rua do Theophilo Ottoni de frente a em que mora o Major José Soares Rodrigues, pela quantia de um conto e dusentos mil reis, atentando a necessidade que há nesta Villa para digo, de uma casa para escola etc. [...][16]

Em janeiro de 1885, a necessidade era de uma casa onde pudesse funcionar, mesmo que provisoriamente, uma escola (acredita-se que mais uma);[17] certamente a demanda por educação havia aumentado e já não era mais suficiente apenas uma escola para o sexo masculino e uma para o feminino. Quanto a números, as informações encontradas são esparsas e insuficientes, não sendo possível mostrar as mudanças, seja na sede do Município, seja em seus Distritos.

Os investimentos em tais Escolas ou Cadeiras só começam a aparecer de maneira mais constante a partir de 1907, em alguns Orçamentos e Balancetes publicados n'*O Trabalho*.[18] Dados estes que demandariam uma análise melhor e comparação com outros documentos, que possivelmente estejam arquivados nos respectivos distritos.

[16] Ata da 1ª Sessão do dia 12 de janeiro de 1885.

[17] Esta escola outra escola que se queria criar, certamente era também para o sexo masculino, sendo que em 25 de novembro de 1906 n'*O Trabalho*, há informações sobre exames escolares em Patos, registrando a existência de 03 escolas: duas para o sexo masculino e uma para o feminino.

[18] Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 22 e 23, 21 e 28 abr. 1907, p. 3. Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 34, 14 jul. 1907, p. 3. [...] Orçamento [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 42, 30 set. 1907, p. 3-4. Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 44, 30 out. 1907, p. 4. Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 49, 20 jan. 1908, p. 3. Despeza paga pela Camara. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 52, 23 fev. 1908, p. 3. Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 55, 29 mar. 1908, p. 3-4. [...]. Orçamento [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 65, 27 set. 1908, p. 3. Balancete [...]. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 67, 25 out. 1908, p. 3.

A questão anterior, da compra de uma casa para escola, ao que parece só foi retomada em 1889, em Ata que tratava igualmente de uma biblioteca[19] e de outros assuntos, sendo que 04 anos antes já se haviam destinado 968$000 réis (em 5 de fevereiro de 1885) para a compra de casa onde pudesse funcionar uma escola pública.[20]

> Pela Commissão de Obras foi apresentado o seguinte: A Commissão considerando sobre o exposto no officio dos Professores Publicos desta Villa – sobre os repasses que necessitão na causa da escolla, é de parecer que a Camara tome em consideração mandando quanto antes fazer os reparos precisos, pois a commissão [...] ser estes repasses de extrema precisão, assim como a extincção do formigueiro no quintal da casa. E propõe a commissão para que a Camara encarregue ao seu Presidente para fazer as despesas precisas com os referidos repasses. [...][21]

Em janeiro de 1886, como não se referiu nas Atas ao conteúdo do ofício encaminhado pelos Professores, não se sabe especificamente qual ou quais escolas necessitava(m) de reparos. E só o fato de haver um formigueiro em seu quintal, o qual precisava ser extinto, já expõe a situação. Em outras palavras, e tentando fugir ao anacronismo, não havia ali as mínimas condições estruturais necessárias para o funcionamento de uma escola. As circunstâncias em que a educação em Patos de Minas teimava em funcionar desvelam-se ainda mais.

> Outro parecer da mesma Commissão [de contas] terminando pelas seguintes conclusões: 1ª Que se autorise ao Procurador da Camara a despender mensalmente a quantia de 200 réis com a compra de papel, Penna e tinta que serão por elle distribuídos aos meninos pobres que freqüentarem a escola publica desta Villa. [...][22]
> O Vereador Noronha pedindo a palavra – indica que a Camara mande fazer os reparos que necessita os tapumes do quintal da casa da escola publica desta

[19] Sobre a Biblioteca, ver também as Atas de 09 de janeiro 1889; de 30 abril 1889; de 1º maio 1889; de 02 maio 1891; e de 07 julho 1891.

[20] Ata da 4ª Sessão ordinária do dia 1º de maio de 1889.

[21] Ata da 4ª Sessão ordinária do dia 28 de janeiro de 1886.

[22] Ata da 3ª Sessão ordinária do dia 09 de fevereiro de 1887.

> Villa, recomendando demolir o portão que dá entrada para o quintal e fazer o muro no logar do dito portão. [...][23]

Neste último caso já se vivia uma República e os problemas estruturais teimavam em continuar aparecendo. A construção do referido muro foi paga quando ele certamente ficou pronto, em agosto de 1890.[24] Pelo que se compreendeu do então Código de Posturas, os prédios particulares deviam ter seu exterior reparado periodicamente, quanto aos prédios públicos, como a Casa de Instrução pública, por exemplo, tais reparos (externos) ficariam a cargo da Câmara, o que não estava sendo feito.

> 2ª O Senhor Noronha obtendo a palavra leu o seguinte: Sendo de urgente necessidade que a Camara faça executar o artigo das posturas quanto o aceio da povôação e estando bem arruinados os edifícios públicos, torna-se difícil aquella execução, porque naturalmente os particulares hão de reclamar que a Camara não repara os edifícios que lhe pertence [...].[25]

A escola obviamente estaria entre os referidos edifícios públicos arruinados, necessitando muito mais que reparos externos. Chegava-se ao fim do Império e ao limite da resignação. Os próprios professores sentiam-se obrigados a reclamar por reparos nos seus locais de trabalho, como fez o Professor Valeriano Rodrigues Souto, que solicitava melhorias não só no prédio escolar,[26] mas também de materiais como pena, papel e tinta para os meninos pobres de sua escola,[27] já que "foi lida uma indicação para os membros da fasenda orçar os consertos da casa onde funciona a aula publica relativamente a goteiras, e que contrata a fatura. De uma mesa e uma pedra negra para exercicio dos alunos".[28]

Os debates sobre o orçamento para os concertos da Casa da escola de Patos e em escolas nos distritos[29] são demonstrativos da morosidade na gestão do dinheiro

[23] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 27 de janeiro de 1890.

[24] Ata da 4ª e 5ª Sessões ordinárias dos dias 07 e 08 de agosto de 1890.

[25] Ata da 5ª Sessão ordinária do dia 09 de agosto de 1888.

[26] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 07 de janeiro de 1889.

[27] Ata da 2ª Sessão ordinária do dia 08 de janeiro de 1889.

[28] Atas da 5ª e 6ª e última Sessões ordinárias dos dias 13 e 14 de novembro de 1891.

[29] Ata da Sessão ordinária do dia 07 de dezembro de 1893; Ata da sessão ordinária do dia 8 de janeiro de 1907; Ata da 5ª e 6ª Sessões ordinárias de 10 e 11 de janeiro de 1907; *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 17, entre 03 e 17 mar. 1907, p. 3.

público, especialmente quando o interesse era na educação. Uma primeira notícia de investimento em educação, já pelo governo republicano, foi encontrada em Ata de outubro de 1890: "Indico que a Intendencia Municipal represente ao Governador deste Estado solicitando a remessa de livros e papel para as escolas publicas deste Municipio".[30] Como se vê, tratava-se de investimentos paliativos, nada representativos das mudanças que se esperava com o novo tipo de governo.

INSPEÇÃO ESCOLAR: CONTROLE DAS PRIVAÇÕES

Mesmo apesar da não localização do Código de Posturas[31] em vigor no ano de 1887, diante dos diversos problemas já apontados, em termos de falta de escolas, professores preparados, bem como da precariedade estrutural dos prédios escolares e até de uma legislação específica voltada para a educação na cidade, é que este subtítulo se justifica:

> sendo de grande utilidade que a Camara exerça as attribuições que lhe são conferidas pelo artigo 160 do Código de Posturas, sobre a inspecção das escolas de primeiras lettras, proponho que, para esse fim, se nomeie, para cada uma das Freguesias do município, uma commissão de dous membros, da mesma [...] Freguesia da Villa: Antonio Augusto da Silva [Firmino] e Sesostris Dias Maciel; Freguesia de Sant'Anna: Joaquim Gonsalves Tomas e Vigario [...] Firmio da Silva Lús; Freguesia da Lagôa Formosa: Paulinio Santos Pitanguy e Frederico Furtado Mendonça; Freguesia do Arêado: Vigario [Accrisio] João Firmino; Olivio Teixeira dos Sanctos; Freguesia de Santa Rita: Vigario Porphirio Pereira da Silveira e Antonio Valeriano d'Andrade. Estas commissões, devem, empenhados os seus deveres de acordo com o artigo 161 do Código de Posturas, apresentarão a Camara trimestralmente uma informação do que encontrarem de notável nas escolas de suas respectivas Freguesias.A Commissão da Freguesia da Villa inspeccionando tambem a escola nocturna a cargo

[30] Ata da 5ª Sessão ordinária do dia 20 de outubro de 1890.

[31] Em 1868 foi adotado o Código de Posturas de Patrocínio que foi seguido até 1879, quando o Código de Patos passou a vigorar (OLIVEIRA MELLO *et al.*, 2006, p. 119-120).

> do Professor Valeriano Rodrigues Souto, sobre se a Camara tomar contra deliberação nesse sentido.[32]

De qualquer modo, esforçava-se por que se cumprisse um mínimo de exigências emprestadas da legislação provincial mineira, como é o caso do fornecimento trimestral de informações.[33] Fica claro também que havia cinco freguesias, contando com a Villa de Santo Antônio dos Patos; que entre os membros que se nomeavam para as comissões, alguns eram vigários, retratando com isso tanto a falta de elementos preparados para o exercício das diversas funções, quanto a participação da Igreja católica também nas questões relativas à educação. Em maio de 1889, novas comissões de inspeção são nomeadas pela Câmara.

> Pelo Vereador O. Borges foi apresentado o seguinte: - Achando-se [inteiramente] acephala a instrucção primaria do Municipio, proponho que a Camara nomeie uma Commissão de dous membros que especcione as mesmas escholas, do modo seguinte: [...][34]

Nas comissões formadas nesta ocasião, também havia vigários: Getúlio Alves de Mello, João Ferreira e Camillo Martins Pereira de Andrade. Quanto à palavra "acephala", esta poderia indicar pelo menos duas coisas: ou que não havia uma cabeça pensante ou uma liderança que coordenasse as ideias ou os caminhos mais acertados para a instrução primária no município; ou que a própria instrução primária, representada por seus professores, literalmente não tinha cérebro, era idiota, no sentido de não responder às demandas de conhecimentos teóricos e práticos de que a cidade necessitava. Infelizmente as duas opções eram fato. Acenava-se, afinal, com o advento da República, para algumas mudanças:

> Leo-se um officio do Secretario da Instrucção publica, de 20 de Janeiro ultimo communicando que pelo artigo 82 do Decreto 1º de Desembro ultimo,

[32] Ata da 5ª Sessão ordinária do dia 14 de outubro de 1887.

[33] O parágrafo 3º do artigo 2º da Lei Provincial 435, de 19 de outubro de 1848, a qual criava a Diretoria Geral de Instrução Pública, "obrigava o Diretor Geral de Instrução Pública a informar ao Govêrno, de três em três meses, do estado geral do ensino na Província" (MOURÃO, 1959, p. 43).

[34] Ata da 4ª Sessão ordinária do dia 1º de maio de 1889.

> foram supprimidos os logares de Inspectores Municipaes, passando as respectivas attribuições a ser exercidas pelos presidentes das intendências Municipais. E que caberá ao Inspector Municipal desta Villa todo o archivo respectivo – entrando logo em exercicio do cargo – inteirada. [...][35]

Simplesmente foram suprimidos os cargos de inspetores, sendo que suas atribuições ficariam, a partir de então, sob a responsabilidade apenas do Presidente da respectiva Intendência Municipal.

Patos de Minas fazia parte da 7ª Circunscrição, com sede em Paracatu, cuja Escola Normal foi criada em 1880. E posteriormente, em 1897, quando o Estado voltava a ser dividido em apenas sete circunscrições literárias, Patos fazia parte da 6ª e não mais da 7ª Circunscrição (MOURÃO, 1962, p. 45 e 54).

Ainda a respeito da Inspeção escolar, foi encontrada uma Ata[36] na qual se apresentava um projeto para ser votado, autorizando o Presidente da Câmara a nomear inspetores junto de cada escola pública. Como resultado, tem-se a seguinte informação.

> Está entre nós o Sr. Illidio Salathiel dos Santos, inspector technico litterario, que se acha inspeccionando as escolas primarias de sua circumscripção, que é a nossa.
> S. S. já visitou as escolas primárias desta cidade, e as particulares regidas pelo Sr. Mario Ribeiro Alvares da Silva e D. Maria Carolina de Andrade Soares.
> Ao que nos parece teve boa impressão dos trabalhos escolares, comquanto devera ter notado que seria de grande conveniência o [...] nelle funccionar [...] as escolas desta cidade, pois algumas dellas funccionam em predios pouco [...] salas não [...] com as condições hygienicas necessarias.
> Si fôramos S. S. apressar-nos-iamos a representar ao governo neste sentido, pois deverá convir que os pobres professores não possuem o necessario a construir uma boa sala escolar, nem tão pouco aqui encontram salas em condições hygienicas, que as possam alugar.
> O distincto cavalheiro conta muitos amigos no seio desta cidade. Ao segundo dia de sua chegada, foi a S. S. feita uma manifestação de apreço pelas bandas de música "Fraternidade" e "Santa Cecília".

[35] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 02 de março de 1891.

[36] Ata da Sessão ordinária do dia 07 de janeiro de 1907.

> Fazendo votos para que tenha grata permanência entre nós, agradecemos, penhorados, a honrosa visita que se dignou fazer-nos.[37]

Sobre os prédios escolares, que por sua vez funcionavam em casas de professores ou alugadas por estes, não tinham as condições higiênicas mínimas. A "grande conveniência" de que trata o articulista, considerando o trecho ilegível, seria pela construção de um prédio próprio para funcionamento das escolas. É evidente também a "amizade" entre o inspetor e algumas pessoas no "seio" da cidade, o que sem dúvida poderia influenciar no relatório das inspeções. De resto, tinha-se notícia das inspeções apenas em épocas de Exames Escolares, geralmente aos finais dos anos letivos.[38]

A CÂMARA MUNICIPAL E A LEGISLAÇÃO DOS "ARREMEDOS"

Só em 1893 uma preocupação mais efetiva a respeito da educação parecia surgir em Patos de Minas.

> Pelo Snr. Presidente forão apresentados os seguintes projectos: Um sobre o modo de regular-se a administração das obras publicas e instrucção emquanto a Câmara não crear leis especiais [...].[39]
> Pelo Snr. Beluco, membro da Commissão de Legislação, foi apresentado o parecer sobre o projeto numero nove, adoptando [...], digo, as leis e regulamentos estadoaes sobre obras publicas e instrucção. [...][40]
> Posto em discussão o projecto numero nove, sobre administração da fasenda, obras publicas e instrucção, como parecer da Comissão de Legislação, foi unanimimente approvado [...][41]

[37] Inspector technico. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 16, 03 mar. 1907, p. 1.

[38] Exames escolares. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 4830 nov. 1907, p. 1 e 3. Ver também sobre exames os jornais de: 2 dez. 1905; 25 nov. 1906; 23 dez. 1906; 06 jan. 1907; 27 jan. 1907; 3 fev. 1907; 17 fev. 1907; 31 jan. 1909.

[39] Ata da 2ª Sessão ordinária do dia 23 de janeiro de 1893.

[40] Ata da 3ª Sessão ordinária do dia 24 de janeiro de 1893.

[41] Ata da 4ª Reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 1893.

Optou-se, portanto, por adotar as mesmas leis estaduais em termos de instrução. Não se apresentou, a reboque dos ideais republicanos, nenhum projeto de lei específico, que pudesse contemplar a realidade de Patos de Minas. A falta de iniciativa nesse sentido também é percebida em outros momentos, mais especificamente após a Reforma João Pinheiro de 1906.

> LEI Nº 92 DE JANEIRO DE 1907
> Dá regulamento a administração da fazenda, obras e instrucção publica municipaes.
> O povo do Municipio de Santo Antonio dos Patos, por seus representantes na Camara Municipal, decretou, e eu, em seu nome, sancciono a presente lei:
> Art. 1º A administração da fazenda, obras e instrucção publica Municipaes, na parte que ainda não foi regulada pela Camara, reger-se-ha, no que lhe for applicavel pelas leis e regulamentos estadoaes em vigor.
> Art. 2º O Agente Executivo expedirá as instrucções necessarias a execução desta lei.
> Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.
> Mando, portanto, a todas as autoridades a que o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.
> Casa da Camara Municipal da Cidade de Patos, 18 de Janeiro de 1907.
> Olegario Maciel
> Agente Executivo Municipal[42]

Demonstrando que Patos de Minas não se destacou por nenhum diferencial ou preocupações locais quanto à educação, para além do que o Estado mineiro estabelecia legislativamente. Outra Lei, promulgada no dia seguinte, também pouco avança em termos das exigências gerais em Minas, desde o Decreto de 16 de dezembro de 1906, o qual regulamentava a Instrução Pública do Estado. Nada de específico contemplava a realidade que obviamente diferenciava Patos de Minas em relação às outras cidades mineiras.

[42] *O Trabalho*, Cidade de Patos, Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 3.

LEI Nº 93 DE 19 DE JANEIRO DE 1907
Crea o logar de inspectores escolares e dá outras providencias.
O povo do Municipio de Santo Antonio dos Patos, por seus representantes na Camara Municipal decretou, e eu, em seu nome sancciono a seguinte Lei:
Art. 1º É auctorizado o Agente Executivo Municipal a nomear junto de cada escola Municipal um inspector escolar com os mesmos deveres e attribuições que os inspectores escolares Estadoaes.
Art. 2º Não será installada a escola rural que até o dia 21 de Janeiro não apresentar matriculados, no mínimo, 30 alumnos.
Art. 3º Funccionará legalmente a escola rural que tiver, no mínimo, a frequencia legal de 20 alumnos.
Art. 4º A gratificação a que se refere o art. 5º da Lei Municipal nº 90 caberá ao professor que provar ter, no mínimo, a frequencia legal exigida para as escolas districtaes no decreto nº 1906 de 16 de Dezembro de 1906 que dá Regulamento a Instrucção Publica do Estado.
Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.
Mando, portanto, a todas as auctoridades a que o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.
Casa da Camara Municipal da Cidade de Patos, 19 de Janeiro de 1907.
Olegario Maciel
Agente Executivo Municipal[43]

A maioria dos artigos, como se vê, diz respeito à quantidade mínima de alunos matriculados e frequentes, necessária para se manter funcionando uma escola nos distritos ou no meio rural de Patos de Minas. Preocupação esta que passava ao largo das reais privações ou carências no setor educativo daquele município.

RESOLUÇÃO Nº 110 de 21 de Setembro de 1908.
Art. 1º Fica o Agente Executivo autorizado a dispender vinte mil reis mensaes, pela verba instrucção primaria pertencente ao districto do Areado, com a gratificação a cada professor particular, um na Capelinha do Chumbo e outro nos Quintinos.

[43] *O Trabalho*, Cidade de Patos, Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 3.

> Art. 2º Para ser gratificado o professor é necessario que tenha uma frequencia de vinte alumnos pelo menos e a vista certificado pelo Juiz de Paz.
> Art. 3º O professor reger-se-á de accôrdo com as disposições regulamentares do Estado.
> Art. 4º Revogam-se as disposições contrarias.
> Paço da Camara Municipal da Cidade de Patos, 21 de Setembro de 1908.
> Pedro Modesto da Silva – Vice-Presidente da Camara e Agente Executivo Municipal.
>
> RESOLUÇÃO Nº 111 de 22 de Setembro de 1908.
> Art. 1º A cadeira de instrucção primaria mixta do districto do Areado, fica convertida em cadeira do sexo masculino.
> Art. 2º Revogam-se as disposições contrarias.
> Paço da Camara Municipal da Cidade de Patos, 22 de Setembro de 1908.
> Pedro Modesto da Silva – Vice-Presidente da Camara Municipal e Agente Executivo.[44]

Continuava-se a seguir as disposições regulamentares do Estado. Quanto à criação de cadeiras mistas, consideradas um avanço para a época, no caso de dois dos distritos de Patos (Areado[45] e Santa Rita[46]), o que se percebeu foi um retrocesso, visto que voltaram a ser apenas para o sexo masculino. Outro foi a suspensão, em 1908, do ensino na única cadeira de instrução primária que existia em Sant'Ana de Patos.[47] Nesse sentido, os articulistas da imprensa local, por sua vez, eram representativos de uma forma de pensar que também se opunha a certos avanços.

> O "Minas" publicou um despacho do Secretario do Interior designando a cadeira mixta de Santa Rita de Patos para nella ter exercicio a professora D. Leonides de Mello Ribeiro. Vejam só! Leonides de Mello Ribeiro é o professor de Sant'Anna de Patos, em disponibilidade, e, parece-nos que elle não está disposto a trocar as calças pela saia que a Secretaria do Interior

[44] Atas da 5ª e 6ª Sessões ordinárias dos dias 19 e 21 de setembro de 1908 e *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 66, 09 out. 1908, p. 2.

[45] Ata da 4ª Sessão ordinária de 18 de setembro de 1908.

[46] Ata da Sessão ordinária do dia 09 de janeiro de 1906.

[47] *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 49, 20 jan. 1908, p. 2.

> quer lhe impingir. O Dr. Carvalho Brito no afan de melhorar a instrucção já está fazendo até o impossível: mudar o sexo do professor conforme a necessidade que há de prover a escola vaga.[48]

Escolas do sexo masculino só podiam ter professores e as do feminino, só professoras. Por mais que a informação tenha um tom de piada, não se pode esquecer que a imprensa acaba difundindo uma "tradição" que atualmente se entende por preconceito: a impossibilidade de que homens pudessem ministrar aulas para mulheres e vice-versa. Antes disso, em 1907, o magistério feminino já começava a ser reforçado em artigo do *Diário Oficial*, transcrito n'*O Trabalho*.

> O ensino público ministrado por professoras tem contra si, na Allemanha, a lei, a tradição e a opinião pedagógica. Quanto muito a mulher docente e admitida nos jardins de crianças, nas classes elementares e nas lições de costura. Os pedagogos alemães não sufragam o principio da educação exclusiva da mulher pela mulher, nem mesmo nos cursos primários. Por sua vez a lei não consente que a professora pública se case, continuando professora, e contem alem dessas outras restrições que trancam a carreira do magistério. Esperava-se no Congresso Minich adeantasse a campanha contra essa interdicção, denunciando os preconceitos legaes e pedagógicos, mas tal não sucedeu: o redator do parecer, Mr. Laube de Chemets, pleiteava a causa do homem contra o que qualificou de pretensões invasoras da mulher na escola.
>
> Esse parecer votado por enorme maioria de seguintes conclusões:
>
> 1ª, no que concerne a nomeação de professores para as escolas primarias, concluem-se que não há que enttender a extenção da activa, de feminina, porém só ao interesse do ensino;
>
> 2ª, a educação da juventude é tarefa comum dos dois sexos, mas como a influência educadora da mulher predomina na família, cumpre que a educação publica, complemento da domestica fique sob a influencia preponderante do homem, tanto nas escolas masculinas como femininas;
>
> 3ª, a pretensão de serem as escolas femininas regidas por professoras deve ser repellida, a mulher não pode pretender possuir um conhecimento mais

[48] Interessante. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 51, 09 fev. 1908, p. 3.

> perfeito do caracter das meninas e dos deveres femininos que o homem, nem maior habilidade para promover-lhes a instrução;
> 4ª, pela sua constituição physica e intelectual, por seu preparo profissional e situação na sociedade, as professoras não se prestam ao ensino como professores.[49]

Da 1ª à 4ª cláusula, os "preconceitos legais" na educação alemã, por mais que já fossem questionados naquele país, infelizmente em Patos de Minas, inclusive por meio da imprensa, eram fortalecidos. Na tentativa de compreender a(s) causa(s) de uma evidente "passividade" em termos legislativos por parte dos governantes do município mineiro em questão, Borges sinaliza uma possível resposta. Segundo ela, são vários os autores que acreditam que "a maioria política consciente não havia aderido à causa republicana", sendo que os dois primeiros governos após a Proclamação eram "cheios de efervescência política e desafios, de busca das bases racionais para o consenso dos ideais republicanos". (BORGES, 1998, p. 5). Em Patos de Minas, só pelo teor da Ata de reunião da Câmara Municipal do dia 09 de dezembro de 1889, já é possível perceber a postura dos seus representantes:

> Pelo Senhor Presidente foi apresentado a seguinte indicação: Indico que esta Camara faça sua adhesão ao Governo hoje estabelecido, conforme a redacção que offerece. Posto em discussão e a votos foi approvado contra o voto do Vereador O. Borges.[50]

O então Presidente da Câmara era Antonio Dias Maciel (pai de Olegário Maciel) e o único vereador que foi contra a adesão ao regime republicano, Olympio Borges. A Câmara ainda era composta por Sesostris Dias Maciel, Eduardo Ferreira de Noronha, Cornélio José dos Santos e João Antonio Borges. O tom corriqueiro do referido trecho da Ata, que tratava de uma mudança tão importante, onde não se fez nenhum discurso alusivo quer à Monarquia, quer à República (como os encontrados em atas de outros municípios), demonstra a atitude oportunista especialmente por parte dos Maciel, representados pelo Presidente da Câmara. Leva a crer igualmente que estes

[49] O Magistério Feminino na Allemanha. *O Trabalho*, Cidade de Patos, n. 15, 24 fev. 1907, p. 2.

[50] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 9 de dezembro de 1889.

eram "tendentes" à República (talvez fossem mesmo situacionistas), enquanto que os Borges à Monarquia. Mas tanto as disputas entre essas duas famílias devem ser melhor pesquisadas, quanto sua atuação na política e religião, sabendo que os Maciel aderiram ao protestantismo, mantendo-se católicos os Borges. Posicionamentos estes que inclusive resvalaram em momentos posteriores na educação patense.

Quanto à Reforma João Pinheiro, pela Lei nº 439, de 28 de setembro de 1906,[51] só pela imprensa foi possível fazer algumas incursões. Tal lei autorizada o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado de Minas Gerais. De todos os artigos, o que trata da criação de Grupos Escolares foi o que mais se destacou nos debates. Lembrando que em Patos de Minas a criação do primeiro Grupo só se deu em 23 de dezembro de 1913. O ensino secundário, com o funcionamento de um Atheneu entre junho e dezembro de 1906, foi prioridade naquele momento. Mas as críticas não demoraram a chegar.

> Deante desta reforma chlorotica, anêmica, e morrendo de inanição não podiamos ficar silenciosos; mesmo que ella corra o risco de cahir exangue, se uma therapeutica regular não vier em seu auxilio. Quanto na Bahia foi elaborada há annos transactos, a reforma do ensino publico pelo Dr. Manoel Victorino, de saudosa memória, levantou-se em massa o Professorado de então, e lavrou protesto enérgico; a reforma não se fez, e foi assumpto para mais de uma comedia; hoje o professorado mineiro em logar de levantar-se com instantaneidade trágica, soffre pacatamente, subjeitos a uma remuneração pingue, dirigem-se as pressas as casas das comadres, pedindo-lhes por amor de Deus a esmola de um alumno. Reabriram-se as escolas, exige a reforma uma matricula de 40 alumnos, e não sei quantos freqüentes, fazendo o Professor trabalhar nos dias sanctificados e quase até nos domingos; quando os legisladores elaboraram a reforma, não viram, ou estavam cedos, por que só esta clausula é o mais perigoso fermento de [Não] pode o professor castigar o alumno com receio [dos] paes e estes retiraram o alumnos da escola; expliquem-me como pode o professor manter a freqüência na escola do menino vadião? A freqüência na escola nem sempre demonstra idoneidade de professorado, se se tratasse do ensino superior nada diria, no ensino primario porem, quanto mais exigente

[51] Sobre esta lei cf. Mourão (1968, p. 93-95).

e ríspido o mestre mais refractario se torna o alumnso, conheço paes que por uma simples reprehensão retiram alumnos da escola, principalmente nos nossos sertões, em que existem muitos analphabetos que não comprehendem a sublimidade da missão do mestre. Comparando os tempos hodiernos com os meus bellos tempos escolares, a differença logo se faz sentir, é verdade que antigamente existia o rigor dos magisters armados de jacarandesca férula, (não somos adeptos de tanto rigor) os professores eram todos idôneos e o concurso era o logar onde mostravam suas aptidões; o professorado era largamente remunerado; foram destas escolas que sahiram os homens que formam hoje a aristocracia intellectual do paiz, foram dos Caraças e dos 7 de Setembros, que sahiram os magistrados, os médicos, os engenheiros, etc. Hoje o professor engoda os meninos e com uma collecção de santinhos, não ha idoneidade, pois que a maior parte dos individuos sem profissão, vão ser professores primários, unicamente porque seus compadres são influencias políticas; quanto a remuneração, esta é tão exígua, que conheci uma [lavadeira de] um professor [cujos] ordenados por longo tempo lhe faltaram e chegou a ponto de não poder pagar a mulher que lhe lavava as camisas. Institua-se a obrigatoriedade do ensino primario; sejam multados os paes que sem motivo, deixarem de ensinar os filhos enviando-os as escolas, obrigue-se o professor a manifestar as suas aptidões por meio de concurso, aumentem-se os seus vencimentos, seja dada ao magisterio preferência no recebimento, construam-se casas escolares por plantas elaboradas pelos chefes da Hygiene Publica e se formos assim preparados, para o futuro teremos homens pensadores e não pedantes de Academia na phrase inolvidável do Conselheiro Saraiva. [...] Diz a reforma que o professor não pode ser jurado elimina-os das mezas eleitoraes, cerceia-lhes o direito de cidadão, tornando-o desta sorte, parte integrante da legião dos innuteis, é justo que a não poupemos. Lendo a reforma, todas as auctoridades existentes e por existir tem alguma causa a mandar no professor, tendo continuamente a espada de Democles, suspensa sobre a cabeça. Como explicar a disposição de lei que diz que nos lugares em que houver duas escolas, isto é, uma do sexo masculino e não tiver a do feminino será suspensa a do masculino, sendo transformada em mixta a escola do sexo feminino. De modo que se esse professor for bom e tiver freqüência e a professora não prestar, ficará aquelle preferido em favor desta; primeiro absurdo. Educa um pae uma filha, faz della professora, e por fim vê se obrigado a não deixar ella exercer a profissão, pois que nenhum pae há de querer sua filha só ensinar uma súcia de rapazes mandriões, que

> em sua maioria nunca tiveram sombra de educação domestica, segundo absurdo. O regulamento esta eivado de tantas iniqüidades, de tantos absurdos, que seria fatidioso enumerar, bem sabemos que esta critica proveniente na cidade do interior de nada vale, será contudo, primeiro golpe de alavanta, que há de concorrer para o desabamento da reforma. [...] Mais tarde quando a reforma for lettra morta e tiver do rol das cousas esquecidas, havemos de dizer que houve uma reforma de ensino primário em Minas, repellida com todas as forças pelo professorado e a partir da sã sociedade, que fez surgir outra, ungida pelo direito e sagrada pela liberdade. [...]. Saibam os reformadores, que há sempre inevitáveis conflictos entre novas ideas com as ideas vetustas (velhas), cheias de tradição; na natureza, disse alguem, não ha gênese sem eliminação correspondente; era preciso que se eliminasse todo o professorado ou se estabelecesse a seleção que devia dar ganho de causa ao mais forte, ao mais efficazmente amparado pela effectividade de seu preparo, esta selecção devia vir como meio prophilatico. Era preciso que as ideas dominadas pela reforma estivessem de accôrdo com a característica intellectual de cada professor; o publico conhece o professorado em geral, tem sciencia que os actuaes professores nada entendem de exercícios militares, e muito menos de gymnastica[52] sueca, como ha de ensinar aos meninos sem cahir no ridículo? Semelhante tarefa pela natureza dos encargos é evidentemente superior ao dubio preparo do professorado. A tracção desegual de reformas desarrazoadas entorpece a elasticidade mental, gasta-se a intelligencia com o esforço desprendido nos attritos com a delinquescencia do meio; áqueles que tem pretenções a Tobias e Ruys eu os conjuro a moderar o ardor de sua mocidade, pois que achamos que é preciso meio seculo de meditação para ser feita para creanças uma reforma sem deslise.[53]

Tal artigo é extremamente representativo e autoexplicativo da educação em Patos e em outras cidades mineiras da virada do século XIX para o XX, bem como das exigências da referida Reforma (João Pinheiro de 1906), por isso foi transcrito

[52] Em relação à ginástica sueca, a que se refere no penúltimo parágrafo, foi encontrado um artigo intitulado "Exercícios militares" informando sobre as aulas do professor Modesto de Mello Ribeiro. Ver: Exercícios Militares. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 63, p. 3, 30 ago. 1908.

[53] RODRIGUES, Euphrasio José. Considerações a cerca da reforma do ensino Primario. *O Trabalho*, Cidade de Patos, 27 jan., 10 e 17 de fev. 1907, p. 1.

praticamente na íntegra. Em alguns momentos, as críticas e questionamentos parecem extremamente atuais, em outros, preconceituosos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas educacionais apresentavam-se como principal elemento propagador dos ideais de modernização da sociedade patense, desde o final do Império até os anos iniciais da República. Nesse sentido, as discussões na Câmara Municipal, bem como o pensamento divulgado pela imprensa, iam de encontro aos interesses dos setores dominantes, pois eram portadores do ideário de criação de escolas na região, enfatizando seu caráter de urgência, dada a importância da instrução para o progresso da cidade, desde os anos iniciais de sua criação. Mourão afirmava que a Lei nº 13, de 1835, também "previa a colaboração das câmaras municipais na tarefa do ensino" (1959, p. 10); no entanto, conforme se percebeu através das Atas de reuniões da Câmara de Santo Antônio dos Patos, tal medida apenas colaborou para o controle ou fiscalização por parte da Província em relação à instrução primária nas diversas localidades em que existiam escolas subsidiadas ou não pelo governo. O certo é que havia outras prioridades em detrimento do ensino, as quais demandavam maior urgência, as quais perduravam em 1907 ou mais.

> É verdade que todos os Municipios Mineiros é o nosso o que menos imposto recebe do povo, é o mais generoso! [...] Pobres de nós, quando viajamos da sede do municipio para qualquer dos arraeaes visinhos! Quantas difficuldades, quantos perigos nesses córregos. [...] E as nossas ruas? Que perigo! Porcos as varas, vacas em bandos, cavallos e burros em penca, egoas as manadas, que horror! Buracos, lammas, um matagal nas ruas e nas praças, cercas de madeira nas casas do centro da cidade... que implicâncias, quantos desarranjos!! Os jogadores, os moctivados e que pena... até mesmo as senhoritas vêem-se obrigados – elles e ellas – a percorrer as ruas, a praça principal com sapatos de cachorro com a única vantagem da escuridão da noite que os proteje, pois nem siquer uma vela, mesmo de sebo, é gasto na illuminação.[54]

[54] Implicancias. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 10, 20 jan. 1907, p. 2. Ver sobre outros problemas também em: *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 18, 17 mar. 1907, p. 1-2.

Isso tudo, além da necessidade de combate a formigueiros, de um matadouro, água encanada e outros. Perto de tantos problemas, urgentes, a educação podia esperar. E como os elementos de convencimento sobre a importância da educação eram insuficientes ou fracos, matriculava-se, iniciavam-se as aulas, mas não se frequentava assiduamente estas.

Percebe-se igualmente que, para abrir uma escola que atenderia às elites patenses, rapidamente se votava a favor dos projetos, sem empecilho, o que não acontecia quando a escola a ser criada, como a "Noturna", do Professor Valeriano, por exemplo, era em atendimento aos interesses da população mais carente. Da mesma forma que se criou um Atheneu, voltado para o ensino secundário, antes mesmo do Grupo Escolar, para o ensino primário. Encontraram-se também, especialmente na imprensa, anúncios de Escolas ou Aulas Particulares, como a Escola São Vicente de Paula, ao que tudo indica funcionando na cidade de Araxá; as aulas do Professor Paulo Romero; e até notícia sobre a visita de professores da cidade de Formiga, entre os quais um padre e um advogado, cuja pretensão era fundar um colégio em Patos de Minas.[55]

Com isso, fica evidente que quem podia pagar ou manter seus filhos em outras cidades, no intuito de que continuassem seus estudos, assim o fazia. Era também uma maneira de tornar patente sua posição social, buscando mantê-la por meio das próximas gerações que estudariam fora, mas retornariam para exercer funções ou profissões privilegiadas em Patos de Minas.

É possível notar igualmente a importância que deviam ter, na época, as cidades e escolas para onde se encaminhavam esses estudantes: Ginásio Mineiro em Ouro Preto; Colégio de Sião em Campanha; Ginásio Diocesano em Uberaba; Academia de Medicina no Rio de Janeiro; Direito e Odontologia em São Paulo; Colégio em São José das Três Ilhas-MG. Cidades, Escolas, Colégios e Faculdades dos quais certamente se levavam, para Patos, suas respectivas culturas e modos de viver.

[55] Anuncios – Escola São Vicente de Paulo. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 8, 09 nov. 1905, p. 4. Escola São Vicente de Paula. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 9, 15 nov. 1905, p. 4. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 11, 30 nov. 1905, p. 3.
Escola São Vicente de Paulo. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 11, 30 nov. 1905, p. 4. Hospedes illustres. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 73, 9 fev. 1909, p. 2.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 235.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. As Medidas de Reformas acerca da Instrução Pública Primária em MG: 1892 a 1898. *HISTEDBR Navegando na História da Educação Brasileira*. p. 5. Disponível em: <histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_103.html>. Acesso em: 02 jan. 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil.* São Paulo: EDUSP, 1993.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e Imprensa:* as influências na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922. Uberlândia: Edufu, 2007.

CARVALHO, Maria Marta Chagas de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica*: higiene moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Maria Marta Chagas. *A escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 316.

CATANI, Denice Bárbara. A Imprensa Periódica Educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, p. 115-130, jul./dez. 1996.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de Pecuários e Enxadachins*: História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Ingabrás Impressão, 1974.

MELO, José Marques de. *Jornalismo Opinativo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1959.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, Antônio. A Imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. *Educação em Revista* – a Imprensa Periódica e a História da Educação. São Paulo, 1997.

OLIVEIRA MELLO, Antônio; OLIVEIRA, José Eduardo de; SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. Uma História de Exercício da Democracia: 140 anos do Legislativo Patense. In: BRITO, Maria Terezinha de P. *A Escola Normal de Patos de Minas:* 1932-1972: na encruzilhada entre o novo e o velho. São Carlos, 1999.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. *Capitalismo e Escola no Brasil*. São Paulo: Papirus, 1990.

A Câmara Municipal de Patos de Minas e a promoção da instrução pública: grupo escolar, ensino secundário e educação no campo (1905-1908)

Antoniette Camargo de Oliveira
Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Eloy Alves Filho
Geraldo Inácio Filho

INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda os esforços da Câmara Municipal de Patos de Minas (MG) em prol da criação de um grupo escolar, isto é, como foram enfrentados os problemas relativos à instrução pública na cidade, ou melhor, de que forma o Legislativo local conduziu os encaminhamentos para a instalação dessa modalidade de escola no município, pois havia várias dificuldades e demandas, tais como encontrar professores disponíveis ou devidamente habilitados para ensinar, mas também questões concernentes às longas distâncias entre as escolas isoladas, ou mesmo distritais, situações essas bastante debatidas pelos vereadores. Assim:

> O presidente da Câmara de Patos, Dr. Marcolino de Barros informava em 1912, o número de escolas mantido pelo legislativo municipal. Quatro escolas, sendo 3 do sexo masculino e 1 de ambos os sexos. Nas 3 primeiras, estudavam 154 alunos. Na escola mista, 36 alunos e 11 alunas. Na mesma época funcionavam 4 escolas particulares, sendo 2 do sexo masculino com 31 alunos, 1 do feminino com 23 alunas, e 1 mista com 39 alunos e 24

> alunas. [...] O recenseamento de 1920 apurou, 1.088 mulheres sabendo ler e escrever na sede do município. [...]. (FONSECA, 1974, p. 134)

Dessa maneira, e paulatinamente, o cenário educacional de Patos de Minas começa a firmar-se enquanto palco de manifestações culturais que anunciavam o paradigma de boas condutas, em nome da harmonia social, tão almejada pelos "poderes constituídos" da cidade. Nesse sentido, a criação de um grupo escolar representaria um importante avanço no campo educacional do município, bem como se constituiria num marco da "modernidade local", ou seja, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para organizar o ensino, um grupo escolar criaria condições de se reinventar a escola, com o objetivo de tornar mais efetiva sua contribuição aos projetos da sociedade, reinventar a escola por meio de novas metodologias e conteúdos, formar, contratar, portanto adequar espaços e tempos apropriados para a instrução das crianças, visto que a postura do professor primário suscitava uma nova postura profissional.

Tendo a representação dos grupos escolares, a produção de escolas isoladas como sendo símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado, quando não esquecido, buscando moldar as práticas, os símbolos escolares — como afirmação da forma escolar, que deveria começar pela produção de um lugar mais apropriado, lugar para a educação escolar, portanto a defesa desse lugar, do grupo escolar como "instrumento" do progresso e de mudança propulsora do progresso e da transformação. Como é visualizado por Faria Filho:

> [...] Em alguns momentos, a escola não apenas recriou ou readaptou teorias e métodos de organização e controle adventícios, mas criou verdadeiramente novas racionalidades, sensibilidade, temporalidades, conhecimentos, dentre outros, que foram "impostos" ao conjunto do social. Os grupos escolares e seu processo de organização significavam, portanto, não apenas nova forma de organizar a educação, mas fundamentalmente, uma estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias, enfim, impondo uma outra prática pedagógica e social dos profissionais do ensino através da produção e divulgação de novas representações escolares. (2000, p. 37)

É com essa perspectiva que o grupo escolar se apresentaria como imponente elemento do progresso da cidade de Patos de Minas, o qual se concretiza com a

instalação do Grupo Escolar Marcolino de Barros, em 4 de junho de 1917, tendo como seu primeiro diretor o professor Modesto de Mello Ribeiro. Para além dessa iniciativa, os vereadores também debateram sobre a necessidade de implantação do ensino secundário, como condição à modernização. Por fim, surgiram propostas, principalmente nos jornais locais, em torno da educação no campo, como a criação da "fazenda modelo".

AS MUDANÇAS ENCETADAS NO CENÁRIO EDUCACIONAL DA REPÚBLICA VELHA

A discussão sobre a implantação da escola primária no Brasil, bem como as tentativas de consolidação da educação pública, tendo como marco a pedagogia burguesa de inspiração liberal, coincidem com o final do século XIX, período com algumas conturbações na história do Brasil, marcado pela Proclamação da República, por uma nova Constituição para o país, por um novo envolvimento nas questões políticas, sociais, econômicas e militares, presentes no campo da religião e no campo educacional, pela transição do rompimento com questões do antigo regime presente no país e com uma nova estrutura administrativa com "roupagem diferente", que almejava a formulação de uma Constituição que passasse a representar os novos ideais políticos instalados em 1891.

Na verdade, a Proclamação da República representou o rompimento com a Monarquia, enquanto instituição política que administrava e organizava as demais instituições do Brasil Imperial. Como consequência desse rompimento, se estabelece outra estrutura político-administrativa, diferenciada da anterior, na qual é fundada uma nova ordem legislativa, com características bem distintas da anterior, que buscava representar os novos ideais políticos, bem como definir os rumos do país, diante do modelo republicano que iniciava uma nova relação de poder.

Nos anos iniciais da República Velha, propagaram-se críticas à velha ordem da sociedade imperial, ponderada como atrasada e retrógrada pelas mazelas deixadas do colonialismo e da escravidão, e que atraídas na efetivação de uma concepção de modernização que visava "reformar", "regenerar", "instruir", "moralizar", "integrar," "civilizar" a sociedade e o país com a finalidade de constituir uma sociedade ordeira, laboriosa, com sentimento voltado essencialmente para servir e pertencer à pátria brasileira.

No bojo do projeto republicano de modernização e de trazer à "civilização" o povo, os grupos escolares assumem, enquanto modelo de instituição educacional, ou melhor, como espaço escolar racionalizado, papel preponderante nas propostas dos educadores republicanos. Inicialmente, disseminam-se pelo estado de São Paulo, mas aos poucos difundem-se pelos demais estados do país. Segundo Araujo (2006, p. 236), a institucionalização[1] deu-se primeiramente em São Paulo, na sequência "no Maranhão (1903), em Minas Gerais (1906), no Rio Grande do Norte (1908), no Espírito Santo (1908), na Paraíba (1911), em Santa Catarina (1911), em Sergipe (1916) e em Goiás (1918)", pois ainda expressa o esforço e a resposta dos republicanos em torno da disseminação da escola pública sob o referido ideário.

Assim, podemos considerar que a resposta republicana no que tange à educação escolar necessita também ser compreendida, levando em consideração o contexto europeu do século XIX, pois, segundo Araujo (2006, p. 235) "quando a escolarização primária veio se efetivando em diferentes compassos nos diferentes países, bem como no contexto brasileiro, no que tange a este a primeira metade do século XIX brasileiro se ocupou da unidade nacional do ponto de vista político." Ainda, conforme Haidar (1972), "Proclamada à República, esta se viu diante de uma tarefa por fazer, a de configuração da escola pública, seja em nível quantitativo e qualitativo, seja em termos de recursos humanos para socorrê-la, seja por meio de edifícios escolares".

Nos meados do século XX, os grupos escolares haviam se tornado modalidade de escola primária no país, acompanhando o processo de urbanização e democratização do ensino público. Estes foram disseminados em São Paulo em 1893, segundo Souza (2009, p. 30) e em Minas Gerais e demais Estados, consagrando o modelo de escola elementar que se encontra em vigor atualmente nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Em Minas Gerais, segundo Veiga e Faria Filho, "o projeto de modernização idealizado por intelectuais e políticos republicanos "visava aliar o progresso material e econômico da sociedade ao "progresso das mentes" buscando "incorporar culturalmente [...], na perspectiva da formação de homens e mulheres civilizados e educados" (VEIGA e FARIA FILHO , 1997, p. 204).

[1] A respeito dessas realizações, nos diferentes estados citados, conferir respectivamente Souza (1998) (para SP); Andrade (1984) (para MA); Faria Filho (2000) (para MG); Moreira (1997) (para RN); E. F. S. P.Silva s/d (para MT); Barreto (1999) (para ES); ACF. Pinheiro (2002) (para PA); Nóbrega (2003) (para SC); Nunes (1984) (para SE); e Bretas (1991) (para GO); Uma ressalva ainda segundo Araujo (2006), alguns desses estudos não apresentam como objeto os grupos escolares. Segundo Araujo (2006, p. 236).

Nesse sentido, a defesa da instrução como elemento de integração do povo à nação, fortalecido com a proclamação da República, propiciou a necessidade de produção de uma nova escola, organizada de acordo com os interesses do projeto educacional da nova ordem que se implantava. Nesse período foi atribuído à educação popular o papel de formação do cidadão republicano, consolidando o novo regime e promovendo o desenvolvimento social e econômico. Conforme podemos visualizar segundo Souza:

> A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações, Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241)

Em relação a esse contexto, a formulação e o ensino são afirmados como valores fundamentais para o indivíduo e sua vida na sociedade e para o exercício de direitos fundamentais à vida do cidadão. A República nasce acompanhada da crença da necessidade de remodelação da ordem social, política e econômica, e da convicção de que a educação seria o mais forte instrumento para a consolidação do regime republicano e para a construção do país moderno, capaz de oferecer ao povo as condições de sua inserção no regime democrático representativo. Contudo, a representação de uma sociedade pautada em uma nova visão de "modernidade", que forneceria ao povo o ideário da garantia de instrução, de paz, de liberdade, de ordem, de progresso, de moralização e civilização, oportunizara também a "regeneração" do povo perante o contexto educacional instalado naquele momento, pois diante do exposto de uma concepção no momento considerada liberal referente à educação no final do século XIX, em que as ideias e as estratégias de luta almejavam como perspectiva um campo de ação política, como forma de interpretação e apresentação de um projeto social.

Diante da credibilidade na força do poder redentor da educação, pressupunha a confiança na instrução como forma de elemento conformador dos indivíduos, pois, segundo Souza, "A potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão" (SOUZA, 1998, p. 26-7).

Nesse sentido, a formação do homem, articulada com a educação, apresenta *nuances* de valorização da ciência e, portanto, com os rudimentos presentes de uma cultura letrada, manifestava-se como interpretação conciliadora capaz de fornecer uma explicação dos motivos de atraso da sociedade brasileira e, consequentemente, fazer apontamentos para a resolução do problema.

Nas últimas décadas do século XIX, intelectuais, políticos e grandes proprietários rurais enfrentaram e debateram intensamente problemas da economia do país, da transição do trabalho escravo para o livre, a construção de uma identidade nacional, a modernização e o progresso da nação, que tentavam difundir as ideias consideradas ilustradas e relativas ao desenvolvimento, ao progresso e ao bem-estar dos povos e do poder altamente "regenerador" da educação, pois segundo este esforço, ao lado de outras iniciativas, irá criando uma atmosfera de crença na capacidade transformadora da ciência e da educação, por meio da qual se vislumbrava poder concretizar a superioridade do sistema republicano.

Seguindo a linha de análise de Souza, em relação à disciplina e à civilização dos povos, o republicano foi organizado e constituído, tendo nos grupos escolares uma de suas bases de sustentação, pois "em primeiro lugar, disciplina e ordem são indispensáveis para o ensino simultâneo, obedecendo, pois, a uma dupla racionalidade didática pedagógica: a condição para realizar o ensino e os meios para alcançar as mais elevadas finalidades da escola primária – civilizar e moralizar" (SOUZA, 1998, p. 145).

Assim a escola primária no início de sua disseminação expressava-se como sendo uma estratégia essencial no projeto civilizador republicano, apontando para a formação de uma sociedade útil e que deveria seguir e obedecer às leis e autoridades públicas, e ainda que colaborasse para o crescimento e desenvolvimento da construção do progresso da nação. É significativo destacar que durante esse período, segundo Souza, "A crença no poder da educação acalentava o futuro" e em diversos estados brasileiros, os republicanos inspiravam na educação da população a possibilidade da efetivação de um projeto político: "O fortalecimento do Estado Republicano, a reforma da sociedade brasileira, a constituição da nacionalidade" (SOUZA, 2009, p. 335).

Ações desenvolvidas em âmbito nacional podem ser observadas também na esfera local, pois, conforme apresentado anteriormente, a disseminação dos grupos escolares em diferentes épocas, nos vários Estados, trazia consigo a difusão da instrução escolar. Segundo Relatório de 1901, Wenceslau Braz, escrevendo para o presidente de Minas Gerais, chama a atenção ao evidenciar que a institucionalização

desse novo modelo concorreria para a "nobilíssima e patriótica causa da difusão da instrução escolar" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Relatório do Secretário ao Presidente do Estado de Minas Gerais*, 1901, p. 91). Portanto, percebemos que em Minas Gerais havia, como em todo o Brasil, conforme o secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais Delfim Moreira (1903-1906), uma preocupação em relação ao exacerbado analfabetismo, com a pouca cultura intelectual da população, com a pequena frequência das crianças nas instituições de ensino, com "os meninos vadios e abandonados pelas ruas, completamente abandonados".

Nessa perspectiva esse Secretário, ao término de seu mandato, deixa sinalizadas para o governo João Pinheiro seis sugestões para a reforma do ensino primário, aqui apresentadas sinteticamente. A necessidade de professores habilitados, disseminação de cadeiras de instrução primária, fiscalização assídua, método e programa de ensino, mobiliário e aparelhos escolares e, por fim, casas apropriadas e higiênicas (FARIA FILHO; VAGO, 2000, p. 36).

Em contrapartida, em Minas Gerais, há uma busca no sentido de se organizar a instrução pública do estado e, com esta perspectiva, levá-lo à condição de "reformar", "regenerar", "instruir", "moralizar", "integrar," "civilizar" a sociedade mineira. Daí a importância de se promoverem reformas educacionais, isto é, "nessa direção os grupos escolares foram instituídos e aceitos com a Reforma de Ensino Primário e Normal do governador João Pinheiro, por meio da Lei 439 de 28 de setembro de 1906, sendo que o artigo 31 da citada Lei tratava especificamente dos grupos escolares" (RIBEIRO; SILVA, 2003, p. 29). Em relação à referida reforma, Araujo afirma que:

> Seu artigo 1º expressava o tripé speceriano: "[...] que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica". Previa o seu artigo 3º que o ensino primário seria gratuito e obrigatório e ministrado em escolas isoladas, grupos escolares e escolas-modelo anexas às escolas normais. O inciso II do artigo 6º dispunha que, ao governo, caberia "organizar o programa escolar, adoptando um methodo simples, prático e intuitivo". O seu artigo 10º previa que "nos logares onde forem organizados os grupos escolares [...] poderá o Governo supprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos". O seu artigo 14º rezava que "os alumnos pobres que mais se distinguirem no curso primário pela intelligência, bom procedimento e assídua applicação, terão a proteção do Governo para serem admittidos gratuitamente, quer no Gymnasio Mineiro, quer nos gymnasios equiparados". Em seu artigo 22º, afirmava que o governo buscaria

> meios para que os edifícios fossem apropriados à escola, e estas providas "de livros didacticos, mobília e todo material de ensino prático e intuitivo". (ARAUJO, 2006, p. 247-248)

Podemos perceber que os pontos apresentados como sugestão por Delfim Moreira foram acatados ao se instituirem os grupos escolares por meio do artigo3º: "O ensino primário e obrigatório será ministrado em I escolas Isoladas, II Grupos Escolares, III Escolas Modelo '(anexas às escolas normais)'" (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais*, 1906, p. 20-21). Contudo, a reforma Educacional foi considerada a mais importante reforma destinada às camadas de nível inferior da população; esta mostra que a mudança de lugar, físico e simbólico, permitiu uma nova visão da cultura da escola em "toda Minas Gerais", possibilitando, com isso, uma discussão específica sobre o conhecimento escolarizado. Segundo Araujo (2006), sobre esse objetivo da reforma empreendida, é claramente explicitado ao final do referido preâmbulo, ou seja, o tripé spenceriano: "[...] que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e physica" (ARAUJO, 2006, p. 247). Nessa linha de pensamento:

> O governo de Minas Gerais obrigava-se empregar "os meios possíveis para serem as escolas isoladas em edifícios apropriados e providas de livros didáticos, mobília e todo o material de ensino prático e intuitivo'. No mesmo ano da reforma , em 1906, o valor total dos gastos do governo estadual com prédios construídos atingiu "apenas 123:900$000". Em 1907, esse valor foi calculado "em 780:052$000 e mais 321:681$000 o valor dos prédios em obras para grupos e escolas," o que significa uma expressiva elevação. Esses recursos depreendem-se, foram aplicados tanto para construir Grupos Escolares quanto para Escolas Isoladas ou Agrupadas. (FARIA FILHO; VAGO, 2000, p. 38)

Os grupos escolares, por expressarem uma "racionalização pedagógica", necessitavam de um currículo adequado, bem como de um novo programa para o Ensino Primário; incluía, segundo Filho e Vago (2000, p. 128), "Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural, Física, e Higiene, trabalhos Manuais e Exercícios Físicos". Na concepção do então Secretário Carvalho Brito, o que se esperava desse programa era que com o intuito de "produzir alunos que saibam ler – diante de um trecho lido

e entendido — pensar; escrever com arte e ortografia; conhecer a pátria e a posição que ela ocupa no seio da humanidade; que aprendam a confiar no próprio esforço, [...] o aperfeiçoamento material e moral". Mourão ainda ressalta um aspecto significativo da Reforma João Pinheiro-Carvalho Brito, "foi o da preocupação dos seus colaboradores com os métodos de ensinar, para facilitar aos alunos a aprendizagem" (MOURÃO, 1962, p. 106).

INCURSÕES EM PROL DO GRUPO ESCOLAR EM PATOS DE MINAS

A necessidade de criação de um grupo escolar em Patos de Minas surgiu pela primeira vez por meio de sua imprensa, quando se questionava a lei sobre a obrigatoriedade do ensino primário, antes da promulgação da Lei João Pinheiro.

> O que se observa infelizmente com a lei mineira, é que a instrução vai de mal a pior, porque ao passo que as escolas se congestionam de meninas e meninos, o professorado, apesar de competente, e em extremo dedicado a seus alunos, é insufficiente tendo de cruzar os braços deante da impossibilidade material de lecionar com proveito para 100, 150 a 200 alumnos em uma só aula, com um só professor. O que acontece é que no fim do anno, a medida de promoções é irrisória, desgostando o mestre, desanimando o alumnos e amolando os Paes e tutores que vêm seus filhos e tutelados sempre analphabetos, apesar da obrigatoriedade do ensino onde barbam, quando não encanecem.[2]

A qualidade do ensino no Brasil como um todo era ruim por falta de professores ou pelo grande número de alunos. Com isto, já se fazia premente um agrupamento de várias escolas isoladas. É curioso como, neste mesmo artigo, já se fizesse menção à existência de um grupo escolar em Patos, com professores competentes, mas que de certa forma ainda encontrava-se "desagrupado" no que diz respeito às suas salas.

> O grupo escolar de Patos tem a sua frente um dos mais competentes professores do magistério publico mineiro, de dedicação enexcedivel com

[2] Ensino Primário. *O Trabalho*, Cidade de Patos, 20 ago. 1905.

> sacrifício de sua própria saúde e, a seu lado distintíssimas professoras que honram a classe a que pertencem, pelo cultivo, amor e instrucção e operosidade; entretanto, é materialmente impossível de que o fructo colhido corresponda a todos esses predicados porque, com uma matricula de quase 500 meninos distribuídos em cadeiras algumas das quaes em numero superior a 100 não se pode conceber nem há probabilidade, sequer, de bom resultado. Felizmente, porém não se observa aqui, o que todas essas circunstancias deveriam produzir, notando-se sempre, nos exames annuaes, um aproveitamento superior, filho unido do muito esforço do professorado apesar de pequeno em vista do numero de alumnos.[3]

Exaltava-se a competência dos profissionais docentes dali, em comparação com os de outras localidades e cobrava-se dos governantes uma maior valorização do magistério público. Do contrário, as escolas se tornariam, num futuro próximo, "exclusivamente em ponto de reunião infantil".[4] Todo esse debate ia ao encontro da necessidade de criação de um grupo escolar. No mês seguinte, essa vontade ficava ainda mais clara.

> [...] sem instrucção não pode haver civilisação, não pode haver progresso. E no entanto a nossa mocidade é discuidada d'ella não se pensa! Infelizmente ainda não temos no nosso vasto e esperançoso municipio um só estabelecimento onde os jovens filhos do sertão possam receber a luz da instrucção cívica e religiosa. Crescem embebidos nos vícios e na mais depravada corrupção. Façamos justiça, sejamos civilisados e instruamos a mocidade, esperança do porvir![5]

Não se identificou o nome do articulista, pelas iniciais P. M., mas o artigo foi dedicado ou direcionado aos Drs. Euphrasio J. Rodrigues e Agenor Dias Maciel, envolvidos na causa da Educação de maneira ampla. Depois disso, só se voltou a publicar sobre educação, em maio de1906, quando se fundava um Atheneu, com a participação dos dois citados. Ou seja, a urgência de um Atheneu, voltado para o

[3] Ensino Primário. *O Trabalho*, Cidade de Patos, 20 ago. 1905.

[4] Ensino Primário. *O Trabalho*, Cidade de Patos, 20 ago. 1905.

[5] P. M. A Instrucção da Mocidade. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 4, 20 set. 1905, p. 3.

ensino secundário, superou a urgência de um Grupo Escolar, voltado para o ensino primário em Patos de Minas. Veja como foi o processo no subitem a seguir. Já em dezembro de 1906, a questão do Grupo Escolar é retomada a reboque da reforma do ensino primário.

> A reforma do ensino primario, em boa hora confiada ao governo do Estado, vai sendo acolhida com justas sympathias e bem fundadas esperanças, por todos aquelles que se interessam pela educação e instrucção populares. Nota-se mesmo um certo enthusiasmo, um novo sopro de vida, de fé, em nosso povo, que parece despertar de sua apathia culpável, de sua indifferença criminosa. De todos os recantos da patria mineira irrompem expontaneos, os mais francos encômios ao governo pela energia e particular attenção com que se dedica a este importantíssimo ramo da administração publica. Diversas camaras municipaes procuram secundar a acção do governo offerecendo-lhe predios destinados á installação de grupos escolares, concorrendo assim para a diffusão do ensino. Julgamos de consignar aqui que tambem a nossa edilidade emprega todos os esforços para dotar esta cidade com este importante melhoramento. Acreditamos que a creação desses grupos vem operar uma verdadeira transformação no ensino, tornando-o uma realidade. Não nos devemos deter portanto ante sacrifício algum para a consecução desse desideratum, pois que sem instrucção não pode haver felicidade: é ella a mais segura garantia de um futuro melhor e nella repousam as nossas mais gratas esperanças.[6]

O articulista conclamava a população a abraçar a causa e a lutar por um Grupo Escolar. Em contraposição, no dia 23 deste mesmo mês noticiava-se a "morte" do Atheneu.[7] Encerrada a questão do Atheneu, logo em janeiro do ano seguinte,

> Pelo mesmo Senhor (Vereador Eduardo Noronha) foi apresentado um projecto numero 8, auctorizando o Agente Executivo Municipal a alienar o prédio em que funciona a primeira escola publica d'esta Cidade, e aplicar o producto na construcção do novo prédio para o grupo escolar, [...].[8]

[6] M. Instrucção Publica. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 4, 9 dez. 1906, p. 1.

[7] Pescador. O Atheneu? *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 6, 23 dez. 1906, p. 1.

[8] Ata da 6ª Sessão ordinária do dia 11 de janeiro de 1907.

Entre alguns dos problemas que demandavam soluções urgentes para a cidade, o Grupo Escolar destacava-se, ou melhor, era notória a preocupação da Câmara, mas também ganhavam relevo, nas reuniões, as discussões em torno da necessidade de criação da então denominada "Fazenda Modelo", pois

> Assim como a Edilidade unanimimente promptificou-se em auxiliar o Governo do Estado para a fundação da "Fazenda Modelo" esperamos que se promptifique em auxilial-o na fundação de um "Grupo Escolar", onde nossa mocidade colherá os conhecimentos bastantes, para dirigir seus serviços agrícolas, industriaes e commerciaes. O antigo prédio, onde funcciona a 1ª cadeira do sexo masculino e que é proprio Municipal, não prehenche as condições adequadas para aquelle fim, e por isso houve proposta para vendêl-o e comprar-se novo prédio que satisfizesse as exigencias para o grupo escolar, se esse projecto for avante, será obra de grande alcance estabelecer-se o Grupo Escolar.[9]

A venda da casa anteriormente referida, em que funcionava a escola, ficou esquecida de janeiro a setembro de 1907, quando foi retomada, sendo tema de discussão em outras reuniões da Câmara.

> [...]. 2ª Parte: Discussão do projecto sobre a venda da casa da escola publica, onde funcciona a primeira Cadeira do sexo masculino [...].[10]

> [...]. Passando-se á segunda parte, posto em discussão o projecto sobre a venda da Casa da escola publica, onde foncciona a primeira Cadeira do sexo feminino, digo, do sexo masculino, foi unanimemente approvada. [...]. 2ª Parte. Discussão do projécto sobre a venda da Casa da escola publica do sexo masculino, regida pelo Professor Modesto de Mello Ribeiro. [...][11]

> [...]. Passando-se á segunda parte foi posto em discussão o projecto numero oito (8), que authorisa a vender a Casa de escola e apolices mineiras, não havendo quem pedisse a palavra, o Senhor Presidente encerrou-a, e,

[9] O lavrador. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 18, 17 mar. 1907, p. 1-2.

[10] Ata da Sessão ordinária do dia 16 de setembro de 1907.

[11] Ata da Sessão ordinária de 17 de setembro de 1907.

> posto a votos foi unanimemente approvado, passando-se á Comissão de Redacção. [...][12]

> [...]. Passando-se a primeira parte, pelo Vereador Capitão Noronha, foi lido o parecer oppinando que fosse approvada como redacção final do projecto numero oito (8) aucthorisando vender a casa da escola e apolices mineiras, a mesma redacção do projecto. E pedindo dispença de interticio sendo pelo Senhor Presidente consultado a Camara foi concedido. Posto immediatamente a votos o parecer foi unanimemente approvado. [...][13]

Como se percebe, para que fosse votado, os debates eram intensos e extensos, uma vez que, para a discussão do projeto, destinavam-se, pelo menos, três dias. A Lei que autorizava a venda da referida casa ficou assim redigida:

> LEI N.98 DE 21 DE SETEMBRO DE 1907
> Authorisa ao Agente Executivo Municipal a vender a casa da escola e apolices mineiras.
> O povo do municipio de Santo Antonio dos Patos, por seus representantes na Camara Municipal decretou, e eu, em seu nome sancciono a seguinte lei:
> Art. 1. Fica o Agente Executivo Municipal Auctorisado a vender a casa onde funcciona a escola regida pelo Professor Modesto de Mello Ribeiro e applicar o producto em um novo prédio que sirva para um grupo escolar.
> Art. 2. Fica egualmente auctorisado o Agente Executivo municipal a vender as apolices mineiras que possue o municipio e empregar o producto na canalisação d'agua potavel da cidade.
> Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario.
> Mando, portanto, a todas as auctoridades a que o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.
> Casa da Camara Municipal de Patos, em 21 de Setembro de 1907.
> Pedro Modesto da Silva.
> Vice Presidente da Camara em exercicio de Agente Executivo Municipal.[14]

[12] Ata da Sessão ordinária do dia 20 de setembro de 1907.

[13] Ata da Sessão ordinária de 21 de setembro de 1907.

[14] Lei n. 98 de 21 de setembro de 1907. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 42, 30 set. 1907, p. 4.

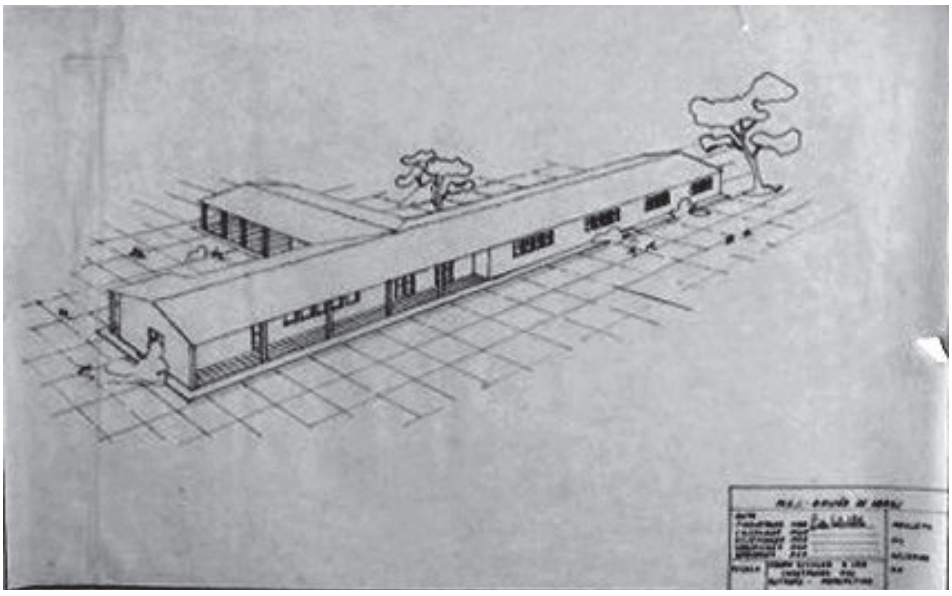
A mobilização pela construção seja de um Grupo Escolar, seja de uma Fazenda Modelo era grande. Tanto é que, como se vê por meio da imprensa, especialmente no decorrer do ano de 1907, ambas as aspirações eram trazidas praticamente juntas nos diversos artigos que tratavam da importância da educação para Patos. Em agosto de 1908, uma atitude mais efetiva foi tomada: a população da cidade começou a subscrever voluntariamente, com valores que iam de 500$000 a 5$000, para a construção do Grupo Escolar. O que foi divulgado (nomes respectivos valores doados) na imprensa. Transcrevem-se a seguir trechos que antecedem a referida lista.

> Há tempo que tomou a si a árdua tarefa de levantar a estatistica da população infantil em edade escolar e, nesse sentido não poupando esforços deu conta de sua missão ao digno Secretario do Interior o nosso director Dr. Laudelino. Si parecesse que a idéa não merecia por parte de S.S. o carinho devotado, por certo o seu ardor ter-se-ia arrefecido deante de qualquer estorvo que lhe anothasse; as barreiras cederam ao grandioso impulso e auxiliado pelo Cel. Farnese Dias Maciel e pelo provecto professor Modesto de Mello Ribeiro sahiu a campo colhendo assignaturas para a construcção do Grupo Escolar na nossa cidade, encontrando o melhor acolhimento por parte de todos a que se têm dirigido em busca do auxilio que será a base para que o magestoso se erga na nossa cidade o edificio que registrará o marco do nosso devotamento a causa da instrucção do povo em todas as suas classes, base essencial para o nosso progresso material e intellectual, freio irresistível á corrupção dos costumes que, ao Deus dará, se vão pervertendo do berço a velhice. [...] O problema da instrucção publica, é, na primeira plana das plataformas dos governos intelligentes a principal Idea que o deve empolgar, e a razão ahi está frisante na observação dos factos tanto maior é o desenvolvimento do povo quanto maior é o numero de suas escolas.[...][15]

A lista de doadores foi tão grande que outra parte foi publicada no dia 30 de agosto[16] e ainda teria continuação num próximo número. Em 15 de novembro de 1908, o Professor Modesto já tinha em seu poder a planta do prédio para o grupo escolar, enviada pelo governo do Estado.

[15] Grupo Escolar. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 62, 20 ago. 1908, p. 1-2.

[16] Grupo Escolar. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 63, 30 ago. 1908, p. 2.



Fonte: Acervo Documental e de Imagens do Município de Patos de Minas – MuP – Museu da Cidade de Patos de Minas – *Casa de Olegário Maciel*.

E o articulista do jornal *O Trabalho* enfatizava que:

> É preciso porem, que todos nós, unidos, prestemos ao Cel. Farnese o nosso concurso, auxiliando-o de todo o modo, ainda com sacrifícios, para que em breve tempo, possamos ver realisada a grande obra, que a da instrucção de nossos filhos. [...]. Aquelle que ainda não contribuio com quantia para esse fim deve fazel-o, pois reverterá em benefício de nós mesmos, e desta terra que tanto amamos![17]

Enfim, todos queriam, de uma forma ou de outra, colaborar com a construção de um grupo escolar para a cidade de Patos. Tanto é que o Dr. Laudelino Gomes de Almeida, médico residente na cidade, optou por ceder o subsídio anual que recebia da Câmara, para a construção do Grupo.

[17] *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 69, 15 nov. 1908, p. 2.

> Expediente: Um officio do Senhor Dr. Laudelino Gomes d'Almeida, desistindo dos tresentos mil reis, da gratificação votada pela Camara, pelos seus serviços médicos prestados aos pobres, conforme a Lei orçamentária numero noventa e sete de vinte e um de Setembro de mil novecentos e sete; sob a condição de ter a referida quantia applicada á construcção de um grupo escolar n'esta Cidade. Sendo o mesmo entregue a Commissão de Legislação. [...][18]

Na imprensa, o próprio Dr. Laudelino expõe a má vontade da Câmara e o partidarismo que imperava no município.

> No nosso requerimento affirmavamos que, concedido ou não o seu deferimento, continuariamos a prestar do mesmo modo os nossos serviços medico-cirurgicos a população indigente do nosso municipio. A situação no entretanto se tornou interessante no orçamento para 908, figurando um medico com um partido feito pela camara para receitar para os pobres, mediante a quantia de 600$ annuaes e uma gratificação de 300$ para outro medico. Resolvido por esse modo o incidente provocado com o nosso requerimento, votamos a verba dos 300$000 annuaes em beneficio da instrucção primaria local. Nobresa de espirito e procedimento de alcance geral, visando os filhos dos ricos e dos pobres, só poderiam ser ouvidos ou entendidos pelos que não poupam horas ao beneficio de procurar desfazer as trevas, iniciando-se em um novo marco para o progresso intellectual d'esta terra, se esforçando pela educação das creanças, melhorando as escolas e difundir o ensino pelos meios mais consentâneos com os progressos da pedagogia. O nosso procedimento destinando aquella importancia ao grupo escolar desta terra, deveria reflectir como um incentivo a vice-presidencia da Camara em effectividade de presidente e não accintosamente sublinhando conveniências para o orçamento onde só houve manifesta má vontade contra nós, por termos a sobranceiria de reclamar o cumprimento das leis que são entre nós letra morta, e tanto essa foi a conveniência orçamentária, que o partido do Dr. Euphrasio José Rodrigues, que então era de 600$ annuaes, mesmo quando era o único medico nesta

[18] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 4 de janeiro de 1909. Ver também Atas do dia 16.02.1909 e do dia 17.02.1909, em que se decide a favor do pedido do médico.

> cidade, foi elevado a 900$ annuaes, com os 300$000 que a conveniência orçamentária foi obrigada a retirar da verba egual com que nos haviam, por alta recreação, abandonado! A má vontade não mirou só a nossa pessoa, estendeu-se tambem contra esta folha a que se quis podar a verba destinada para as publicações dos actos da Camara, como é expresso em lei. A vice-presidencia se esforçou tanto a ponto de pleitear no recinto das sessões e fora, antes das votações empenhando-se cabalisticamente com terceiros para obter de segundos appoio a sua guerra o que com vantagem e nobresa foi repetido. [...][19]

O que resvalou até n'*O Trabalho*, visto que Dr. Laudelino era um dos redatores deste. Ao que se compreende, os 300$000 reis anuais passaram a ser revertidos para a construção do Grupo Escolar, mas como havia dois médicos na cidade e ambos prestavam atendimento à pobreza, o outro, em detrimento deste que nada mais receberia, por conveniência, teve sua gratificação aumentada. Interessante foi uma ata em que se propõe empregar a quantia destinada à criação de uma Fazenda Modelo, a um prédio para o Grupo Escolar.

> Pelo mesmo Senhor (Eduardo Noronha) foi apresentado a indicação numero tres, pedindo que a Camara officie ao Exmo. Senhor Dr. Presidente do Estado, no sentido de resolver-se a empregar a quantia destinada para fundação de uma Fasenda Modelo n'este Municipio em um prédio para o Grupo Escolar, visto como não tendo sido decretado a fundação da referida Fasenda, que seja resolvido e decretado a creação de um Grupo Escolar n'esta Cidade. Ficou sobre a mesa para ordem dos trabalhos. [...][20]

Por fim, a decisão do então Secretário do Interior:

> [...]. Foi lido [...]. Um officio do Exmo. Snr. Dr. Magalhães Pinto, Secretario do Interior, respondendo de accôrdo com o pedido feito pela Camara na Sessão anterior, um officio dirigido ao Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado de Minas, pedindo applicar a quantia de 20 contos de réis, anteriormente

[19] Edificante. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 66, 09 out. 1908, p. 1.

[20] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 10 de Maio de 1909. Ver o desenvolvimento das discussões a respeito nas seguintes Atas: do dia 11.05.1909; do dia 14.05.1909; do dia 15.05.1909 e do dia 15.09.1909.

> votada pela mesma Camara para fundação de uma projectada fasenda modelo – na construcção de um prédio que se destine ao funcionamento de um grupo escolar n'esta Cidade. Inteirada. [...][21]

Como a documentação trabalhada limitou-se ao ano de 1909, e sabendo-se que o Grupo Escolar foi criado na cidade de Patos por meio da Lei nº 4.065, de 23 de dezembro de 1913 (DI MAMBRO, 1971, p. 8), é de se supor que durou ainda algum tempo a luta pela construção, criação e instalação do Grupo.

ENSINO SECUNDÁRIO: O ATHENEU DA CIDADE DE PATOS

Em meio a debates sobre a obrigatoriedade do ensino, pequeno número de professores, aumento do número de alunos, falta de prédio próprio para o ensino primário em Patos de Minas, funda-se ali não um Grupo, mas um Atheneu.

> No dia 23 deste reuniram-se na casa de residencia do ilustrado pharmaceutico dr. Agenor Dias Maciel, a convite do dr. Euphrasio José Rodrigues, os srs. drs. Marcolino Ferreira de Barros, Euphrasio José Rodrigues, Agenor Dias Maciel, Antonio Nogueira de Almeida Coelho e Paulo Romero. O dr. Euphrasio Rodrigues tomou a palavra e disse que havia promovido aquella reunião, afim de se fundar um externato de instrucção secundária. Tendo sido unanimemente apoiada a sua proposta, propoz ainda que se descriminassem as matérias a se lecionar, e se descriminassem as cadeiras pelos lentes presentes, bem como se determinasse o dia de começar a funcionar, bem como o horário. Resolveu-se então que se instalasse solenemente o externato, que se denominou "ATHENEU DA CIDADE DE PATOS", no dia 3 de junho vindouro, e que se começassem as aulas no dia 4 do mesmo mez. Foi mais deliberado a distribuição de materiais e horario seguintes: Portuguez e literatura nacional, dr. Agenor Maciel, de 12 a 1 da tarde, as 2ªs, 4ªs e 6ªs feiras. Francez, Paulo Romero, de 1 às 2, às 2ªs, 4ªs e 6ªs feiras. Latim, dr. Sabino Lustosa, de 2 às 3, às 2ªs, 4ªs e 6ªs. Chorographia e H. do Brazil, dr. Marcolino de Barros, de 1 às 2, às 3ªs, 5ªs e sábados. Geographia e Hist. Geral, dr. Almeida Coelho, de 1 às 2, às 3ªs,

[21] Ata da 1ª Sessão ordinária de 15 de setembro de 1909.

> 5as e sábados. Mathemáthica, dr. Euphrasio Rodrigues, de 2 às 3, às 3as, 5as e sábados. Foi mais nomeada uma comissão dos srs. drs. Euphrasio Rodrigues, Marcolino de Barros e Almeida Coelho para elaborarem os Estatutos do ATHENEU. Para o fim de approvação dos Estatutos, foi designada uma reunião para hoje, 27 do corrente.[22]

Os professores seriam profissionais de outras áreas, como médicos, farmacêuticos, advogados. Não ficou claro se ministrariam aulas ali voluntariamente. Faltou dizer que estava envolvido nesta causa o dr. Sabino Lustosa, que foi representado pelo dr. Almeida Coelho.[23] E, se não havia um prédio próprio nem para o ensino primário, quanto mais para o secundário.

> Deve-se instalar hoje o Atheneu da Cidade de Patos, externato secundário destinado a instrucção da mocidade estudiosa desta cidade. E' um estabelecimento destinado a prestar grandes e reaes benefícios a este municipio e aos circunvisinhos, facilitando os meios para que muitas intelligencias ora desperdiçadas, venham se burilar afim de mais tarde poderem brilhar. A instalação se fará solemnemente ao meio dia em casa de residência do dr. Euphrasio, fasendo-se ouvir por esta occasião diversos discursos. Ao dr. Euphrasio Rodrigues, promotor de tal melhoramento, e aos demais que lhe prestaram força a' iniciativa, apresentamos os nossos parabens.[24]

O mentor da ideia, dr. Euphrasio Rodrigues, também cedia sua residência para que ali funcionasse o Atheneu. Noutro artigo, fica evidente que iniciativas isoladas em detrimento daquelas pensadas, discutidas em conjunto e planejadas "oficialmente", a partir de demandas reais, acabavam questionadas e muitas vezes nem vingavam.

> Felizmente já é uma realidade o Atheneu da Cidade de Patos, externato destinado a instrucção secundaria. [...] Será de utilidade a creação de tal estabelecimento de instrucção secundaria? Consultará a sua creação a uma necessidade palpavel de nosso municipio? Não reconhecer-lhe a utilidade

[22] Atheneu da Cidade de Patos. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 25, 27 maio 1906, p. 2.

[23] MACIEL, Sesostris Dias. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 25, 27 maio 1906, p. 3.

[24] Noticiario. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 26, 03 jun. 1906, p. 2-3.

> e a necessidade, seria desconhecer as innumeras vantagens que de taes estabelecimentos advêm, pois são eles os preparadores dos espíritos de seus alumnos, habilitando-os a empreenderem a lucata pela vida, são destinados a lhes desbravar a inteligencia, tornando-os mais aptos a ter todo elastério de que são susceptiveis. Que consulta a sua creação a uma palpitante necessidade do nosso municipio, é cousa mais do que demonstrável, pois basta-nos atentar para a sua riqueza econômica, que não pode medrar a míngua de communicações, concorrendo a falta destas para que não possam mandar seus filhos estudar fóra, senão aquelles que são mais abastados. E como então se instruírem aquelles que, embora dispondo de inteligência, não têm os recursos precisos para tal conseguirem? [...] E, se intentássemos ainda demonstrar a utilidade que traria tal estabelecimento para o adiantamento intelectual de nosso municipio e para a melhor compreensão dos deveres de cidadão? [...][25]

O fato é que tanto um Grupo Escolar quanto um Atheneu pareciam necessários, na perspectiva dos sujeitos envolvidos com a causa da educação; geralmente homens que faziam parte de uma elite pensante e influente no Município. Note-se que inclusive Marcolino de Barros, que seria o fundador do Grupo Escolar, também lutava pelo Atheneu. O artigo tem continuidade, trazendo uma informação a mais.

> Haverá uns quatro ou cinco mezes, o nosso distinctissimo colaborador, dr. Euphrasio José Rodrigues, teve a ideia de fundar um collegio de instrucção secundaria nesta cidade, para o que convidou a diversas pessoas gradas desta cidade. Nada se conseguindo então, por não terem comparecido todas as pessoas convidadas, propoz o redactor desta folha que, em vez de fundar-se um collegio, se fundasse uma Escola Normal, para cujo reconhecimento se faria todo o possivel. Sendo aceita essa idéa, cogitou-se de sua fundação, que não foi levada por diante, por não se conseguir arranjar um edifício próprio em que funcionasse a mesma. Então novamente o talentoso e patriótico dr. Euphrasio Rodrigues resolveu fundar o Atheneu da Cidade de Patos, oferecendo abnegadamente a casa de sua residência para nella funcionar o Atheneu, até que se arranjasse um edificio proprio. Por este motivo, ao fecharmos este artigo não nos podemos furtar ao desejo

[25] O Atheneu. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 1-2.

> de dar os nossos parabens ao dr. Euphrasio Rodrigues, "alma-mater" dessa creação de fructos tão prometedores, e de, como orgam dos interesses deste municipio, vir trazer-lhe as congratulações, traspassadas de immoredoura gratidão, de todo o povo deste municipio e de toda a sua mocidade que se deseja instruir, para alguma cousa mais valer.[26]

Portanto, cogitou-se fundar em Patos uma Escola Normal no ano de 1906, o que só não foi feito pela dificuldade em se conseguir um edifício próprio onde ela pudesse funcionar. Uma coisa fica clara: ao que tudo indica, qualquer um, seja qual fosse sua formação, desde que em nível superior, poderia ministrar aulas, seja num Atheneu, seja numa Escola Normal. Questiona-se igualmente se o fato de não terem comparecido à reunião de fundação do Atheneu, todas as pessoas convidadas, não seria indício de que estas não concordassem com sua fundação. O redator d'*O Trabalho* que sugeriu uma Escola Normal no lugar de um Atheneu era o Dr. Antonio Nogueira de Almeida Coelho.[27] Finalmente, no dia 3 de junho de 1906, realizou-se a instalação do Atheneu da Cidade de Patos.

> Às 12 horas do referido dia, em casa de residencia do dr. Euphrasio José Rodrigues, ali presentes os principaes representantes da elite de nossa siciedade, grande numero de senhoras, crescido numero de pessoas, e os lentes fundadores do Atheneu, drs. Sabino de Almeida Lustosa, Euphrasio José Rodrigues, Agenor Dias Maciel, Marcolino Ferreira de Barros, Antonio Nogueira de Almeida Coelho e o professor Paulo Romero, foi acclamado Presidente o dr. Sabino Lustosa, que convidou para secretario o dr. Agenor Maciel.[28]

Não compareceram à cerimônia de instalação o Capm. Modesto de Mello Ribeiro, o Major Olympio Borges, Pe. Getúlio Alves de Mello e Deiró Eunápio Borges justificando por diversos motivos.[29] Mas fica a dúvida a respeito do apoio ou não

[26] O Atheneu. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 1-2.

[27] O advogado Antonio Nogueira de Almeida Coelho foi morto por seu concunhado, com um tiro de garrucha, no dia 29 de abril de 1907, conforme *O Trabalho*, ano 2, n. 24, 05 maio 1907, p. 3.

[28] Instalação do Atheneu da Cidade de Patos. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 2.

[29] Instalação do Atheneu da Cidade de Patos. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 2.

deles à fundação do Atheneu. As aulas começaram a funcionar regularmente a partir do dia 4 de junho de 1906, sendo que o Atheneu, pasme-se, já tinha seis alunos matriculados.[30]

Após tal notícia, anuncia-se a presença de D. Eduardo, então Bispo da Diocese (Goiás), no Atheneu da Cidade de Patos, no dia 6 de julho de 1906. Ao final desta notícia, consta ainda a seguinte informação:

> Neste incipiente estabelecimento de instrucção secundaria, foram creadas duas novas cadeiras: a de Sciencias e Lições de Cousas e a de Instrucção Civica, Moral e Religiosa. Aquella será regida pelo sr. dr. Agenor Dias Maciel e esta pelo Revmº Padre Manoel de Macedo.[31]

O discurso[32] pronunciado pelo Dr. Euphrasio Rodrigues por ocasião da visita de D. Eduardo ao Atheneu foi transcrito no número seguinte d'*O Trabalho*, em 29 de julho de 1906. Cinco meses depois, anunciava-se o fim desta instituição escolar.

> Já mais a mais foge para os horizontes saudosos do passado o dia em que alguns homens de boa vontade aqui se reuniram para fundar o atheneu, instituto de instrucção secundária. Estava próximo o tempo em que teríamos de ter a visita episcopal e S. Excia. o Snr. Bispo dignando-se visitar o Atheneu, lançou, a convite, n'um livro o pensamento sublime, segundo expressão consignada em acta. De ephemera duração foi o externato e difficil seria que não o fosse, exigindo serviços a horas certas por pessoas sujeitas a outras imperiosas obrigações. Que quer dizer Atheneu? Segundo Lampridio era logar de reunião dos litteratos, poetas e oradores; segundo Aurelio Victor, templo consagrado a Minerva, onde os auctores depositavam seus escriptos. Onde, na nossa cidade, se reúnem normalmente os litteratos, onde depositam seus escriptos, quer obras de relevante utilidade e estylo grandíloquo, quer humildes pescarias em toscos rabiscos? Não estamos apontando a redação d' "O TRABALHO"? Sim, o Atheneu não morreu, ou antes morreu e ressurgiu e vive no "TRABALHO". [...] prestando

[30] Instalação do Atheneu da Cidade de Patos. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 27, 10 jun. 1906, p. 2.

[31] Noticiário – D. Eduardo no Atheneu. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 33, 22 jul. 1906, p. 2.

[32] Discurso. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 1, n. 34, 29 jul. 1906, p. 1.

> [...] a verdade e a justiça, [...] como um sorvedouro, propugnando pela paz e pelo progresso, por tudo quanto é grande, bello e bom, conformando-se com a moral, enaltecendo a religião, fructificará, crescerá, convertendo-se em imprensa, e talvez ainda (quem sabe o que nos reservam os arcanos do futuro?) em importante diario.[33]

Chegava-se à conclusão de que não bastava boa vontade para se fazer prosperar uma instituição educacional. O mais impressionante, entretanto, foi a transposição do Atheneu para o jornal *O Trabalho*. Ou seja, o que se "discursava", as práticas de oratória "gastas" no extinto externato de ensino secundário, pelas elites patenses letradas, teria espaço agora por meio da escrita, para ser publicado e divulgado n'*O Trabalho*. Ao que tudo indica, os mesmos articulistas do referido jornal eram os professores do Atheneu. Em 06 de janeiro de 1907, um artigo escrito por P. M., intitulado "Pela hygiene e pela instrucção", tinha um tom de desabafo.

> Felizmente nas minhas lides não me achei sozinho um só momento; e no nº 4 do 2º anno do nosso modesto jornalsinho, sahiram dous artigos bem elaborados que reclamam com insistência a hygiene e a instrucção publica. Alguem já disse que as minhas idéas são agigantadas como são agigantadas as aspirações dos meus companheiros de trabalho, mas pergunto eu, seremos nós os culpados de não levarmos a cabo o que desejamos? Oxalá fossemos comprehendidos! Mas no meio do deserto nos negam um grão de areia, em pleno mar não encontramos uma gotta d'agua,... os sorrisos repletos de ironia e de sarcasmos são os auxílios, são os apoios que nos dão! A boa vontade que as vezes encontramos a principio na execução das nossas idéas agigantadas, desapparece logo e nos achamos a sós, chorando as nossas magoas!... [...][34]

Desabafo esse que, tudo leva a crer, tinha ligação com o fim do Atheneu. Apesar do desabafo, seu conteúdo integral traz um misto de descrença e esperança nos governantes e na instrução dos "desprotegidos".

[33] Pescador. O Atheneu? *O trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 6, 23 dez. 1906, p. 1.

[34] P. M. Pela hygiene e pela instrucção. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 8, 06 jan. 1907, p. 1.

FAZENDA MODELO: PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NO CAMPO

No final do século XIX, a Câmara Municipal de Patos de Minas deu início às discussões para a criação de uma "escola agrícola" no município. Apenas para exemplificar, é ilustrativa a Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 15 de março de 1880, a qual destaca a importância de se criar esta modalidade de escola na cidade:

> Leo-se outro (ofício) do Excellentissimo Governo de 31 de Desembro do anno passado exigindo desta Camara até 15 de Fevereiro proximo passado minuciosas informações sobre o estado geral da agricultura, e da industria pastoril, sérica e apícula neste município, e bem assim acerta dos estabelecimentos, institutos e escolas agrícolas, jardins botanicos e passeios públicos, se as houver, referindo-se as mesmas informações á todo o corrente anno. [...][35]

Entretanto, há indícios de que tal proposta foi perdendo força entre os vereadores, pois, já no primeiro decênio do século XX, são apresentados outros argumentos em defesa da "fazenda modelo".[36] Isso pode ser constatado pela Ata da Sessão ordinária do dia 7 de janeiro de 1907:

> [...]. Pelo mesmo Snr. (Presidente) o Projeto numero tres, que autorisa o Agente Executivo a entregar ao Governo do Estado a quantia de vinte contos de reis como auxilio para o estabelecimento de uma fasenda modelo neste Municipio, [...].[37]

De qualquer forma, quando surgiu o referido projeto em 1907, a imprensa patense empresta apoio à proposta:

> [...]. Para uma obra de que reconhecemos de grandíssimo valor ao municipio como é a fundação de uma "Fazenda Modelo" já a Camara auctorisou

[35] Ata da 1ª Sessão ordinária do dia 15 de março de 1880.

[36] Outros pedidos de mesmo teor apareceram ainda nas seguintes Atas: do dia 30.01.1882; do dia 18.02.1884, sendo que nenhuma resposta era enviada ao governo imperial, que certamente buscava através de tais informações, conhecer para ter um controle sobre o território nacional.

[37] Ata da Sessão ordinária do dia 7 de janeiro de 1907.

> ao seu Presidente despenter a verba de vinte contos de reis; pois bem, essa fazenda nos mostrara os processos mais aperfeiçoados em todos os ramos da agricultura patria, e se não tivermos preparada a mocidade, pouco adiantaremos; precisamos pois cuidar da educação dos moços, dando-lhes preparo sufficiente. [...]. A classe agricola, a quem o governo dedica esforços para afastal-a da cega rotina que vae seguindo, vai lucrar muito com a fundação das fazendas modelos si os governos municipaes, não se descuidarem com os auxílios necessarios á instrucção primaria. O moço trabalhador q' colher os conhecimentos litterarios precisos; theorica e praticamente assistindo os trabalhos em uma fazenda modelo, vendo o movimento e manejo dos instrumentos aratorios, convencido de suas vantagens, não roteará pelos systhemas antigos e rotineiros. O criador nella achará uma fonte onde vae tirar os princípios necessarios e sufficientes, em se tratanto da zoothechinia, para bem dirigir a sua cria ainda deixada a mercê da natureza. [...][38]

Tal artigo, na verdade, tratava dos vários problemas e necessidades do município, entre os quais o matadouro público, a canalização da água, a Fazenda Modelo e o Grupo Escolar e, ao final, cobrava da Edilidade uma unanimidade dos seus pares ao tratar dos necessários serviços locais. Quanto aos vinte contos de reis, conforme atas apresentadas no subitem que trata do Grupo Escolar, acabaram revertidos, no ano de 1909, para a construção do Grupo. Opção que no momento parecia ser a mais adequada. Os articulistas d'*O Trabalho* continuavam depositando esperanças na fundação da fazenda modelo.

> Os Drs. Presidentes do Estado e deste Municipio, [...] o nosso desenvolvimento [...] agrícola e industrial, cogitam em fundar neste Municipio uma "Fazenda Modelo", onde, com as demonstrações praticas, instruirá os nossos munícipes das vantagens mechanicas agrícolas. Tratando o Governo de adquirir o local para a fundação da referida "Fazenda" será a occasião opportuna de mandar examinar a Fazenda do Chumbo que pode ser aproveitada para aquelle fim, e talvez com grande vantagem, não só porque suas terras são ubérrimas, como porque com esse estabelecimento haverá

[38] O Lavrador. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 18, 17 mar. 1907, p. 1-2.

> a divisão da Fazenda com os actuaes occupantes, por titulo gratuito ou oneroso, e, depois haverá a renda do imposto territorial, novos e velhos direitos dos 3% ao Estado e ao Municipio. [...][39]

Em janeiro de 1908, em artigo dirigido ao povo patense, conclamando-o a continuar lutando, Dr. Euphrasio Rodrigues lembra novamente da Fazenda Modelo.

> [...]. Agora que temos quase que em realidade, uma estrada de ferro, que temos um matadouro, que em breve, teremos a agua canalizada e uma fazenda modelo, é justo que nos esforcemos, para que tudo isto, seja amanhã uma realidade. [...][40]

Neste mesmo artigo ele trata também da importância da educação e de boas escolas no município de Patos, no sentido de que os pais não precisassem mais enviá-los a outras cidades para que pudessem estudar. Finalmente, em artigo que trata da educação em Capelinha do Chumbo, Distrito de Patos, remete a algumas preocupações ainda atuais.

> Em falta d'uma cadeira d'instrucção publica nesta localidade e á representação e petição de seus moradores a Camara Municipal resolveu, em sessão do dia 18 de setembro p. findo, conceder-lhes o auxilio de 20$000 mensaes para manutenção d'uma escola particular d'ensino primario. Mas, em sua deliberação, tomada d'afogadilho (pois não lhe attribuimos insipiência) a illustre municipalidade sujeita o pobre pedagogo da roça á observancia das formulas regulamentares do ensino official, e exige a frequencia mínima de 20 alumnos. Ora, dentro destes limites, si as circumstancias locaes o permittissem, seria o caso de evocar-se a observância do regimen constitucional da republica, que faculta ao povo a instrucção gratuita; e então outra seria a remuneração do professor, paga pelo governo, e não pelos pobres proletários como no caso vertente. Porem a Capellinha do Chumbo é um pequeno povoado a 10 leguas da sede Municipal, pobre e ainda sem os confortos para receber professores bem preparados, que aspiram o commodismo das cidades, alem de que a sua população escolar,

[39] Areado. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 2, n. 25, 12 maio 1907, p. 1.

[40] RODRIGUES, Euphrasio. Ao Povo Patense. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 3, n. 49, 20 jan. 1908, p. 1.

> occupada quase sempre em trabalhos ruraes carece de programma e methodos compatíveis com o meio. Foi neste sentido que pedimos o auxilio de 25$000 mensaes, afim de poder o respectivo mestre escola, com mais uma pequenina porção cotisada pelos próprios paes de familia ocorrer á sua subsistência, ainda assim com muita parcimônia. Em taes condições o mestre, que é d'ajuste particular basta servir a contento dos interessados, como soem fazer na roça, ensinando leitura, escripta, e as quatro operações elementares, com o relativo desenvolvimento e a frequencia media de 15 alumnos, que, não obstante, poderá elevar-se a mais de 20. Entretanto, ainda é tempo, o mesmo illustre paranympho da luminosa emenda poderá apresentar nova indicação, perante os seus pares, afim da Camara renovar o seu acto, ao qual longe estamos de desvirtuar, mas queremol-o completo para a sua ezequibilidade a bem do publico. Assim o esperamos.[41]

Os problemas inerentes à educação no campo ainda não foram totalmente resolvidos. Há inclusive programas e linhas de pesquisa em Universidades, que tratam deste tema, buscando soluções em parceria com os sujeitos envolvidos. A Fazenda Modelo, que tanto se idealizou e que infelizmente não foi criada em atendimento àquela região, seria, já naquele momento histórico, uma tentativa de se manter o homem no campo, por meio de uma instrução diferenciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atas da Câmara Municipal de Patos de Minas, bem como a imprensa local, detalham bem as discussões e iniciativas dos vereadores, quanto à necessidade de se investir em instrução primária, fosse para a criação do grupo ou escola, do ensino secundário ou da fazenda modelo. Sobretudo por ser essencialmente republicana, Patos de Minas já apresentava e aprovava, via Câmara Municipal, leis sobre a instrução pública no município logo nos primeiros anos da República brasileira, fazendo propostas de melhoria de escolas sob sua jurisdição.

[41] Capellinha do Chumbo. *O Trabalho*, Cidade de Patos, ano 4, n. 67, 08 nov. 1908, p. 2.

E essa preocupação do município em tela — e as ações dela derivadas — caracterizam o que alguns pesquisadores categorizam como "município pedagógico",[42] mas a existência de município pedagógico supõe, além de aspectos identitários e de transformação, que a cidadania embasou a sociabilidade educativa; ou seja, que o município criou condições mínimas para se constituir uma "pedagogia escolar", que se tornou uma amálgama social importante, dada a realidade da época nos municípios em estudo. Se não se pode dizer que tal pedagogia fora assumida plenamente por quem respondia pela direção política do município, também não se pode afirmar que não fora vivida pelos educandos como destino de vida, contrastante ou não com os cidadãos de outros territórios.

O município pedagógico surge, então, como complexo estrutural (singular) e instância autônoma. Há documentação histórica que informa e consagra o desenvolvimento do município, assim como há aquela que legitima a descentralização e autonomização e aquela relativa aos projetos e às realizações municipais. Nelas, o município é objeto histórico: teve vida própria — comprova-o o manancial de documentos específicos; é possível articulá-lo com a política nacional/global sem se perder de vista o local, ou seja, sua identidade, pois nele se identificam coletivos e agentes que transformaram a vida municipal num projeto de características próprias, experiências e vivências distintas daquelas observadas no quadro mais geral do nacional.

Pressupomos que o fenômeno educacional vincula-se à produção e reprodução da sociedade humana, qual seja: as ideias e representações que se entrelaçam diretamente com a atividade material dos homens ao produzirem sua vida. Assim, a

[42] Para Wenceslau Gonçalves Neto, pode-se definir assim a ação, ou a preocupação, das câmaras municipais ligada à questão educacional, pois "O município pedagógico é a entidade administrativa local na Qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativas, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento sócio-econômico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria ainda em formação, dado seu uso recente, e tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites municipais, levando à regulamentação e implementação locais dessa obrigação. Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é impulsionado, na época, pela crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação" (HISTEDBR. Município pedagógico. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_municipio_pedagogico.htm>. Acesso em: 28 fev. 2015

realização deste estudo exigiu discutir com mais profundidade a noção de *município pedagógico*, visto como lugar e instância histórico-pedagógica. Por definição, local pedagógico é o contexto, é uma entidade geográfica e sociopolítica. A indeterminação do global e a transformação histórica do nacional configuram o local como instância da realização educativa, escolar, pedagógica, política (social e cultural); mas têm suas características. Ora, embora haja determinantes nacionais — políticos, econômicos, sociais ou culturais —, o município é capaz de criar condições específicas para sua organização sociopolítica. Os parâmetros definidores do local são o lugar (*topos*/território), o contexto, a agência (poder/protagonistas), os sujeitos/beneficiários, a finalidade, o projeto/investimento, por fim, o significado da ação histórica. A coerência na organização e na evolução desses parâmetros, configurando um todo harmonioso, singulariza o local, a exemplo de Patos de Minas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza. *In*: RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Farias da. *Primórdios da escola pública republicana no Triângulo Mineiro.* Ituiutaba: Egil, 2003.

ARAUJO, José Carlos Souza. Os grupos escolares em Minas Gerais como expressão de uma política pública: uma perspectiva histórica. *In*: VIDAL, Diana G. (Org.). *Grupos escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006.

CARVALHO, José M. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DI MAMBRO, Galba Ribeiro. Patos de Minas: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Fund: *Levantamento das Leis e Decretos Estaduais Referentes a Patos de Minas (1893-1930)* ação Universitária de Patos de Minas, 1971.

FARIA FILHO, Luciano M. *Dos pardieiros aos palácios:* cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcisio Mauro. João Pinheiro e a modernidade pedagógica. *In*: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (Org.). *Lições de Minas*: 70 anos da Secretaria de Educação de MG. Belo Horizonte, 2000. (Lições de Minas 7).

FARIA, Rosicléia Aparecida Lopes de. *Da educação moderna à formação do cidadão republicano*: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, (1913-1928). 2007. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Da Centralidade da Infância na Modernidade e Sua Escolarização*: a Escola Estadual João Pinheiro – Ituiutaba (MG), 1908-1988. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

FONSECA, Geraldo. *Domínios de Pecuários e Enxadachins* – História de Patos de Minas. Ingabrás Impressão: Belo Horizonte, 1974.

HAIDAR, Maria de L. M. (1972). *O ensino secundário no império brasileiro.* São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia.: DP&A.

IRLEN, Antônio Gonçalves. Práticas escolares, conflitos e implicações: maneiras de fazer, burlas, astúcias e questões cotidianas do Grupo escolar Ituiutaba. *In*: SAULOÉBER, Társio de Souza; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). *Do público ao privado do confessional ao laico, a história das instituições escolares na Ituiutaba do século XX*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

LEITE, Sérgio Celani. A escolaridade na região do Alto Paranaíba. *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia. v. 1, n. 1, p. 97-101, 2002.

MINAS GERAIS. Secretaria do Interior do Estado. *Cópia do discurso ao doutor Delphim Moreira da Costa Ribeiro.* Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1915.

MOURÃO, Paulo K. Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930).* Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo da República*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1968.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O Ensino em Minas Gerais no Tempo do Império*. Belo Horizonte: INEP/MEC, 1959.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República.* 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA MELLO, Antônio; OLIVEIRA, José Eduardo de; SILVA, Paulo Sérgio Moreira da. *Uma história de exercício da democracia*: 140 anos do Legislativo Patense. Patos de Minas: Câmara Municipal de Patos de Minas, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M. *História e memória educacional*: o papel do Colégio Santa Teresa no processo escolar de Ituiutaba, Triângulo Mineiro – MG (1939-1942). 2003. 149f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

RIBEIRO, Viviane; INÁCIO FILHO, Geraldo. Escola Pública X Escola Confessional: as Escolas Presbiterianas Rurais na Região do Alto Paranaíba, MG. *Cadernos de História da Educação*, n. 3, p. 167-175, jan./dez. 2004.

SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização*: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

VEIGA, Cynthia G.; FARIA FILHO, Luciano M. de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. *In*: *Vária História.* Belo Horizonte, n. 18, 1997.

A educação escolar na segunda metade do século XIX no município de Rio Pomba: símbolo de progresso e de identidade local

Rosana Vidigal Santiago Cappelle

INTRODUÇÃO

Este artigo elegeu a educação escolar do município de Rio Pomba, situado no interior do estado de Minas Gerais, mais especificamente na microrregião da Zona da Mata Mineira, como objeto de estudo. Nosso propósito foi perscrutar a atuação do poder público municipal e da elite local, bem como os ideários disseminados na localidade no que tange às questões educacionais, em particular, no que se refere à sua educação escolar, no final do século XIX.

O trabalho desenvolveu-se baseado na análise documental do acervo do Museu Histórico de Rio Pomba, de modo especial, por meio dos jornais locais, publicados no último quartel do século XIX, dos quais se conservam alguns dos exemplares, embora bastante esparsos no que se refere à série de publicações.[1]

No entanto, não estivemos limitados e engessados nos fatos restritos ao período proposto, visto que, para compreender e explicar o acontecimento em questão,

[1] São estes os jornais da época, publicados no município, com os respectivos anos referentes aos exemplares que foram examinados: *O Pombense* (1884), *Correio do Pomba* (1893, 1894 e 1895), *A Lei* (1898), *O Pomba* (1901), *A Justiça* (1903), *Correio da Mata* (1910, 1913 e 1914), *Nova Senda* (1917).

vimo-nos forçados a ampliar o arco temporal, tanto no que se refere à compreensão de fenômenos anteriores, como no que diz respeito às expectativas relacionadas a períodos posteriores.

No estudo do panorama educacional do município, os impressos locais mostraram-se uma rica fonte de informações sobre as ideias, os eventos e fenômenos sociais. Os impressos foram também o porta-voz da Câmara Municipal, publicando algumas de suas atas de reuniões, bem como dos jornais que circulavam em outras localidades, transcrevendo noticiários e artigos deles constantes.

Desse modo, no decorrer da investigação, focamos nossos olhares nas maneiras como a educação, de modo particular a educação escolar, era estruturada, concebida e propagada no seio da comunidade local, em um período que comporta particular relevância por se constituir um momento caracterizado como de disseminação das ideias iluministas no Brasil e de um processo de formação dos sistemas de ensino que começam a ser pensados no território brasileiro.

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O CONTEXTO GLOBAL E LOCAL

Nos anos finais do século XIX, vivencia-se o esgotamento do sistema de governo monárquico brasileiro e uma movimentação social para a instauração da ordem republicana, que se efetiva em 1889.

É também um momento em que a ideologia de progresso, advinda do movimento iluminista europeu, que se eleva a partir da Revolução Industrial, ganha ímpeto no Brasil, trazendo em seu cerne a ideia de que o almejado progresso efetivar-se-ia pelas vias da educação.

Embora as legislações em voga no período designassem a descentralização do ensino, a preocupação com a organização de um sistema de educação popular estava colocada em pauta, embora não se tivessem auferido resultados significativos no período em questão.

Ao lado da necessidade de formação de mão de obra para as novas funções requeridas pelo almejado intuito de industrialização no Brasil e da negação do voto àqueles que não dominassem as primeiras letras, nos processos eleitorais, a ocorrência de altos índices de analfabetismo é fator que marca significativamente as preocupações em relação à estruturação e organização da instrução pública.

Minas Gerais, que durante o Império era a "província mais populosa" e "que como todo o país no início do século XX tinha um enorme contingente de

analfabetos", já buscava, em períodos que antecederam à proclamação da república, "novos caminhos para resolver a questão educacional".[2]

O município de Rio Pomba,[3] inserido em um contexto nacional de transição do regime político – passagem do Império para a República –, mostrava-se participante ativo do processo, sendo que alguns segmentos da sociedade local apresentavam-se como agentes reprodutores dos valores disseminados nacionalmente.

As impressões apresentadas por um cientista alemão do século XIX, Hermann Burmeister,[4] no período de sua estada em Rio Pomba, por volta de 1850,[5] para realização de um de seus trabalhos investigativos, proporcionam-nos uma visão panorâmica do município, naquele contexto:

> A população é formada por uma pequena parcela de brancos, em grande parte comerciantes e fazendeiros; de um maior número de mulatos artífices; e de pretos, que são empregados nos trabalhos mais rudes e mais humildes. Estes últimos possuem sua própria igreja, a de Nossa Senhora do Rosário, situada fora da Vila, numa colina. Alguns fazendeiros residentes nos arredores são considerados as colunas mestras do comércio local, que apenas abastece a população. Disseram-me que havia também

[2] CARVALHO, 2007, p. 132.

[3] Situado no interior do estado de Minas Gerais, Rio Pomba caracteriza-se por ser um pequeno e antigo município mineiro, que tem suas origens na Era Colonial. Foi criado como "freguesia" em 1718 (*Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*) e juridicamente elevado a "Vila" em 1831. A instalação da "Vila" aconteceu no dia 25 de agosto de 1832. Em meados do século XIX, Rio Pomba constituía-se como o primeiro município da microrregião da "Zona da Mata" e uma das seis únicas comarcas que existiam na província de Minas Gerais. Posteriormente, passou a ser a sede de 14 (quatorze) distritos. Ao longo dos anos, os distritos foram se emancipando. Assim, vários municípios vizinhos, que hoje têm independência administrativa, estavam ligados ao Poder Executivo de Rio Pomba. De acordo com o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, Rio Pomba possui uma população de 17.123 habitantes.

[4] Hermann Burmeister, em sua obra intitulada *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, traz uma interessante e detalhada descrição das impressões por ele tidas, das diversas localidades por onde passou durante a realização de seu trabalho de pesquisa. Apesar de o trabalho se voltar para o estudo das ciências da natureza (flora e fauna), o autor opta por enfatizar, nessa obra, os aspectos antropológicos da viagem, oferecendo, por isso, um interessante material aos "estudiosos dos costumes dos povos", como ele mesmo afirma no prefácio do livro.

[5] Optamos por retroceder no tempo para efetuar essa análise por julgarmos que essa regressão possibilitará maior compreensão da situação econômica do município.

> dois médicos, um dos quais francês. A região, nos arredores, apresenta apenas pastagens e florestas, nenhuma cultura considerável me foi dado a ver e cada casa tem sua pequena horta, onde se cultivam os legumes indispensáveis. Não se presta ela para o plantio de cana ou café, devido a sua altitude ou ainda ao seu afastamento das vias de exportação. Os fazendeiros daí já não se podem concorrer com os que moram mais perto da costa, já pela enorme dificuldade de transportes, já pelo clima que não favorece aquelas culturas.[6]

Além da situação econômica, a citação anteriormente exposta permite-nos perceber que a sociedade riopombense, em meados do século XIX, estava estruturada em classes sociais definidas e que havia naquele meio algumas estratégias que visavam separá-las em determinados momentos. Se tomarmos como exemplo a descrição feita por Burmeister (1952, p. 175), poderemos notar que os espaços eram estruturados estrategicamente para esse fim: para separar os diferentes grupos que professavam a mesma religião, utilizavam-se espaços (templos) distintos.

Esse perfil de sociedade, como estando dividida em classes definidas e tendo as raças como elemento identificador de cada grupo, estava em sintonia com a realidade social da época: uma sociedade escravocrata (africana).

Por se constituir como um município antigo do estado de Minas Gerais e, assim, participar da história da Era Colonial Brasileira, Rio Pomba apresentou e conservou marcas dos legados dos povos que ali chegaram e fizeram parte da sua história desde sua fundação, ou seja, dos índios, colonizadores europeus e escravos africanos.

A impressão que nos foi causada por meio do estudo das fontes consultadas – jornais e livros que fazem referência a Rio Pomba – é a de que houve sempre uma preocupação em valorizar as práticas de atividades intelectuais no município. Não somente a intelectualidade era valorizada pela comunidade local – mais especificamente por um grupo hegemônico do lugar – como também outras práticas e marcas que advieram do legado europeu no Brasil.

Assim, as maneiras de vestir, alimentar, repousar, o hábito da leitura e escrita, o modo de ser e estar, enfim, a educação formal e informal, que valorizava os

[6] BURMEISTER, 1952, p. 175.

costumes e valores europeus, é um elemento que se fez presente por todo período estudado e se fez patente nas fontes como sendo o fator que diferenciava Rio Pomba dos demais municípios circunvizinhos. Desse modo, a utilização e manutenção de tais costumes e valores constituíam-se um símbolo de *status* social e um elemento identificador da localidade.

O primeiro indício dessa valorização foi-nos proporcionado por outro trecho do livro de Burmeister (1952), ao descrever sua chegada em Rio Pomba, em meados do século XIX.

> [...] Mas ao dobrar a estrada, que passava ao pé da colina, avistei uma grande cidade, com belas casas caiadas de branco e duas igrejas. Agradável surpresa! Aprumei-me na sela e, embora torturado pela fome, passei cheio de ânimo pela rua principal, em busca de um bom albergue. Atravessamos a praça principal e chegamos a uma rua muito estreita, onde encontramos uma casa baixa e comprida, com muitas portas, que era o primeiro e o melhor hotel da cidade. Receberam-nos amavelmente e prometeram-nos o melhor serviço possível. Nosso quarto não tinha nem forro nem assoalho, pois tudo era de barro e nem sequer caiado. Mesmo assim, havia nele *cama, mesa e cadeira* (grifo nosso).[7]
>
> [...] Numa rua paralela à nossa, que saía da praça principal, vi uma farmácia e, na sala contígua, *uma pequena biblioteca, a primeira que encontrei no interior do país* (grifo nosso).[8]

Mais uma vez os espaços possibilitam-nos desvendar um pouco dos costumes e valores cultivados naquele município. O cuidado com a estética dos ambientes externos, relatados com destaque pelo autor, demonstra uma preocupação com o aparente, uma intenção de proporcionar aos moradores e visitantes uma boa impressão do local. A prioridade dada aos móveis, de modo especial à mesa e à cadeira, em detrimento de uma melhor infraestrutura interna do ambiente e a existência de uma biblioteca – espaço raro no interior do país, na percepção de Burmeister –, também é um indicativo da valorização de uma cultura letrada.

[7] BURMEISTER, 1952, p. 174.

[8] BURMEISTER, 1952, p. 175.

A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO E A PROTUBERANTE VALORIZAÇÃO DA INTELECTUALIDADE

No último quartel do século XIX, as atividades relacionadas à escrita, à leitura e às artes ganham ainda maior ímpeto. São criados, no município, espaços destinados especificamente a esse fim: os denominados "Clubes".

Esses "Clubes", que inicialmente se voltaram para as artes musicais, em um breve espaço de tempo passaram a ser um local de múltiplas atividades educacionais.

Sobre esses espaços, informa-nos o memorialista do local, referindo-se a um clube criado em 1878, denominado *Clube Jerônimo de Sousa*, que era dirigido por um grupo social considerado como a elite intelectual do lugar.

> Com o correr do tempo o clube se expandiu de tal forma que transformou-se numa verdadeira academia, pois se sua atividade precípua era a arte musical, nele foram incluídas a arte teatral, o canto e até mesmo a literatura com a criação de um gabinete de leitura dotado de ampla biblioteca e que chegou a ser classificada como a terceira da Província, dado o elevado número de obras raras e clássicas em sua estante.[9]

Esse Clube, em especial, juntamente com o outro existente na sede do município,[10] passou a ser uma espécie de meio de representação da comunidade local. Ele emprestava a Rio Pomba o título de cidade intelectual e culturalmente evoluída, que estaria, por isso, à frente das demais, no que tange ao progresso local.

Esses "Clubes", juntamente com a igreja católica e as escolas isoladas existentes na localidade,[11] constituíam-se como as principais instituições educativas do

[9] SANTIAGO, 1991, p. 141.

[10] *Clube Guarani*, situado à Rua Major Felizberto (SANTIAGO, 1991, p. 141).

[11] Sobre essas escolas, temos as seguintes informações: até 1847 a então *Vila da Pomba* contava com uma escola primária regida por um padre, nesse ano foi criada uma escola secundária (uma cadeira de Latinidade e Poética) (SANTIAGO, 1991, p. 112). Em 1912, existira também em Rio Pomba o *Collegio Martins*, um internato que recebeu alunos de várias partes do estado e o *Gymnasio Pio X*, de iniciativa privada (católica), que esteve ativo por curto período de tempo, devido à pouca frequência. Já o jornal *Correio do Pomba*, do dia 04/02/1894, informa-nos sobre a criação de seis escolas de "instrucção primária" no município, uma mista, que deveria funcionar em sua sede e as demais masculinas, sendo que, destas, uma instalada também na sede e as demais em outras localidades que pertenciam a Rio Pomba. São elas: Silveirania, Guarani, Mercês e Bonfim.

município. Eram os meios de difusão da cultura escrita e das artes naquele ambiente populacional.

O *Clube Jerônimo de Sousa* abrigava, em suas dependências, algumas das escolas de Rio Pomba que, tomando como base sua localização em ponto central da cidade, associado ao perfil socioeconômico das pessoas que compunham sua diretoria, bem como seu corpo discente, atendia à educação de uma elite econômica e política da localidade.

Por meio da apresentação de suas corporações musicais, bem como das outras atividades desenvolvidas pelos clubes, não somente em Rio Pomba, como também em outras localidades, essas associações, além de disseminarem na comunidade local a valorização de certos hábitos, costumes e valores, agiam também como instrumento de expressão e projeção do município na comunidade regional.

Os clubes se faziam elementos difusores de atividades culturais já concebidas pela sociedade da época como sendo nobres e raras nas comunidades circunvizinhas. Tais apresentações contribuíam para que Rio Pomba fosse vista e concebida nos arredores como uma cidade bem dotada intelectual e artisticamente e, dessa forma, como uma localidade enlaçada nos moldes exigidos pelo progresso.

A edição extraordinária de *O Imparcial*, ao referenciar sobre o "Nível Cultural de Rio Pomba", possibilita-nos perceber o imaginário criado e mantido por longo período de tempo em torno desse aspecto.

> A centenária, tradicional e gloriosa cidade de Rio Pomba, foi mui justa e merecidamente cognominada por um escritor de renome com um honroso título de ATENAS DA ZONA DA MATA, em face da cultura intelectual dos rio-pombenses. E de fato, em todos os ramos da atividade humana, em que o indivíduo necessita das luzes do saber para se impôr perante seus semelhantes, aí se nos depara um conterrâneo impondo-se pelo talento e pela cultura no ramo de sua especialidade. Foi assim antigamente e é assim na atualidade.[12]

O título recebido pelo município, *Atenas da Zona da Mata*, confirma os resultados de nossas inferências, no que se refere ao imaginário criado e disseminado em

[12] O IMPARCIAL. Edição Extraordinária. Rio Pomba, jan. 1958, p. 42. Arquivo da Imprensa de *O Imparcial*.

relação ao potencial intelectual e cultural da localidade. Rio Pomba é comparada a Atenas, cidade grega dotada de poder, centro de cultura e intelectualidade na Antiguidade Clássica.

Foi oportuno perceber que, associada à valorização do aspecto intelectual/cultural, a supremacia da razão, a exaltação das ciências era "bandeira defendida" por um determinado grupo social daquele lugar que procurava disseminar ideais de racionalidade e cientificidade no seio da sociedade local.

Por meio de um artigo que denunciava os enganos que podiam advir das crenças e superstições populares, apresentado pelo jornal local denominado *O Pombense*,[13] publicado em outubro de 1884, podemos perceber que a valorização das ciências, que desde o período imperial participava do pensamento dos dirigentes de várias províncias brasileiras,[14] também se fazia viva e era propalada no seio da sociedade riopombense em finais do século XIX e início do XX.

Procurando infundir a ideia de que só a razão era capaz de revelar a verdade, o texto ilustra:

> Não há de negar que pela ignorância da causa verdadeira, o hábito do erro, o sacrifício do bom senso e da razão podem produzir os mais horríveis resultados. As sciencias no seu constante progresso, ampliando sempre os seus limites, vão espargindo luz sobre as immutaveis leis da natureza. A sabedoria que adquirimos, depõe os erros e as iluzões e nos livra dos prejuízos.[15]

Utilizando-se de discursos cuidadosamente elaborados, um grupo da comunidade local – que podemos considerar como sendo sua elite intelectual – seguia

[13] De acordo com os dados expostos pela edição extraordinária do jornal local *O Imparcial*, de janeiro de 1958, p. 10 e p. 13, *O Pombense* era um impresso de publicação bissemanal, fundado em 1884 por dois cidadãos residentes em Rio Pomba: Juvenal Coelho de Oliveira Pena e João Cândido Ferreira da Cunha. Ao longo de sua trajetória de "vida", o jornal teve os seguintes proprietários: José Senra de Oliveira Junior (1889), Antônio de Abreu Sobrinho (1890), João Cândido Ferreira de Oliveira Junior e Antônio de Abreu Sobrinho (1891). O Imparcial refere-se também a Teodolindo de Assis como editor e proprietário do impresso, mas não informa a data desse fato histórico.

[14] VILLELA, 2000, p. 103.

[15] O POMBENSE. 05 out. 1884, p. 1. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

disseminando naquele microespaço as ideias que circulavam em vários países naquele dado momento.

Nesse ínterim e nesse contexto inicial de valorização das ciências e da educação institucionalizada no Brasil, a escola foi se constituindo, paulatinamente, um elemento social de significativa relevância.

Os exemplares dos jornais aos quais tivemos acesso, publicados no município, permitem-nos constatar que a educação escolar aparecia de forma mais tímida em suas páginas até por volta de 1880. Após essa década, é perceptível uma frequência maior de artigos que abordam o tema, bem como a maior ênfase dada à educação escolar.

Porém, entre um e outro artigo encontrado nesses impressos editados em um momento que antecede à Proclamação da República e que tratavam especificamente da educação escolar do município, é cabível afirmarmos que a escola já ocupava seu lugar naquele grupo social, consideradas as devidas limitações. Ocupava um lugar físico, visto que o município era dotado de escolas masculinas e uma feminina e também um lugar no imaginário, já que a instituição escolar era mencionada como sendo um elemento que garantiria uma sociedade moldada nos valores e ideais circundantes no período, e que, por isso, deveria ser uma das responsabilidades dos poderes públicos.

Por meio de um exemplar de *O Pombense*, que trazia a "Instrução Pública" como tema do artigo que encabeçava sua primeira página, torna-se possível ilustrar nossas inferências e processar outras análises acerca da concepção de escola na sociedade riopombense nos fins do século XIX.

> A instrucção publica é um dos ramos do serviço publico, que de certo tempo a esta parte, tem mais se desenvolvido em nosso município, graças a boa vontade e dedicação, quer dos empregados municipais, quer das diversas parochias. [...] Esta cidade conta com duas escolas publicas do sexo masculino e uma do fiminino, funccionando todas regularmente e com avultada frequência. [...] Acham-se providos os lugares de membros dos conselhos parocheaes da freguezia d'esta cidade que já funcionou em duas sessões, e das do Guarany, Porto Santo Antonio, Merces e Taboleiro. O inspector litterario conta instalar este anno os conselhos das de mais parochias. Poucos municípios da província terão a machina administrativa da instrução publica tão bem montada como o nosso. Os bons effeitos de salutares medidas tendentes a educação do povo se manifestam desde já. A

> infancia que é o futuro, adquire hoje bellos instrumentos de trabalho para a construcção do edifício da civilização dos tempos que la vem.[16]

Fica nítida, no artigo, a influência direta exercida pela Igreja católica na educação pública e escolarizada dos anos que antecedem a transição do regime político brasileiro. Essa influência religiosa não era uma realidade exclusiva da localidade de Rio Pomba, tampouco da educação pública, constituía uma característica própria da educação no Brasil desde os seus primórdios.

Outra observação que o texto supracitado nos proporciona é a concepção de escola como mecanismo de obtenção de um progresso, de uma civilização que seria imprescindível para os novos moldes sociais que um futuro próximo anunciava. "Diante das modificações setoriais, da efervescência ideológica e dos movimentos político-sociais, a escolarização foi percebida como um instrumento de correção do processo evolutivo e como uma força propulsora do progresso da sociedade".[17]

Esse potencial visto na instituição escolar fazia com que ela fosse concebida como um elemento indispensável quando a questão era o "progresso", palavra de ordem dos anos finais do século XIX e início do XX. Notamos que, em função desse imaginário social projetado, em que a escola passa a se configurar como símbolo de *status*, os governos passam a almejar a manutenção dessa instituição, que se consubstanciava como elemento confirmador e atestador da ventura e da prosperidade de uma determinada localidade.

Dessa maneira, a instituição escolar era utilizada nos discursos locais como elemento que permitia uma comparação e classificação entre os municípios, no que tocava ao seu grau de desenvolvimento político, socioeconômico e cultural.

Quanto à estrutura e à organização educacional do município, os exemplares do jornal supracitado, publicados em outubro 1884, mencionaram a existência de três escolas masculinas, sendo uma privada e duas públicas, e uma escola pública feminina, que, de acordo com o artigo, estava voltada para o ensino de "litteratura, música theorica e pratica e delicados trabalhos de agulha".[18]

[16] O POMBENSE. 05 out. 1884. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

[17] NAGLE, 2001, p. 165.

[18] O POMBENSE. 05 out. 1884, p. 1.

A existência de uma escola feminina, no município de Rio Pomba, ilustra a realidade do universo educacional feminino na época. O acesso das mulheres à escola era restrito e mantinha uma estreita relação com as funções e papéis a elas destinados. Oliveira (2005) afirma que o universo da mulher da primeira metade do século XX era o da domesticidade. A estruturação familiar tinha como característica a função provedora do homem (pai) e o papel de esposa e mãe destinado à figura da mulher.

> As barreiras sociais eram fortes fazendo com que ela não tivesse visibilidade fora do casamento e da família. A força da matriz patriarcal ainda era intensa. Isso se refletia na identificação da condição feminina com as chamadas "prendas domésticas".[19]

Além de especificar o número de escolas, a quem eram destinadas e por quem estavam supervisionadas e subsidiadas, o artigo publicado no jornal *O Pombense*, no dia 05/10/1884, fazia alusão à existência de uma preocupação com a formação do professor e de uma valorização daqueles que eram portadores de documentos (diplomas, certificados) que os habilitavam para o exercício do magistério.

O exemplar do mesmo jornal, publicado sequentemente ao do dia 05 de outubro de 1884, ao trazer uma pequena nota complementar ao artigo que tratava da instrução pública municipal, anunciava que o tema seria abandonado temporariamente, visto que o jornal dispunha de pouco espaço. Este fato deixa subentendido que havia outros assuntos de maior importância e interesse social, que deveriam ter prioridade nas páginas do impresso.

Como já mencionado, notamos uma maior atenção com a educação na década de 1890, primeiros dez anos de regime republicano. Há um aumento de artigos relacionados direta e indiretamente ao tema, sendo o papel da educação na sociedade tratado de forma mais incisiva.

Nessa década, além de terem sido criadas várias escolas em Rio Pomba, houve também iniciativas que visaram organizar o trabalho desenvolvido por elas por meio de atos legislativos da administração municipal.

[19] OLIVEIRA, 2005, p.124.

Em 27 de janeiro de 1894,[20] foram criadas mais seis escolas primárias no município (sede e distritos), sendo uma mista e cinco masculinas.

A Câmara Municipal, supostamente em fevereiro de 1894,[21] promulgou um extenso Regimento Escolar, que procurava organizar e estruturar os trabalhos das instituições de ensino de Rio Pomba. Devido à extensão da regulamentação, o Regimento foi publicado por partes ao longo de vários exemplares do mês de março de 1894[22] do jornal *Correio do Pomba*.

A partir de então, a "instrucção" passa a ser aludida como sendo "a melhor herança que os pais podem legar aos filhos", visto que, na visão do jornal, "Ella purifica o ar que respiramos, forma a atmosphera moral que nos vivifica, prepara-nos para sermos úteis a nós mesmos e a sociedade".[23]

Faz-se perceptível nesse texto que a escola, por meio de seus trabalhos, seria o instrumento capaz de recriar a sociedade. Nessa visão, só teriam condições de contribuir com a sociedade e nela conviver harmonicamente aqueles que fossem lançados à "luz da instrucção". Os demais, aqueles que não passassem por esse processo educativo formalizado e institucionalizado, estariam exercendo uma influência negativa sobre a sociedade.

> Tão úteis são à sociedade aqueles que alimentaram o seu espírito nas castas lições na formação do caracter humano, como inúteis e nocivos os que não se compenetraram do dever a cumprir no sublime convívio social.[24]

Outro ponto que se destaca nas discussões dessa primeira década de regime republicano, no município de Rio Pomba, referente às questões educativas escolares,

[20] Resolução da Câmara Municipal nº 54, de 27 de janeiro de 1894, publicada no jornal local *Correio do Pomba*, no dia 04/02/1894, p. 3. Os únicos dados que encontramos sobre esse impresso é de que foi fundado no ano de 1893, por Martinho de Freitas e, posteriormente, passou a ser de propriedade de Avelino Diniz (Edição Extraordinária de *O Imparcial*, jan. 1958, p. 13).

[21] O que nos leva a supor que o Regimento teria sido criado em fevereiro de 1894 é o fato de o exemplar do dia 04 de março desse ano trazer a continuação da regulamentação, abrigando a parte final do Título I e o Título II.

[22] Os exemplares foram publicados nas seguintes datas: 04 mar. 1894, 11 mar. 1894 e 18 mar. 1894.

[23] CORREIO DO POMBA. 23 jun. 1895, p. 1.

[24] CORREIO DO POMBA. 23 jun. 1895, p. 1.

é a preocupação com a estrutura física das escolas. Estas deveriam simbolizar a importância atribuída a essa instituição, naquele dado momento e lugar.

Encontramos no exemplar do impresso local denominado *Correio do Pomba*, publicado no dia 28 de janeiro de 1894, um artigo intitulado "Edificações", que denunciava a falta de construções civis que pudessem atribuir à cidade um perfil de progresso, de modernidade. Ao mencionar o contraste existente entre a beleza natural do local e sua precariedade quando se tratava da falta de estrutura física do centro da cidade, o prédio escolar é eleito, juntamente com as praças públicas e as casas voltadas para as atividades culturais (teatro e sede da corporação musical), como um dos locais merecedores de um adequado projeto arquitetônico.

O artigo compara a cidade, que na concepção do autor era digna de grandes melhoramentos pela importância e beleza que emprestava ao estado de Minas Gerais, como um "velho aldeamento de índios", onde se erguiam "modestíssimas habitações". O texto reivindicava que projetos arquitetônicos fizessem parte dos propósitos de Rio Pomba, alegando que suas edificações eram imprescindíveis para os novos tempos que ora se iniciavam.

Nessa atmosfera de novos valores e concepções, na qual as atividades voltadas para a educação e a cultura se faziam sobressaltantes, é que passa a não ser mais admissível a situação de precariedade dos edifícios escolares.

Nas palavras do jornal,

> Nada temos aqui que possa ser visto, nem um jardim e nem uma fonte publica. O nosso theatro ainda não existe, e as escolas publicas, que em todos os paizes adiantados são prédios scientificamente construídos, entre nós como geralmente em quase todo o Brazil, são velhas casas de aluguel, quentes e pesadas e só dificilmente supportadas.[25]

O texto do jornal, ao criticar as edificações das escolas isoladas de Rio Pomba, denuncia: "destas, apenas as que funccionam no Club Jeronymo de Souza acham-se melhormente collocadas".[26] Notamos, por meio desse texto, que existia, em nível

[25] CORREIO DO POMBA. 28 jan. 1894, p. 1.

[26] CORREIO DO POMBA. 28 jan. 1894, p. 1.

local, uma preocupação e discussão em torno dos espaços educativos formais, assim como acontecia também em nível nacional.

As escolas isoladas, que "funcionavam nas casas dos professores ou em outros ambientes pouco adaptados ao funcionamento de uma escola pública de qualidade",[27] constituíam preocupação por parte do governo, considerando que a falta de infraestrutura configurava um "sistema" de instrução pública falho, "um obstáculo quase intransponível à realização da tarefa educadora e salvacionista republicana, materializada na educação primária".[28]

> Os diagnósticos produzidos eram unânimes: o sistema de instrução pública estava desorganizado; os professores eram considerados, em sua grande maioria, incompetentes, desleais para com o governo – pois fraudavam os livros de registro (matrícula e frequência de alunos) para manter a cadeira funcionando – e pouco assíduos ao trabalho. Corroborava para que este estado de coisas não mudasse, segundo os inspetores e autoridades de ensino – principalmente os secretários do Interior – a inexistência de um sistema de inspeção e fiscalização contínua sobre o professorado e as péssimas condições em que trabalhavam: locais e materiais inadequados, baixos salários, dentre muitos outros.[29]

Ainda comungando das ideias de Faria Filho (2000), a concretização do novo ensino público primário, que se efetivará com a criação e implantação dos Grupos Escolares, era concebida como uma forma de "reinvenção" da escola e, nesse contexto, "reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos, formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade".[30]

A valorização da escola, em fins do século XIX, no município de Rio Pomba, fazia-se reflexo de um contexto de maior abrangência. Nesse momento, no qual o Brasil vivia seus primeiros anos de regime republicano, novos valores, crenças e ações vinham à tona e delineavam a nova estrutura proposta.

[27] FARIA FILHO, 2000, p. 30.

[28] FARIA FILHO, 2000, p. 30.

[29] FARIA FILHO, 2000, p. 28.

[30] FARIA FILHO, 2000, p. 31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os trabalhos científicos consultados e os dados contidos nas fontes primárias, é oportuno perceber que a instrução tinha características bem distintas daquelas que marcarão o ensino primário das décadas sequentes, no início do século XX, de modo especial, com a criação dos Grupos Escolares. Até então, o ensino era ministrado preponderantemente pelas escolas isoladas (alvo central das críticas dirigidas ao "sistema" público de ensino do estado de Minas Gerais, durante a Primeira República).

Nesse sentido, o estudo mostra que a instrução já era bandeira defendida no município nos anos que antecedem a Proclamação da República. Uma movimentação da elite intelectual, que objetivava a propagação de ideais iluministas e a organização da educação institucionalizada, marca os anos finais do século XIX, em Rio Pomba. No entanto, uma maior intervenção do poder público municipal processa-se somente a partir da Proclamação da República.

Em síntese, este trabalho permite-nos inferir que, em se tratando da educação escolarizada, as décadas finais do século XIX representaram um período de disseminação de ideias e também de ações que, se não auferiram resultados concretos naquele dado momento, fizeram-se relevantes por se constituírem o que poderíamos chamar de "os momentos finais de uma gestação" do ensino público primário. A re(organização) desse nível de ensino há décadas vinha se processando e culminou na instituição dos Grupos Escolares no Brasil, efetivando-se a partir de 1893.

REFERÊNCIAS

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Manoel Salvaterra e Hubert Schoenfeldt. São Paulo: Martins, 1952. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. *(Des)continuidades e significados do projeto educativo do município de Rio Pomba/MG*: o processo de escolarização em análise (1912-1956). Tese (Doutorado)-Instituto de Educação. Universidade de Lisboa / Portugal, 2011.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago.. *Por entre memórias e arquivos, interpretações e teceduras:* um mergulho no passado do Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba/MG (1956-1968). Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa*: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905-1922. 2. ed. ampl. Uberlândia: EdUFU, 2007.

CORREIO DO POMBA. 23 jun.1895.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República.* 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O IMPARCIAL. Edição Extraordinária, Rio Pomba, p. 42, jan. 1958. Arquivo da Imprensa de O Imparcial.

O POMBENSE. 05 out. 1884, p. 1. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba/MG.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? *In*: SCALON, Clara Araújo Celi (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

SANTIAGO, Sinval Batista. *História do Município de Rio Pomba*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

VILLELA, Heloísa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. *In*: LOPES, E.; FARIA FILHO, L; VEIGA, Cyntia (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2000. p. 103.

Educação e progresso no âmbito das discussões da Câmara Municipal de Rio Pomba, Minas Gerais (1895 a 1902)

Eloy Alves Filho
Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho
Carlos Henrique de Carvalho

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tratará das iniciativas das câmaras municipais da organização da instrução pública em Minas Gerais. Para efeito desta análise, abordaremos a cidade de Rio Pomba – MG, situada na Zona da Mata, no período compreendido entre 1895 e 1902. A opção por esse município decorre de ele ser uma das cidades que compõe o projeto *Descentralização do ensino e ação municipal na educação brasileira: análise de alguns municípios de Minas Gerais no início da República* (financiado pelo CNPq e pela FAPEMIG).

Para analisar as inciativas da Câmara Municipal de Rio Pomba, ancoramo-nos em artigos dos jornais locais, pois não foram localizadas as atas da Câmara, no período delimitado para este artigo. Mas, nos artigos dos jornais, eram frequentes as discussões acerca da necessidade de instrução e da importância da ação municipal em prol da construção de escolas, contratação de professores, aprovação até mesmo de currículos. Além desses aspectos, nota-se ainda a preocupação em difundir, na escola primária, os princípios de patriotismo, trabalho, cidadania etc.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 233 11/8/2015 16:20:44

Apesar de ser um município de pequena extensão, localizado na Zona da Mata Mineira, a cidade de Rio Pomba (MG)[1] conta, hoje, com cerca de 17 mil habitantes, tem aproximadamente 273 km² e está relativamente próxima às cidades importantes no cenário brasileiro, como Belo Horizonte (244 km), Rio de Janeiro (250 km) e São Paulo (620 km). Devido a essa aproximação, a região sofreu(sofre) as influências econômicas e sociais do processo evolutivo dessas metrópoles, o que pode explicar a discussão sobre educação encontrada nos artigos, no início do século XX. Podemos observar melhor sua localização por meio do mapa a seguir:

Fonte: Disponível em: <http://www.riopomba.ifsudestemg.edu.br/portal/node/2>.18/03/2015

[1] A denominação de Rio Pomba foi por meio da Lei nº 336, de 28 de dezembro de 1948. Porém, o nome inicial do município surgiu em 16 de fevereiro de 1718, era chamado de Freguesia de São Manoel do Pomba e foi criado por provisão régia de Dom João V. A região sediou missões catequéticas iniciadas em 2 de setembro de 1767, pelo Padre Manoel de Jesus Maria. Por volta de 1772, o povoado já possuía uma escola de primeiras letras e de doutrina, que também era controlada por Manoel de Jesus Maria com o auxílio de seu parente, José Crisostomo de Mendonça. Disponível em: <http://www.riopomba.mg.gov.br/historia-de-rio-pomba.php#ancora>. Acesso em: 08 mar. 2015.

Rio Pomba é o município mais antigo da Região da Zona da Mata no estado de Minas Gerais, por isso a sua escolha para o estudo. A fundação e o próprio processo colonizador da cidade de Rio Pomba estão intimamente relacionados com a expansão e a evangelização da Igreja católica pelo interior da Colônia. Entretanto, foi somente a partir da segunda metade do século XVIII que ocorreu uma mudança na política de atuação, junto aos bravos índios da região. O governador Luiz Diogo Lobo da Silva determinou e o Bispado de Mariana providenciou a criação de uma missão catequética, designando, para este fim, o Padre Manoel de Jesus Maria, vigário encomendado da matriz a ser erguida, por provisão, em 2 de setembro de 1767[2] (SANTIAGO, 1991). A efetivação oficial ocorreu em 25 de dezembro de 1767, quando se deu posse à freguesia, por meio da ata lavrada narrando o acontecimento. Mediante resolução da Regência de 13 de outubro de 1831, a povoação de São Manoel do Pomba foi elevada à categoria de vila.

PROGRESSO E EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Considerando que, no início da República (1889), em Minas Gerais, tínhamos 80% de pessoas analfabetas, podemos confirmar tal situação pelo exame do Quadro 1, que traz os índices de escolaridade do país em 1920.

Quadro 1. Índice de escolaridade em 1920

ESTADOS	POPULAÇÃO	ANALFABETOS	%
Alagoas	978.748	834.213	85,2
Amazonas	363.166	266.552	73,2
Bahia	3.334.465	2.720.990	83,7
Ceará	537.135	1.073.262	81,3
Distrito Federal	1.157.873	447.621	38,6
Espírito Santo	457.328	349.400	76,4
Goiás	511.919	433.339	84,6
Maranhão	874.337	735.906	84,1
Mato Grosso	246.612	174.819	70,8

[2] PORTAL DE RIO POMBA. Disponível em: <http://www.riopomba.mg.gov.br/historia-de-rio-pomba>. Acesso em: 12 ago. 2015.

Minas Gerais	*5.888.174*	*4.671.533*	*79,3*
Pará	983.507	695.806	71,9
Paraíba	961.106	834.155	86,7
Paraná	685.711	492.512	71,9
Pernambuco	2.154.835	1.770.302	82,1
Piauí	609.003	536.061	86,0
Rio de Janeiro	1.559.371	1.173.975	75,2
Rio Grande do Norte	537.135	440.720	82,0
Rio Grande do Sul	2.182.713	1.334.771	61,1
Santa Catarina	668.743	471.342	70,4
São Paulo	4.592.188	3.222.609	70,1
Sergipe	477.064	397.429	83,2
Território do Acre	92.379	64.881	70,2
Brasil	**30.635.605**	**23.142.248**	**75,5**

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Recenseamento de 1920.

Minas Gerais não era só consenso político, durante o período republicano, experimentou considerável instabilidade política interna, demonstrada pelos conflitos de interesses e pela oposição entre as elites da Zona da Mata (região onde se localiza Rio Pomba e que era a região responsável pela maior parte da produção de café do estado) e as da região central (berço de políticos tradicionalmente ligados às atividades de mineração). Os políticos do Sul do estado atuavam como o fiel da balança nos conflitos (ora apoiando a Mata, ora apoiando o Centro), posição que lhes proporcionava ganhos e poderes excedentes e explica a razão de seu êxito político (VISCARDI, 1995, p. 42). Isso se dava em diversos campos, além do aspecto político, como na economia, nos investimentos em infraestrutura e também na instrução pública ou educação.

Em Minas Gerais, a discussão sobre a modernização – que se vinculava à ideia de progresso – do estado teve uma trajetória complexa e multifacetada. Por diversos fatores não se implantou por inteiro nem de uma só vez. Talvez o fator principal seja que os ideais de progresso difundidos no estado estiveram misturados a elementos de uma sociedade tradicional, cuja população era majoritariamente rural, a economia apoiava-se na produção agrária voltada a um mercado interno e o poder político era oligárquico. Noutros termos, é provável que essa feição rural reduzisse a velocidade da assimilação de "traços" de uma Minas moderna.

Wirth (1982) caracteriza Minas Gerais como uma contradição: mantinha relações complexas com unidades mais ricas e dinâmicas do Sul, mas ligava-se às vastas

e dependentes regiões do Norte. Minas era bem dotada de energia e recursos, além de ter uma localização viável (o estado está entre os centros modernos da região de São Paulo e da região Norte, para os quais é via de passagem, o que viabilizava seu crescimento, pois se movimenta nos sentidos econômicos e sociais). Estava entre os três principais estados em produção industrial, transporte e renda estadual, mas tinha renda *per capita* deficiente, índice alto de analfabetismo e saúde pública precária. Ao mesmo tempo possuía grande poder político, dominou a federação da República Velha (1889-1930) com São Paulo e Rio Grande do Sul. Noutros termos, o estado combinava força política com uma relativa fraqueza econômica e social.

Mesmo com esses obstáculos à efetivação completa da modernidade, Paula (2000) considera que o estado de Minas nasceu moderno e aponta indícios dessa modernidade, tais como uma rede urbana em crescimento (vilas) e a produção de ouro (mineração), que trazia uma estrutura ocupacional diversificada e consolidava um comércio interno intenso. No plano cultural, as manifestações artísticas e literárias já mostravam grande influência da cultura europeia (fonte de modernidade); os artistas traziam novas concepções de arte e tentavam inculcar nos mineiros os novos conceitos de modernidade por meio da arte. Na economia, havia a agricultura de abastecimento interno, a atividade manufatureira e a formação da indústria. A esses indícios junta-se o avanço na educação, proposto pelo Estado como forma de promover o progresso, e a política liberalista republicana, que consubstanciava as ideias modernas entre os mineiros.

> Sob vários aspectos, Minas Gerais tem singularidade no relativo à recepção-aclimatação de certas criações da modernidade. Vão se desenvolver em Minas Gerais vários sistemas — um sistema urbano, um sistema estatal, um sistema cultural, um sistema religioso, um sistema monetário mercantil — que têm especificidades no quadro brasileiro. (PAULA, 2000, p. 12)

Se assim o for, então a marcha pela modernidade em Minas Gerais desde o seu nascimento prosseguia nos anos da República, às vezes lentamente, às vezes mais acelerada em alguns momentos. Em contrapartida, se consideramos que a sociedade rural reduzia a aceleração do desenvolvimento da modernidade no estado, então é provável que um fator influente na modernização seja a formação das cidades. Segundo Paula (2000), as cidades significam um novo padrão de sociabilidade, permitem

novas relações políticas e econômicas, além de moldarem novos costumes, novas sensibilidades e novas mentalidades.

A formação de algumas cidades e a consolidação de outras desembocaram em outro elemento fundamental da modernização, em especial no período republicano: o surgimento da indústria, para produzir novos materiais e desenvolver novas técnicas de construção; com ela vêm, também, a reorganização de espaços urbanos, a disciplina e o controle, a divisão de trabalho, a renda e o consumo. Como resultado, as classes inferiorizadas passaram a enfrentar a discriminação e a exclusão. Assim, essa modernidade "à mineira" não conseguiu "[...] se sintonizar seja com o principal do processo de democratização política resultante da modernidade, seja com o estabelecimento de relações econômicas capazes de produzir a melhoria das condições de vida do conjunto da população" (PAULA, 2000, p. 81).

No tocante à urbanização e difusão da educação escolar pública, a industrialização estimulou um projeto de remodelação da escola e do espaço urbano. A preocupação com o ensino público esteve presente desde o governo provincial, mas essa presença não bastou para alterar o índice de analfabetismo na região — ainda alto. Assim, a preocupação maior das autoridades locais passou a ser a extirpação da "chaga" do analfabetismo, pois disso dependeria a modernização do estado.

> Estes sinais de modernidade, a presença de instituições e de certa vocação para o moderno que marcam a trajetória de Minas Gerais; a precoce estrutura urbana; a imposição do Estado; o dinamismo econômico e cultural; a constituição de interações sociais, embriões de uma sociedade civil e autônoma, tudo isto não deve obscurecer o fato básico e determinante: esta modernidade teve limites, teve bloqueio estrutural — o fato mesmo de ter sido, em última instância, uma modernidade sancionadora, reprodutora de uma estrutura social excludente, de uma estrutura econômica dependente, de uma estrutura cultural incapaz de forjar uma perspectiva efetivamente nacional-popular, isto é, a modernidade aqui não se fez instrumento emancipatório, democratizante. Trata-se, como se sabe, de processo que marcou o conjunto da trajetória da modernidade no Brasil, que aqui exibiu, quando o fez, apenas seu lado superficial e decorativo, aliando-se, de outro lado, com o mais conservador e arcaico das velhas estruturas oligárquicas que dominavam e ainda dominam o país. (PAULA, 2000, p. 56)

Como se vê, a modernidade mineira esbarrou em obstáculos que impediram a efetivação total de seus princípios e objetivos principais. Isso ocorreu porque — diria Wirth (1982) — a sociedade era caracterizada como fundamentalmente conservadora e hierárquica. Conservadora porque as concentrações urbanas de então refletiam valores da sociedade agrária — estáveis e conservadores; hierárquica porque era tradicional — o abismo entre ricos e pobres não era um desafio; antes, aumentava e legitimava a ordem social. Na estabilidade dessas duas classes, uns poucos privilegiados monopolizavam os papéis de *status* no comércio, na agricultura e na política. Eram grupos de poder fechados por laços de parentesco, daí a durabilidade e legitimidade dessa sociedade classista.

Em suma, caso se possa dizer que a sociedade mineira era "aberta à mudança", isso não significou romper com o tradicionalismo nem com o conservadorismo de sua elite — ainda "[...] localista e isenta de crises de identificação e função. A cultura regional não era estática". Assim, a modernização do estado — "A urbanização, as comunicações de massa e a educação das massas [...] assim como a revitalização e renovação da cultura regional" (WIRTH, 1982, p. 147).

Nesse cenário, os discursos políticos foram produzidos buscando ações e estratégias em defesa do ideário republicano, em que os presidentes manifestavam suas crenças, esperanças e projetos das elites para inserir Minas Gerais nos trilhos do progresso. Essa ideia de progresso foi uma constante no discurso político mineiro ao longo de todo o período estudado.. Mesmo em Rio Pomba ela "ecoava", conforme podemos constatar pela leitura do editorial publicado em 24 de fevereiro de 1895, tendo em vista a comemoração do quarto aniversário da Promulgação da Constituição de 1891. Nele se enaltece o compromisso assumido por toda a nação com a ordem e o progresso.

> As auras que suavemente embalavam naquelle instante o pavilhão nacional que tem por dogma a ordem e por divisa – o progresso, ainda hoje fortemente aviventam em nosso espirito a fé iniludível e a esperança no futuro. Não nos disilludamos.[3]

A educação no processo de transformação civilizatório e também como alternativa promotora de progresso econômico, social e cultural em uma sociedade em

[3] CORREIO DO POMBA, 24 fev. 1895, n. 48, p. 1.

construção, esse foi o foco principal do conceito de progresso nos discursos das elites políticas mineiras, entre 1891 e 1930, que era manifestado como o objetivo maior dos republicanos mineiros e, nesta perspectiva, a educação ocuparia lugar de destaque nas estratégias utilizadas para alcançar o objetivo. Conforme ressalta Capelle (2014), verifica-se maior atenção para com a educação na década de 1890, a primeira década do regime republicano. Verifica-se nas publicações locais aumento significativo do número de artigos versando direta e indiretamente sobre o tema, recebendo a educação tratamento mais enfático e indispensável para a cultura e o progresso técnico. A importância da instrução para a sociedade, para a elite nacional e local, é recorrente nos jornais, seja para o bem da cultura, desenvolvimento racional e científico, seja para viabilizar o progresso. Entretanto, não se pode pensar que, apesar dessa falas, tenha sido criado um "sistema de ensino", no país ou mesmo no território mineiro, pois

> [...] ao se falar de educação em Minas Gerais no início da República, e talvez na maioria dos estados da Federação Brasileira, não se pode pensar num sistema único de ensino, ou num processo que atinja homogeneamente todo o território. Na realidade, o processo é heterogêneo e multifacetado. (GONÇALVES NETO, 2012, p. 21)

Foi em meio a esse ambiente que a cidade de Rio Pomba (MG) foi influenciada pelo "espírito republicano". Nesse sentido, as publicações da imprensa estão em conformidade com os valores e as ideologias do republicanismo, bem como de quem as representa.[4] No caso dos artigos selecionados, pudemos observar igualdade de opiniões, dos articulistas, para com a política e a educação do período em estudo.

Em contrapartida, é oportuno salientar os limites e possiblidades da imprensa enquanto fonte para a pesquisa histórico-educacional. Nesse sentido, os trabalhos de António Nóvoa, ao introduzir o *Repertório Analítico sobre a Imprensa da Educação e Ensino*, constituem-se importantes contribuições à compreensão da abrangência dessa imprensa nos meios educativos, ao considerá-la de suma importância como fonte de pesquisa, no fazer da História da Educação, em razão de os periódicos fornecerem elementos reveladores dos vários aspectos que norteiam a dimensão educacional:

[4] No Brasil, há vasta produção de trabalhos que tratam da temática da imprensa, como fonte ou ainda objeto de pesquisa. Entre eles estão: Carvalho (2007); Carvalho e Inácio Filho (2007); Camargo (1975); Contier (1979); Oliveira (1993); Capelato e Prado (1980).

> esta compilação de periódicos pode funcionar como suporte para áreas tão distantes como, por exemplo, a história do pensamento e das ideias, a história cultural e intelectual, a história social e do quotidiano, a história da edição e da imprensa ou a história biográfica. No segundo caso, uma obra desta natureza, encontra-se apta a oferecer uma memória ao pensamento científico em educação e a permitir a ancoragem no tempo das problemáticas escolares e pedagógicas. (NÓVOA, 1993, p. 19)

Ou seja, o autor defende que a "imprensa é o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo". Salienta também que ela é reveladora das "múltiplas facetas dos processos educativos, numa perspectiva interna ao sistema de ensino" (NÓVOA, 1993, p. 32). Portanto, a imprensa é um universo rico e diversificado, permitindo muitas aproximações, bem como aprofundar em questões relativas às *nuances* da organização da instrução.

A QUESTÃO EDUCACIONAL EM RIO POMBA NO INÍCIO DA REPÚBLICA

O município de Rio Pomba, na passagem do século XIX para o XX, não estava à margem das discussões que ocorriam no âmbito no poder republicano recém-instalado no Rio de Janeiro. Uma dessas questões relaciona-se ao problema da organização da instrução pública no país, tendo em vista a necessidade de se diminuírem os índices alarmantes de analfabetos, em torno de 80% da população. Assim, a imprensa de Rio Pomba alerta sobre a importância da "instrucção", ao considerá-la como

> a melhor herança que os pais podem legar aos filhos. Ella purifica o ar que respiramos, forma a atmosphera moral que nos vivifica, prepara-nos para sermos úteis a nós e a sociedade, difundindo em nosso espírito, que a ignorância sempre envilece, perfeita a convicção de nosso papel no grande scenario em que nos debatemos, nessa pugna incruenta, pela sagração dos princípios constitutivos da grande communhão social. A instrução, lançada em nosso espírito tal como ella deve ser, é a luz que illumina com os seus deslumbramentos raiosos inúmeros mysterios que circundam e abrolham a existência humana, a pureza de nosso presente e dilata-se ao futuro desenrolando aos olhos curiosos de nossos filhos as sacrossantas virtudes que ella conseguiu immerger em nosso alma. Sem esse guia, que crea a nossa consciência, dando a cada um de nós o perfeito conhecimento do seu

– eu –, não podemos nos encaminhar nem aos nossos descendentes para a conquista das glorias reservadas a vida humana [...]tão úteis são à sociedade aquelles que alimentaram o seu espírito nas castas lições da formação do caracter humano, como inúteis e nocivos os que não se compenetram do dever a cumprir no sublime convívio social. Inspirada, sem dúvida, por estes salutares princípios e obedecendo à grande somma de atribuições que lhe foram delimitadas, a Camara Municipal desta cidade se deliberou a crear e a manter custas de seus cofres uma aula de Latim e Francez, onde os alumnos beberão, certamente, além do estudo destas duas línguas, outros e amplos conhecimentos [...] É justo, entretanto, que digamos não ter sido completo o início da grandiosa obra intentada pela Camara. Ella como todos nós, sabe, do pouco amor à instrucção que alimentam muitos paes de família, salva muitas excepções. Por esse motivo, muita vez oriundos das más condições de muitas famílias sem fortuna, é notório que nas escolas públicas, mesmo que se esmerem e sacrifiquem-se os professores no cumprimento dos sublimes deveres, como felizmente acontece entre nós, muito pouco aprendem os meninos, porque postos eles em certo grau de adiantamento, são retirados pelos paes que vão empregar na lavoura, no commercio ou os deixam entregues à ociosidade, fazendo abundante messe de todos os vícios que ella gera. Para que fique completo o grande tentamen de nossa Camara é indispensável que ella, attedendo estas ponderosas razões, cree, além das duas matérias de ensino, uma aula de Portuguez e outra de Arithmética, ficando, uma vez preparado o alumno nas quatro matérias,apto para prosseguir facilmente nos seus estudos, ou com aquelle apenas para satisfazer às múltiplas exigências da vida [...] Addicionadas as duas matérias referidas as outras especificadas na lei municipal elaborada para a fundação da aula, iniludíveis serão e de grande alcance os serviços que virá prestar a Camara à mocidade, merecendo, por esse acto de grande valor moral, a gratidão geral deste povo, que tanto necessita de instrucção que o encaminhe para um futuro grandioso em que a compenetração do dever o eleve e implante n'alma o amor à família, à sociedade, ao trabalho, à paz, à liberdade, apagando-lhe as magoas que a actualidade flagelada pelo desvario e pela ingente luta pela vida que as misérias desalentam e pungem, devastando os sentimentos patrióticos e destruindo o ideal dos povos cultos – o progresso – acoroçoando o vicio e promovendo o desequilíbrio em todos os cérebros, lança-lhe no espírito.[5]

[5] CORREIO DO POMBA, ano 2, n. 49, p. 1, jun. 1895.

Como se pode inferir a partir desse texto do editorial do jornal local, expressando uma análise ou os anseios da população, o poder público, ou, no caso, a Câmara Municipal, tem um papel a desempenhar como motivador e responsável pela instrução no município. No entanto, ocorre, desde aquela época, oferta de vagas inferior à demanda da população. Ressalte-se, também, a partir dessa leitura e de outras citações dos jornais, que havia significativa evasão escolar por parte dos alunos. Seja pelas dificuldades de distância de casa à escola, seja de aprendizado etc., mas, sobretudo, pela retirada dos filhos da escola pelos pais, para utilizá-los como mão de obra nos trabalhos, especialmente do campo.

O jornal também louva a Câmara pela legislação e pelo investimento na educação para o povo: "iniludíveis serão e de grande alcance os serviços que virá prestar a Camara à mocidade, merecendo, por esse acto de grande valor moral, a gratidão geral deste povo, que tanto necessita de instrucção que o encaminhe para um futuro grandioso em que a compenetração do dever o eleve e implante n'alma o amor à família, à sociedade, ao trabalho, à paz, à liberdade (CORREIO DO POMBA, ano 2, n. 49, p. 1, jun. 1895, p. 1)

Já em 1895, o jornal *Correio do Pomba*, em sua edição de 03 de março, publica Editorial conclamando o Município a atuar na organização da educação local, com o seguinte teor:

> Podemos afirmar existir por parte do Governo do Estado a melhor boa vontade para que o Pomba entre, de vez, no caminho da iniciativa industrial desenvolvendo as suas riquezas e utilizando-se dos grandes elementos de prosperidade de que dispõe. Com a lei básica, porém, da organização municipal é preciso que a iniciativa desses melhoramentos parta de nosso meio, que ella seja realmente a expressão de nossas mais urgentes necessidades. Chegando-se a falar mais detalhadamente do estado deste município houve quem dissesse que nada mais lhe converia, no presente momento, que a fundação de uma escola de agronomia, ideia realmente importante e que traduzida em facto por alguns homens de boa vontade poderá de um modo surpreendente impulsionar nossa lavoura, preparando profissionais dignos deste nome e tornar nossas fazendas pela economia e pela administração, em um futuro próximo, núcleos adiantados de trabalho. Não é preciso demonstrar as vantagens desta importante ideia. A nossa lavoura precisa de profícuos ensinamentos, porque até hoje não se tem cuidado seriamente em dotal-a com os recursos de que dispõem

> os agricultores europeos e americanos que só podem ser perfeitamente utilizados com o ensino profissional. Uma escola de agronomia neste município será o início de uma nova era porque além do ensino das matérias que forem parte integrante de seu curso, constituirá por sua vez completa exposição de instrumentos e machinas de trabalho até hoje por nós desconhecidos. Estes instrumentos poderão ser constantemente vistos e apreciados funcionando ou sendo utilizados na escola. Precisamos deixar a rotina e fazer alguma cousa pela classe que é o sustentáculo da prosperidade pública. Não lhe devemos regatear os nossos esforços para melhoral-a e para engrandecel-a.[6]

Nesse editorial, publicado no final do século XIX, há uma visão de futuro e um ideário progressista da elite pombense. Também se oferecem elementos à compreensão de outros aspectos sobre o pensamento da elite local. Em primeiro lugar, a sintonia com o ideário iluminista, da Revolução Francesa e também do positivismo, portanto, apesar de ser uma pequena cidade do interior do Brasil, apresentava-se como moderna tanto nos aspectos políticos, econômicos, educacionais como culturais, haja vista o volume de poemas publicados nos jornais, inclusive poesias europeias. Em segundo, a visão de futuro baseada na educação, tanto a clássica como a técnica, reivindicando uma escola de agronomia, isso já no final do século XIX. Em terceiro, o enfoque do progresso pelo desenvolvimento da agricultura, especialmente nos setores de fumo, café, leite e cana-de-açúcar.

A instrução, ou a educação praticada nos primórdios do período republicano, era mais clássica, de cunho geral, e não profissionalizante, como se poderia imaginar devido ao ideário de progresso. Tal ideário não era novo na cidade, pois a ideia do poder público local era atingir as vaidades ou o espírito progressista dos cidadãos e conclamar a todos que dispusessem de recursos para investirem na cidade, bem como aos pobres para prestarem serviços comunitários em prol da melhoria da qualidade de vida e segurança dos munícipes, por exemplo, salvar quem se afogasse, apagar eventuais incêndios.

No entanto, chama a atenção o fato de as disciplinas encontradas nas grades curriculares não revelaram uma especificidade técnica ou profissionalizante, voltada

[6] CORREIO DO POMBA, ano 2, n. 49, p. 123, jun. 1895.

diretamente para o progresso econômico, mas sobre a língua e cultura geral. O jornal *A Justiça*[7] publicou, em 1902, o resultado dos exames das alunas da 1ª Cadeira do sexo feminino desta cidade, regida pela normalista D. Alzira de Albuquerque. Destaque para o fato de que a comissão examinadora era nomeada pela Câmara Municipal, revelando seriedade, importância, transparência e nível de exigências para aprovarem os alunos.

Quadro 2. Disciplinas avaliadas

Portuguez	Arithmetica	Geografia do Brasil
História do Brasil	História de Minas	Calligraphia
Leitura Expressiva	Licções de Cousas	Moral e Civilidade

Fonte: A JUSTIÇA, n. 21, p. 2, 23 nov. 1902.

Como pode ser observado, as disciplinas ensinadas e avaliadas por examinadores externos à instituição de ensino eram as tradicionais vigentes na época, versando sobre linguagem, aritmética, caligrafia, estudos históricos ou geográficos e moral e civilidade. Praticamente nada mais voltado para a área técnica ou relacionado com o processo produtivo, como era manifestado nos escritos da época. Nesse sentido, o progresso viria como consequência dessa aquisição de cultura, linguagem e boas maneiras.

Os exames dos alunos do município realizados por comissões externas ao estabelecimento de ensino eram rotina em Rio Pomba. Antes de concluir o ano letivo de 1895, a Câmara Municipal também nomeou várias autoridades externas para realizarem as provas por disciplinas e por escolas da cidade e também nos distritos. Em seguida, nomeou as diversas comissões, citando as cadeiras a serem avaliadas por escola ou professor, para, no período de 15 a 20 de novembro de 1895, todos os dias às 11 horas, proceder-se à realização dos exames. Como sempre acontecia, na comissão para examinar a cadeira do sexo feminino, regida pela normalista D. Maria José de Menezes Freitas, o primeiro examinador era o Rev. Vigário João Severiano de Carvalho.

Praticamente todas as discussões e decisões da Câmara Municipal eram publicadas nos jornais, demonstrando transparência e que também estava respondendo

[7] A JUSTIÇA, n. 21, p. 2, 23 nov. 1902.

aos anseios da comunidade. Isso também revela uma dependência das câmaras locais em relação ao poder central ou da Província. Diversas ações e resoluções da Câmara foram publicadas no jornal *Correio do Pomba* nos últimos dias do ano de 1895.[8] Na sessão ordinária de 16 de dezembro de 1895, presidida pelo Sr. T. Mosqueira, fez-se a leitura do expediente que constou do seguinte:

> Do Dr. Secretário do Interior, declarando, em resposta ao Officio da Camara datado de 7 de novembro d'este anno que o então presidente d'esta municipalidade, em officio de 26 de abril de 1892, comunicou àquella Secretaria haver permitido que a escola de Cavacudos funccionasse entre aquelle logar e o denominadado Vogados, visto não haver n'aquelle casa que prestasse a mesma escola, e pedindo à Camara que informasse se ainda persiste a allegada falta de casa e qual a distancia entre Cavacudos e o ponto onde funciona actualmente a escola. –Responda-se afirmativamente e que a distancia entre Cavacudos e o ponto onde está funcionando a escola é de 3 Kilomentros mais ou menos.[9]

Apesar de certa autonomia das câmaras, havia dependência do governo da Província, fato descrito no ofício lido na reunião dos edis locais que, para racionalização sobre a localização das escolas mais adequada para o município dependia da autorização do Secretário de Estado. Outra questão que chama a atenção é a demora do Secretário em responder à demanda do município, somente cerca de quatro anos depois pede informação sobre a distância da escola da localidade de Cavacudos. Certamente essa demora poderia prejudicar, e muito, o ensino, caso a mudança inviabilizasse o acesso à maioria dos alunos.

Paralela e complementarmente à instrução ou educação pública e, de forma inovadora, foram publicados na edição do jornal local *Correio do Pomba*, no início do ano de 1893, os estatutos de criação de dois colégios no município, um na sede e outro no distrito de Guarany. Na edição de 20/01/1893, publicam-se os Estatutos do Collegio Guarany, dirigido pela professora Jovita de Paula Pinto, auxiliada por outra docente, a ser contratada pelo município. O artigo 2º do Estatuto estabelece que o "collegio será de ensino primário e secundário. O primário comprehende: Leitura,

[8] CORREIO DO POMBA, n. 36, p. 2, 29 dez. 1895.

[9] CORREIO DO POMBA, n. 36, p. 2, 29 dez. 1895.

escripta, calligraphia, arithmetica elementar, doutrina catholica, grammatica nacional e trabalhos de agulha. O secundário comprehende: Lingua franceza, geographia e piano". No artigo 6º do referido estatuto, encontram-se as descrições dos cursos a serem oferecidos, ou seja, a instrução primária e a secundária, com os respectivos conteúdos curriculares. Ressalte-se, neste aspecto, que já havia, à época, em Rio Pomba, necessidade de ensino secundário, para dar continuidade aos estudos dos alunos concluintes do ensino primário. Os conteúdos da instrução primária consistiam em: Noções de cousas, ensino de leitura, calligraphia, noções de arithmetica, gramática portugueza e ensino religioso. A instrução secundária compreendia o ensino das línguas Portugueza, Francesa e Ingleza e das seguintes ciências: Arithmetica, Álgebra, Geometria, Geographia, Corographia, Historia Universal e do Brazil, Chimica, Phisica e Economia Doméstica e, ainda, o estudo de Desenho, Música, Piano e Trabalho de Agulhas. As alunas deveriam trazer como uniforme um vestido a marinheiro e outro branco, além de toda roupa de cama, um pente fino e outro grosso, e também sacos para a roupa servida.[10]

Como pode ser observado pela grade curricular, a disciplina Moral e Civilidade, anteriormente parte dos conteúdos, desaparece, no entanto, surgem novos valores morais e de comportamento no regimento interno e atividades novas e importantes para a elite, como música e piano. Mas o ideário progressista, especialmente em relação ao setor primário, já era manifesto pelos jornais locais, que reivindicavam constantemente estrada de ferro, usina hidrelétrica, apoio aos plantios de café, fumo e cana-de-açúcar na região. O município, apesar do relevo acidentado, argumentavam os progressistas que tinha terreno fértil e propício para aquelas culturas. Aliás, a instalação de uma usina de açúcar no município foi muito comemorada e alardeada pelos jornais, nas primeiras décadas do século XX. Para consolidar a ideia de progresso por meio da tecnologia, aumento da produção e beneficiamento dos produtos gerados na região, as lideranças locais defendiam a necessidade de ensino técnico e instalação de indústrias.

Cabe ressaltar que, na grande maioria das edições dos jornais da cidade, verifica-se uma invejável valorização da literatura, da arte e da cultura, manifestadas por meio de poemas de autores renomados, como José Oiticica, Raimundo Correa

[10] CORREIO DO POMBA, anno II, n. 50, p. 3, 10 mar. 1895.

(*Mal Secreto*) etc., e alguns internacionais, como Emílio Castelar, considerado como o mais eloquente orador da Espanha e também um dos grandes prosistas e poeta influenciado pelo romantismo, do século XIX (*O Amor*), bem como de escritores locais, publicados nas primeiras páginas dos semanários.[11]

O semanário, publicado aos domingos, *Correio do Pomba*, de número 33, edição de 08/12/1893, traz em sua primeira página dois poemas: um soneto clássico, de Augustín Moreto y Cavana (Madrid 1618 – Toledo 1669), versando sobre o amor, e uma poesia jocosa descrevendo a abertura de uma barbearia em Lisboa, em que os serviços eram prestados por mulheres delicadas, de mãos macias e que estavam atraindo muita clientela. Destaca também na primeira página os exames de Latim dos alunos da escola criada pela Câmara Municipal e regida pelo professor Capitão Honorio Pinto, realizados no dia 02/12/1893. Foram nomeados para conduzirem os trabalhos o senhor Teóphilo Mosqueira, presidente, o professor e reverendo vigário João Severiano e o cidadão Carlos Rocha. Esta comissão ou banca externa à instituição de ensino revela a seriedade com que a sociedade local conduzia a educação de seus jovens, bem como o rigor no processo de aprovação dos alunos. Na página 03 da mesma edição do jornal *Correio do Pomba* de número 33, edição de 08/12/1893, uma espécie de Editorial analisa o solo e o subsolo do Brasil e, em particular, da Província de Minas Gerais como férteis e propícios para a agricultura, além da riqueza de minérios em larga escala.

Em Rio Pomba, segundo Cappelle (2014), a regulamentação referente ao ensino público primário estabeleceu-se juridicamente no município, no ano de 1894. A nova legislação, que procurava organizar, disciplinar e estruturar os trabalhos das instituições educacionais da localidade, foi publicada pelo jornal *Correio do Pomba*, no período de 26/02 a 18/03/1894.

Outro semanário local, *Nova Senda*, editado em 08/07/1917, traz na primeira página severas críticas à paralisação dos investimentos financeiros na Companhia Pombense de Eletricidade, fato que impediria o progresso da cidade acarretando sérios prejuízos em todos os setores econômicos, sociais, culturais e educacionais. Na página 02, o mesmo periódico exibe uma reportagem denominada "O Progresso", afirmando que a instrução, os mecanismos sociais e a comunicação devem ser

[11] CORREIO DO POMBA, n. 49, p. 5, 03 mar. 1895.

amplos e de fácil acesso à população. Quanto maior a educação, mais facilidade de governar e de se fazer justiça, enfim, seria o triunfo seguro do bem e da civilização na busca pelo progresso. O ideário de progresso na região de Rio Pomba, no final do século XIX, tem como referência o positivismo comtiano, pois a própria bandeira brasileira estampa as palavras-chaves dos princípios positivistas: *ordem* e *progresso*. Assim também os comunicadores da época, defensores incansáveis do progresso (somente considerado possível por meio da educação), tinham uma visão integradora com as características da terra, do relevo montanhoso da região, bem como das economias nacionais e internacionais. Por isso, incentivavam as culturas de café, cana-de-açúcar e fumo, bem como defendiam a construção da ferrovia, da companhia de eletricidade e de uma escola agrícola para transformar tecnologicamente a agricultura regional.

O jornal *Correio do Pomba*, de 14 de julho de 1893, em sua primeira página, como já defendido em edições anteriores, sob o título "Fábrica de Tecidos", enaltece os abonados da época que iriam investir naquela importante atividade econômica:

> Animados de justo desvanecimento damos hoje aos nossos leitores a grande notícia de que intenta-se entre nós a creação de uma fábrica de tecidos, incontestavelmente um melhoramento de grande e reconhecido valor. O que resta agora é que, tratandos-se de uma obra de grande alcance e interesse geral, não se levantem obstáculos à sua consecução, emados das dissensões partidárias, que não devem concorrer para o nosso atraso, facto que infelizmente até aqui tem se dado entre nós.[12]

Nos trechos dos editoriais dos jornais analisados, observa-se que se defende a instrução, bem como advoga-se em favor de investimentos na agricultura e indústria, como as únicas alternativas para a cidade alcançar o tão almejado progresso. Para que isso ocorresse, era necessária a disseminação da educação entre os jovens. Em outro Editorial, de primeira página, do jornal *Correio do Pomba*, faz-se ferrenha defesa e exaltação da importância de uma reforma e atualização do acervo da biblioteca da cidade, seja para que sirva de ferramenta complementar ao ensino ou à promoção da cultura dos cidadãos.

[12] CORREIRO DO POMBA, n. 12, p. 1, 14 jul. 1895.

> Ministrar instrucção às camadas populares – eis uma das mais alevantadas-missões do legislador: deve ser uma preocupação constante [...] é um dos mais seguros meios de diffundir a instrucção, de fazer com que a luz brilhe na treva da intelligência do povo, é, sem dúvida, o da manutenção da bibliotheca publica onde a classe menos favorecida da fortuna, que não pode absolutamente comprar livros, encontre o que ler. Nós temos a dita de possuir uma bibliotheca regular, uma das poucas que existem neste immenso estado, rico de terras e dons naturaes, mas pobre de cultura intellectual; e, em vez de deixar que as traças destruam os thesouros accumullados ali na rua "Domingos Ignacio", deve a Camara decretar quanto antes uma verba para reparo dos livros estragados e outra para compra de novas obras [...].[13]

O papel da imprensa em uma sociedade em desenvolvimento ou que busca o progresso econômico, social, cultural e político também foi discutido pelo jornal *Correio do Pomba*, em editorial de primeira página, com o título "A Missão da Imprensa":

> A imprensa, porém, que não sabe compenetrar-se de sua missão e que concorre para o desmantelamento social, que não tem por ideal o progresso, essa imprensa é um mal, um flagelo para a sociedade.[14]

Dessa forma, a própria imprensa de Rio Pomba explicita o seu papel, ou seja, intervém de forma direta, ora louvando ora criticando, a forma como o poder público conduz o processo educacional no município. Não se pode negar a importância e o poder da imprensa regional, através das inúmeras intervenções da imprensa local, durante o período estudado, para reivindicar ou criticar os políticos que não atendem os interesses da classe dominante ou aos anseios da sociedade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusões, podemos asseverar que, sob a ótica e a perspectiva dos legisladores municipais de então, ações encaminhadas no campo educacional

[13] CORREIO DO POMBA, n. 19, p. 1, 1º set. 1895.

[14] CORREIO DO POMBA, n. 22, p. 1, 22 set. 1895.

projetaram-se no sentido de educar, instruir, regenerar, moralizar, civilizar, isto é, tornar o povo útil às atividades econômicas, bem com contribuir para o "progresso" do município. Nesse sentido, os articulistas dos jornais de Rio Pomba e, principalmente, os membros da Câmara Municipal propunham iniciativas visando superar a situação de precariedade da economia local. Portanto, compreender o significado das ações dos municípios é, por exemplo, entender o sentido que os grupos escolares tiveram nessas cidades (mesmo sendo eles de iniciativa estadual), como escolas da "República para a República", que pudessem contribuir para o "processo civilizatório" das populações locais, pois sua "missão" era criar/recriar novos sujeitos para o contexto social urbano, principalmente no âmbito da escola primária, portadora de novos conteúdos, métodos de ensino e práticas pedagógicas. Dessa forma, as legislações criadas nessas cidades – como foi o caso de Rio Pomba – emergiram num momento de intensa busca de novos modelos de organização administrativa, pedagógica e metodológica no campo educacional, com o objetivo de reorientar e intervir na sociedade, a partir da educação, como forma de transmitir outros princípios à sociedade, de educar o homem, ou melhor, transformá-lo num "novo homem" para construir uma nova sociedade.

Nesse sentido, as produções da imprensa estão em conformidade com os valores e as ideologias de quem as representa, sem adotarem uma postura de neutralidade diante dos fatos. Pelos artigos selecionados, pudemos observar igualdade de opiniões, dos articulistas, com a política municipal direcionada à educação, ou seja, os jornais vincularam em suas edições as principais iniciativas propostas e executadas pelos legisladores municipais.

O município se constituiu numa "instância pedagógica", isto é, observa-se forte ação da Câmara Municipal de Rio Pomba no campo educacional, por meio das atividades político-administrativas, as quais possibilitaram, no período em tela, a aprovação de uma legislação descentralizadora da gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos seus limites, levando à regulamentação local dessa obrigação.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *A imprensa periódica como objeto de instrumento de trabalho*: catálogo da hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.

CAPELATO, Maria Helena R.; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo". São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPPELLE, R. V. S. Regulamentação da Instrução Pública no Município de Rio Pomba/M.G. (1894): Organizar para Republicanizar. *Cadernos de História da Educação*, v. 13, n. 1, p. 377-388, jan./jun. 2014.

CARVALHO, Carlos Henrique de. *República e imprensa*: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães, Uberabinha, MG 1905/1922. 2. ed. ampl. e rev. Uberlândia: EdUFU, 2007.

CARVALHO, Carlos Henrique de; INÁCIO FILHO, Geraldo. Debates Educacionais na Imprensa: Republicanos e Católicos no Triângulo Mineiro (1892-1931). *In*: ARAUJO, José Carlos Souza; SCHELBAR, Analete Regina (Org.). *História da Educação pela Imprensa*. Campinas: Alínea, 2007.

CARVALHO, Rosana Areal de; BERNARDO, Fabiana de Oliveira. Quando as Forças Republicanas se fazem presentes: Educação em Mariana (1891-1909). In: GONÇALVES NETO, W; CARVALHO, Carlos Henrique (Org.). *O Município e a Educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012. p. 156-177.

CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e Ideologia em São Paulo, 1822-1842*: matizes do vocabulário político e social. Petrópolis, Vozes. 1979.

CORREIO DO POMBA, 23 jun. 1895.

CORREIO DO POMBA, 26 fev. 1894; 04 mar. 1894; 11 mar. 1894; 18 mar. 1894.

CORREIO DO POMBA, n. 49, p. 5, 03 mar. 1895.

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Publicação comemorativa ao 23º aniversário do Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa (IBGE). 1959. v. 27. Documento pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. O município pedagógico: proposta de uma nova categoria para a compreensão da história da educação brasileira no final do século XIX. *In*: JORNADA DO HISTEDBR, 5. *Anais*... Sorocaba, 2005. [CD-ROM]

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de. *O Município e a Educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012.

LE GOFF, Jacques. História. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

NOVA SENDA, p. 1, 2, 08 jul. 1917.

O IMPARCIAL. Edição Extraordinária, p. 42, jan. 1958. Arquivo da Imprensa de *O Imparcial*, Rio Pomba.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. *João Goulart na Imprensa*: de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993.

O POMBENSE, p. 1, , 05 out. 188. Acervo do Museu Histórico de Rio Pomba.

PÁDUA, P. G. *O Conceito de Progresso nas Mensagens dos Presidentes do Estado de Minas Gerais (1891 – 1930)*. Dissertação (Mestrado) - CEFET-MG, Belo Horizonte, 2012.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PORTAL DE RIO POMBA. Disponível em: <http://www.riopomba.mg.gov.br/historia-de-rio-pomba>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SANTIAGO, Sinval Batista. *História do Município de Rio Pomba*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

WIRTH, John D. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

A escolarização em um momento de transição: a atuação da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro-MG (1880-1889)

Clarice Lisandra David
Luciano Mendes de Faria Filho

INTRODUÇÃO

Na década de 1880, ainda no período imperial, as cidades mineiras tiveram a prerrogativa de criarem e subvencionarem escolas em sua jurisdição. As câmaras municipais tiveram um papel importante nesse processo, de colaborar na expansão da escolarização das crianças mineiras. A cidade de Itabira do Matto Dentro, a partir do ano de 1881, passou a criar e subvencionar escolas rurais sob sua responsabilidade, dividindo, assim, com a província mineira os encargos da instrução pública.

Primeiro é abordada a cidade sua população, atividades desenvolvidas e como estão organizadas as escolas na cidade. Em um segundo momento, são tratadas as discussões que originaram o art. 11 da Resolução nº 2.717 de 1880, que permite às câmaras municipais a criação ou subvenção de escolas. Por fim, é discutido como a Câmara Municipal de Itabira usou dessa atribuição em seu município.

A CIDADE DE ITABIRA DO MATTO DENTRO E A ORGANIZAÇÃO DE SUAS ESCOLAS

A cidade mineira de Itabira do Matto Dentro surgiu no século XVIII, com a extração aurífera em sua região, como várias outras localidades mineiras, desse modo

seu tecido urbano se configurou como um espaço em que "concentração e centralização das atividades de produção, reprodução/consumo, circulação/distribuição e gestão [ocorriam] em um mesmo espaço (urbano)" (MONTE-MÓR, 2001, p. 5-6).

Da mesma forma, o assentamento e a construção de casas e capelas eram definidos pelo local de descoberta do ouro. Assim, o arraial organizava-se com o prolongamento de construção de casas e mesmo do comércio em direção aos caminhos das minerações.

Em contrapartida, devido à própria diversidade do povoamento das Minas e seguindo as orientações de Sérgio da Mata (2002, p. 265), é possível perceber que algumas freguesias pertencentes à cidade não tiveram o início de seu povoamento condicionado à extração aurífera, mas sim à edificação de uma capela onde famílias se encontravam para cumprirem os ritos religiosos. A partir dessas capelas, surgiam os pousos, os primeiros estabelecimentos comerciais, e, sendo favoráveis o meio e as perspectivas econômicas, os núcleos desenvolviam-se. Nesse caso, diferentemente dos povoados surgidos em função da extração aurífera, o ponto de rotação dessas localidades eram as capelas.

A cidade de Itabira estava localizada na zona central mineradora e pertencia à Vila de Caeté, parte da Comarca do Rio das Velhas. Em 1833, recebeu o título de Vila e, de cidade, em 1848. No ano de 1840, foi transferida para a Comarca do Piracicava, permanecendo nela até o fim do período da análise – 1889.

No período em questão, a cidade contava com as seguintes freguesias: a da sede da cidade, Antônio Dias Abaixo, São José da Lagoa, Joanésia ou Parahyba do Matto Dentro, Sete Cachoeiras, Sant'Anna dos Ferros, Sant'Anna do Alfié, Santa Maria e Nossa Senhora do Carmo.

A partir do Recenseamento de 1872, foi possível traçar um perfil da população itabirana na segunda metade do século.[1] No ano de 1872, a cidade era composta de 42.614 almas, destas 35.150 eram pessoas livres (82%) e 7.464 (18%) eram escravas. Ao desmembrar a informação da população livre por cor, tem-se a seguinte composição: 54% eram brancos, pardos 33%, pretos 12% e 1% caboclos. Para a população escrava, 25,89% eram pardos e 47,11% eram pretos.

[1] A análise levou em consideração os problemas apresentados nesse Recenseamento, como a contagem incompleta por faixa etária. Além disso, por segurança, optamos por realizar a análise não por freguesias, mas a partir das informações contidas para a cidade. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br>.

Ao agrupar os dados referentes à cor dos indivíduos, independentemente da condição, aproxima-se de um perfil mais próximo da população da cidade. Assim, brancos representavam 44% da população, pretos 23%, pardos 32% e caboclos 1%. Esses dados indicavam que a população de Itabira do Matto Dentro, independentemente da condição – livre ou escravo –, era composta em sua maioria por descendentes de africanos.

Em relação às atividades produtivas, a que mais mobilizava as pessoas da cidade era aquela relacionada às atividades agrícolas, perfazendo um total de 21,42% de indivíduos envolvidos, seguida por 16,33% de pessoas dedicadas ao serviços domésticos. Para Libby (1998), essa categoria contemplava uma gama de atividades relacionadas ao plantio para subsistência e venda, criação de animais para venda e consumo.

Como o povoamento da cidade e parte de seu entorno esteve ligado à extração do ouro, no momento do Recenseamento era diminuta a parcela da população que se dedicava à extração de metais, no entanto, havia a presença de indivíduos trabalhando no beneficiamento de metais, principalmente do minério de ferro utilizado na confecção de ferramentas nas forjas da cidade.

Apenas 0,04% da população foi contabilizada como proprietária e 0,07% como comerciante. Profissionais liberais perfaziam 0,12% da população.

No que diz respeito à escolarização da população itabirana, foi possível identificar que apenas 12,73% da população sabiam ler e escrever. Desses, na população livre 66,45% eram homens e 0,36% mulheres. Homens escravos que sabiam ler e escrever perfaziam 0,36% acompanhados de 0,10% de mulheres escravas com o domínio da leitura e da escrita. Esses dados confirmam, como apontado por Gouvêa (2004), que a escolarização levada a cabo pelo Estado direcionava-se mais ao universo masculino que ao feminino, ainda que na metade do século XIX o número de escolas femininas tenham tido um aumento significativo, como é demonstrado na Tabela 2.

O Recenseamento de 1872 também contabilizou as crianças de 6 a 15 anos que frequentavam a escola. Nesse caso, a contagem restringiu-se ao contingente livre, o que não exclui a possibilidade de existirem crianças escravas frequentando a escola, ainda que seu acesso fosse proibido pela Lei Provincial e nº 13, de 1835.

Na Tabela 1, encontram-se sistematizados os dados da população infantil que frequentava e não frequentava a escola.

Tabela 1. Crianças de 06 a 15 anos que frequentavam e não frequentavam a escola

	Frequenta a escola	Não frequenta a escola
Meninos	441	2.248
Meninas	285	2.410
Total	**726**	**4.658**

Fonte: Recenseamento de 1872.

O número de meninos que frequentava a escola era maior que o de meninas. De acordo com a legislação da época do Recenseamento, o Regulamento nº 62, de 1872, a obrigatoriedade do ensino recaía sobre as crianças de 08 a 15 anos de idade, no entanto o Recenseamento também contabilizou a população compreendida entre 06 e 07 anos de idade.

Pelo número expressivo de crianças fora das salas de aula, infere-se o não cumprimento da lei, reforçando o já apontando por autores como Faria Filho e Gonçalves (2004), que o Estado sempre enfrentou, ao longo do século XIX, dificuldades para efetivar a frequência nas escolas. Importante ressaltar que essa questão não era ponto pacífico entre os governantes. As discussões durante todo o período giravam em torno da obrigatoriedade da frequência das crianças à escola, sobre qual idade deveria recair essa obrigatoriedade, se para meninos e meninas ou apenas para meninos.

O Recenseamento de 1872 indicia a existência de crianças em sala de aula. Como governos provincial e local garantiram que elas pudessem estudar, efetivando a criação de escolas na cidade, é o próximo exercício.

É importante destacar que existem na cidade dois movimentos distintos de criação de escolas, mas que têm como desencadeador o governo provincial. Um movimento é o de criação de escolas públicas primárias pelo próprio governo provincial, e o outro é a criação e/ou subvenção de escolas pela Câmara Municipal da cidade na década de 1880, todas elas localizadas na zona rural da cidade. Esse movimento de criação de escolas, bem como o debate provincial que o procedeu, será visto com mais vagar à frente.

Importa agora perceber a dinâmica de criação de escolas em Itabira, o que é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2. Escolas Públicas criadas pelo governo provincial em Itabira do Matto Dentro – Século XIX

Período	Tipo de escola Masculina	Tipo de escola Feminina	Total de escola
Antes da década de 1860	8	1	9
Década de 1860	1	----	**1**
Década de 1870	4	8	**12**
Década de 1880	19	1	20

Fonte: APM: IP-05,IP-68, IP-70, IP-72, IP-74, IP-75, IP-181.

O movimento de criação de escolas pelo poder provincial foi tendencialmente crescente, exceto pela década de 1860, década caracterizada por um maior rigor nos gastos públicos, mas com a tendência do crescimento das rendas públicas nas décadas posteriores (FREITAS, 2009), a cidade, e, provavelmente, em outras localidades da província, pôde se beneficiar da criação de um número crescente de escolas. Não se excluem aqui, contudo as adversidades que essas escolas tiveram para seu funcionamento efetivo ao longo do século XIX, tais como falta de professores, frequência mínima de alunos, condições materiais para seu funcionamento, entre outros.

É possível perceber também como o processo de escolarização foi voltado muito mais para o público masculino que para o feminino, a criação de escolas femininas para essa população, na cidade, efetiva-se, de fato, na década de 1870.

Já a Tabela 3 apresenta a criação/subvenção de escolas rurais pela Câmara Municipal da cidade.

Tabela 3. Escolas criadas/subvencionadas pela Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro – Década de 1880

Ano	Número de escolas	Tipo de escolas
1881	4	Mista
1885	2	Mista
1887	1	Mista
?	1	Mista
Total	**8**	

Fonte: Atas da Câmara Municipal de Itabira – ACMI – 1881 a 1889.

Ao longo da década de 1880 a Câmara da cidade subvencionou oito escolas, todas localizadas na zona rural, e, ao contrário do movimento de criação das escolas pelo poder provincial, isso não foi contínuo ao longo do período e teve uma tendência decrescente ao longo da década.

Ainda que a instituição camarária não subvencionasse outras escolas, isso não indica, no entanto, que não houvesse pedidos de professores e mesmo a intervenção de vereadores para a subvenção de escolas durante toda a década de 1880.

Com o movimento empreendido até aqui foi possível perceber a cidade e sua população e dimensionar as escolas criadas pelo governo provincial e aquelas ligadas ao governo local. Nesse momento, acompanhar a maneira como os municípios mineiros, ainda no período imperial, passam a ter encargos com a instrução é o assunto do próximo item.

INSTRUÇÃO DA POPULAÇÃO MINEIRA: UM ENCARGO A SER COMPARTILHADO

As falas dos presidentes de província eram dirigidas à Assembleia Provincial na abertura anual de seus trabalhos e tinham como objetivo ajudar os legisladores na formulação de leis e na elaboração do orçamento provincial. Possuíam um padrão de escrita bastante descritivo, mas como documentos do Poder Executivo, buscavam "consciente ou inconscientemente – [...] transmitir uma imparcialidade necessária a um documento que se quer inquestionável" (FREITAS, p. 35, 2009).

E foi por meio dessas falas que se pôde identificar a defesa, por parte do Poder Executivo, da entrada do poder municipal nos assuntos da instrução. Isso é patente nas falas dos anos de 1880 e 1881 dos presidentes de província dirigidas à Assembleia.

Em 1880, o segundo vice-presidente da província mineira, Joaquim Jose de Sant'Anna, dirige-se à Assembleia Provincial em que apresenta, em sua opinião, o papel das câmaras municipais na instrução pública.

> As camaras municipaes tem na lei de 1º de Outubro de 1828 a attribuição de fiscalisar e promover o ensino. Sem recursos e incentivos, não satisfazem a prescripção legal; entretanto, em todos os paizes da Europa, à excepção da Rússia e da Inglaterra, as camaras em grande parte fundão e subvencionão as escolas. É um regimem que pode-se adoptar com feliz exito. As camaras municipaes terão a administração e inspecção das escolas

> nos districtos mais populosos. Para mantel-as com os recursos dos seus orçamentos, sendo ordinariamente de uma receita exigua, lembre a creação de imposto de applicação especial, conforme as circunstancias de cada municipio. Nenhum inconveniente resultará da plena liberdade na direção das escolas municipaes, porque ao lado dellas estarão as escolas provinciaes nas cidades e freguesias, mantidas pelo governo, cujos methodos e disciplina servirão de modelo. Quando trata-se de dar vida e prestigio às municipalidades, não convem desprezar a sua cooperação em um objeto de grande interesse social. (SANT'ANNA, p. 11, 1880)

Nessa fala, é possível identificar a vontade de uma divisão dos encargos da instrução pública entre poder provincial e municipal e, ante os poucos recursos que a maiorias das câmaras sempre enfrentaram para arcar com suas responsabilidades, a criação de um imposto, na opinião do vice-presidente, sanaria o problema.

Os deputados provinciais acataram as sugestões do presidente de província consubstanciadas na Resolução nº 2.717, de 18 de dezembro de 1880, artigo 11 das disposições permanentes, resolução que orça e fixa as despesas das câmaras municipais para o seguinte ano financeiro. Nesse artigo, constam quatro parágrafos que buscaram de maneira bem geral reger e orientar a forma como as câmaras municipais iriam criar e/ou subvencionar suas escolas.

Contudo, ao que parece, para o então presidente da província, senador João Florentino Meira de Vasconcelos, em 1881, ao se dirigir para a Assembleia, apenas uma resolução autorizando a colaboração dos municípios nos assuntos da instrução não era suficiente. Em sua fala, indica tanto que alguns municípios na província já vinham criando e/ou subvencionando escolas, como também a necessidade de criar uma lei sobre o assunto. Ao longo de todo texto do presidente fica explícito que, mediante as necessidades de expansão da instrução, das condições e encargos financeiros que esta acarreta para os cofres provinciais, é preciso a colaboração de todos aqueles "que se interessão pelo futuro do paiz", tanto a iniciativa individual, quanto a municipal.

> Na província se tem colhido algumas vantagens dessa collaboração dos individuos com o governo na fundação de escolas e estabelecimentos de instrucção.
> As municipalidades por sua vez têm acudido a este nobre appelo e mais de um estabeleceo escolas com os recursos de seus orçamentos.

> Compartilhando a opinião de estadistas notáveis, que, confiados no elevado prestigio das camaras municipaes, entendem que podem ellas prestar um serviço relevante ao ensino publico com a fundação e direção das escolas primárias, solicito a vossa esclarecida atenção para esse assumpto.
> Na província do Rio de Janeiro forão ultimamente estabelecidas escolas municipaes; na de Pernambuco e outras trata-se de fazer o mesmo.
> Sendo entre nós livre a qualquer individuo ou associação fundar escolas seria conveniente que as camaras municipaes fossem autorisadas a subvencionar aquellas que tivessem maior frequência.
> Deste modo as municipalidades terião uma interferência benefica em favor da instrucção e ao mesmo tempo exerceria uma inspecção sobre as escolas situadas em seu município. (VASCONCELOS, 1881, p. 38)

Todo esse debate também se insere dentro da própria configuração que as câmaras municipais passaram a ter com a instauração do Império, em relação ao período colonial, pois a partir do regime monárquico elas tiveram mudanças significativas em sua estruturação: os cargos passaram da eleição indireta para a direta e sua autonomia sofreu muitas restrições, tendo a partir de então uma função apenas administrativa (OLIVEIRA, 2014).

Alguns estudos historiográficos que se voltam para a elite local, como o de Chaves (2012) e Martiny (2010), ou o de Vargas (2010), que se debruça sobre a elite provincial do Rio Grande do Sul, mas não se descura da elite local, indicam a importância dessa instituição como *lócus* de intermediação dos jogos de poder da elite local, mas também da manutenção de poder das elites provincial e nacional. Proporcionam-se, assim, outros olhares para a Câmara Municipal no século XIX, ainda no período imperial, pois ela

> ocupou importante espaço local de poder nessa rede administrativa ao exercer papel mediador entre os setores administrativos da esfera provincial e central. Ela permaneceu com seu traço histórico de instituição central do município, com funções de intermediação entre a localidade, o governo provincial e o governo central. (CHAVES, 2010, p. 447)

Nessa perspectiva, dentro dos limites impostos naquele momento à instituição camarária, mas entendendo-a como importante instituição intermediadora de anseios das localidades, é que se projeta também a promulgação dessa resolução, pois

se, por um lado, existia uma vontade de dividir os encargos da educação, por outro, também poderia existir uma vontade das localidades de criarem e manterem suas próprias escolas.

Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães, ao discutirem a questão do município na história da educação em Portugal e no Brasil, e a tensão entre poder central e poder local nos assuntos da instrução, realizam uma importante reflexão, ainda que aqui a relação se estabeleça entre poderes provincial e local e, guardadas as especificidades da escolarização ocorrida naquele país,

> Essa responsabilização do município, no entanto, não atende apenas aos interesses do poder central, no sentido de se desobrigar da administração direta e dos custos da instrução pública. Ao próprio município também se torna ocupar esse espaço, na medida em que o mesmo pode auxiliar no processo de formação de sua identidade. (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, p. 16-17)

Em contrapartida, não se pode deixar de lado o próprio cenário de mudança que ocorria na sociedade brasileira, no campo das ideias, principalmente após 1870, na perspectiva da ciência em que a realidade brasileira era analisada e a educação era vista como possibilidade de superação dos empecilhos para o alcance do progresso; e bem como o fim cada vez mais próximo da escravidão, que requeria da elite do Brasil esforços de pensar a preparação desse contingente de pessoas para o trabalho, o que se daria também por meio da educação (GONÇALVES NETO, 2004; BARROS, 1986).

A fala do presidente Vasconcelos, contudo não se consubstanciou em uma nova legislação referente a uma possível autonomia das câmaras para gerirem os assuntos da instrução, o que só ocorreria com a promulgação da República. Até o ano de 1889, elas se guiaram pela Resolução nº 2.717 em seu art. 11, pelos regulamentos provinciais e códigos de posturas. O artigo 11 assim define as atribuições das câmaras:

> Art. 11 – Ficam autorizadas as Câmaras municipaes a estabelecer escolas de instrucção primaria, ou auxiliar as existentes em seus municipios.
> § 1º Os professores para estas escolas serão contratados ou nomeados, e seus vencimentos fixados pelas Câmaras, como convier a seus municipios, cumprindo-lhes igualmente regular o ensino e inspeccional-o.
> § 2º Confeccionarão as Câmaras uma estatística do ensino a seu cargo, e farão exposição sobre o aproveitamento dos alumnos, methodo e condições de

> ensino e balanço da respectiva despeza, para ser tudo annualmente apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, dependendo a continuação das escolas da frequencia marcada no regulamento nº 84.
> § 3º Para os fins d'esta lei, ficam as Camaras autorisadas a fazer as necessárias despezas, devendo nos futuros orçamentos propor verbas para estes serviços.
> § 4º Si em virtude da frequencia das escolas municipaes, tornar-se conveniente a suppressão da respectiva escola provincial, a importância que com esta despendia a província reverterá em favor do cofre municipal. (Resolução nº 2.717, 18 dez. 1881, Coleção de Leis Mineiras)

A partir dessa resolução, pode-se dizer que, paulatinamente, os encargos da instrução primária na província de Minas Gerais foram sendo divididos entre poder provincial e poder municipal. Os dois poderes passaram a colaborar conjuntamente com a instrução das crianças mineiras, ainda que o município de Itabira tenha subvencionado um número bem menor de escolas, devido às dificuldades orçamentárias.

As cidades que criassem ou subvencionassem escolas deveriam seguir as orientações do regulamento em vigor no momento da aprovação da resolução, o de nº 84, que estipulava uma frequência de vinte alunos para escolas masculinas e de quinze para escolas femininas.

Outro fator interessante desse artigo 11 é o seu parágrafo 4º, ao indicar que se a escola criada ou subvencionada pelo poder municipal tivesse uma frequência maior que a escola provincial da localidade, a segunda seria fechada. Mesmo que o parágrafo indique que o valor gasto nessa escola seria repassado para a escola do município, em um projeto de expansão da escolarização, tão alardeado pelos dirigentes e mesmo pelos legisladores, essa resolução parece ser um pouco contraditória. Indica muito mais uma tentativa de, paulatinamente, repassar todo o encargo e custos da instrução primária para os poderes locais, do que realmente um compartilhamento de responsabilidades.

A Câmara de Itabira, de maneira consciente ou inconsciente, nunca criou ou subvencionou escolas onde já existiam as escolas provinciais, assim o município, na década dos anos 1880, contou com duas formas de escolas: as públicas provinciais e as rurais, como foram denominadas pelos camaristas e professores subvencionados.

No ano seguinte à promulgação da resolução, Itabira passou a subvencionar escolas em sua jurisdição. Como se deu esse processo na cidade, como a Câmara se organizou, manteve e legislou sobre essas escolas será tratado a seguir.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA E AS ESCOLAS SOB SUA RESPONSABILIDADE

As primeiras subvenções de escolas

As orientações de Wencelau Gonçalves Neto são importantes no trabalho com documentários camarários, no caso, o autor refere-se aos debates e mesmo à legislação ali produzida, contudo, pode-se também estendê-las aos outros documentos, como as correspondências recebidas, de acordo com Gonçalves Neto (2007, p. 2):

> os debates na Câmara Municipal – apesar de ser o próprio local da elaboração das leis – permitem identificar parcialmente o impacto, a efetividade, as motivações pela mudança, as reclamações, etc, o que torna um pouco mais dinâmica a compreensão da lei na sua relação com a cultura escolar.

Por meio das Atas, correspondências recebidas, abaixo-assinados, código de postura foi possível acompanhar, ao longo da década de 1880, a ação da Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro em relação à educação. E a análise desta documentação permitiu perceber a manifestação de um interesse e a reivindicação por parte de outras pessoas que não estavam investidas no cargo de vereadores.

No primeiro semestre do ano de 1881, já foi possível perceber uma intensa movimentação por parte dos camaristas e também de outros indivíduos na solicitação de subvenção de escolas.

Apenas foi possível localizar a indicação e aprovação da subvenção das escolas de alguns professores, não se conseguindo acompanhar como ocorreu o processo de subvenção:

Tabela 4. Primeiras escolas subvencionadas pela Câmara Municipal de Itabira do Matto Dentro – 1881

Nome	Localidade	Data	Valor
Damaso Augusto de Paula	Cedro/Capão (?)	15 de fevereiro	200$00
D. Anna Fernandes Madeira	Fome	7 de abril	120$00
João Melchiades Fez. de Oliveira	Ribeirão São José	1º de junho	150$00

Fonte: Museu do Ferro, caixa 28.

A subvenção dos professores João e D. Anna foi condicionada à aceitação de meninos pobres em sua escola, para ele 20 a 30 meninos, para ela 15 a 30 meninas. O que não estava previsto na Resolução nº 2.717, indicando que provavelmente em suas escolas não eram atendidos alunos pobres. Já na aprovação do professor Damaso não há essa prerrogativa, mas o esclarecimento de que deve cumprir todas as obrigações do Regulamento nº 84. Outro fator que chama a atenção é o valor desigual da subvenção dada às escolas, cabendo o menor valor à escola que é regida por uma mulher.

No primeiro semestre do ano de 1881 ainda, chegaram às mãos dos vereadores mais três pedidos de subvenção de escolas. Em um abaixo-assinado, o Vigário Euvécio Antônio Rodrigues Pinto, o Juiz de Paz Júlio Bicudo de Alvarenga e o 2º Suplente de Juiz Municipal, Manoel Lucas Procópio da Freguesia de Sant'Anna de Ferros, solicitam a subvenção da escola do professor Manoel Pereira Barboza na povoação Nossa Senhora da Conceição da Esmeralda, pois esta estava a uma distância de cinco léguas de Ferros.

Além de a carta ser assinada por pessoas gabaritadas da freguesia, o que pode reforçar o pedido, a própria escrita é feita na tentativa do convencimento daqueles que irão ler, no caso, os vereadores. O vigário, para reforçar o pedido, escreveu também outra carta, que enviou juntamente com o abaixo-assinado, na qual reforça ainda mais os argumentos do primeiro

> [...] e nella ha uma escola particular regida pelo cidadão Manoel Pereira Barbosa frequentada ja por mais de trinta alunnos cujos pais em sua maioria pobres com grande sacrifício dão ao professor huma insignificante contribuição, e entre estes muitos nada pagão por pobresa e o mestre ensina grátis.
> Mas o maior numero de meninos não podem concorrer a escola e pela absoluta pobresa de seos pais e terão de ficar analfabetos, e infelises, se esta escola não for subvencionada pelos cofres publicos. [...] (PINTO, 10 jun. 1881, MF, cx 30)

Embora nas missivas tenha sido exposta a pobreza dos pais, a dificuldade de locomoção das crianças para irem para a sede da freguesia, pois teriam que atravessar o rio, a boa vontade do professor e até a infelicidade das crianças se a escola não fosse subvencionada, pois ficariam analfabetas, a Câmara, em julho, na pessoa no vereador Castilho, não aprovou a subvenção dessa escola, pois não podia arcar com essa despesa, deixando "para em tempo oportuno tomar-se as medidas convenientes"(MF, cx 28).

Ainda nas sessões de julho, eles indeferiram, por falta de verba, a solicitação feita pelo delegado de Instrução Publica de Sant'Anna dos Ferros, Francisco d'Alves Santos, para a escola do professor Manoel José Alves, na localidade Santíssimo Coração de Jesus do Rio do Peixe.

Ainda nesse mesmo mês, o Delegado de Instrução Pública de Sete Cachoeiras, Ponciano Pereira da Costa, envia um atestado da existência da escola particular na povoação de Esmeraldas bem como a sua distância da Freguesia. Não foi encontrado outro documento, mas esse parece fazer parte de outro em que se solicitava a subvenção para essa escola, e ao que parece também foi negada, pois a sua sorte mudou em sessão de outubro daquele ano.

A situação de uma negação de subvenção para a subvenção para o professor dessa escola mostra como a rede de relações sociais pode ser determinante na vida dos indivíduos. Com certeza toda uma rede foi ativada a partir do momento em que ele não conseguiu a subvenção até chegar ao vereador Assis Couto que, em sessão de 11 de outubro, defendeu a subvenção de sua escola e conseguiu.

Sua rede de relações sociais talvez mais forte que a do professor Manoel Barboza, talvez não ativada pelos outros professores. O fato é que ela foi usada no interesse de um grupo de pessoas que possuíam relações, pois o professor Augusto Olimpio de Castro naquele mesmo mês de outubro, apenas três dias antes, teve seu pedido negado de subvenção para a sua escola no Onça freguesia de São José da Lagoa.

Não foi possível determinar se o vereador Assis Couto era representante de Sete Cachoeiras, mas a fala dele mostra como uma rede de relações foi mobilizada e como ele mobilizou seus colegas por meio de um discurso coerente e convincente, solicitando urgência na aprovação, conseguindo-a no mesmo dia, como consta no documento:

> Indico a esta camara a necessidade de satisfazer o pedido que em sessão anterior fez o Professor Rural, cidadão Manoel Pereira da Silva Barboza, cuja aula exerce no Arraial da Sete Cachoeiras, tendo sido attestados de autoridades dos Ferros que forão achirvados, por estar a respectiva verba quase esgotada: que são de (500$00) e já se ter concedido a três outros requerentes, ao todo 470$00, em partes desigaes, tendo um saldo de 30$00 a favor da ?: ora tanta necessidade existe nos outros logares como naquelle. Em vista disto venho lembrar a meus collegas para igualarmos os ordenados dos Professores, decendo a 100 mil reis os ordenados de todos, e ceder a m.mª quantia ao supp.e , ficando assim todos ? e sabendo por consequencia (100$00) a favor da verba.

> Entendo que é um acto de igualdade e justiça, e para comprovar os primeiros attestados, apresento mais dois um do Delegado da Instrucção publica d'aquelle Districto e outro do subdelegado: assim como o mappa de alunnos. S.S. 11 de outubro de 1881
> Peço urgência o vereador Assis Couto (MF, cx 30)

Ao fazer um ato de justiça e igualdade, os pedidos arquivados e até mesmo o último pedido feito três dias antes poderiam ter sido reavaliados, pois com a nova reformulação na verba da subvenção a casa ficou com um saldo de cem mil réis. Contudo, ao que parece, naquele ano até o ano de 1883 nenhuma outra escola foi subvencionada pelo poder municipal por falta de verba, mas a escola rural na localidade Fome, freguesia de Santa Maria, foi nesse mesmo ano suprimida.

A REGULAÇÃO DAS ESCOLAS RURAIS DE ITABIRA PELO CÓDIGO DE POSTURAS DE 1883

A partir do ano de 1884 ocorre uma inflexão no tratamento das escolas subvencionadas pelo poder local, elas passam a constar no código de posturas da cidade aprovado na Resolução nº 3.179, de 06 de outubro de 1883. Somente após essa data a Câmara Municipal voltou a subvencionar escolas em sua jurisdição.

Os códigos de posturas buscam regular a vida da cidade demarcando o que é permitido e o proibido dentro das relações sociais em comunidade. Muitas das diretrizes apresentadas nos códigos poderiam se repetir entre uma cidade e outra, mas eles possuíam questões que contemplavam as especificidades das suas cidades. À medida que os camaristas sentiam necessidade de alterações, elas eram propostas e enviadas à Assembleia para aprovação, o que ocorreu em 1883, no caso da cidade de Itabira do Matto Dentro.

O Título 7º das posturas contemplou as escolas rurais, com um capítulo e dez artigos. Ele é bem mais detalhado que a Resolução nº 2.717, de 1880, mas não tão detalhado quanto os regulamentos provinciais.

Ainda assim, nesse capítulo, a postura buscou delimitar o perfil/ideal de professor a ser subvencionado, a maneira de se comprovar a idoneidade e instituiu o exame para ele; o valor da subvenção condicionado à frequência e desenvolvimento dos alunos; estipulou o mínimo de frequência, entre outros.

A forma de se organizarem para os trabalhos na Câmara também mudou a partir do ano de 1884, percebe-se uma maior racionalização dos serviços a serem desempenhados pelos vereadores. Anteriormente os assuntos e as missivas eram distribuídos a qualquer um dos vereadores, na leitura das atas do ano de 1884 percebe-se que eles começaram a se organizar por comissões, desse modo os trabalhos eram divididos entre as comissões, que depois iam para a votação.

Não se têm algumas atas das sessões da Câmara da cidade, o que dificulta o acompanhamento de alguns debates, mas não prejudica de todo a análise. Entre os anos de 1883 e 1884, há, portanto, uma lacuna, contudo, a existência do Código de Posturas com um novo item em que constam a escolas rurais indicia que no ano de 1883 os camaristas discutiram como regulamentar essas escolas.

Entretanto, no ano de 1884, nenhuma escola foi subvencionada pelo poder municipal. Nas atas daquele ano, o assunto educação ou instrução praticamente não aparece, bem como pedidos de subvenção. O que já muda no ano seguinte. Na 1ª sessão de janeiro de 1885, é negado um pedido feito por um abaixo-assinado de moradores da localidade do Ribeirão São José, para a criação de uma escola, visto no lugar já haver "cadeiras primarias" (ACMI, p. 58v).

De fato, uma das primeiras escolas a serem subvencionadas pelo poder municipal em 1881 foi a do professor Melchiades, no Ribeirão São José, contudo, na escrita dá-se a entender a existência de outra escola. De fato, na década de 1880, o governo provincial criou escolas no município de Itabira localizadas principalmente nas zonas rurais de suas freguesias, mas analisando mapas tanto do período, quanto mais atuais e a localização das escolas criadas pelo poder provincial, não foi possível identificar se existia realmente alguma outra escola próxima à localidade de Ribeirão São José.

Além disso, diferentemente do professor Damaso e da professora D. Anna, não foi possível encontrar nenhum outro indício de que o prof. Melchiades estivesse atuando como professor subvencionado pela Câmara Municipal, a não ser a informação de 1881.

Na mesma sessão é sugerida a criação de uma escola rural no Ribeirão do Onça em Sant'Anna do Alfié, pelo vereador Capitão Moreira, não aprovada por falta de verba. No entanto, na 2ª sessão, o vereador Padre Barbosa propõe a criação de uma "cadeira rural" em Burrinhos e esta é aprovada. O que também acontece na 3ª sessão daquele mesmo ano, quando o vereador Drumond indica a criação da escola rural na localidade Caratinga, Freguesia de Joanésia, o que também é aprovado. Mas não

estava em falta a verba para a criação de escolas rurais? Nesse caso, lançar luz sobre os vereadores que realizam as propostas pode indicar as reviravoltas nas aprovações e negações das propostas de criações de escolas no município.

Ainda não foram possíveis mais informações sobre o vereador padre Barbosa, mas o vereador Drumond é uma figura mais conhecida na cidade. José Silveira Drumond era o presidente da Câmara, ou seja, foi o vereador mais votado. Na eleição das comissões, ele ficou na comissão de justiça e de instrução pública juntamente com Theophilo da Costa Lage. José Silveira Drumond pertencia ao partido liberal, rábula, atuante nos assuntos da instrução pública da cidade, como Delegado de Instrução pública e examinador de escolas públicas, além de ter sido deputado provincial entre as décadas de 1870 e 1880. (ACMI 1884; IP-24; SG-988, FREITAS, 2009)

Com certeza era uma pessoa influente na cidade e isso se fazia sentir dentro da instituição camarária. Como membro da comissão da instrução pública, dava seu parecer favorável ou negativo quanto à criação de escolas. Diferentemente de seus colegas, circulava na capital da província, nas sessões da Assembleia e provavelmente utilizou o discurso ao seu favor, primeiro para negar a criação de uma escola, pois não havia verba e, provavelmente, não era de seu interesse. Em outro momento, conseguiu criar uma escola, mesmo que provavelmente a situação financeira da instituição não tenha passado por mudanças.

Pela documentação analisada, foi possível identificar ainda a criação de mais duas escolas: uma em Ferreiros, sem, contudo, localizar a Freguesia e a data de sua criação e/ou subvenção, e outra em Corrente, Freguesia de Santa Maria, criada no ano de 1887, sob os cuidados de D. Ponciana Amélia de Magalhães.

Entretanto, foi localizada a indicação, pelo vereador Drumond, do professor Francisco de Paula Alves, em 1886, para a escola de Ferreiros, indicando a rede de relações sociais desse professor. Francisco P. Aves atuou como professor público por pelo menos treze anos e em sua trajetória profissional passou por diversas localidades mineiras, incluindo a cidade de Itabira, seja por remoção ou por permuta de cargo. Na última informação que obtivemos sobre esse professor, constava que ele encontrava-se em Bateas, localidade pertencente a Itabira, no ano de 1869 (APM, IP-42).

A movimentação dos professores no exercício de seu magistério pode indicar a existência de conflitos com outros sujeitos nas localidades em que atuavam, bem como o exercício da própria liberdade destes em escolherem o lugar de atuação (DAVID, 2008). Mas também indiciam uma rede de relações que esses indivíduos

precisavam mobilizar para conseguirem o seu intento. Essa indicação, acima aludida, do professor Francisco indicia que este possuía relações com uma pessoa influente da cidade (um vereador) e por meio dela foi nomeado como professor da escola de Ferreiros, em 1886 (ACMI, p. 108, 1886).

A única escola rural que apresenta mais informações é a do professor Damaso Augusto de Paula. No ano de 1889 esse professor envia os mapas de sua escola e solicita o pagamento referente aos anos de 1888 e 1889. Em seguida, ele pede substituição de seu cargo devido à pouca frequência em sua escola. A câmara resolve, assim, fechar a escola (MF, cx 30).

A partir do Código de Posturas de 1883, a Câmara buscou gerir melhor as escolas rurais sob sua responsabilidade, sendo encontradas referências sobre marcação de juramento desses professores, de exames dos alunos das escolas, mas não mais do que isso, o que impede uma análise mais detalhada da ação desses professores e da própria escola e dos indivíduos a ela relacionados.

Contudo, é perceptível que a questão das escolas rurais continuou a ocupar o poder público e a população, seja em relação à sua criação, ancorada em uma rede de relações sociais e de interesses dos indivíduos que estavam dentro da instituição camarária, seja pela negação de verbas para sua criação e manutenção.

CONCLUSÃO

Dentro de certos limites, as câmaras municipais e os indivíduos que fizeram ali se representar usaram de certa autonomia, intermediaram interesses e foram atuantes nos assuntos da instrução.

A análise dessa instituição na década de 1880, juntamente com as Falas dos presidentes de província do período, permitiu apreender o movimento de um paulatino repasse de encargos da instrução primária do poder provincial para o poder local. Ainda que as câmaras tivessem um caráter essencialmente administrativo, puderam criar e subvencionar escolas em sua jurisdição a partir do ano de 1880, sem contudo legislarem sobre o assunto.

Entretanto, a década de 1880, ainda no período imperial, pode ser considerada um momento de transição em que poder provincial e poder local responderam conjuntamente, ainda que de forma não igualitária, pelos encargos da instrução pública na província de Minas Gerais.

Um olhar mais detido na documentação permitiu perceber que, ultrapassando o discurso sobre a falta de verba da instituição camarária, algumas vezes as relações sociais dos vereadores foram importantes e determinantes na criação e subvenção de escolas. Reverbera, assim, a necessidade de estudos sobre as localidades e suas relações com a educação, bem como de que as análises aprofundem-se e ampliem-se as reflexões sobre as ações dos indivíduos para além do espaço das câmaras, investigando as conexões e relações sociais que estabelecem nos vários espaços da cidade.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

APM

COLEÇÃO DE LEIS MINEIRAS. Lei nº 13 de 1835.

COLEÇÃO DE LEIS MINEIRAS. Resolução nº 2717 de 18 de dezembro de 1880. Orça a receita e fixa a despeza de diversas Camaras para o ano financeiro de 1881.

COLEÇÃO DE LEIS MINEIRAS. Resolução nº 3719 de 6 de outubro de 1883. Aprovação do Código de Posturas da Cidade de Itabira do Matto Dentro.

FALLA que á Assembéa Legislativa Provincial de Minas Geraes dirigido em 25 de setembro de 1880 o exm. Sr. Conego Joaquim José de Sant'Anna, 2º Vice-presidente da mesma província, por occasiaão da abertura da 1ª sessão ordinaria da 23ª legislatura. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais>. Acesso em: 10 maio 2014.

FUNDO INSTRUÇÃO PÚBLICA. IP-05, IP-24, IP-68, IP-70, IP-72, IP-74, IP-75, IP-181.

FUNDO SECRETARIA DE GOVERNO. SG-988.

RELATORIO que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais apresentou o exm. Sr senador João Florentino Meira de Vasconcellos, por occasião de ser installada a mesma Assembléa para a 2ª sessão ordinária de 23ª legislatura em 7 de agosto de 1881. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais>. Acesso em: 10 maio 2014.

MUSEU DO FERRO

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITABIRA. 1880-1889.

CAIXAS Nº 28 e 30.

REFERÊNCIAS

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração brasileira e a idéia de universidade.* São Paulo: Convívio; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na Câmara Municipal em Rio Pardo* (Minas Gerais, 1833-1872). 2012. Doutorado (História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2012. 2v.

DAVID, Clarice Lisandra. *Processo de escolarização em Itabira do Matto Dentro/MG* (1860-1899). 2008. Mestrado (Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; GONÇALVES, Irlen Antônio. Processo de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação* – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FREITAS, Ana Paula Ribeiro. *Diversidade econômica e interesses regionais:* as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1899). 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Cultura Escolar e legislação em Minas Gerais*: o município de Uberabinha no início da República. 2007. Mimeo

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. *O local na história da educação:* o município pedagógico em Portugal e Brasil, [s.d.]. Disponível em: <respositorio.ul.pt/bitstream/10451/4894/1/0%2olocal%2ona%historia%da%Educação.pdf>. Acesso em: 22 maio 2014.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Meninas nas salas de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *A infância e sua educação* – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista.* Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINY, Carina. *"Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município"*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MATA, Sérgio da. *Chão de Deus:* catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais XVIII-XIX. Berlim: Wis. Verl. Berlin, 2002.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Gênese e estrutura da cidade mineradora. *Texto para Discussão*, CEDEPLAR/UFMG, n. 164, 2001.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado. A "Leal" Câmara da cidade de Mariana e as atas das sessões: a lei de organização municipal e a prática política dos camaristas. *Revista História* – Dossiê Câmara Municipal: fontes, formação e historiografia do poder local no Brasil Colônia e Império, ano 5, v. 1, n. 1, 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte:* os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Ed. da UFMS, 2010.

Os discursos e ações educacionais no município de Viçosa-MG (1892-1901)

Denilson Santos de Azevedo
Aline Rosane Costa

INTRODUÇÃO

O artigo analisa o discurso e descreve algumas ações educacionais empreendidas no município de Viçosa, Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1892 e 1901, tomando por base as matérias publicadas nas páginas do jornal *A Cidade Viçosa*.

A opção por tal recorte temporal deve-se ao fato de que é no ano de 1892 que encontramos os primeiros registros documentais tanto no Arquivo da Câmara de Vereadores do referido Município, cujo Livro de Leis ou de Resoluções começa a ser publicado a partir de 1º de outubro de 1892, como também identificamos ser o início da circulação do periódico *A Cidade Viçosa*, cujo primeiro número foi impresso em 15 de novembro deste mesmo ano. De outro lado, delimitamos nossa investigação até o ano de 1901, em virtude das dificuldades e limitações com que nos deparamos ao lidar com as fontes encontradas e para realizar essa investigação histórica.

Em primeiro lugar, constatamos a inexistência das Atas da Câmara de Vereadores do município de Viçosa, no período em foco, que foram perdidas ao longo do tempo, provavelmente, em decorrência da chamada grande enchente de 1948, como apregoam muitos memorialistas locais, para justificar a escassez de documentos históricos a respeito do município e seus então distritos.[1]

[1] Referimo-nos aos atuais municípios de Araponga, Coimbra, Ervália, Pedra do Anta, São Miguel do Anta e Teixeiras.

Na consulta ao acervo da Câmara Municipal de Viçosa, encontramos o Livro de Resoluções, mas ainda não tivemos condições de analisar o conjunto de leis editadas para o período mais amplo que subsidia efetivamente a pesquisa comparada, que abarca os anos entre 1892 e 1906, e que será investigado proximamente. Essa limitação, no entanto, pôde ser contornada ao verificarmos que uma boa parte dessas Resoluções, de notícias relacionadas com o tema educação e mesmo de publicidade (sobretudo das escolas particulares) foram divulgadas nas páginas do jornal *A Cidade Viçosa* durante todo período em tela.

A coleção do jornal *A Cidade Viçosa* esteve durante muito tempo inacessível à comunidade viçosense. Entretanto, com a aquisição de um colecionador residente na cidade de Viçosa, as 1.562 edições impressas entre novembro de 1892 e dezembro de 1928 e reunidas em sete volumes voltaram para a cidade e foram digitalizadas, mas sem um ordenamento sequencial e cronológico das páginas de cada edição, que não são datadas nem paginadas (com exceção da primeira página), o que gera dúvida quanto à data de publicação e à página de algumas matérias publicadas. Do número total, subtraem-se umas 20 edições que se encontram danificadas, sobretudo os exemplares mais antigos, que dificultaram em alguns momentos a obtenção da referência exata da fonte pesquisada. Também vale ressaltar que alguns documentos e leis pretéritas, publicadas antes da circulação foram impressas, *a posteriori*, em diferentes edições do jornal.

Como exemplos dessa situação, citamos a publicação no jornal das *Actas* da 1ª e 2ª sessões da Câmara Municipal da cidade de Viçosa, datadas de 31 de julho e 1º de agosto de 1892, respectivamente, em que não conseguimos identificar em qual edição foi publicada. Fato este que se repetiu na página onde consta a *Acta* da 1ª reunião do então Conselho Distrital de São Miguel do Anta, que ocorreu em 20 de fevereiro de 1893, em que se relata "que não tendo até esta data, entrado no exercício de suas funções, o Conselho Distrital por falta de instruções sobre o modo de organização do distrito", solicita ao presidente e agente do Executivo Municipal orientações para regularizar o funcionamento do referido conselho.

Feitas essas ressalvas, passaremos a apresentar algumas características do jornal, que era uma publicação semanal, circulava aos domingos e divulgava as ideias e as diretrizes do Partido Republicano Mineiro (PRM), partido que teve grande protagonismo no cenário político brasileiro, mineiro e viçosense durante a Primeira República. No âmbito local, o jornal colocava-se como o defensor dos interesses do município, "para promover seu engrandecimento, progresso e prosperidade." (CIDADE VIÇOSA, 1892, n. 1, p. 1)

Fundado por Carlos Vaz de Mello,[2] que também foi seu diretor entre 1892 e 1897, o jornal teve como outro proprietário seu filho, o Major Mário Vaz de Mello,[3] que o sucedeu a partir do ano de 1898 e mudou o nome do jornal para *A Cidade da Viçosa* e depois *A Cidade de Viçosa*. Os demais diretores foram: João Ferreira da Silva (1898-1902), Arthur da Silva Bernardes[4] (1903-1910), Emílio Jardim de Resende (1910-1918) e Luiz Carlos Peres (1919-1928).[5] Seu desaparecimento, em dezembro de 1928, coincide com o período em que a republica oligárquica e os partidos republicanos estaduais enfrentam forte contestação ao seu domínio hegemônico no aparelho de Estado, que se acentua com a crise de 1929 e com a chamada Revolução de 1930.

O JORNAL COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A transição do Império para a República no Brasil foi marcada pela difusão dos ideais progressistas da nação, disseminados por meio de discursos acerca de um projeto civilizatório e de construção de uma nação moderna. A instrução era vista como o principal dispositivo para reverter o quadro de uma sociedade

[2] Carlos Vaz de Mello, filho do engenheiro Fernando Vaz de Mello e de Sofia Adelaide de Andrade, nasceu em 08 de setembro de 1842. Em janeiro de 1866, tornou-se juiz municipal da Comarca de Ubá e delegado de polícia desta cidade. Dez anos mais tarde, foi apontado juiz de Santa Rita do Turvo (atual Viçosa), cargo que ocupou até 1882 e onde fundou duas fábricas de tecidos e o semanário *Cidade de Viçosa*. Em maio de 1882, foi eleito deputado geral no Império pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Em abril de 1892, depois de ser anistiado por Floriano Peixoto, tornou-se seu partidário. Filiado ao PRM, Carlos Vaz de Melo exerceu, por três mandatos, os cargos de deputado federal, tornando-se presidente da Câmara, e senador federal, entre 1903 e 1904. Com a Lei Saraiva, Vaz de Melo demitiu-se do cargo de magistrado. Carlos Vaz de Melo deixou, ao morrer, em 03 de novembro de 1904, a política de Viçosa dividida em dois partidos: um dirigido por seu genro, Artur Bernardes, e outro por seu amigo, José Teotônio Pacheco.

[3] Foi vereador em Viçosa e acionista da Companhia União Industrial, neste mesmo município.

[4] Foi colaborador e diretor do jornal *A Cidade de Viçosa* (1903-1905). Vereador em Viçosa (MG) pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) de 1905 a 1906, e neste último ano chegou à presidência da Câmara Municipal, ocupando o cargo correspondente ao de prefeito da cidade. Pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), foi eleito Deputado Federal (1909-1910) e nomeado Secretário das Finanças do Estado de Minas Gerais (1910). Foi Presidente de Minas Gerais de 1918 a 1922, período em que fortaleceu a economia e a política mineira e reformulou o PRM. Como homem forte do partido e do sistema, tornou-se Presidente da República em 1922.

[5] Nesse sentido, percebe-se que os cargos de diretores, colaboradores, redatores e gerentes do jornal ao longo de todo período foram ocupados pelas autoridades filiadas ao Partido Republicano Mineiro (PRM) e que faziam parte dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do município.

indisciplinada e minimizar os obstáculos causados pelo analfabetismo para a efetivação do progresso social.

A partir da necessidade de formação moral e cívica do cidadão, aumentaram-se os discursos e debates sobre a questão educacional, com a adoção de novos meios de se propagarem os princípios disseminados pelos defensores da escolarização da população. O uso de jornais para a veiculação de opiniões e para disputa pelos espaços de poder se intensificou com acontecimentos que antecederam a Proclamação da República, como "o movimento dos republicanos e o dos militares descontentes com a política imperial" (SILVA; FRANCO, 2010, p. 4).

Nesse contexto, Almeida e Silva (2011) assinalam que os jornais apresentaram-se como fundamentais para a divulgação desse ideário de difusão da escolarização. Nesse sentido, a imprensa periódica pretendia consolidar junto à população "a imagem do jornalismo como formador da realidade e da atualidade" (BARBOSA, 2007, *apud* SILVA e FRANCO, 2010, p. 24).

O jornal é um instrumento de poder para atingir um público-alvo e alcançar os objetivos esperados por meio de suas articulações, para a conquista da hegemonia política e da opinião pública, além de ser um material de cunho político-ideológico, influenciado pelo seu meio social e histórico. O documento escrito constitui uma fonte importante para todo pesquisador nas ciências sociais e "é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante" (CELLARD, 2008, p. 295).

A pesquisa a partir desta fonte permitiu ampliar o entendimento de fatos cuja compreensão precisa de contextualização histórica e sociocultural, pois a imprensa transformou-se em próprio objeto, enquanto fonte documental, de referência para a apreensão do processo histórico-educacional, acrescentando outras compreensões aos estudos no campo da educação.

> em testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional. Desse modo, é um excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside. Nessa perspectiva, torna-se um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou grupo social, a partir de análise do discurso veiculado e a ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar. CATANI; BASTOS, 1997, p.5).

Ainda com base nestes autores, o estudo por intermédio da imprensa escrita contribui para a investigação do discurso educacional que vigorou ao longo dos séculos XIX e XX. As pesquisas com esta fonte apresentam novas propostas de se estudar a História da Educação, tendo em vista que a imprensa se oferece como espaço privilegiado para a interpretação de pensamentos pedagógicos no Brasil. Desse modo, compreende-se o impresso como um meio capaz de desempenhar um papel histórico, educativo e formativo, para além de seu caráter informativo.

Abreu Jr. (2012) ressalva que a primeira metade do século XX pode ser caracterizada pelo empenho de escolarização no Brasil, por meio das instituições escolares. Nesta conjuntura, era evidente o caráter educativo do jornal, no sentido de oferecer, para a sociedade, procedimentos de hábitos e condutas que compensavam o trabalho da escola, de propagação do ideário educacional. Conforme Bosco (2013, p. 7),

> [...] outros meios (veículos de comunicação) cumpriram papel educativo tanto quanto a escola. Por isso, a imprensa periódica dos anos iniciais do século XX recebe atenção especial. Até sofrer o impacto de novos meios de comunicação, como o cinema e o rádio, a imprensa exerceu um verdadeiro monopólio cultural fazendo com que os jornais impressos tenham se constituído por muito tempo (principalmente entre 1880 e 1920) no mais importante veículo de comunicação, capaz de atingir um número significativo de pessoas.

Assim, ao se pesquisarem os discursos educativos conduzidos pela imprensa durante boa parte da Primeira República, é possível perceber as relações de poder, bem como as visões políticas, sociais e econômicas que tentavam sustentar e legitimar o ideário de educação na época e problematizar como a instrução pública aparece nos jornais do período. Nesses discursos, escapam as intencionalidades e vinculações político-sociais de seus redatores, proprietários e gerentes, como, também, é possível apreender as concepções de educação não apenas da elite, mas também de outros sujeitos sociais (BOSCO, 2013).

Para Pacheco (2013), o jornal é uma fonte riquíssima para a investigação da história política, uma vez que deixa transparecer as alianças e disputas partidárias e é referido como o meio mais influente nos costumes, na moral pública, nas questões sociais e políticas. A pesquisa com esta fonte é muito enriquecedora, visto que pode revelar dados importantes que outras fontes não expressariam, mediante informações presentes em notícias, anúncios e resoluções que revelam o cotidiano e as práticas sociais de determinada época.

Desse modo, o estudo por meio de jornais não consiste apenas em transmitir, mas também em gerar acontecimentos, de uma visão bastante particular do mundo, de subjetividade e de interesses aos quais estão vinculados (CAPELATO, 1988). Daí considerar-se a importância dos periódicos como fontes para a História da Educação, pois estes muitas vezes se constituem como os principais documentos de informação histórica para os dias atuais.

O uso da imprensa escrita como objeto de pesquisa no estudo da História, de maneira geral, e no campo da História da Educação, de modo particular, tem se desenvolvido cada vez mais. As pesquisas que utilizam esse recurso como meio de conhecimento do passado contribuem para a identificação dos valores e das ideias que circularam nesse veículo de informação, de modo a identificar semelhanças e diferenças com os dias de hoje. Apesar de esses escritos não serem a representação mais fiel, é a que mais se aproxima dos pontos de vista construídos por determinados grupos que vivem em sociedade.

O JORNAL *A CIDADE VIÇOSA* E OS DISCURSOS EDUCACIONAIS (1892 A 1908)

Durante a Primeira República (1889-1930), a educação e a instrução fizeram parte de muitos discursos das autoridades por meio da imprensa escrita, que era o veículo de maior informação nessa época. A pesquisa sobre a educação e a instrução na sociedade viçosense, a partir do jornal *A Cidade Viçosa*, entre os anos de 1892 e 1901, permitiu identificar os discursos e as mudanças efetivadas na educação estadual e na municipal, com destaque para as propostas e iniciativas para a implementação de escolas públicas e privadas na cidade e em seus distritos. Este estudo permitiu averiguar a atuação do município enquanto promotor da instrução pública e apoiador de algumas iniciativas privadas, que estavam em consonância com a descentralização educacional vigente neste período e que foram registradas nas páginas desse jornal.

Sobre esse assunto, encontramos poucas abordagens. Uma das exceções trata brevemente da educação em Viçosa nos primeiros anos da República:

> O ensino era ministrado pelo "mestre-escola" em estabelecimentos particulares que funcionavam na residência do professor e se limitava à aprendizagem da leitura, das operações [...]. Em seguida começaram a

> funcionar as "Escolas públicas do sexo feminino" e as "Escolas públicas do sexo masculino". [...] Mais tarde, essas escolas, já mistas (para alunos de ambos os sexos) [...]. As "falhas às aulas" eram comuns, porque a maioria das crianças, mormente no meio rural, precisava de trabalhar para ajudar os pais. (PANIAGO, 1990, p. 139)

Conforme essa autora, a instrução escolar ainda não ocupava um lugar privilegiado nessa época e a escola ainda não era vista como um "instrumento para a consolidação de sistemas políticos vigentes ou para a promoção de mudanças substanciais no jogo de poder" (PANIAGO, 1990, p. 139).

Essa situação precária, em termos de organização da instrução pública, no início da Primeira República, pouco alterou-se com a promulgação da primeira Constituição republicana, em 1891, uma vez que o Estado brasileiro manteve-se omisso em relação à educação e ao ensino. O ônus com a educação permaneceu sob a responsabilidade dos Estados e Municípios, o que trouxe resultados poucos significativos para a superação do analfabetismo, vigente na época (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2012).

Nesse sentido, um dos primeiros editoriais do jornal, publicado na seção *A Cidade Viçosa*, na edição de número 09, de 08 de janeiro de 1893, intitulado "A instrução pública" e que ocupa praticamente toda a página 1, já apresenta uma série de aspectos relacionados com a sociedade e a educação nos primórdios da República no Brasil. Inicialmente, o articulista diz que a instrução pública e a educação popular são um dos serviços que mais interessam à comunhão social, recomendando aos poderes públicos que as tomem como prioridades em virtude de sua importância e elevado alcance.

Para ele, a educação e a instrução populares constituem a principal riqueza de uma nação, e todos os sacrifícios feitos pelo Estado em seu benefício "são largamente compensados pelos mais fecundos resultados que se traduzem [...] no regular funcionamento da vida social: a paz, a ordem, a segurança e a tranquilidade pública" (p. 1). A educação e a instrução do povo são consideradas pelo autor "como a verdadeira e única solução para quase todos os problemas sociais", sendo a escola vista como uma instituição redentora para o engrandecimento, o progresso e a prosperidade individual e social, além de contribuir para a regeneração social e a elevação do nível moral.

Conforme Carvalho e Carvalho (2012), a educação apresentava-se como um tema central e era considerada como a solução de todos os problemas sociais, políticos e econômicos, daí a importância de sua expansão como meio para erradicar o

analfabetismo. Não obstante este *entusiasmo pela educação*, de se atribuir à escola a função de instituição redentora e regeneradora de todas as mazelas sociais, o cenário concreto da realidade social era diametralmente oposto, quando o editor constata que esse assunto vem sendo tratado desde os tempos da Monarquia "com a mais criminosa indiferença pelos poderes públicos deste país".

A situação educacional do Estado de Minas Gerais, um dos mais importantes do país, em termos econômicos, populacionais e territoriais, apresenta-se, segundo ele, num estágio de decadência e atraso, no âmbito da educação e instrução popular, na qual "nove décimos de sua população não sabe ler, nem escrever: compõe-se de analfabetos!"

A explicação e alguns questionamentos dessa situação vêm a seguir:

> Mas como não ser assim, se não temos quem ensine, se não há escrúpulo na escolha e nomeação dos professores, se estes são tão mal retribuídos, se não há casas apropriadas para as escolas e se estas não tem, sequer, a mobília indispensável? Como dar boa e sólida educação e instrução ao povo sem bons professores e como ter bons professores sem remuneração correspondente ao seu trabalho? (CIDADE VIÇOSA, 1893, p. 1).

As considerações e indagações a respeito da pouca efetividade do ensino em Minas Gerais, em particular, e no Brasil, em geral, apresentadas no editorial, mantêm-se, sob muitos aspectos, bastante atuais, mesmo com o passar de mais de 120 anos desse relato. A situação de precariedade nas instalações de muitas de nossas escolas, a falta de materiais didáticos e escolares adequados para o trabalho de professores e estudantes, de implementação de uma política nacional de formação e de um plano de carreira dos professores e da adoção de critérios meritocráticos para seleção e contratação docente por parte do poder público, além dos baixos salários pagos aos profissionais da educação, ainda compõem o cenário da educação brasileira.

Mais um ponto que permanece bastante atual na narrativa do editor está relacionado à grande quantidade de reformas, leis e regulamentos publicados com o intuito "de alterar, modificar e reformar o serviço da instrução pública; mas tudo isso nada tem influído para melhorá-lo e pode-se mesmo afirmar, sem receio de errar, que, ao contrário, tem concorrido para piorá-lo" (*ibidem*, p. 1).

O estado de Minas Gerais, no período de 1892 a 1906, de acordo com Gonçalves Neto e Carvalho (2012), buscava um "modelo" que atendesse à educação popular,

o que vai ao encontro de outra constatação do autor do editorial, quando se refere à transplantação, à cópia servil e sem a devida crítica de sistemas educativos e métodos de ensino estrangeiros, que nem sempre "se casam com as nossas condições de existência, com os nossos hábitos de vida, com os nossos recursos e com as nossas circunstâncias". Ao ressalvar essas diferenças (climáticas, econômicas, culturais), enfatiza que fazemos "isso somente para termos a tola e ridícula velocidade de aparentar que estamos tão adiantados como o inglês, o francês e o alemão, que riem-se de nós e nos ridicularizam em seus escritos e correspondências" (*idem*).

Para ele, esse conjunto de reformas e transplantes adotados na educação e no ensino, "muitos dos quais aceitos hoje para serem abandonados amanhã", fazem com que o nível da instrução e educação populares em vez de melhorar tem se conservado estático, senão retrocedido, afirmando ainda que, não é obrigação do Estado oferecer à população a educação secundária e muito menos o ensino superior, embora tenha o dever de prover a instrução primária, tida como "condição indispensável de sua vida social e moral, como o é o pão de sua vida física".

Ao reiterar a gravidade da situação e chamar à responsabilidade os representantes dos poderes Executivo e Legislativo do Estado, no sentido de que estes encarem o problema da instrução do povo do Estado de Minas Gerais de frente, para resolvê-lo sem muitas delongas.

Como podemos identificar, o artigo aponta o passivo educacional e da instrução popular legada do Império, no que concerne às instalações e à materialidade escolar, bem como da inexistência de uma política de formação de professores e de critério para seleção dos docentes por parte do poder público. Também trata da temática relacionada com a transferência da educação, da realidade social da população mineira, da importância estratégica da difusão da educação popular para a comunhão social, a efetivação e enraizamento dos princípios republicanos e a situação da instrução no município nos primeiros anos do regime republicano.

Se esse editorial, publicado na edição de número 09, de 08 de janeiro de 1893, na seção *Cidade de Viçosa*, aborda questões mais amplas e focadas a respeito da educação popular e da instrução pública, em locais apropriados para esse fim, no Brasil e em Minas Gerais, as demais matérias publicadas nas páginas do periódico terão um cunho mais local veiculando, na forma de notícia ou publicidade, ações educacionais mais específicas, como a criação de aulas, salas e escolas, públicas ou particulares, de ensino primário ou secundário, na cidade ou em seus

distritos. Neste cenário, cabia aos municípios certa autonomia[6] na organização da instrução e às câmaras municipais a responsabilidade de organizar um "*sistema* municipal de ensino, marcado por lei de instrução, regulamentos, implementação de concursos de professores, criação de escolas e destinação de verbas para gasto com custeio" (GONÇALVES NETO, 2012, p. 24).

AS AÇÕES EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA (1892-1901)

A Constituição Estadual previa a elaboração de uma lei específica para tratar da educação pública. Esta será editada em 1892, por meio da Lei nº 41, que deu uma nova organização à instrução pública. Dentre os artigos aprovados, destaca-se aquele que define o montante de recursos destinados à educação pública primária, contido no artigo 331 da lei mencionada, autorizando o governo do Estado, a destinar verbas anuais para a educação (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2012), uma vez que era precária a situação em que se encontravam as escolas primárias mineiras nos primeiros anos da República. A verba seria destinada para compra de mobília e material escolar, construção de casas para as escolas e auxílio para os professores alugarem essas casas.

Ainda conforme o mencionado autor, o artigo 331 da referida lei previa que as Câmaras Municipais assumissem uma parte da responsabilidade de oferecer a instrução à população, aumentando o aporte de recursos orçamentários destinados à instrução pública, sobretudo no que se refere à construção de estabelecimentos escolares, pois os locais destinados ao ensino funcionavam de forma precária e improvisada. As escolas isoladas localizadas nos distritos e povoados, na maioria das vezes, também contavam, em sua maior parte, com o trabalho de professores não habilitados.

No caso do Município de Viçosa, conseguimos identificar algumas iniciativas que viabilizaram a instrução no município de Viçosa e região, por parte das autoridades representantes da Câmara Municipal da cidade.

Mais de dois anos após o primeiro editorial, publicado na seção *A Cidade Viçosa*, na edição de número 09, de 08 de janeiro de 1893, o jornal divulgou uma matéria

[6] De acordo com Gonçalves Neto (2012), algumas dúvidas perpassam a existência de uma real autonomia do município, tendo em vista o domínio político e econômico dos presidentes de Estado e, também, devido à situação de pobreza em que se encontravam alguns municípios.

relacionada com a educação, com a publicação na seção *Editaes*, da convocação de concursos na área da educação para preenchimento de cargos de docentes, o que prova a existência de seis cadeiras de instrução pública no município e algumas localidades, como se constata na edição de número 119, de 05 de maio de 1895:

> Estão em concurso com o prazo de 60 dias perante a secretaria do Interior as seguintes cadeiras de instrução publica desta Comarca: Cidade (1ª cadeira) urbana, feminino, Cidade (2ª cadeira) urbana, feminino, São Miguel (distrital) feminino, Araponga (distrital) masculino, São Jose do Triunfo (rural) masculino, Careço (rural) mista.

Nesse mesmo ano, verificou-se a publicação, na seção *Parte Oficial*, de autorização do Poder Legislativo municipal para que o então presidente da Câmara de Vereadores, José Theotônio Pacheco, criasse uma cadeira de instrução primária e nomeasse um docente, conforme a Resolução nº 20, noticiada no dia 28 de julho de 1895:

> Art. 1º. Fica o Sr. Dr. Presidente e Agente Executivo Municipal autorizado a criar uma cadeira de instrução primária Municipal no lugar denominado, Córrego das Vacas, distrito da Cidade. Art. 2º. Para reger essa cadeira, o Sr. Dr. Presidente nomeará pessoa idônea, que vencerá o ordenado, até que se proceda aos concursos marcados em lei de Instrução Primária Municipal [...].

Outra matéria, esta publicitária, encontrada nas seções do jornal, e intitulada "Boa Nova", divulgada na edição de 17 de novembro de 1895, traz informações sobre a criação de um estabelecimento de ensino particular na cidade de Viçosa, o Colégio Santa Rita, destinado à instrução primária e secundária, aceitando alunos de ambos os sexos, além de seguir os programas do "Ginásio Federal e do Ginásio Mineiro" (p. 1).

Já na edição de nº 159 do jornal, datada de 30 de março de 1896, foi encontrado um informe sobre a ocupação de uma cadeira de instrução primária do sexo feminino na cidade, de local e nome desconhecidos, cuja professora regente era a Sra. Emilia Valladares, filha do Sr. Major Valladares e, segundo o editor, "à quem pode sem receio entregar a educação de suas filhas"(p. 2).

No exemplar datado de 28 de fevereiro de 1897, constatou-se a criação de um internato, de ensino particular, denominado Collegio São José, com data de

funcionamento para 1º de março, e onde seriam oferecidas as aulas de "Religião Catholica, Portuguez, Francez, Arithimetica, Geographia, Geometria, História do Brazil, Musica e Pianno, bordados e outros trabalhos manuaes" (p. 4). A prestação do estabelecimento era trimestral e o pagamento do valor de 100$000 (cem mil réis) deveria ser adiantado. A instituição não permitia a saída das alunas, sem a companhia dos pais ou o consentimento destes.

Também, identificou-se a existência de uma instituição educacional, aparentemente, de caráter particular, que anuncia a criação das aulas de Latim e de Música na Escola Livre (também denominado Colégio Viçosense), na edição número 234 do jornal, que circulou em 30 de janeiro de 1898. Nesta mesma matéria, o diretor J. Villa Maria informa que irá fundar, a pedido de "alguns chefes de família, residentes fora da cidade [...] uma casa de pensão, anexa à Escola, para tratamento dos alunos internos" (p. 1). Ainda na mesma edição, na página 4, é divulgada a existência dos cursos primário e secundário noturnos, "compreendendo música e escrituração mercantil", os dias, local e horário de funcionamento (às segundas, quartas e sextas na Escola Livre, das 7 às 9 horas da noite), o valor da mensalidade, a forma de pagamento (adiantado) e a observação de que a Escola não admite a frequência de menores de idade.

No mesmo ano, nas edições números 235 e 236, publicadas respectivamente nos dias 06 e 13 de fevereiro, na seção *Câmara Municipal*, são divulgadas as Resoluções nº 78 e nº 80, ambas datadas de 31 de janeiro de 1898.Na primeira, cria-se, no distrito de Herval (atual município de Ervália), no lugar denominado Constantinos, uma escola municipal. Para reger a cadeira, o presidente da Câmara nomearia uma pessoa, até a realização de concurso docente. Já a Resolução nº 80 transfere a escola municipal de São Mathias no distrito de Araponga (atual município de Araponga) para a fazenda do cidadão João dos Anjos de Macedo, em São Domingos. A escola mencionada, provavelmente, seja a mesma criada em 1895, como consta em edições anteriores do jornal.

A edição de 13 de março de 1898 traz a divulgação, pela Câmara Municipal, da quantia de impostos arrecadada durante o ano de 1897, sendo o valor de 9:908$884 (nove contos e novecentos e oito mil, oitocentos e oitenta e quatro réis) destinado para a instrução pública municipal. Já na edição número 244, de 17 de abril de 1898, na seção *Câmara Municipal*, foi publicada uma ordem de pagamento da quantia de 83$333 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três réis), descontada do valor destinado para a instrução pública, para o diretor da Escola Livre e para o diretor do Collegio Baptista.

Na edição seguinte, de 24 de abril de 1898, foi publicada a Resolução nº 84, que no seu primeiro artigo autoriza o Agente Executivo Municipal a efetuar pagamento, pela verba de instrução pública, "ao Colégio de meninas regido pela professora D. Rosalina Brandão com a quantia de quatrocentos réis" (p. 3). O artigo 2 dessa Resolução informa que o pagamento dessas subvenções poderá ser feito mensalmente.

Na edição que circulou em 10 de julho de 1898, foi divulgado, na seção *Câmara Municipal*, o expediente da Reunião da Câmara, do dia 1º de julho, deste mesmo ano, pelo Chefe Executivo Municipal, em que este visa o mapa[7] de diversos professores municipais, como: Luiz da Costa Lima, Manoel Hipólito dos Santos, Honorino de Mello Lima e Tenente José Ferreira Lopes.

A edição número 276, de 4 de dezembro de 1898, publicou, a pedido da Câmara Municipal, um informe, aos professores, de que estes não receberiam pagamento durante os meses de férias (dezembro e janeiro) e que não poderiam abrir as escolas enquanto não fossem novamente nomeados conforme estabelecido pela lei. Na mesma seção, foram revisados os mapas da professora Baldeína Bárbara Alves e novamente do professor Luiz da Costa Lima.

No exemplar do jornal de 26 de março de 1899, a Câmara Municipal autoriza a criação de uma escola mista de instrução primária no distrito de Teixeiras (atual município), "no lugar denominado Floresta, na fazenda dos Medinas" (n. 290, p. 3), de uma escola municipal no distrito de São Vicente, fazenda do Marreco e de outra em Retiro, distrito de Coimbra (atualmente município). Essas propostas foram aprovadas na 4ª sessão ordinária da Câmara, conforme publicado na edição do dia 09 de abril de 1899.

Em 9 de julho de 1899, o jornal publicou, na seção *Câmara Municipal*, o informe sobre a posse da professora D. Amélia Vieira, na escola de Retiros, no distrito de Coimbra. Na mesma seção, foi divulgada a Ata da 1ª Sessão de Reunião da Câmara Municipal do ano de 1899, pela comissão de instrução pública, que apresentou uma proposta de transferência de uma escola municipal situada no lugar denominado Cedro, para São Pedro, ambos no então distrito, hoje município, de São Miguel do Anta.

Na edição de número 305, datada de 16 de julho de 1899, foi divulgado o Programa do Colégio Santo Agostinho, sob direção do Sr. Lucas Ferreira, cujo princípio

[7] Entende-se por mapa o histórico ou qualquer outra documentação adequada que o professor possuía e que era necessário para ele assumir ou permanecer no cargo.

da educação era baseado na "Religião Catholica Apostolica Romana" (p. 4) e que oferece os cursos primário, médio e secundário, com o funcionamento das aulas de 6 da manhã às 4 da tarde.

No ano de 1899, na edição número 311, publicada no dia 27 de agosto, na página 3, consta que diversos cidadãos residentes no município de Viçosa dirigiram-se ao então diretor político do jornal Carlos Vaz de Mello, então presidente da Câmara dos Deputados Federais, solicitando, em forma de um abaixo-assinado, a criação de uma Escola Normal, sendo que esta seria gratuita e direcionada para ambos os sexos.

Para legitimar o pedido, os vereadores do município tomaram por base a reforma da lei do Ensino Normal no estado, alegando que não seria difícil aprovar tal pedido, dada a importância política, econômica e social de Viçosa. Além disso, argumentavam que a cidade contava com oito escolas primárias para ambos os sexos, sem considerar as particulares, o que seria suficiente, para justificar a criação da Escola Normal.

Na edição seguinte do jornal, datada de 3 de setembro de 1899, o articulista do jornal pondera sobre a dificuldade de atendimento do pedido, por ainda não ter sido tomada nenhuma medida por parte do poder público, chegando à constatação de que a falta de recursos no Estado dificulte a construção da Escola Normal, embora afirme que as despesas com o ensino público não sejam grandiosas, a ponto de sacrifícar a sua criação. Como exemplo, cita que, em vez de construir escolas de formação de professores, o Estado as está suprimindo, como verificamos a seguir:

> Por espírito de economia, a Câmara dos Deputados, quando discutiu o projeto que reorganizou a instrução pública no Estado, pronunciou-se, há poucos dias, pela supressão das escolas normais de Juiz de Fora, S. João Del Rey, Arassuaí, Sabará e Uberaba, conservando apenas a de Ouro Preto, Campanha, Diamantina, Paracatu e Montes Claros. Falta só o Senado dizer se aceita o que a Câmara dos Deputados fez. Verdade é que se criou uma escola normal na capital do Estado e se conservou a de Ouro Preto, onde existe a escola de Farmácia, cujos alunos, findo curso, vão gozar das mesmas regalias que os normalistas, caso o Senado não rejeite o artigo de Lei que isto consigna. (CIDADE VIÇOSA, p. 1)

O escasso investimento do Estado, para a criação de escolas, é questionado na matéria quando o editor relata sobre o fato de "como teremos as melhores escolas se regateiam os vinténs destinados no custeio das mesmas?" Ou ainda, "como teremos as melhores escolas se não se cuida carinhosamente da formação

do professorado?" (p. 1). O que se constata na matéria é que a cobrança aos poderes públicos não era só em relação à negativa de se criarem escolas para a formação docente, mas de condenação da prática do desvio das verbas da educação para outros fins. Nesse contexto, o editor encerra o assunto, sem demonstrar desânimo, pois, mesmo que não fosse possível criar a Escola Normal, nos anos seguintes continuará trabalhando em sua defesa.

Na edição de 14 de janeiro de 1900, foi publicada uma reportagem sobre o novo regulamento das escolas públicas de instrução primária, com a Lei nº 281, de 16 de setembro de 1899, a qual consagra "os princípios de liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário do Estado" (p. 1), sendo que a obrigatoriedade se tornaria efetiva, após o censo escolar anual, que aconteceu em 22 de fevereiro de 1900. O editorial destaca que será de responsabilidade do Promotor de Justiça, o Tenente Coronel Antônio da Silva Bernardes, e de dois professores das cadeiras urbanas de Viçosa, a organização e efetivação do princípio de obrigatoriedade de ensino.

Segundo o regulamento, as escolas funcionariam entre os meses de janeiro e novembro de cada ano, com duração de cinco horas e meia por dia (sem aulas às quintas, domingos e feriados estipulados em lei). Nas escolas para o sexo masculino, seriam oferecidos trabalhos manuais e para as do sexo feminino seriam ensinados prendas e trabalhos de agulha, além das matérias básicas. A matrícula seria feita em qualquer dia, e, no fim do ano, os(as) alunos(as) prestariam exames finais ou de suficiência. Ainda de acordo com dados do editorial, "a frequência mínima de cada escola é de vinte alunos para as urbanas e distritais, e quinze, para as das colônias" (p. 1).

Na edição de 28 de janeiro de 1900, foi publicado um informe de que o então Presidente do Estado Silviano Brandão assinou o Decreto nº 1.353, de 17 de janeiro, que, por problemas financeiros, limitava o número de escolas primárias, sendo "610 para o sexo masculino, 600 para o feminino e 200 mistas" (p. 1), totalizando 1.410 escolas; e de escolas noturnas, das quais só foi mantida a de Ouro Preto. Esse decreto fechou algumas escolas e limitou o número de instituições por municípios e distritos.

Na sequência desse informe, é elencado o número de cadeiras no município de Viçosa e seus distritos, no início do ano de 1900, bem como a distinção por sexo: "Município da Viçosa (15 cadeiras) sendo urbanas 4, duas para o sexo masculino e duas para o feminino; e distritais, 11, uma para cada sexo nos distritos de Santo

Antônio de Teixeiras, S. Miguel do Anta, São Sebastião do Herval, S. Sebastião de Coimbra e S. Sebastião da Pedra do Anta, e uma mista em Araponga" (CIDADE DA VIÇOSA, 1900, p. 1).

Ainda neste ano, segundo a Resolução de nº 113, de 3 de fevereiro de 1900, publicada na seção *Câmara Municipal*, foi criada a segunda escola mista, em Córrego do Paraíso, distrito de Viçosa, como se verifica na edição do jornal, datada de 18 de fevereiro, deste mesmo ano. Na mesma seção, a Resolução nº 114 informa sobre a transferência de uma escola de São Domingos para São Mathias, ambos situados no distrito de Araponga, e a Resolução nº 115, sobre a criação de outra escola municipal de instrução primária, em Cachoeirinhas, no distrito de São Miguel do Anta.

A edição de 20 de janeiro de 1901 traz, na página 1, o relatório das despesas com instrução pública dos três anos anteriores: no ano de 1898, o valor dispendido foi de 7:236$161 (sete contos e duzentos e trinta e seis mil, cento e sessenta e um réis); no ano de 1899, 6:338$651 (seis contos, trezentos e trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um réis); e no ano de 1900, 8:185$000 (oito contos, e cento e oitenta e cinco mil réis) com a educação na cidade de Viçosa e seus distritos.

Além disso, o relatório informa que, das dezessete cadeiras criadas na cidade e região, apenas treze funcionaram durante o ano de 1900, devido à falta de recursos financeiros da Câmara Municipal para mantê-las e também pagar os vencimentos dos professores, "de modo que estes vivam exclusivamente dessa profissão" (p. 1).

No exemplar de número 384, datado de 3 de fevereiro de 1901, na seção *Editaes*, foi publicada uma nota pelo então Promotor de Justiça, o Tenente Coronel Antônio da Silva Bernardes, sobre o Decreto nº 1.348, de 9 de janeiro de 1900, mais especificamente no que se refere ao §4º do artigo 94, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário para as crianças de ambos os sexos, de 7 a 13 anos de idade. A matrícula também seria obrigatória e caberia aos pais ou responsáveis efetuá-la no prazo de trinta dias, a contar do dia 16 de janeiro de cada ano e, caso não o fizessem, receberiam uma multa, por cada criança que estivesse fora da escola. Era função também dos pais e responsáveis comunicar a ausência do filho se a falta excedesse 8 dias consecutivos.

Ainda de acordo com o Decreto, os professores municipais, estaduais e particulares deveriam remeter à Promotoria os mapas das escolas, para posterior organização do censo escolar, em um prazo de 15 dias, a contar da data do aviso, visto que muitos teriam deixado de cumprir este dispositivo legal instituído no ano anterior. Essa lei determinava que o mapa a ser entregue pelos professores deveria

> conter os nomes de todos os meninos de ambos os sexos de 7 a 13 annos de idade, residentes d'entro do perímetro escolar, que abrange a área de um e meio kilometro de raio para o sexo masculino, e de meio kilometro para o sexo feminino, sendo o centro da escola pública estadual ou municipal. A lista dos nomes das creanças que recebem instrucção deverá ser organizada por escolas ou estabelecimentos, e os dos nomes que não recebem instrucção, por bairros ou quarteirões. Na primeira lista deverá ser declarado o caráter da escola: se é pública, estadoal, particular, municipal ou districtal e bem assim qual a sua classificação (CIDADE DA VIÇOSA, 1901, p. 4).

Por conseguinte, na edição do jornal datada de 10 de fevereiro de 1901, a Câmara Municipal de Viçosa divulgou o relatório da primeira sessão ordinária, em que foi votada a nova Resolução nº 137, destinada a organizar a instrução municipal. Nesta Resolução, caberia às municipalidades despender parte de suas rendas arrecadadas com impostos para o serviço da instrução, além de promover a transferência do local de funcionamento de escolas ou de remanejamento do professor em um mesmo distrito, caso a demanda de alunos não fosse atingida. Também se determinou que as escolas e cadeiras regidas por docentes do sexo feminino seriam sempre mistas.

A mesma Resolução exigia determinadas condições para criação de escolas, cuja instalação seria realizada em locais definidos pelo agente executivo municipal, sendo dez no total para a cidade e os distritos, de maneira que cada distrito tivesse ao menos uma escola e a cidade duas. Era exigida a frequência de certo número de alunos para o funcionamento das escolas, devendo-se suspender o ensino quando o número de crianças fosse inferior ao estipulado.

Também foi divulgado o edital de concurso para professores. Para o provimento das cadeiras, os candidatos apresentariam seus documentos, como a carteira de identidade, endereço residencial e atestado das autoridades locais, certificando sobre "sua moralidade e bons costumes". Esta matéria também informa o aumento dos vencimentos dos professores, que antes era de 700$000 (setecentos mil réis), passando para 960$000 (novecentos e sessenta mil réis) por ano, pagos em prestações mensais.

A edição de 10 de março do ano 1901 traz o pedido do então Juiz de Paz de Herval (atual município de Ervália), Coronel Manoel Lourenço Jorge Junior, ao Agente Executivo Municipal, para a criação de uma escola de instrução primária em Barro Branco. O pedido deixa claro que a população local comprometia-se a doar à Câmara Municipal um edifício para o funcionamento da escola.

No exemplar que circulou a partir do dia 14 de abril de 1901, o jornal trouxe o recenseamento escolar, em que se constata que no município, de um total de 1.250 crianças em idade escolar, 506 não recebiam instrução (sendo 268 crianças do sexo masculino e 238 do sexo feminino), ou seja, um pouco mais de 40% das crianças em idade de escolarização não frequentavam escolas. Já as crianças que recebiam instrução, 425 eram do sexo masculino e 319 do feminino, totalizando 744 crianças na escola. No município de Viçosa e seus distritos existiam, na época do recenseamento escolar, 15 escolas públicas (7 do sexo masculino, 7 do feminino e 1 mista) e 4 escolas particulares (1 do sexo feminino, 1 do masculino e duas mistas).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo trouxe luz sobre uma pequena parte da história da imprensa local e de aspectos políticos, econômicos, culturais e educacionais da sociedade viçosense do passado e que ainda não tinham sido desnudados A discussão mais detida sobre a educação e a ideologia que influenciou os discursos alusivos a esta foi uma forma de iluminar quais eram os objetivos e interesses em torno da educação no município. Pesquisar e refletir sobre os métodos, as teorias, os embasamentos, as políticas de educação e seu caminho histórico foi uma maneira de conhecer as concepções de mundo, homem, história e sociedade de que somos frutos.

O periódico representa um material de cunho político-ideológico, influenciado pelo seu meio social e histórico e condicionado por aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos e também por fatores como a organização, formatação, redação, direção e os sujeitos que compuseram a equipe do jornal.

Sobre a questão educacional, se no início da sua publicação, em 1892, o jornal destaca o valor da educação e da instrução do povo, nos anos subsequentes dessa primeira década até 1901, verifica-se a criação de cadeiras de ensino primário no município de Viçosa e em seus distritos, o início do processo de organização e ordenamento administrativo das escolas, além do registro de escolas privadas de ensino primário e secundário, aparentemente subvencionadas pelo poder público municipal. Também se assiste a uma campanha cívica para instalação de uma escola normal na cidade, fato que só acontecerá em 1916.

Ao que parece, a expansão de cadeiras de ensino primário para os sexos feminino e masculino no município de Viçosa e seus distritos aumentou em 1895, como

demonstram os editais de concurso para professor para provimento dos cargos. Também detectamos que, em 1901, o município de Viçosa possuía 15 cadeiras, sendo quatro urbanas, duas para o sexo masculino e duas para o feminino, onze distritais, uma para cada sexo nos distritos de Santo Antônio de Teixeiras, São Miguel do Anta, São Sebastião do Herval, São Sebastião de Coimbra e São Sebastião da Pedra do Anta, e uma mista em Araponga. Tais cadeiras, somadas às instituições particulares, atendiam a 59,52% da população do município em idade escolar, conforme dados apresentados no periódico.

A pesquisa às páginas do jornal *A Cidade Viçosa* contribuiu para desvelar parte da história da imprensa local e de aspectos políticos, sociais e educacionais do município de Viçosa. Mesmo que este estudo tenha sido realizado num tempo passado bastante limitado, ou seja, numa periodização de quase 10 anos, e ainda apresente muitas lacunas, só nos motiva a continuar essa investigação, já que esta fonte apresenta grande potencial para agregar ainda mais informações e dados a respeito do município e seus distritos neste período e nos anos subsequentes, com a incorporação de aspectos no âmbito da economia, da administração e da cultura dessa sociedade e sua relação com o campo da educação.

REFERÊNCIAS

ABREU JÚNIOR, L. de M. Por uma metodologia em cultura material educativa: trabalho com documentos sobre educação na primeira metade do século XX. *Educação em Perspectiva*. Viçosa, v. 3, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/253/81>. Acesso em: 06 nov. 2013.

ALMEIDA, C. B. de; SILVA, M. G. O Correio De Minas E Suas Representações: A Intencionalidade Retratada Nos Discursos Proferidos (1897-1908). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 6. *Anais*..., Viçosa, 2011. CD-ROM.

BOSCO, C. L. dos S. Discursos Educacionais à luz da Imprensa Periódica: Os jornais de S. J. Del Rei como objeto de análise (1906-1914). In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 7. *Anais*..., COPEHE, Mariana, UFOP, 2013. CD-ROM.

CAPELATTO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

CARVALHO, C. H. *et al*. Discutindo a História da Educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In: ARAUJO, J. C. S.; GATTI JÚNIOR, D. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira*: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002. p. 67-89.

CARVALHO, C. H. de; CARVALHO, L. B. O Município e a Educação no Brasil: as ações da Câmara Municipal de Uberabinha - Minas Gerais (1890 a1920). In: GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de (Org.). *O Município e a educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al*. *A pesquisa qualitativa*: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONÇALVES NETO, W.; CARVALHO, C. H. de. Impasses e Desafios à Organização da Instrução Pública nas Minas Republicanas. In: NETO, W. G; CARVALHO, C. H. de (Org.). *O Município e a educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012.

GONÇALVES NETO, W. O Município e a Educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: NETO G., W.; CARVALHO, C. H. de (Org.). *O Município e a educação no Brasil*: Minas Gerais na Primeira República. Campinas: Alínea, 2012.

JORNAL CIDADE VIÇOSA. Viçosa, MG, número 1 ao 229 (1892-1897).

JORNAL CIDADE DA VIÇOSA. Viçosa, MG, número 230 ao 396 (1898-1901).

PACHECO, R. M. Os Impressos nas aulas da primeira metade do século XIX: da Seleção à Premiação. In: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, 7. *Anais*..., COPEHE, Mariana, UFOP, 2013. CD-ROM.

PANIAGO, M. do C. T. *Viçosa*: Mudanças Socioculturais: Evolução Histórica e Tendências. Viçosa: Imprensa Universitária, UFV, 1990.

PESSANHA, E. C. *et al*. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 27, p 57-69, set./dez. 2004.

SILVA, M. P. da; FRANCO, G. Y. Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. *Revista História em Reflexão*, Dourados, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/941/575>. Acesso em: 10 nov. 2013.

Organização do ensino público no final do século XIX: o processo legislativo em Uberabinha, MG[1]

Wenceslau Gonçalves Neto

A partir principalmente da década de 1990, muito se tem discutido sobre a história da educação brasileira no século XIX,[2] principalmente ao final do Império e começo da República, dando continuidade a diversos estudos pioneiros que se debruçaram sobre o tema e o período.[3] De forma geral, as avaliações convergem em dois sentidos: por um lado, uma crítica contundente às condições da instrução imperial, marcada pelo descaso, pela falta de um projeto unificador, em função da descentralização de poder e de responsabilidades implementada a partir de 1834, pela escassez de recursos, de métodos, de professores etc. Boa parte desses problemas avançam pela era republicana, permanecendo a responsabilidade pela educação sobre estados, sem uma diretriz norteadora para o território nacional. Por outro lado, temos, tanto ao final do império quanto na República, uma crença exacerbada no poder transformador ou regenerador da educação, no sentido de se promoverem a formação e a difusão dos ideais nacionais por meio desta, bem como qualificar o povo para a vida

[1] Texto publicado originalmente na revista *Cadernos de História da Educação*, n. 2, p. 59-66, 2004.

[2] Cf., entre outros: SOUZA; VALDEMARIN; ALMEIDA. *O legado educacional do século XIX*; SCHELBAUER. *Idéias que não se realizam*; VIDAL; SOUZA (Org.). *A memória e a sombra*; LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (Org.). *500 anos de educação no Brasil*.

[3] Cf., entre outros: MOACYR. *A instrução e o Império*; MOACYR. *A instrução e a República*; MENUCCI. *Cem annos de instrucção publica*; MOURÃO. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*; MOURÃO. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*; NAGLE. *Educação e Sociedade na Primeira República*.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 295 11/8/2015 16:20:47

política e para o trabalho. A educação aparece como uma espécie de panaceia para os problemas seculares que foram se acumulando no país ao longo do tempo.

Deve-se chamar a atenção, também, para a presença dos princípios liberais que se vão disseminando no Brasil ao longo do século XIX, consolidando-se na primeira Constituição republicana, de 1891. Embora esta Carta não se debruce específica nem detidamente sobre a questão da educação, instituição fundamental no interior das ideias liberais, limitando-se a prescrever a laicidade do ensino e algumas outras responsabilidades para o Congresso, nela se concentram os princípios da divisão dos poderes, da representação, dos direitos individuais, das liberdades, inclusive de ensino etc. Apesar da prática não democrática da Primeira República e da ínfima participação da população nos processos eletivos, por causa das restrições às mulheres e aos analfabetos, vemos aí a confirmação do ideário liberal que vinha circulando pela vida política do Império.

Da mesma forma, principalmente depois de 1870, surgem diversas análises da realidade nacional que se propõem a pensar os problemas do país sob a ótica da ciência e das possibilidades de utilização desta para a superação desses problemas. E, se a ciência é a solução, a educação é condição para o desenvolvimento da ciência e do indivíduo. Daí a necessidade de se investir na educação, não apenas para se alcançar o descortino da vida política e a preparação para o trabalho, mas também para gerar conhecimento que pudesse ser utilizado na superação dos problemas nacionais e na promoção do progresso. Essas ideias, oriundas principalmente da Europa, foram se irradiando nos grandes centros brasileiros e compuseram um movimento conhecido como Ilustração brasileira, que Roque Spencer Maciel de Barros[4] situa entre 1870 e 1914. Portanto, o Brasil não se encontrava à margem das discussões que aconteciam nos países avançados, procurando, na medida do possível, atualizar-se e acompanhar o debate internacional, embora isso não redundasse em mudanças sensíveis nas práticas políticas que continuavam autoritárias e tradicionalistas.

Se as ideias da elite intelectual, ilustrada, convergem para a necessidade da educação, as críticas às condições desta no Império e início da República tanto reforçam a urgência da instrução como justificam a inviabilidade, até então, de operar-se qualquer forma de inclusão popular no curto prazo, dada a falta de preparação escolar e cívica do povo brasileiro. E isso remete a uma concepção que se dissemina entre

[4] *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*.

os liberais brasileiros do final do século XIX, perdurando pela Primeira República, sobre a "insuficiência do povo", que não estaria preparado para a vida democrática ou para a grande obra de construção de uma nação. Marlos Bessa, em recente estudo que trata do pensamento educacional no Brasil, anota a presença desse "preconceito" com relação ao povo, que é discriminado no momento do voto, restringindo significativamente sua participação política tanto no Império como na República:

> É nesse sentido que se dá continuidade entre a fase final do Império e a República. O primeiro restringiu a cidadania popular, especialmente após a reforma eleitoral de 1881. [...] A República, por sua vez, mantém a exclusão, agora por conta da permanência valorativa de uma desconfiança com uma população sujeita à *desordem*, não dotada de *luzes*, que introduz no quadro político uma certa dose de imprevisibilidade.[5]

Se o povo era considerado insuficiente do ponto de vista cívico, o que dizer com relação à capacidade de trabalho, de inovação, de iniciativa, o que impedia a elite dirigente e os empreendedores nacionais de colocarem o país num patamar superior de desenvolvimento. Se não igual ao das potências que emergiram no século XIX, pelo menos próximo desse grupo. Ou seja, era necessário promover o progresso, fixação programática da elite no período, muito influenciada ~~pelos~~ [pelas] ideias positivistas e pelos ecos da industrialização que se processava na Europa e em várias outras partes do mundo, como Estados Unidos e Japão. A educação poderia, portanto, soltar as amarras que prendiam o país ao subdesenvolvimento, permitindo a concretização das potencialidades brasileiras.

Nesse sentido, conjugavam-se argumentos políticos, econômicos, sociais etc., na defesa da educação, como mecanismo capaz de permitir à população acesso aos bens sociais, prepará-la para o trabalho nos novos moldes que se formavam no país, iniciá-la na vida política de forma consciente e participativa, conscientizá-la dos valores culturais nacionais e incutir-lhe os elementos de civismo, os princípios científicos, possibilitando a geração de conhecimento, promovendo o progresso etc.

O entusiasmo pelas possibilidades abertas pela educação era muito grande no país ao final do século XIX.

[5] ROCHA. *Matrizes da Modernidade Republicana*, p. 70-71.

A ELITE DE UBERABINHA E A EDUCAÇÃO

Uberabinha (Uberlândia, a partir de 1929) consegue sua emancipação política por meio da Lei nº 4.643, de 31 de agosto de 1888. O processo fora encaminhado pelas mãos do deputado Augusto César Ferreira e Souza, sobre o qual, a partir das fontes consultadas, pairam algumas dúvidas acerca de sua tendência política no momento da criação do município.

Em suas breves memórias, publicadas em 1908 na vizinha cidade de Araguari, incompletas por ter sido vencido pela doença antes do seu término, Augusto César diz o seguinte: "Militando em política no Imperio, ao lado do Partido Conservador, servi e exerci funções multiplas até nas mesas eleitoraes de qualificação com escrupulos respeitadores dos direitos dos adversarios".[6] Embora admita sua opção conservadora, o trabalho pela autonomia do distrito, assumido pelo deputado, é realizado em conjunto com os líderes liberais de Uberabinha, conforme podemos depreender da exposição de um memorialista: "A corrente dos políticos mais evidentes do partido Liberal, que apoiava o Deputado Augusto César Ferreira e Souza, representante da zona triangulina junto à Assembléia Legislativa Provincial...".[7] Esta anotação, se não indica mudança de posição por parte do deputado, sinaliza sua aproximação com as lideranças liberais e, consequentemente, com suas idéiasideias. Ao mudar-se para Uberabinha em 1890 e assumir em 1892 a presidência da Câmara, provavelmente não o faria sem a aquiescência desses próceres liberais. Ainda nessa linha de clareamento da tendência do deputado, é importante citar outro pesquisador mais recente da história da cidade e que diz que o deputado fora "eleito em 1888 para a Assembléia Provincial como Deputado pelo Partido Liberal, representante do Triângulo Mineiro...".[8] Independentemente da tendência política de Augusto César, afinal um dos principais responsáveis pela emancipação e pela organização da cidade nos seus primeiros anos, essas observações são importantes para compreendermos um pouco do horizonte cultural da elite da cidade, que tem suas principais lideranças ligadas ao Partido Liberal, sendo dessa corrente a proposta emancipatória do distrito.

Para fundamentar o projeto de autonomia municipal, o deputado solicita aos seus correligionários da cidade, "os políticos mais evidentes do partido Liberal", que

[6] SOUZA. *Almanach de Uberabinha*, p. 5.

[7] ARANTES. *Cidade dos sonhos meus*, p. 46. Este pesquisador (1892-1983) foi professor, dono de colégio e inspetor público na cidade nas primeiras décadas do século XX.

[8] NASCIMENTO. *História de Uberlândia*, p. 35.

enviem uma moção apresentando as condições do distrito bem como suas potencialidades. O documento é preparado pelo vigário, padre João da Cruz Dantas Barbosa, e assinado por outras figuras de expressão, que refletem o poder político local: o padre, um professor público, dois fazendeiros e um comerciante. Três desses signatários estarão na primeira Câmara Municipal, que terá o início do seu funcionamento marcado para 1892. O vigário Dantas, também provável vereador, não participa porque morre em 1890. Mas em seu lugar estará, na igreja e na Câmara, o novo pároco, seu irmão, padre Pio Dantas Barbosa, o que demonstra a continuidade do poder político dos antigos liberais nos primeiros anos de existência da cidade de Uberabinha.

Se a elite da cidade estava ligada ao Partido Liberal, também as ideias que professava seguiam o catecismo partidário. Dessa forma, podemos presumir que as lideranças da cidade partilhavam a ideia de uma educação como demolidora do atraso e descortinadora do progresso, ao mesmo tempo que consideravam o povo ainda incapacitado para a prática política, o que poderia vir a ocorrer pela via da educação. E isso será percebido pela atuação da Câmara no seu primeiro ano de funcionamento: as quatro primeiras leis do município voltam-se, todas, para a educação. A cidade começa a se organizar tomando como referência a organização da instrução pública. Portanto, apesar de sua localização interiorana, no chamado "Sertão da Farinha Pôdre", a elite não se encontrava desatualizada com relação aos problemas nacionais, inclusive educacionais, tendo vivência deles por meio das disputas partidárias do período imperial e das ideias professadas pelos partidos.

Tentando captar o sentido dessa precoce "vocação" educacional da Câmara, procuraremos fazer uma análise preliminar dos representantes do povo que assumem a vereança após as primeiras eleições da cidade. Este olhar é importante para que possamos aquilatar a capacidade de articulação e o conhecimento de leis, funcionamento do processo legislativo e da prática administrativa etc., além da predominância liberal, já anotada.

Tomando a relação dos primeiros eleitos para a Câmara Municipal, estabelecemos algumas categorias, como idade, naturalidade, nível de instrução, atividade profissional, experiência político-administrativa anterior e tendência política para melhor visualizarmos o perfil dos legisladores da cidade, que irão confeccionar o conjunto de leis voltadas para a educação, a que nos referimos. As informações nem sempre permitem preencher todos os quesitos, sendo inexistentes para alguns membros da edilidade. Os resultados estão resumidos no quadro a seguir.

Vereador	Idade	Naturalidade	Atividade profissional	Nível de instrução	Experiência administrativa	Tendência política
Augusto César Ferreira e Souza	46	Três Pontas-MG	Advogado, fazendeiro, jornalista, professor	Superior	Escrivão, vereador, presidente de Câmara, promotor, deputado provincial	Conservador
Padre Pio Dantas Barbosa	–	Dores de Santa Juliana-MG (uberabinhense)	Padre	Superior	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
Antônio Maximiano Ferreira Pinto	–	Uberabinha*	Farmacêutico	Primário*	–	Liberal*
José de Lelis França	25	Uberabinha	Comerciante, professor	Primário*	–	–
Antonio Alves Pereira	23	Uberabinha	Fazendeiro, jornalista	Primário	–	–
Manoel Alves dos Santos	–	Uberabinha	Fazendeiro	Primário*	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
José Teófilo Carneiro	40	Uberabinha	Comerciante	Primário*	Membro de Comissão do Conselho da Intendência	Liberal
Arlindo Teixeira	39	Uberaba-MG (Uberabinha, 1884)	Comerciante	Primário	Membro adjunto do Conselho da Intendência	Liberal
Eduardo José Bernardes	–	Oliveira-MG (Uberabinha, anos 1880)	Professor público, ourives	Normal*	–	–
Honório Marra da Silva	–	–	Fazendeiro*	Primário*	–	–
José Inácio Rodrigues	–	–	–	Primário*	–	–
José Joaquim Coelho	–	–	–	Primário*	–	–

* Informação presumida, a partir da leitura das fontes.

Fontes: TEIXEIRA, 1970; ARANTES, 2003; PEZZUTI, 1922.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 300 11/8/2015 16:20:48

O quadro, apesar de algumas informações incompletas e outras presumidas, oferece um perfil razoável da primeira Câmara Municipal de Uberabinha. Algumas inferências assumidas o foram em função da leitura das fontes consultadas. Por exemplo: não existe informação sobre a atividade econômica do vereador Honório Marra da Silva, mas diz-se que morava numa chácara, levando-nos a definir sua ocupação como fazendeiro; Antônio Maximiano Ferreira Pinto é considerado liberal por ser filho de um dos líderes locais deste partido; o padre é considerado com instrução superior pelos estudos teológicos em seminário; o professor Eduardo José Bernardes é considerado normalista porque foi professor público nomeado; os demais foram considerados como tendo o curso primário, pois deveriam ter pelo menos as primeiras letras para serem eleitos vereadores. Alguns, inclusive, exerceram o ofício de professores, ainda que por iniciativa privada.

Pelo quadro, podemos avançar outras inferências. Primeiro, que a faixa etária na Câmara não era alta, sendo a média de 34,4 anos e o mais velho, o presidente, com 46 anos. Em segundo lugar, quanto à naturalidade, percebe-se que, dos identificados, cinco eram naturais de Uberabinha e quatro eram de outras localidades. No entanto, deve-se observar que, desses forasteiros, o Padre Pio "era filho do logar, pode-se dizer, pois que para aqui veiu nos tempos de sua primeira infância e aqui foi creado";[9] o professor Eduardo José Bernardes deve ter ido para Uberabinha nos anos 1880, pois será um dos sucessores do primeiro professor público de Uberabinha, que morre em 1879; e o comerciante Arlindo Teixeira encontrava-se estabelecido no lugar desde 1884. Apenas Augusto César Ferreira e Souza, apesar de oriundo da região do Triângulo Mineiro, tinha sua trajetória mais ligada à cidade de Sacramento, onde foi vereador e presidente da Câmara, entre os anos de 1872 e 1890. Dessa forma, percebemos que a composição da Câmara privilegiava claramente os "locais", numa mostra de defesa dos interesses da elite tradicional contra os novos habitantes que chegavam ao lugar. Observa-se, portanto, uma defesa cerrada por parte da elite local, respeitadas suas fraturas políticas, para não admitir novos "sócios" no processo de desenvolvimento da cidade, permitindo a entrada no grupo apenas de algumas pessoas de destaque, como o padre, o professor ou um comerciante em ascensão, como Arlindo Teixeira.

Com relação à ocupação profissional, percebemos a predominância dos fazendeiros (quatro ocorrências), seguidos dos comerciantes (três indicações). No entanto,

[9] PEZZUTI. *Município de Uberabinha*, p. 21.

é significativo que existam também três ocorrências de professores, o que reforça a ideia da respeitabilidade que era devotada à instrução na nova cidade. Além desses mestres, tínhamos um padre, um farmacêutico e um advogado. E dois dos vereadores exerceram ainda o ofício de jornalistas, entre outras atividades, do extenso rol que consta nas fontes consultadas.

Com relação à experiência administrativa anterior, percebe-se que o mais preparado era exatamente o Major Augusto César Ferreira e Souza, que assume a presidência e que fora escrivão, vereador e presidente de Câmara em Sacramento-MG, além de ter sido deputado provincial, responsável pela criação do município de Uberabinha. Mas estavam também na Câmara: Arlindo Teixeira, adjunto do Conselho de Intendentes, formado em março de 1891, para preparar as condições de funcionamento da Câmara que assumiria no ano seguinte; Padre Pio Dantas Barbosa, Coronel Manoel Alves do Santos e Coronel José Teófilo Carneiro, que foram membros das comissões de instalação nomeadas juntamente com o Conselho de Intendentes. Portanto, não era uma Câmara absolutamente inexperiente em trabalhos legislativos e de administração pública. Se acrescentarmos a isso as habilidades de professor de Eduardo José Bernardes e de comerciante e professor de José de Lelis França, podemos concluir que a Câmara Municipal de Uberabinha possuía condições de discutir os principais problemas de uma cidade da época, como também de estabelecer um projeto de desenvolvimento, que incluía a questão da educação como um dos seus fundamentos.

Para ampliar um pouco mais a compreensão dos personagens que participaram desta primeira edilidade, acrescentaremos mais alguns dados. Antonio Alves Pereira era fazendeiro com tendência à modernização, constando que, além de plantação de café e de cana, montou engenho com capacidade de moagem para "dez carradas de cana por dia". Exerceu atividades de jornalista e foi um dos primeiros fazendeiros da região a enviar caixas com cobras venenosas para o Instituto Butantã, o que demonstra sua atualização com os fatos da vida do país. Embora tenha feito apenas o curso primário, era admirador da educação: "No prédio que havia construído para instrucção, montou uma escola de alfabetização dirigida pelo professor Antônio de Alcântara Lambert, douto na língua vernácula, em cuja fonte tôda sua família recebeu as luzes da instrução...".[10]

[10] TEIXEIRA. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 44.

Manoel Alves dos Santos também dedicava-se a atividades rurais, incorporando modernas tecnologias em suas propriedades: "O coronel Manoel Alves dos Santos era criador de selecionado gado Zebu e de lindos plantéis de muares, caprinos e lanígeros. Na secção agrícola, destacava-se a existência de lavouras de cereais e grandes canaviais, para cuja industrialização dispunha de magnífico engenho de cilindro".[11]

José Teófilo Carneiro era comerciante estabelecido e sua atuação posterior na liderança do processo de implantação da estrada de ferro (1895), na luta pela ponte que facilitava a relação econômica com Goiás e Mato Grosso (1909), o empenho para a instalação da luz elétrica na cidade (1912), a construção do cinema etc, demonstram o descortino e a percepção de modernidade presentes no personagem.

Arlindo Teixeira transfere-se para Uberabinha em 1884, onde se envolve na política local e, em 1888, encontramo-lo assinando o já citado manifesto pela emancipação do distrito de Uberabinha. Em 1891, participa ativamente do processo de criação da comarca de Uberabinha. Também foi responsável pelo planejamento urbano que se formulou, já em 1895, pelas mãos de um engenheiro da Companhia Mogiana, tentando controlar a construção desordenada de casebres que normalmente acompanhava o trajeto do rego d'água da servidão pública: "E assim foram os cerradões esquadrinhados, desde o antigo cemitério então existente no local ocupado pela atual Prefeitura, até a linha de estrada de ferro em construção...".[12]

Com esses homens e suas convicções, a Câmara embrenha-se nos trabalhos legislativos, buscando estruturar as condições de funcionamento da nova cidade e definindo seu perfil. A primeira sessão oficial será em 7 de abril de 1892 e, já na sessão seguinte (9 de abril), é aprovada a criação do "imposto da taxa escolar". No dia 12 de abril, é apresentado o projeto de lei da instrução pública de Uberabinha, encaminhado à presidência da Casa por dois de seus representantes.[13]

O projeto deterá a maior parte da atenção da Câmara nas próximas sessões, recebendo diversas propostas de emendas por parte de vários vereadores. As votações foram ocorrendo e, finalmente, em 22 de abril, foi aprovada aquela que se tornou a Lei nº 1 de Uberabinha, "Que dispõe sobre instrucção publica". Os trabalhos

[11] TEIXEIRA. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 363.

[12] TEIXEIRA. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*, v. 2, p. 85.

[13] CAMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. *Actas da Câmara*.

da Câmara prosseguem, assim como as iniciativas voltadas para a educação. Em 16 de junho de 1892, foi aprovada a Lei nº 2, "Que dispõe sobre o regulamento escolar". Ainda nesse mês de junho, foram aprovadas: Lei nº 3, "Que dispõe sobre as aulas noturnas"; e Lei nº 4, que "Dispõe sobre a divisão das zonas literarias dos distritos da cidade de Uberabinha".[14]

Dessa forma, as lideranças da cidade montam, em pouco mais de dois meses, uma proposta de educação popular, que contemplava a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino, estabelecia fonte para os recursos despendidos, mecanismos de inspeção, controle censório do material utilizado no ensino, atuação de professores e alunos, indicava as disciplinas curriculares, as condições para a construção e funcionamento das escolas, a difusão dos princípios e símbolos republicanos etc.

A legislação básica da educação, organizando a instrução pública, que o governo federal não conseguiu ou não quis fazer, e que o governo mineiro só completaria no ano seguinte, a edilidade uberabinhense produziu em pouco mais de dois meses. No entanto, assim como no plano federal, o município não obteve os resultados que esperava na educação, promovendo diversas reformulações durante a Primeira República, que deverão ser objeto de novos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve exposição nos permite perceber que os vereadores que assumiram a Câmara em 1892 eram homens que estavam em sintonia com as transformações que ocorriam no país, de ordem econômica, política e cultural. A predominância de fazendeiros não é, neste caso, um indicativo de reacionarismo, pois, como vimos, a maior parte adota procedimentos modernos em suas fazendas. Os comerciantes são arautos dos novos tempos, motivando a mudança no local, de olho nas possibilidades que esta abria para os seus negócios. Também foram importantes as experiências docentes de alguns membros. Mas a figura decisiva foi o presidente da Câmara, Augusto César, detentor de larga experiência legislativa, bem como conhecimento

[14] CAMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. *Actas da Câmara*; CAMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Estas 4 leis encontram-se disponíveis em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>.

dos meandros de confecção das leis, por sua condição de advogado, provavelmente secundado pelo vigário, Padre Pio, pela participação ativa na vida política da cidade, bem como pela ascendência moral que exercia sobre a comunidade.

De qualquer forma, percebe-se que eram homens, dentro de suas limitações, capacitados, em princípio, para a missão que se propunham: montar uma cidade destinada ao progresso. Essa fixação pelo progresso, presente no imaginário das elites locais, pode ser percebida, por exemplo, numa fala do Cônego Pezzuti:

> A população de Uberabinha, franca, leal, morigerada e hospitaleira, intelligente e activa, enveredou desassombradamente pela senda luminosa do progresso e tudo faz crer que a passos largos continuará a ir avante, sem vacilações e sem desfallecimentos.[15]

REFERÊNCIAS

ARANTES, Jerônimo. *Cidade dos sonhos meus*: memória histórica de Uberlândia. Uberlândia: EDUFU, 2003.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de Universidade*. São Paulo: FFCL; USP, 1959.

CAMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. *Actas da Câmara*. Uberabinha, 1892-1895. Livro 1 (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).

CAMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DE UBERABINHA. *Leis, Decretos, Regulamentos*. Uberabinha, 1892. Livro 1. (Arquivo Público Municipal de Uberlândia-MG).

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

[15] PEZZUTI. *Município de Uberabinha*, p. 29.

MENUCCI, Sud. *Cem annos de instrucção publica*: (1822-1922). São Paulo: Editores Salles Oliveira, Rocha & Cia, 1932.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941. 4 v.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império (subsidios para a Historia da Educação no Brasil)*: 1823-1889. São Paulo: Companhia Ed.Nacional, 1936-1938. 3 v.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo da República*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *O ensino em Minas Gerais no tempo do Império*. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974.

NASCIMENTO, Dorivaldo Alves do. *História de Uberlândia*. Uberlândia: Grafy, 1998.

PEZZUTI, Cônego Pedro. *Município de Uberabinha*: historia, administração, finanças, economia. Uberabinha: Livraria Kosmos, 1922.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da Modernidade Republicana*: cultura política e pensamento educacional no Brasil. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Idéias que não se realizam*: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: EDUEM, 1998.

SOUZA, Augusto Cesar Ferreira. *Almanach de Uberabinha*. Uberabinha: Typographia da Livraria Kosmos, 1912.

SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. *O legado educacional do século XIX*. Araraquara: UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Tito. *Bandeirantes e Pioneiros do Brasil Central*: História da criação do município de Uberlândia. Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda, 1970. 2 v.

VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecilia Cortez C. de (Org.). *A memória e a sombra*: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Sobre os autores

Aline Rosane Costa – Pedagoga pela Universidade Federal de Viçosa, atuando como supervisora na rede pública municipal de Alvinópolis-MG e como professora de Sala de Recursos Multifuncional da rede pública do Estado de Minas Gerais.

Ana Clara Bortoleto Nery – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com Pós-Doutorado pela Universidade de Lisboa e pela Universidade de São Paulo (USP). Professora adjunto (livre-docente) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: campo educacional, escola normal, formação de professores e imprensa periódica educacional. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação e Formação de Educadores-GEPAE-FE, sediado na UNESP/Marília. É bolsista Produtividade pelo CNPq.

Antoniette Camargo de Oliveira – Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS, *Campus* Passos).

Carlos Henrique de Carvalho – Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Cesar Romero Amaral Vieira – Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É professor do Programa de Pós-Graduação em Educação desde 2009. Desenvolve pesquisa nos seguintes eixos temáticos: História e Memória das Instituições Escolares Protestantes no Brasil; e História e Política Educacional no período da transição do Império para a República. Atualmente, ocupa o cargo de Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP.

Clarice Lisandra David – Graduada em História, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – *Campus* Araçuaí.

Denilson Santos de Azevedo – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Educação e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em História da Universidade Federal de Viçosa.

Eloy Alves Filho – Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Presidente Antônio Carlos, *Campus* de Araguari (UNIPAC).

Geraldo Inácio Filho – Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Glaura Teixeira Nogueira Lima – Historiadora, pesquisadora e professora do Depto. de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba-MG. Graduada em História pela Universidade de Brasília (UnB), é mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desenvolve pesquisas na área de História Social, com ênfase em Memória e Identidade, Cidade e Patrimônio Cultural, História e Região. Nessas temáticas vem publicando livros e artigos em jornais, revistas especializadas e anais de congressos nacionais/internacionais de História. Na universidade, coordena a linha de pesquisa "História, Memória e Historiografia", do núcleo interdisciplinar de estudos e pesquisas (NIEPHES).

Justino Magalhães – Doutor em Educação pela Universidade do Minho (Portugal). Professor Catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Luciana Beatriz de Oliveira Bar de Carvalho – Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

Luciano Mendes de Faria Filho – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Osvaldo Freitas de Jesus – Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

Rosa Fátima de Souza – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, com Estágio Pós-Doutoral na University of Wisconsin (EUA). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, *Campus* Marília. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais (GEPCIE) e do Grupo de Pesquisa "História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil" (GPHELLB). Bolsista produtividade em pesquisa pelo CNPq.

Rosana Vidigal Santiago Cappelle – Doutora em Educação/História da Educação pela Universidade de Lisboa. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente do Centro de Educação Aberta e a Distância e Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, *Campus* Rio Pomba.

Sandra Mara Dantas – Bacharel, licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia; doutora em História Social pela Unesp (Franca). Atualmente, é docente do Departamento de História e tutora PET História na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Terciane Ângela Luchese – Doutora em Educação pela UNISINOS. Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCS. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória. Bolsista produtividade em pesquisa pelo CNPq.

Thiago Borges de Aguiar – Doutor em educação na área de história da educação pela Universidade de São Paulo (USP), onde também realizou estágio de pós-doutoramento. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Filosofia da Educação. Realiza pesquisas em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Idade Média, modernidade, Igreja, universidade, cartas, histórias de vida, Jan Hus, Jan Comenius (Komensk) e hussitismo.

Wenceslau Gonçalves Neto – Doutor em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e da Universidade de Uberaba e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq e do Programa Pesquisador Mineiro da FAPEMIG.

A Coleção **Pensar a Educação Pensar o Brasil** é fruto de uma parceria entre a *Mazza Edições* e o *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022*. Este Projeto, desenvolvido em parceria por docentes e discentes da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Minas Gerais, envolve ações de ensino, pesquisa e extensão que buscam refletir sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. Fazem parte do Projeto um *Programa de Rádio*, levado ao ar toda semana na *Rádio UFMG Educativa*, *Seminários Anuais* sobre temas relevantes para a educação Brasileira e a presente *Coleção*.

Integram a Coleção cinco séries: *Série Seminário*, *Série Estudos Históricos*, *Série Clássicos da Educação Brasileira*, *Série Diálogos* e *Série Ensaios*.

A **Série Seminários** publica os textos apresentados nos Seminários Anuais do Projeto, dos quais participam os mais importantes pesquisadores em educação do País. A **Série Estudos Históricos** publica trabalhos de história da educação e de áreas afins que contribuam para alargar o entendimento sobre o lugar da educação no âmbito dos projetos de Brasil delineados ao longo de nossa história. A **Série Clássicos da Educação Brasileira** traz resenhas introdutórias das principais obras sobre educação brasileira publicadas pelos principais pesquisadores em educação do País. A **Série Diálogos** publica textos que buscam fortalecer o intercâmbio entre o professorado da educação básica e os(as) pesquisadores(as) das diversas áreas da educação. A **Série Ensaios** publica interpretações da relação entre a educação e as grandes questões que marcaram e marcam a história da sociedade brasileira nos últimos 200 anos.

O objetivo da Mazza Edições e do *Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022* é que a Coleção contribua para a discussão da educação brasileira e, por meio desta, da constituição da própria sociedade brasileira.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 311 11/8/2015 16:20:48

Este livro foi composto em Minion Pro Cond e impresso
em papel Offset 75 g/m² (miolo) e Cartão 250 g/m² (capa),
no mês de agosto de dois mil e quinze.

Ação Municipal_MIOLO_FINAL.indd 312 11/8/2015 16:20:48